

número 161

re vis ta



Instituto
Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

dezembro • 2021

número 161

ISSN 1678-3484

re vis ta

Instituto
Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, ano 101, n.161, 2021.**

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. - v.1,
(jan./mar. 1921). - Porto Alegre: IHGRGS, 1921-.

Descrição baseada em: número 158 (2020)

Inclui bibliografia

ISSN 1678-3484

Periodicidade semestral

319p.

1. Rio Grande do Sul - História - Geografia - Periódicos. 2. Brasil - História - Geografia - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDD: 981.65

CDU: 94(816.5)

Reunião preparatória da fundação 05/08/1920. Assembleia de fundação 19/11/1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

Capa: Fabricio Souza e Priscila Pereira Pinto.

Ilustrações: Porto Alegre - Riacho e Ponte de Pedra vistos desde a Rua Pantaleão Telles (atual Washington Luis) - 1905a - Postal de M. La Porta; Porto Alegre - Riacho e Ponte de Pedra - 1948a - Casa do Amador ; Porto Alegre - Barqueiros no Riacho - 1930a - Fotografia de Azevedo Dutra; acervo de Ronaldo Marcos Bastos.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h

Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

e-mail: ihgrgs@gmail.com / ihgrgs.biblioteca@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br

Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA 2020-2022

Presidente: Miguel Frederico do Espírito Santo

Diretor Administrativo: Euclides Pinto Torres

Diretor Financeiro: Hilda Agnes Hubner Flores

Diretor Operacional: Jefferson Teles Martins

Conselho Fiscal

José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos e Moacyr Flores

Membros Honorários

Altino Berthier Brasil, Earle Diniz Macarthy Moreira, Sérgio da Costa Franco.

Membros Efetivos

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, Antonio Carlos Hohlfeldt, Ápio Cláudio Beltrão, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Carla Renata A. de Souza Gomes, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Eduardo Cunha Müller, Euripedes Falcão Vieira, Éverton Quevedo, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Heinrich Hasenack, Hilda Agnes Hubner Flores, Jefferson Teles Martins, José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos, Loiva Otero Felix, Luiz Ernani Caminha Giorgis, Luiz Osvaldo Leite, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas, Miguel Frederico do Espírito Santo, Moacyr Flores, Paulo Estivalet Flores Pinto, Paulo Gilberto Fagundes Visentini, René Ernani Gertz, Tassiana Maria Parcianello Saccol, Vera Lucia Maciel Barroso, Alexandre Veiga, Carlos Roberto Winckler, Daniela Marzola Fialho, Dóris Bittecourt Almeida, Hilda Jaqueline Fraga, Ieda Gutfreind, Jorge Stocker, José Daniel Craidy Simões, Simone Steigleder Botelho.

Membros Correspondentes

Adilson Cezar, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Anderson Romário Pereira Corrêa, Antônio Gonçalves Meira, Carlos Tasso de Saxe Coburgo e Bragança, Carlos Zatti, Cláudio de Leão Lemieszek, Cláudio Moreira Bento, Diego Pufal, Djiovan Vinicius Carvalho, Eduardo Alvares de Souza Soares, Ernani Straube, Euclides Pinto Torres, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Gustavo Castagna Machado, Jali Meirinho, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Jorge Forjaz, Luiz Antônio Alves, Marcos Noronha da Costa, Neivo Ângelo Fabris, Oscar Padrón Favre, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, Wagner Silveira Feloniuk.

Membros Pesquisadores

Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Celina Silva, Ana Inês Arce, Anelda Pereira de Oliveira, Antônio Carlos Soares, Arnaldo Walter Doberstein, Beatriz Correa Pires Dornelles, Bruno José Queiroz Ceretta, Caio Lustosa, Carlos André Bulhões

Mendes, Carlos Perrone Jobim Junior, César Andre Luiz Beras, César Bastos de Mattos Vieira, Clarissa Maroneze Garcia, Eduardo Cristiano Hass da Silva, Fábio Caetano Tovo, Fabrício Antônio Antunes Soares, Fernando Borgmann Severo de Miranda, Gabriel Santos Berute, Gislene Monticelli, Gustavo Figueira Andrade, Henrique Montagner, Henrique Montagner Fernandes, Homero Dornelles, Inês Martina Lersch, Israel Aquino Cabreira, Jaqueline Custódio, João Batista Santafé Aguiar, José Carlos da Silva Cardozo, José Newton Cardoso Marchiori, Letícia Pimenta, Letizia Nicoli, Luciana da Costa de Oliveira, Luciana Fernandes Boeira, Luciana Gransotto, Luis Rosenfield, Luiz Felipe Alencastre Escostegui, Marco Aurélio Biermann Pinto, Marcos Pascotto Palermo, Marcus Vinicius Martins Antunes, Maren Guimarães Taborda, Maria Helena Câmara Bastos, Maria Medianeira Padoin.

Membros Colaboradores

Ayres Cerutti, Carlos Roberto Winckler, Evanir Plaszewiski, Jorge Alberto Benitz, Lourdes Maria Agnes, Luiz Alberto Homrich Gusmão, Maria Regina Leite Boucinha Rafael José dos Santos, Vania Beatriz Merlotti Herédia.

Membros Licenciados

Cláudio Francisco Accurso, Coralio Bragança Pardo Cabeda.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Editor-Chefe

Miguel Frederico do Espírito Santo (IHGRGS)

Conselho Editorial

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA), Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu), Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS), Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Comissão da Revista

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Fábio Kuhn (UFRGS), Heinrich Hasenack (UFRGS)

Editores-Executivos

Gustavo Castagna Machado (UFPEL), Priscila Pereira Pinto (FEEVALE), Thais Nunes Feijó (UNILASALLE-RS), Wagner Silveira Feloniuk (FURG)

Secretária

Priscila Pereira Pinto (FEEVALE)

Avaliadores

Bruno Cardoni Ruffier (UFRGS), Caroline Soares de Almeida (UFSC),
Cesar Felipe Pereira (UFPR), Eduardo M. P. Madureira (UNIOESTE),
Eliana Gasparini Xerri (UCS), Fernando Henrique Araujo Torres (UDESC),
Gabriel Ferrão Moreira (USP), Isielli Maiara Barzotto Tierling (UNOESTE),
Jessica Caroline de Oliveira (UEPG), Josiane Beloni de Paula (UFSC),
Kenny Sontag (UFRGS), Margarita Baretto (UFSC), Maurício Couto Polidori (UFRGS),
Régis João Nodari (UFRGS), René Ernaini Gertz (PUCRS), Ricardo Sontag (UNOESC),
Rodrigo dos Santos (UNICENTRO), Rodrigo Leistner (FURG)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL



PREFÁCIO

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul lança o número 161, de dezembro de 2021. O periódico se mantém comprometido com os valores éticos de publicação e do método científico em seus trabalhos. O procedimento editorial segue respeitando as diretrizes existentes para a área da História, o Qualis Periódicos e a publicidade do espaço de publicação pelos editais. É um periódico gratuito para autores e leitores, um esforço para oferecer à sociedade rio-grandense e brasileira mais uma fonte de pesquisa, conhecimento e divulgação do material científico produzido.

É um momento desafiador para a sociedade brasileira. A pandemia de COVID-19 trouxe dificuldades humanas e econômicas a todo o mundo. Não foi diferente no Brasil. Tampouco o Instituto passou incólume por esses momentos. A manutenção da periodicidade da revista é um objetivo alcançado, mais do que antes, por meio de entrega pessoal. A correção de aspectos da ABNT, a editoração, a criação da arte, todos esses processos foram feitos com mais dificuldade. Ainda assim, a revista persevera, e esperamos que continue em frente, prontos para chegar a momentos melhores ainda mais preparados para vencer novos desafios.

O agradecimento especial, nesta edição, é às pessoas que trabalham dentro do Instituto Histórico e Geográfico e estiveram dispostas a enfrentar as dificuldades e limites que o tempo impôs. Um reconhecimento merecido e necessário. Dificuldades existem, não há certeza sobre o futuro. Há, no entanto, a clareza de que o presente foi construído com um trabalho sério e que chega ao seu resultado em meio às dificuldades. Assim, a revista deixa público seu agradecimento a Priscila Pereira Pinto e Thais Nunes Feijó.

O ano de 2022 é muito importante para Porto Alegre. A cidade vai comemorar 250 anos. Assim, os planos da revista foram moldados para recepcionar as festividades. Está em organização um dossiê sobre Arquitetura e Urbanismo na cidade. Além dele, já estava e em breve deverá ser lançado um dossiê sobre História da Imprensa. Esses números, que se somam aos regulares, trazem vida, especialidade, características típicas de suas áreas. São um desafio nestes tempos, serão mantidos conforme possível, mas representam um importante avanço para a revista. Todos eles feitos com editais abertos, seguindo regras editoriais - uma vitória do periódico!

A revista desse semestre traz autores e trabalhos de grande interesse. O primeiro deles, do professor Paulo Roberto Moreira traz uma interessante e importante história sobre o período da escravidão brasileira,

sobre um crime e seu desfecho. Gunter Weimar escreve sobre os alemães em Porto Alegre com dados em arquivos e informações muito relevantes para compreender mais profundamente a vida dessas pessoas. Fábio Varela Nascimento e Luiz Antonio de Assis Brasil tratam dos contos de Cyro Martins na Revista do Globo. E estes são apenas alguns dos trabalhos apresentados, há um total de nove. São artigos na área da história, patrimônio, política - e também o esporte, com um artigo sobre a trajetória do Glória de Vacaria!

Esperamos que os autores apreciem os trabalhos! São pesquisas aprofundadas e que superaram os rigores da avaliação cega. Que tragam um final de ano mais rico em conhecimento e ciência aos leitores.

Desejamos um feliz ano novo. Um ano melhor.

Porto Alegre, 23 de dezembro de 2021.

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo
**Presidente do Instituto Histórico e
Geográfico do Rio Grande do Sul**

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt
Dr. Fábio Kühn
Me. Heinrich Hasenack
Comissão da Revista

Dr. Gustavo Castagna Machado
Bel^a. Priscila Pereira Pinto
Ma. Thais Nunes Feijó
Dr. Wagner Silveira Feloniuk
Comissão Executiva

SUMÁRIO

ARTIGOS

- 13 **“Por ser seu escravo e em consequência seu capital inimigo”:
tráfico, escravidão e criminalidade (RS, século XIX)**
*“For being your slave and consequently your capital enemy”: trafficking,
slavery and crime (RS, 19th century)*
Paulo Roberto Moreira
- 53 **Alemães em Porto Alegre**
Germans in Porto Alegre
Gunter Weimer
- 83 **A imigração como uma marca na identidade cultural
brasileira**
Immigration as a brand in brazilian cultural identity
Vânia Maria Abreu de Oliveira
- 103 **Identidades subtraídas: grupos étnicos-raciais na formação
dos territórios negros gaúchos**
*Subtracted identities: ethnic-racial groups in the formation of black
territories in Rio Grande do Sul*
*Identidades sustraídas: grupos étnico-raciales en la formación de los
territorios negros de Rio Grande do Sul*
Lilian Soares da Silva
- 125 **Augusta Candiani no Rio Grande do Sul: a trajetória artística
de uma cantora lírica e atriz durante a Guerra do Paraguai**
*Augusta Candiani in Rio Grande do Sul: the artistic trajectory of an
opera singer and actress during the Paraguayan War*
Andrea Carvalho Stark
- 155 **Os contos de Cyro Martins na Revista do Globo**
Cyro Martins’s short stories in Revista do Globo
Fábio Varela Nascimento
Luiz Antonio de Assis Brasil
- 169 **A difusão da soja em Soledade/RS entre 1960 a 1985**
The expansion of soybean in Soledade/RS: 1960 to 1985
Márcio Comin

- 187 **Centro histórico de Florianópolis: entre preservação e transformação**
Florianópolis historic center: between conservation and transformation
Centro histórico de Florianópolis: entre preservación y transformación
Maria Regina Weissheimer

- 215 **“Da várzea ao Altos da Glória”: a trajetória do Grêmio Esportivo Glória de Vacaria/RS**
“From the várzea to the Altos da Glória”: the path of Grêmio Esportivo Glória from Vacaria/RS
Paulo Gilberto dos Santos Silva Filho
Cristine Fortes Lia
Katani Monteiro

DOCUMENTAÇÃO

- 243 **Apresentação**
Alexandre Veiga
- 245 **O retorno de uma revista**
Carlos Reverbel
- 247 **A Constituição Republicana do Rio Grande do Sul**
Alfredo Varela
- 303 **Bumba meu boi em Porto Alegre**
Aquiles Porto Alegre
- 307 **Discurso de posse como membro do IHGRGS**
Walter Spalding

ARTIGOS

“POR SER SEU ESCRAVO E EM CONSEQUÊNCIA SEU CAPITAL INIMIGO”: TRÁFICO, ESCRAVIDÃO E CRIMINALIDADE (RS, SÉCULO XIX)

“FOR BEING YOUR SLAVE AND CONSEQUENTLY YOUR CAPITAL ENEMY”: TRAFFICKING, SLAVERY AND CRIME (RS, 19TH CENTURY)

Paulo Roberto Moreira¹

RESUMO

No mês de janeiro de 1852 faleceu em Porto Alegre, capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, um homem adulto chamado André, que se ocupava do ofício de sapateiro. O acusado da morte deste africano escravizado foi seu senhor, o comerciante português Antônio Gonçalves Carneiro. As autoridades provinciais mostraram muito interesse no caso, que chegou até o Conselho de Estado imperial. O artigo analisa as tramas e os envolvidos nesse suplicio, o qual nos permite observar o cenário escravista meridional imperial, dando destaque a questão do tráfico de cativos e das ações das autoridades jurídicas no que se refere a criminalidade dos cativos. O caso evidencia uma tentativa de autoridades imperiais se imiscuírem nas relações cotidianas entre escravizados e seus escravizadores e nas dificuldades encontradas no embate com os renitentes ethos senhoriais.

Palavras-chave: Escravidão. Criminalidade. Direitos.

ABSTRACT

In January 1852, an adult man named André, who was in the shoemaker's trade, died in Porto Alegre, capital of the province of São Pedro do Rio Grande do Sul. The accused of the death of this enslaved African was his master, the Portuguese merchant Antônio Gonçalves

¹ Professor titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993), doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001) e pós-doutoramento na Universidade Federal Fluminense. Exerceu o cargo de Coordenador do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos de 2010 a 2014. Membro da Comissão de Avaliação Quadrienal de PPGHs - CAPES (2013/2016). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 (2010/atual). Membro do Comitê de Ciências Humanas e Sociais da FAPERGS: Coordenador (2019-2021), membro (2017-2019), suplente (2015-2017). Na ANPUH - Associação Nacional de História - Núcleo RS - foi: Diretor-presidente (2016/2018), Vice-presidente (2002/2004 e 2014/2016), 2º Tesoureiro (2018/2020), Conselheiro (2000/2002), 1º Tesoureiro (1998/2000 e 1996/1998). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia e Império, atuando principalmente nos seguintes temas: História da escravidão e do negro; História social dos movimentos populares; Identidade étnica; História urbana no século XIX; Raízes e presença africana na América Latina; associativismo negro; saúde e doença; Patrimônio histórico documental; arquivos pessoais & coleções, lugares de memória.

ves Carneiro. Provincial authorities showed a lot of interest in the case, which reached the imperial Council of State. The article analyzes the plots and those involved in this torture, which allows us to observe the southern imperial slavery scenario, highlighting the issue of captive trafficking and the actions of legal authorities regarding the criminality of captives. The case highlights an attempt by imperial authorities to meddle in the daily relationships between enslaved and their enslavers and in the difficulties encountered in the struggle with the stubborn lordly ethos.

Keywords: Slavery. Criminality, Rights.

INTRODUÇÃO

Então, no fim, eu não sabia o que era verdade, o que era mentira e o que era mera incoerência [...].

“Leis são feitas com um único propósito”, ele me disse, “para nos impor controle quando nossos desejos se tornam imoderados. Contanto que nossos desejos sejam moderados, não temos necessidade de leis” [...].

Pois, embora minha história forneça a verdade, ela não fornece a substância da verdade (vejo isso claramente, não precisamos fingir que não) (COETZEE, 2016, pp. 14, 35, 48).

Corria o ano de 1852 e a província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a parte mais meridional do Império brasileiro, parecia entrar em um raro período de paz. Com a Batalha de Monte Caseros, ocorrida em território argentino em 3 de fevereiro daquele ano, encerrou-se a guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852), concluindo um ciclo beligerante que remontava a guerra civil Farrroupilha (1835/1845) e a guerra ou campanha Cisplatina (1825/1828). Treze anos passariam até que os canhões da Guerra do Paraguai troassem e forçassem muitos a marchar para os campos de batalha.

Naquele ano de 1852, passados dois anos do fim definitivo do tráfico internacional de africanos escravizados, uma mobilização de escravizados africanos fez com que alguns privilégios senhoriais fossem, pelo menos, contestados². Cinco cativos, vítimas da diáspora transatlântica, denunciaram o seu senhor, o negociante Antônio Gonçalves Carneiro, por ter assassinado um seu parceiro, mediante torturas e maus tratos. O caso chegou até o Conselho de Estado, já que as autoridades provinciais recomendaram a venda dos cativos para que eles escapassem da vingança senhorial, mas o parecer emitido pelos conselheiros determinou o respeito ao poder de

2 Em abril de 1852 ainda ocorreria aquele que é considerado o último desembarque clandestino de escravizados e escravizadas no litoral norte do Rio Grande do Sul, na região de Capão da Canoa (BARCELLOS, 2004, OLIVEIRA, 2006, WEIMER, 2013). Sobre o fim do tráfico transatlântico: RODRIGUES (2000), MAMIGONIAN (2017).

mando do proprietário daqueles escravizados:

(...) se pelo simples fato de serem dadas em Juízo tais informações os escravos **devessem adquirir o direito de constrangerem seus senhores a vendê-los**, a Seção não hesitaria em propor desde já a derrogação de semelhante disposição, tendo em vista a paz das famílias, o respeito devido à propriedade e, sobretudo, a necessidade de não relaxar os vínculos da subordinação e obediência, que devem prender os escravos a fim de que não se pervertam inteiramente, e não se tornem instrumentos de crimes atrozes contra a sociedade (RODRIGUES, 1979, v. 4, p. 73 – Grifos nossos).³

O caso que ocasionou esse parecer do Conselho de Estado a favor do poder senhorial teve um de seus momentos emblemáticos no dia 27 de janeiro de 1852, quando um grupo de autoridades invadiu uma chácara localizada no Caminho Novo, 2º distrito da Leal e Valerosa cidade de Porto Alegre, via que com o final da Guerra do Paraguai foi renomeada para Voluntários da Pátria, nome que até a atualidade perdura.⁴ A denúncia era de que a morte do escravizado africano André Sapateiro, que teria cerca de 43 anos de idade, tinha sido produzida por torturas infligidas por ordem do seu senhor, importante negociante português. Do *Auto de Buscas* realizado na chácara do réu participaram o Juiz Municipal e Delegado de Polícia Miguel de Castro Mascarenhas⁵, o Promotor Público interino Manoel Vaz Pinto, o oficial de justiça João Fernandes de Oliveira e uma escolta do Corpo Policial.

Na sala de entrada da casa de moradia, o Doutor Castro Mascarenhas perguntou a umas “senhoras que na casa se achavam” onde estava o réu, e estas disseram que ele saía de manhã. O Ministro então disse que aquilo “não era verdade”, pois constava que o réu estava adoentado e não poderia se afastar de sua residência. Como as senhoras insistissem na negativa, o Ministro mandou que fosse arrombada uma porta que conduzia da sala de entrada para uma *sala grande*. Ao começar o arrombamento, o réu perguntou de dentro da casa - “quem é que está aí?”, abrindo a porta e sendo então intimado pelo Oficial de Justiça, “para que mandasse abrir

3 Sobre o Conselho de Estado, ver: CARVALHO, 2014; COSTA, 1996; MARTINS, 2005; RODRIGUES, 1978.

4 APERS – Juízo Municipal e Delegacia de Polícia de POA, sumária: 841, maço 28, estante 10. Autor: justiça, réu preso – Antônio Gonçalves Carneiro, 1852.

5 Mascarenhas será melhor identificado adiante, mas o acúmulo dos cargos de delegado de polícia e juiz municipal era regido pela lei nº 261, de 03.12.1841 e pela sua regulamentação (nº 120), feita no ano seguinte, em 31.01.1842.

todas as portas da sua casa, afim de se dar uma busca; por ele foi dito que o podiam fazer, que a casa estava as ordens”.

Descendo para o pátio, as autoridades encontraram fechada a porta de um quarto, localizado “por debaixo da varanda” e exigiram a chave, que foi apresentada, sendo dentro “encontrado um argolão preso ao soalho, e este e as paredes dos lados manchadas de sangue ainda fresco”. Indagando o Ministro aos escravizados da casa “a causa daquele sangue”, informaram que era do preto André Sapateiro, escravizado do mencionado Carneiro, que havia falecido de castigos que lhe foram aplicados na sexta-feira da semana passada, à tarde, e que naquela noite fora conduzido para o Hospital da Santa Casa, para ser enterrado. Foi então perguntado aos *pretos* a causa do castigo e eles informaram que foi por ter André permanecido fugido por 3 dias. As autoridades mandaram chamar o capataz Manoel José de Carvalho, que estava nos fundos da propriedade, mas este quando viu os soldados se evadiu. O Ministro encerrou a diligência, mandando recolher quatro dos escravizados, sendo que dois destes foram os que aplicaram o castigo que ocasionou a morte de seu parceiro. Os passos das autoridades, descritos no auto de buscas, denuncia que eles estavam seguindo pistas pré-existentes, certamente provenientes de informações dos cativos denunciantes do fato.

No mesmo dia da invasão, ainda na chácara do Caminho Novo, as autoridades interrogaram pela primeira vez o acusado. Antônio Gonçalves Carneiro disse viver de negócios, estar com 60 anos de idade, ter nascido em Portugal e ter vivido sempre solteiro. Ele confirmou que possuía um escravizado chamado André, oficial de sapateiro e que ele estava “morto e enterrado no Cemitério da Santa Casa”, tendo falecido em decorrência do tétano numa ferida em uma perna e que nenhum facultativo atestou a causa da morte e “que ele interrogado conhece que era tétano, por entender da matéria”. O réu disse ignorar a origem dos vestígios de sangue no quarto que dava para o pátio, na parte debaixo do sobrado, e que o argolão no as-soalho existia há 30 anos, quando seu irmão Francisco Gonçalves Carneiro construiu a casa, ignorando a sua utilidade. Esclarece que o escravizado sapateiro André não dormia naquele quarto, “pois que a muitos anos se achava alugado, a servir por fora”. No dia do falecimento, André estava no pátio da casa, “tendo vindo agarrado de uma fuga que fizera” no domingo passado e que a sua morte ocorreu repentinamente, às 3 horas da tarde, e não deu tempo de levá-lo para o quarto e de *tardezinha* deste mesmo dia foi para a Caridade para ser enterrado, carregado pelos pretos Francisco, de nação, e Camilo. Logo em seguida se passa um diálogo tenso entre o réu e o juiz, que o escrivão tratou de verter no papel:

Perguntado se ele [réu] não sabe o fim desta diligência e ignora a causa dela, porque razão dissera a ele Juiz que o valesse, que só ele o poderia fazer, e que não o compromettesse. Respondeu que nada disto aconteceu. Perguntado se ele Juiz então faltara a verdade, dizendo uma cousa a qual não acontecera entre ele e o interrogado. Respondeu que nada diz, e que nada se passou.

O trecho acima transparece uma indisposição do Juiz Municipal e Delegado Miguel de Castro Mascarenhas com o réu lusitano. A fuga do capataz (que como veremos depois, foi recompensado no inventário de Gonçalves Carneiro) e o pedido de ajuda do réu ao juiz, denunciavam a ocorrência de um crime, tendo como vítima um africano escravizado. Na continuação do interrogatório o réu foi indagado como ocorrera o enterro, “sem atestado de professor algum, sem o visto da autoridade competente e a certidão do escrivão de paz respectivo”. O réu assumiu ter mandado castigar o escravizado fugido, mas não lembrava o dia em que isso ocorrera e nem o nome do *preto* que fora mandado aplicar o suplício, mas não atribuía a morte as chicotadas dadas, que apenas provocaram contusões, não vertendo sangue.

As autoridades – principalmente o juiz e delegado de polícia e o promotor público – permaneceram insatisfeitos com as respostas daquele senhor e deram início a um processo para apuração dos fatos. Desconfiava-se, com fortes evidências a respeito, que um homem adulto chamado André, que se ocupava do ofício de sapateiro, havia sido brutalmente assassinado a mando de seu senhor e rapidamente enterrado, visando-se com isso prejudicar a constatação do crime. O acusado da morte deste africano escravizado teria sido seu senhor, o comerciante português Antônio Gonçalves Carneiro. As autoridades provinciais mostraram muito interesse no caso, que, como vimos, chegou até o Conselho de Estado imperial. O artigo analisa os envolvidos nesse supliciamiento, o qual nos permite observar o cenário escravista meridional imperial, dando destaque a questão do tráfico de cativos e das ações das autoridades jurídicas no que se refere a criminalidade dos cativos. O caso evidencia uma tentativa de autoridades imperiais se imiscuírem nas relações cotidianas entre escravizados e seus escravizadores e nas dificuldades encontradas no embate com os *ethos* senhoriais.

1 “Que castigava a ele informante e a outro seu parceiro, para eles darem as vergalhadas mais fortes”: o crime

Às 5 horas da tarde, do mesmo dia da invasão da chácara no Caminho Novo, foi realizado o Auto de Exumação do Cadáver do escravizado André, no Cemitério do Alto da Azenha, 2º distrito de Porto Alegre. Presentes naquele lúgubre ato estavam o Chefe de Polícia Antônio Ladislau de Figueiredo Rocha, o Delegado de Polícia Miguel Castro Mascarenhas e os doutores em medicina Luiz da Silva Flores e Ciro José Pedrosa. Junto dessa comissão de ilustres homens brancos, estavam 4 *pretos*, parceiros do falecido. O cadáver do *preto* André foi enterrado naquele campo santo três dias antes, em 24 de janeiro de 1852, às 7:30 horas da manhã, na sepultura nº 1276 e, aberta a sua cova, seu corpo foi reconhecido pelos *pretos* como seu parceiro assassinado. Os médicos presentes declararam então:

[...] que tendo todo o tronco coberto de uma mortalha escura com a face irregularmente vultuosa e decomposta; tirada a mortalha, e rotas a camisa e calças de algodão que o vestiam, notaram que ele se achava bastante tumefato pela infiltração de gases que se exalaram com o cheiro próprio da putrefação; examinando todo o corpo, por contar ter sido vítima de castigos corporais, só observaram o seguinte: descolação da epiderme em quase toda a extensão dos ombros, onde haviam muitas feridas contusas (vulgo *lanhos*) de duas e 3 polegadas de comprimento, em sentido transversal, de meia a uma polegada de largura, estando algumas agrupadas, e estas com dita [trecho rasgado] nas partes correspondentes as escápulas; as nádegas acham-se em semelhante estado, sendo a esquerda mais dilacerada.

Verificados os violentos maus tratos infligidos pelos *lanhos* senhoriais, as autoridades perguntaram aos médicos que examinavam o cadáver do africano André, se aqueles *estragos* verificados teriam provocado a morte? Os facultativos responderam de forma dúbia:

Responderam que, conquanto aqueles pudessem por diversos modos havê-la determinado, e isso lhes parecesse, visto como foram informados haver a dita morte tão imediatamente se sucedido, todavia como médicos não lhes era dado assegurar que fosse ela sua consequência necessária, pois faltava para base deste asserto o conhecimento presencial seu, do que se passou entre o castigo que produziu os ferimentos, causa presumível da morte, a esta.

Se houve desacordo entre os médicos a respeito do diagnóstico acima não sabemos, mas o que pressupomos é que os *estragos*, as dilacerações encontradas no corpo do africano André seriam certamente motivo para o seu falecimento. Mas os médicos parecem alegar que o exame cadavérico não era suficiente para provar o crime, mesmo que estivessem evidentes os machucados causados pelas chicotadas. Os facultativos pretextam que só o acompanhamento do indivíduo supliciado, após o suplício, permitiria uma opinião contundente a respeito, já que o desleixo nos seus curativos poderia ter causado o óbito. Desleixos que, obviamente, deveriam também ser atribuídos a vontade senhorial. Podemos aventar que a hesitação dos médicos pode ser atribuída a vontade dos facultativos em não ofender alguns de seus mais importantes clientes, os senhores escravistas. Enquanto as autoridades imperiais pareciam mais dispostas a coagir um proprietário escravista, os médicos, receosos, recorriam a dubiedade em seus argumentos.

Se a saúde do réu não andava boa, a ansiedade gerada pela intromissão das autoridades no exercício de seu mando senhorial e o seu recolhimento para a cadeia de justiça agravaram ainda mais as suas enfermidades⁶. Segundo os autos do processo movido contra Antônio Gonçalves Carneiro, ele teve que ser removido da cadeia para a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre⁷. Ele então oficiou ao Delegado de Polícia de que essa medida fora provocada por sua “gravíssima enfermidade” e naquela instituição, em função de sua condição de réu, “se está tratando recluso e guardado em um quarto”. Mas como foi intimado a assistir os depoimentos das testemunhas, Gonçalves Carneiro alegava que “se for obrigado a sair do mencionado Hospital [...] se exporá a perder precipitadamente a vida”, confirmando o que alegava com um atestado do médico Ernesto Ricardo Heinzelmann, que confirmava que ele padecia de problema respiratório grave, devendo “se abster de qualquer exercício que lhe cause cansaço, por menor que seja”⁸. O Delegado aceitou os argumentos e mandou que as testemunhas comparecessem em uma das salas do Hospital da Santa Casa,

6 Sobre as políticas de controle senhoriais, ver: MARQUESE (2004).

7 Sobre a Santa Casa de Porto Alegre, ver: WITTER, 2007; WEBER, 1999; TOMASCHEWSKI, 201; FRANCO, 2003.

8 O Doutor Heinzelman se formou médico na Universidade de Berlim, validando seu diploma no Brasil em 1846. Ele nasceu na Prússia (Havelberg) e veio para o Brasil em 1846 com sua primeira mulher, Amanda Juliana Elisabeth Koethcke, com quem casou pelo rito protestante em Hamburgo, em 28 de fevereiro daquele ano. Abandonado pela primeira esposa, Heinzelman recebeu autorização para casar novamente na Igreja, com Francisca Bezerra, em 14.05.1853. Ele faleceu em 02.07.1890, deixando a viúva e 4 filhos (Alfredo, Ricardo, Oscar e Paulina Henzelmann de Moura, casada com o Dr. Afonso Henrique de Moura). (APERS - Cartório da Provedoria e Ausentes – 1890, inv. 715, maço 42 / OLIVEIRA, 2018, p. 202).

ainda aceitando o requerimento do réu de que ele fosse assistido por um advogado durante os depoimentos das testemunhas, “pela sua rudeza e estado de gravíssima enfermidade”.

Naquele dia certamente quente de 9 de fevereiro de 1852, nas salas do hospital da Santa Casa, local instalado em um ponto elevado da capital da província e assolado por ventos que vem do lago Guaíba, que diluíam os pútridos miasmas transmissores de doenças, o Delegado de Polícia Castro Mascarenhas e o Promotor Público Manoel Vaz Pinto, deram início as formalidades legais de apuração da culpa da morte do africano André Sapateiro. Primeiro se procedeu ao auto de qualificação do réu, que disse chamar-se Antônio Gonçalves Carneiro, filho de outro homônimo e sua mulher Dona Tereza Rodrigues. Talvez por sentir que a situação não lhe favorecia, Antônio declarou que era cidadão brasileiro, omitindo o fato de ser português.

O segundo a depor foi o caixeiro da casa comercial do réu, que já havia deposto no mesmo dia em que o seu patrão fora preso. Português como o seu patrão, Joaquim Teixeira do Vale era solteiro, tinha 31 anos de idade e vivia de seu ordenado de caixeiro. Ele mostrou-se convicto da versão senhorial, de que André morrera de tétano, decorrente de umas feridas, as quais não sabia a origem. O caixeiro lusitano não sabia detalhes da morte de André Sapateiro por morar na cidade e não na chácara, onde ocorrera a morte, e que no mesmo dia o cadáver foi “depositado no lugar do depósito de corpos na Santa Casa, afim de proceder-se ao respectivo enterro”. Ele depoente, “apenas tinha feito a declaração de óbito no Juiz de Paz, assinado o termo e tirado a Certidão”, a qual foi apresentada ao Subdelegado de Polícia do 2º distrito, para essa autoridade pôr o visto no documento, mas que as mais diligências foram feitas por Manoel Gonçalves Carneiro, sobrinho de seu *amo*.⁹

Logo depois compareceu para depor a catarinense Dona Antônia Joaquina França, descrita como branca, 55 anos de idade, solteira, que vivia

9 Sobre as redes sociais e familiares que existiam entre portugueses, no Brasil independente, no campo comercial: BRETTEL, 1991; GONÇALVES, 2018; LEITE, 2000; RIBEIRO, 2010; SANTOS, 2018; SCOTT, 2000; VENDRAME & MOREIRA, 2021. Esse sobrinho – Manoel Gonçalves Carneiro – tornou-se irmão da Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre em 27.01.1839, aos 30 anos de idade. Era natural do Reino de Portugal, freguesia de São Silvestre de Requião, termo de Barcelos, arcebispado de Braga, era filho legítimo de João Gonçalves Carneiro (já falecido) e Ana Maria Correia. Ele estava “estabelecido nesta cidade, onde vive de seu negócio” e era casado com Emília Rosa de Miranda Carneiro, natural de Portugal, da freguesia da Sé, cidade do Porto, filha legítima de José Carvalho de Miranda e Ana Rosa Gomes de Carvalho (CHC/SCMPA – Entradas de Irmãos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, livro 1 (1825 a 1851), folha 109v).

em Porto Alegre na companhia de seu sobrinho, o Doutor França, “e de presente em casa do acusado, a vigiar o seu tratamento”.¹⁰ A cuidadora de Gonçalves Carneiro foi muito detalhista em seu depoimento, fornecendo uma primeira visão mais aproximada do último dia de vida daquela vítima dos desmandos senhoriais. Segundo ela, André morreu em uma sexta-feira, de um estupor ou tétano, chegando na chácara amarrado por uma “*fugida* em que ele andava a dias, mas que não fora apresentado ao seu senhor, por este se achar bastante doente de sua enfermidade e atacado, justamente neste dia, de bastante febre e prostrado na cama”, mas sim ao capataz Manoel de Tal, “o qual tem a seu cargo os escravos e os manda castigar quando preciso, por ordem geral de seu senhor”. Ela ouviu de uma janela do sobrado que dava para o pátio que, após receber o castigo, André pediu água, ao que o capataz negava, mas finalmente o africano conseguiu saciar a sede em um barril. Após, a testemunha escutou *barulho de gritos* e chegando a janela viu que o capataz estava dando algumas chicotadas para fazer o escravizado andar para a *sanzalla*, dizendo que ele não se movia por manha. Nesse momento, o *preto* caiu no chão com o pescoço torto e convulsões:

[...] fazendo movimentos com os olhos e a boca e com isto se armou o maior barulho, o que obrigou o réu, apesar de estar nesse dia no mesmo estado de gravíssimo ataque de doença, arrastar-se a janela a ver o que houve e vendo o escravo naquele estado determinou que o conduzissem para um quarto que estava mais próximo, e que lhe dessem um caldo, e pouco tempo depois de recolhido o negro ao quarto, veio um preto escravo do réu participar que, levando-se o caldo ao dito André, este o não tomara por estar com os dentes cerrados, e dizendo-lhe ela testemunha que abrisse a boca com uma colher para botar-lhe o caldo, o mesmo preto voltou daí a pouco dizendo que o mencionado André havia falecido.

Logo depois se seguiram dois depoimentos de homens brancos, um empregado público e outro negociante, vizinhos da chácara do Caminho Novo, que viram as manchas de sangue na parede do quarto, mas não lhes pareceu que fosse sangue, um deles depondo que parecia alcatrão.¹¹ Depois

10 Essa testemunha morreu aos 78 anos de idade, *branca* e solteira, em 02-7-1875, de bronquite, sendo enterrada no mesmo dia na catacumba nº 156 da 3ª ordem do cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (CHC / SCMPA – Livro de Óbitos nº 12, registro 18241).

11 Trata-se de Prudêncio José da Câmara e Sá (casado, natural desta província, 43 anos, oficial da Secretaria da Assembleia Provincial) e José da Costa Torres (casado, desta Província, que vivia de negócio, 60 anos de idade).

compareceu o *pardo* José, escravizado do acusado Carneiro, que deu um testemunho corajoso e bastante rico em detalhes. José narrou que numa sexta-feira, vindo André amarrado de uma fugida, seu senhor o mandou “amarrar em uma escada dentro de um quarto, por baixo da casa e mandou ao depois castigá-lo por dois seus parceiros, com dois bacalhaus, e depois desse castigo o dito André veio para o pátio, por ordem do capataz e aí ainda fora suficientemente castigado”. Difícil imaginar o efeito no corpo de um ser humano dos açoites praticados por dois homens adultos, armados com chicotes de couro cru cada um, chamado na época de bacalhau.¹² Após esta cruel e violenta tortura, o senhor ainda ordenou que André fosse “ajuntar o cisco da terra da chácara, que estava lavrada”, mas ele não conseguiu cumprir essa ordem, por “estar muito machucado”, sendo então mandado para o quarto, “afim de descansar”. O *pardo* José ainda testemunhou que, destrancado o quarto, depois de meia-hora, seu *parceiro* André foi encontrado morto, atribuindo a sua morte a sede, já que depois de todo o castigo recebido ele implorava por água e o seu senhor proibiu fornecer-lhe qualquer líquido.

Após este contundente depoimento, o réu, mesmo doente, pediu a palavra e contestou o *pardo* José, atribuindo a *calúnia* proferida a ele ser “seu escravo e em consequência seu capital inimigo”. Carneiro reclamou que seu escravizado José fora posto em custódia desde o dia 27 de janeiro e que ele teria dito a outros que se o seu senhor fosse condenado, ele ficaria forro e iria “sentar praça de soldado”¹³. O réu ainda declara algo que não constava nos autos, informando que antes do escravizado *pardo* José depor, o *ministro* lhe disse “que ele podia dizer o que quisesse contra seu senhor, que daí lhe não podia resultar dano algum”, sendo decorrente disso o *atreuimento* da testemunha em caluniar a ele acusado. Carneiro encerra a sua interrupção afirmando que não fora ele que mandara castigar André e que nem “assistiu a esse castigo por estar então com um grave ataque de sua enfermidade e que só se arrastou até a janela de uma sala que bota para o pátio, quando ouviu este grande barulho” e vendo que o cativo caía, mandou recolhê-lo.

Este tenso embate entre um senhor de escravizados, que como veremos era dotado de razoável riqueza patrimonial, seus *atrevidos* escravizados e autoridades nomeadas pelo governo imperial, parece antecipar uma gra-

12 Sobre as torturas aplicadas aos escravizados e escravizadas: CARNEIRO (1958, p. 56), LOPES (2004, p. 87 e 654).

13 Ser alforriado condicionalmente com a obrigação de servir ao exército era algo plausível em uma província com o grau de beligerância da sulina e estava, por assim dizer, no campo de possibilidades dos cativos, por isso o discurso daquela autoridade, se é que realmente foi proferido, encontrou eco nos sentimentos e nas experiências sociais dos escravizados daquela escravaria. (CARVALHO, 2013; ARAÚJO, 2016).

dual intervenção dos poderes públicos nas relações antes essencialmente privadas entre escravizadores e suas mercadorias humanas.¹⁴ Se no início do documento judiciário, as autoridades fizeram questão de registrar nos autos o pedido de ajuda daquele senhor para a justiça e promotoria – de que o *valesse* e não o *compromettesse* –, no momento do depoimento do pardo José, o réu conseguiu que o escrivão registrasse sua contrariedade com a ação do juiz, o qual teria, segundo Carneiro, incitado o *atreuimento* do depoente, prometendo-lhe proteção da sanha senhorial. Promessa de proteção que, como vimos no início desse artigo, não teve respaldo do Conselho de Estado.

O próximo a comparecer frente ao juiz, ao promotor e ao réu, foi outro escravizado do senhor acusado de assassinato, o *preto* Aniceto. Ele testemunhou que o seu *parceiro* André fora despedido da loja de sapateiro em que trabalhava e receando voltar para a casa de seu senhor, “que o castigaria por ele não ter o que fazer”, fugiu ausentando-se por 3 ou 4 dias. O resto da narrativa segue os passos da do *parde* José. Capturado e levado para a chácara, André foi castigado, a mando de seu senhor, por dois de seus *parceiros*, José e Francisco, cada um com seu *calhao*, em um quarto debaixo da escada. Depois da atroz surra aplicada, André foi mandado recolher cisco no terreno, mas como estava demasiado lesionado dos castigos, foi recolhido ao mesmo quarto, “onde um minuto depois o seu parceiro morreu”. O réu contestou o depoimento da mesma maneira que o anterior, dizendo que o *preto* Aniceto também fora recolhido em custódia da justiça em 27 de janeiro, data em que a sua chácara fora invadida pela polícia e que:

[...] **é constante que pessoa inimiga do acusado, e que** [ele] ignora quem seja, conseguiu persuadir tanto a esse escravo como aos outros escravos assim retidos, que se o seu senhor ficasse culpado, eles livres ficariam, persuasão em que pela sua rusticidade se confirmara, segundo parece como dissera, que antes de principiar este ato lhe fez o Meritíssimo Juiz, declarando-lhe que [Aniceto] podia declarar contra o acusado o que quisesse, por que daí lhe não resultaria perigo algum, sendo em consequência, na esperança de obter a sua liberdade, que se aventurou a propalar contra o acusado as calúnias da sua informação.

O próximo informante foi um dos que aplicaram o castigo mortal

14 Sobre esse novo contexto da sociedade escravista, verificável na segunda metade do século XIX: AZEVEDO (2010), MACHADO (1987), MATTOS (1995), FERREIRA (2003), CAMPOS (2003), CHALHOUB (1990).

ao parceiro André. Segundo o africano José Rebolo, também escravizado do réu Carneiro, o falecido André foi demitido pelo Mestre Sapateiro da loja onde trabalhava, “por não haver mais trabalho a lhe dar”.¹⁵ Recolhido a casa do senhor, depois da fuga de alguns dias, André foi amarrado em uma escada, dentro de um quarto, por debaixo da casa, e ele depoente e Francisco castigaram o parceiro, cada um com seu bacalhau, assistindo a tudo isso o senhor e o capataz, “que castigava a ele informante e a outro seu parceiro, para eles darem as vergalhadas mais fortes”. Mesmo depois desse açoitamento, André recebeu mais castigos, por ele estar *embançando*, sem poder ficar em pé. Depois de aplicar os açoites em seu parceiro, José Rebolo foi trabalhar e voltando de noite soube da morte de André.

O outro supliciador involuntário de André depôs em seguida. O *preto* Francisco, também escravizado do réu Antônio Gonçalves Carneiro, relatou que André, após ser demitido, recebeu vir para o poder de seu senhor, “por este ser ruim”. O depoimento de Francisco segue a estrutura dos de seus parceiros, acrescentando que, depois de ministrados os açoites com bacalhau em André, ele ainda foi amarrado pelo pescoço em uma macieira e ali os castigos continuaram e depois o “mandaram ajuntar capim na roça”, mas ele não conseguiu.

Percebendo estar sendo pressionado pelas autoridades imperiais e não tendo conseguido dissuadi-las a respeitarem a sua autonomia de proprietário escravista, Antônio Gonçalves Carneiro tratou de repelir as acusações. Apresentando-se como negociante e proprietário, o português e cidadão naturalizado brasileiro declarou que os *escravos informantes* eram seus há anos, “desde que os comprou os conhece”¹⁶. André teria fugido da casa do mestre sapateiro ou da Oficina do Trem, onde tinha o mesmo mestre o colocado há algum tempo¹⁷. Sendo capturado, ele foi levado para a chácara em uma quinta-feira, não sendo apresentado a ele, seu senhor, por estar doente. O capataz tinha autorização para agir, “sem nova e especial ordem dele” e se isso não foi o que ele acusado disse desde o início, isso deve-se

15 Segundo Nei Lopes (2004, p. 560), rebolo era o nome dado no Brasil ao “indivíduo dos Libolo, povo do grupo etnolinguístico dos Ambundos, estabelecido ao sul do curso inferior do rio Cuanza”. Ver também: KARASCH (2000), ALENCASTRO (2000), BERUTE (2006), FLORENTINO (1997), PINTO (2018), RODRIGUES (2000), SLENES (1999).

16 O arrolamento de testemunhas informantes constava do capítulo VI (Das Provas) do Código de Processo Criminal de primeira instância de 1832: “Artigo 89. Não podem ser testemunhas o ascendente, descendente, marido, ou mulher, parente até o segundo grão, o escravo, e o menor de quatorze annos; mas o Juiz poderá informar-se delles sobre o objecto da queixa, ou denuncia, e reduzir a termo a informação, que será assignada pelos informantes, a quem se não deferirá juramento”. (AHRs – Fundo Legislação, código 52).

17 A Oficina do Trem era uma provável referência ao Arsenal de Guerra, podendo André ter ido ali parar por problemas disciplinares (LAUX, 2020; SANTOS, 2018).

a sua gravíssima enfermidade e “a vista do aparato da força armada” que cercou a sua casa, “tanto que não duvidou mandar enterrar publicamente o dito escravo, depois de se haverem cumpridas todas as formalidades legais”. Carneiro então oficia ao Provedor da Santa Casa de Porto Alegre, pedindo cópia de todos os documentos com que foi sepultado André, sendo-lhe fornecidos os seguintes:

a) Informação do livro 1º de Óbitos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre com os dados do óbito de André;

b) Declaração em cartório do caixeiro do réu, Joaquim Teixeira do Vale, informando que André faleceu de tétano, em uma chácara do Caminho Novo;

c) Ofício ao encarregado do cemitério José Antônio Soares para enterrar André e o comprovante de que Antônio Gonçalves Carneiro pagou 5 mil réis pela sepultura, sendo 4\$ pela condução no carro e 1\$ pelo enterro.¹⁸

2 Pelas ondas do Atlântico

Na pesquisa sobre o tráfico escravista realizada pelo historiador Gabriel Berute, o nome do português Antônio Gonçalves Carneiro aparece com destaque entre os negociantes de mercadorias humanas. Na tabela intitulada “Lista dos traficantes que despacharam mais de 75 escravos para o Rio Grande de São Pedro do Sul”, entre os anos de 1788 a 1824, ele consta em 12º lugar entre 20 traficantes, com a remessa do Rio de Janeiro de 99 escravizados, em duas ocasiões diferentes (BERUTE, 2006, p. 144). Em 4 de fevereiro de 1822, Antônio Gonçalves Carneiro pagou 470\$400 réis de direitos e despachou da Corte um lote de 98 *escravos novos*, certamente africanos recém chegados da travessia atlântica. Três dias depois, em 7 de fevereiro, o mesmo traficante despachou um único escravizado, já ladino, pagando 4\$800 réis de taxas.¹⁹

Estes despachos não significaram as únicas transações desses portugueses com mercadorias humanas. É provável que os contatos ou redes que mantinham na Corte continuaram abastecendo a sua casa comercial de corpos negros, que eram comercializados com os senhores escravistas locais. Em 7 de julho de 1824, por exemplo, morreu de *moléstia interna* o reboleiro Félix, de cor preta e com 50 anos de idade. O africano Félix era escla-

18 Os procedimentos do enterro remetem para a Lei provincial nº 236 de 09.12.1850. Lembrando que o Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre foi criado no ano de 1850 (MEIRELLES, 2016; NASCIMENTO, 2006).

19 ANRJ - Código nº 390, volume 2, folhas 8V e 9. Documentos gentilmente cedidos pelo historiador Gabriel Berute.

vizado de José Luiz da Mota, residente no Rio de Janeiro, mas estava em poder do capitão Francisco Gonçalves Carneiro em Porto Alegre, irmão de Antônio, provavelmente em consignação para que o mesmo o vendesse aos senhores meridionais.²⁰ O registro de óbito era, nesse caso, um documento comprobatório necessário para que se comprovasse para o senhor carioca que o seu escravizado havia morrido. Francisco Gonçalves Carneiro, irmão do réu Antônio, matriculou-se no Rio de Janeiro como “negociante de grosso trato do Rio Grande”, em 29 de janeiro de 1816, apresentando como testemunhas de suas atividades mercantis os negociantes cariocas Antônio Francisco Leite (morador na Rua da Quitanda) e Antônio Luís Gonçalves Viana (morador na Rua de São Pedro).²¹

Pesquisando as elites no “extremo meridional brasileiro”, entre 1808 e 1831, Adriano Comissoli encontrou o negociante-trafficante Francisco Gonçalves Carneiro ocupando ofícios na Câmara Municipal de Porto Alegre em três momentos: nos anos de 1817 e 1818 ele foi procurador e em 1823 atuou como vereador de barrete (COMISSOLI, 2011, p. 98 e 364). Ele aparece listado como eleitor da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus, de Porto Alegre, em 1833, mesmo ano em que veio a falecer de hidropisia alta, então com 50 anos de idade.²² O óbito do capitão Francisco Gonçalves Carneiro ocorreu em 23 de novembro de 1833 e cinco dias antes, certamente sentindo que as suas forças se exauriam, aquele português registrou suas últimas vontades em um testamento. *Doente de cama*, o lusitano Francisco registrou nas primeiras linhas de seu testamento algumas informações biográficas, dizendo ser natural da freguesia de São Silvestre de Requião, arcebispado de Braga, no Reino de Portugal, filho legítimo de Antônio Gonçalves Carneiro e Tereza Rodrigues, ambos já falecidos. Ele declarou ser solteiro - “não tenho, nem jamais tive filho algum, quer natural, quer legítimo” - e nomeou como primeiro testamenteiro o irmão Antônio,

20 AHCMPA - Livro 3 de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, folha 93v.

21 ANRJ - Matrícula de negociantes – Códice 171, volume 1, folha 160v. Em 8 de junho de 1822 foi passada a carta de alforria do africano Caetano, por seu senhor Jerônimo Francisco de Vargas, morador no distrito do Caí. O senhor informou que Caetano lhe dera 240 mil réis, “oferecido voluntariamente por seu valor e estimação [...] no importe de um escravo novo”. Esse *escravo novo* foi comprado ao Capitão Francisco Gonçalves Carneiro e devia fazer parte daquele lote de *boçais* trazidos do Rio de Janeiro (APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Diversos livro 8, folha 7v, 05/07/1822).

22 AHRs - Lista para Eleitores da Freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, 03-03-1833; AHCMPA – Livro de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus (1831/1836), folha 80; APERS – Cartório da Provedoria de POA, inventário nº 30, inventariado: Francisco Gonçalves Carneiro, Inventariante: Antônio Gonçalves Carneiro, 1833.

depois o sobrinho Manoel Gonçalves Carneiro²³ e, em terceiro, a outro sobrinho, Antônio Gonçalves Carneiro.

Francisco afirmou possuir “umas casas térreas com 13 portas na frente a Oeste na Praça da Alfândega, desta cidade, com seus competentes fundos, até o Beco do Quebra Costas, fazendo igualmente frente ao Rio, para o qual tem 6 portas”, uma chácara no Caminho Novo, com casa de sobrado e seus pertences, o patacho Novo Dourado, 21 escravizados, móveis da casa, fazendas da loja, gêneros de armazém e dívidas ativas e “dinheiro do giro do comércio”. Afirmou também que devia ao irmão Antônio 6:373\$737 réis e tinha contas de crédito e débito com negociantes do Rio de Janeiro, os quais “tem-se-me consignado algumas fazendas e gêneros de várias praças”. Entre esses *gêneros* certamente escravizados e escravizadas.

O patacho pertencente a Francisco Gonçalves Carneiro estava fundeado no canal fronteiriço a vila de São José do Norte, localizada na orla atlântica gaúcha, ao lado do porto de Rio Grande. A embarcação foi avaliada por um calafate e um carpinteiro da ribeira por 4 contos e 500 mil réis, e nela trabalhavam sete escravizados: Domingos (44 anos), José (48 anos), Antônio (38 anos), Paulo (29 anos), Marcos (29 anos), Francisco (30 anos) e outro Francisco (26 anos). Os três primeiros, marinheiros, foram avaliados por 350 mil réis cada um, enquanto que os restantes valiam 300 mil réis.²⁴ A escravaria de Francisco Gonçalves Carneiro somava 21 homens, não tendo nenhuma mulher. Sete deles, como já vimos, estavam empregados no patacho Novo Dourado e o restante foi encontrado na capital da província, trabalhando na casa de comércio localizada no centro da cidade, na chácara ou mesmo a ganho.

**Quadro nº 01 – Escravizados de Francisco Gonçalves Carneiro
em Porto Alegre (1833)**

Nome	Idade	Valor	Nome	Valor	Valor
André Sapateiro	24 anos	400\$	José Carpinteiro	32 anos	370\$
Domingos	19 anos	380\$	Longuinho	39 anos	300\$
Domingos Boleeiro	24 anos	400\$	Lourenço	19 anos	380\$
Federico	19 anos	380\$	Luiz		350\$

23 Provavelmente falecido em 20 de abril de 1866 e sepultado no dia seguinte, falecido de anasarca. Era *branco*, tinha 58 anos, era natural de Portugal (CHC/SCMPA – Livro nº 6 de óbitos de pessoas livres, registro 10854).

24 Obviamente os trabalhadores arrolados nesta embarcação são os escravizados, assim, não sabemos se mais alguns – e quantos – homens livres ou forros, ali labutavam.

Francisco	cego, 80 anos	s/valor	Mateus	42 anos, rendido	280\$
João	38 anos	320\$	Miguel	45 anos	320\$
José	30 anos	330\$	Ventura	30 anos	350\$

Fonte: APERS – Cartório da Provedoria de POA, inventário nº 30, inventariado: Francisco Gonçalves Carneiro, Inventariante: Antônio Gonçalves Carneiro, 1833.

As fazendas, móveis e miudezas existentes na casa de comércio foram avaliadas em 9:622\$400 réis, havendo ainda cerca de 720\$640 réis em objetos de prata. A chácara localizada no Caminho Novo foi avaliada em 6 contos de réis, o que indica uma excelente valorização deste imóvel em pouco mais de uma década, já que foi adquirido (então com 519 palmos de frente) de Antônio Luiz Gonçalves, em 5 de julho de 1822, por um conto de réis.²⁵ Dois anos depois, em 26 de abril de 1824, o mesmo capitão adquiriu de José Lourenço, por 450 mil réis, uma porção de terras no Caminho Novo, à vista, em dinheiro.²⁶ A morada de casas situada no centro de Porto Alegre, na praça da Quitanda, de frente ao lago Guaíba, foi avaliada por 11 contos de réis. Não encontramos a compra desses imóveis, mas em 18 de maio de 1826 o Comendador Manuel Caetano Pinto vendeu para o capitão Francisco Gonçalves Carneiro, por 500 mil réis, uns terrenos com alicerces levantados no canto do Beco Quebra Costas, em Porto Alegre.²⁷

Podemos perceber que as aquisições de imóveis pelo Capitão Francisco ocorreram imediatamente após o despacho daquele lote de escravizados do Rio de Janeiro, em 1822. Podemos supor que a venda desses e outros escravizados capitalizaram esses portugueses, que trataram de investir o seu lucro do tráfico em bens imóveis urbanos. Como também notaremos no inventário post-mortem do outro irmão, Antônio Gonçalves Carneiro, eles possuíam abundante dinheiro vivo, talvez proveniente da casa de comércio, mas também dos negócios com mercadorias humanas. A escravidão desse capitão, falecido em 1833, era completamente masculina e africana, o que aventa pensarmos que ele ficou com alguns dos escravizados que trouxe da Corte para si, provavelmente explorando os seus trabalhos em ofícios urbanos diversos e também na navegação de seu patacho. Temos que considerar que, com o fim do tráfico em 1831, uma casa de comércio deveria ser um excelente modo de *lavar* o dinheiro do comércio ilegal de importação de escravizados e escravizadas e isso devia atrair ainda mais a

25 APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Transmissões e Notas, livro 44, folha 24v.

26 APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Transmissões e Notas livro 45, folha 47v.

27 APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Transmissões e Notas livro 45, folha 181v.

atenção das autoridades imperiais para esse sujeito enriquecido.

Antônio Gonçalves Carneiro sobreviveu ao seu irmão Francisco mais de duas décadas, vindo a falecer em Porto Alegre, aos 65 anos de idade, de tísica pulmonar, descrito como branco, solteiro e proprietário, em seu registro de óbito de abril de 1856.²⁸ Na mesma época do crime de que foi acusado, esse português redigiu suas últimas vontades, em dois de fevereiro de 1852, e fez questão de registrar para a posteridade a situação em que se encontrava, como uma forma de denúncia das *injustiças* que sofria. Um senhor de escravizados, ainda mais branco e europeu, ser levado a cadeia e aos tribunais por ter torturado e assassinado um de seus cativos, era muito humilhante para o ethos senhorial daquele período. Escreveu ele no papel em que anotou as suas últimas vontades, que estava gravemente doente “e preso em um quarto do Hospital da Santa Casa de Misericórdia desta cidade, para onde fui removido da cadeia para ser tratado, mas em meu perfeito juízo e entendimento”. Obviamente deu como seus dados de origem e filiação os mesmos do de seu irmão Francisco e também destacou que sempre tendo vivido no estado de solteiro, “nunca tive filho algum, e como todos os meus ascendentes são falecidos, posso livremente dispor de todos os meus bens”. O senhor do escravizado supliciado nomeou como primeiro testamenteiro o seu caixeiro Joaquim Teixeira do Vale, em segundo seu compadre Joaquim Caetano Pinto e em terceiro o sobrinho Manoel Gonçalves Carneiro. O fato de ter passado a vida solteiro e não ter tido filhos ou filhas, mesmo que naturais ou bastardas, não quer dizer que este português viveu no além-mar em anomia social, pois o texto de suas derradeiras vontades está prenhe de indícios de laços sociais, os quais se sentiu obrigado a registrar para a posteridade em seu testamento, legando bens de montantes diversos e com grande autonomia, recompensando fidelidades, cuidados, associações e cumplicidades:

**Quadro nº 02 – Legados do inventário post-mortem de
Antônio Gonçalves Carneiro**

Quantia (réis)	Beneficiado(a)
2:000\$	Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre;
2:000\$	Para sua afilhada Dona Ana, filha legítima do falecido Manoel Gonçalves de Carvalho, “que foi comerciante nesta cidade”; ²⁹

28 CHC/SCMPA - Óbitos de Livres - Nº 3 - 11/12/1855 - 29/07/1858, registro 4487; APERS – 1º Cartório do Cível de Porto Alegre, inventário nº 5620, inventariado: Antônio Gonçalves Carneiro, Inventariante: Joaquim Teixeira do Vale, 1856.

29 Essa Dona Ana usava o nome completo de Ana Joaquina de Carvalho e além desta verba RIHGRGS, Porto Alegre, n. 161, p. 13-51, dezembro de 2021.

1:000\$	Para sua afilhada, cujo nome ignora, filha legítima de José Batista Lobato, que creio atualmente reside em Caçapava;
10:000\$	Ao seu caixeiro Joaquim Teixeira do Vale;
3:000\$	Ao amigo Antônio Fernandes Teixeira – negociante e morador na sua chácara no Caminho dos Moinhos de Vento;
2:000\$	Ao amigo e compadre Joaquim Caetano Pinto, negociante desta cidade;
3:000\$	A Dona Antônia Joaquina França, moradora nesta cidade;
2:000\$	A cada um dos seus sobrinhos, Antônio Gonçalves Carneiro, Francisco Gonçalves Carneiro, atualmente residentes em Portugal, e a Luiz Gonçalves Carneiro, morador na cidade da Bahia, filhos legítimos do finado irmão João Gonçalves Carneiro e de sua mulher Ana Maria Correia;
4:000\$	Para as sobrinhas Maria Correia, Joana Correia e Marcolina Correia, residentes em Portugal, e também filhas do dito meu irmão e cunhada;
6:000\$ ³⁰	A meu sobrinho Manoel Gonçalves Carneiro, morador nesta cidade;
500\$	A minha prima Maria Joaquina, residente em Portugal, a qual é viúva, ignoro de quem;
500\$	Manoel Ribeiro Carneiro;
500\$	Antônio da Silva Oliveira, morador nesta cidade;
1:000\$	Ao amigo Pedro Antônio Martins, morador no Caminho Novo, subúrbios de Porto Alegre;
Tabuleiro ³¹	A Dona Luiza, filha do dito falecido meu compadre Manoel Gonçalves de Carvalho;
500\$	Para um meu afilhado, cujo nome ignoro, filho legítimo de José Ângelo da Fonseca, já falecido, que reside na freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, deste município;

do inventário, recebera de doação de seu padrinho Antônio Gonçalves Carneiro a escravizada Sofia, preta de nação. Em 17 de setembro de 1849 Sofia teve uma filha natural que recebeu o nome de Idalina, batizada na catedral de Porto Alegre, em 27 de janeiro do ano seguinte, apadrinhada/amadrinhada por dois escravizados: Silvino (de D. Luiza Joaquina de Jesus) e Joaquina. Em 1856, esse núcleo familiar escravizado teve a sorte de ganhar na loteria e daí obterem a quantia de 400 mil réis, que entregaram pela alforria de Idalina, então com sete anos de idade (APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, livro 15, carta de 29.10.1856, registrada em cartório em 30.03.1856, folha 121v; AHCMPA – Livro 6 de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, folha 220).

30 “[...] em que se incluirá a [quantia] de 3 contos e 400 mil réis, de que me é devedor”.

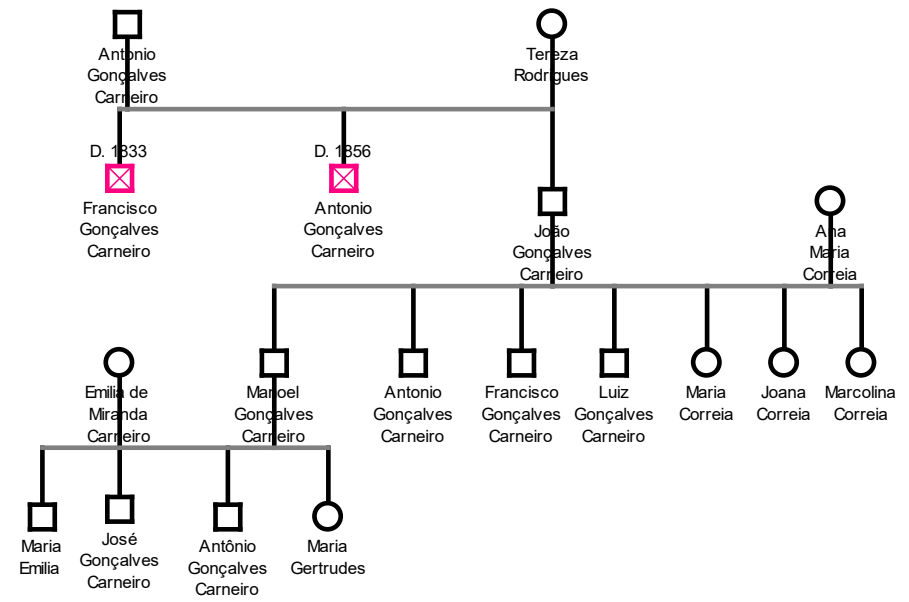
31 Tabuleiro de prata que serve para nele servir o chá, pondo-se no mesmo as xicaras e mais preparos.

Casa	Pede que o testamenteiro compre com dinheiro da herança uma casa nesta cidade, ou seus subúrbios, do valor de 2 a 2 contos e 500 e entregue a Manoel José de Carvalho, “que tem sido capataz de minha chácara e na sua falta ou ausência, a sua mulher Mariana de Tal”, em usufruo, e depois deles pertencerá “aos herdeiros dos ditos legatários”;
211\$440	Ao mesmo Manoel José de Carvalho perdoa uma dívida;
500\$	Para a mulher de José Francisco da Silva, genro do finado João de Souza;

Fonte: APERS – 1º Cartório do Cível de Porto Alegre, inventário nº 5620, inventariado: Antônio Gonçalves Carneiro, Inventariante: Joaquim Teixeira do Vale, 1856.

Estas redes sociais anunciadas e reforçadas pelo documento que expressava as últimas vontades do português Antônio Gonçalves Carneiro nos permitiu esboçar uma árvore genealógica desta família luso-diaspórica.

Árvore genealógica dos Gonçalves Carneiro



Entre os legados listados acima, destacamos três indivíduos, cujos préstimos foram premiados no testamento e inventário do português Antônio. O caixeiro Joaquim Teixeira do Vale recebe 10 contos de réis, evidenciando como ele era importante no gerenciamento da vida (pessoal e co-

mercial) de seu amo. Lembremos que foi ele que conseguiu os papéis para enterrar André, com a suposta causa morte de tétano. Também a cuidadora Dona Antônia Joaquin França, cuidadora do adoentado lusitano, ganhou de recompensa a nada desprezível quantia de 3 contos de réis. E, finalmente, o capataz Manoel José de Carvalho, que fugiu quando da aproximação da polícia e que tinha a responsabilidade de disciplinar os trabalhadores escravizados e que como tal teve direta participação na morte do afro-diaspórico André Sapateiro, ganhou em usufruto uma casa e o perdão de uma dívida.

O defunto deixou finalmente registrado que os seus bens remanescentes, ou seja, aqueles que sobrassem depois de executadas as disposições testamentárias do quadro acima, seriam legados pelos filhos de seu sobrinho Manoel Gonçalves Carneiro e sua mulher Emília de Miranda Carneiro, divididos entre eles “de maneira que os filhos tenham uma parte cada um e as filhas duas cada uma, isto é, o dobro do que receberem seus irmãos”. O patrimônio arrolado por este inventário de 1856, chegou a pouco mais de 150 contos de réis, sendo capital acumulado por este negociante de gentes e outros itens diversos, principalmente concentrado em dinheiro e objetos em metais preciosos, imóveis e escravizados. Assim como seu irmão falecido em 1833, Francisco tinha um montante considerável em *trastes* de ouro e prata (1:469\$100 réis), moedas de prata (350 patações a 2 mil réis cada, num total de 700 mil réis) e moedas de ouro (1.505 *onças*, a 32 mil réis cada, que somavam 48:160\$000 réis). O total acumulado em *trastes* e moedas em outro e prata atingia 50:329\$100 réis. Os bens de raiz vinham em segundo lugar, num total de 44:400\$000 réis, compreendendo 5 imóveis:

Quadro nº 3 - Bens de raiz do inventário de Antônio Gonçalves Carneiro

Bens	Réis	Descrição
Chácara	9:100\$	No Caminho Novo, entre o Beco do Barbosa e o que desce da estrada da Olaria, com 5 janelas de frente ao norte e ao mesmo Caminho Novo, e um portão em cada um dos flancos; “com arranjos acomodados a homem solteiro, sendo sua frente e lados de parede dobrada, e sua base e poucos fundos sustentada sobre pilares e frontais singelos”; entesta com as chácaras de Francisco Pinto de Souza e da preta forra Andreza Maria Francisca de Oliveira;
Casa de sobrado	10:000\$	Na rua da Praia entre a rua do Ouvidor e o Beco do João Coelho;

Casa de sobrado	9:100\$	Na rua da Praia entre a rua do Ouvidor e o Beco do João Coelho;
Armazém	16:000\$	Com 14 portas da frente, na Praça da Alfândega;
Terreno de marinha	200\$	Na praça da Alfândega;

Fonte: APERS – 1º Cartório do Cível de Porto Alegre, inventário nº 5620, inventariado: Antônio Gonçalves Carneiro, Inventariante: Joaquim Teixeira do Vale, 1856.

O negociante Antônio Gonçalves Carneiro, então internado e vigiado pela polícia na Santa Casa de Porto Alegre, não esqueceu em suas últimas vontades de beneficiar alguns escravizados, todos africanos. Ele deixou libertos, com a condição de acompanhá-lo até a sua morte, os pretos Miguel, Domingos Boleeiro, José Carpinteiro, Domingos e José Marinheiro, todos por ele recebidos de herança de seu irmão Francisco, e determinou: “e lhes servirá de título de alforria uma certidão desta verba, que meu testamenteiro lhes entregará logo depois de meu falecimento, entrando eles, logo que isto acontecer, no gozo pleno de suas liberdades”. Além desses cinco escravizados beneficiados por verbas testamentárias condicionadas a morte do legatário, outros nove foram listados, avaliados e legados:

Quadro nº 04 – Escravizados do inventário post-mortem de Antônio Gonçalves Carneiro

Nome	Descrição	Valor (réis)
Antônio	Mina, marinheiro, 45 anos	800
Camilo	Congo, 38 anos, roceiro	800
Camilo	Mina, 41 anos, roceiro	700
Domingos ³²	Moçambique, 43 anos, roceiro	700
José	Cabinda, roceiro, 55 anos	300
Longuinho	São Tomé, roceiro, 60 anos	200
Luiz	Cabinda, cozinheiro, doente, 45 anos	300
Marcos	Cabinda, marinheiro, 24 anos	850
Paulo	Congo, 46 anos	750

Fonte: APERS – 1º Cartório do Cível de Porto Alegre, inventário nº 5620, inventariado: Antônio Gonçalves Carneiro, Inventariante: Joaquim Teixeira do Vale, 1856.

32 O africano Domingos, aparentando 60 anos de idade, foi alforriado pela senhora Maria Gertrudes Carneiro, em 10 de junho de 1875, por carta passada no Rio de Janeiro. O documento concedia plena liberdade e informava que o escravizado foi recebido em partilha da herança do falecido tio da senhora, Antônio Gonçalves Carneiro (APERS – 1º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, livro 23, 23/06/1875, folha 74).

O entrosamento deste português com os caminhos do tráfico se evidencia quando percebemos que toda a sua escravaria, sem qualquer exceção, era composta de homens africanos.

3 “Para que se vá em paz”: os profissionais do direito, os jurados e o mando senhorial

Conclusos, os autos foram enviados ao Promotor Público interino Manoel Vaz Pinto, que deferiu o seguinte parecer:

Respeitando como devo o despacho do meritíssimo Juiz a folhas..., contudo, não tendo conhecimento do artigo do Código de Processo, ou do Regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842, que me autorize para o determinado no mesmo despacho, o meritíssimo Juiz deferirá como a justiça e sabedoria que o caracteriza, **porque sendo Formado em Leis**, melhor pode qualificar o artigo penal em que o réu estava incurso como Juiz Processante. Porto Alegre, 21 de fevereiro de 1852.³³

O parecer do promotor se refere ao Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842 que “Regula a execução da parte policial e criminal da lei nº 261, de 2 de dezembro de 1841”. No capítulo II - Dos Promotores – se especifica que em cada comarca existiria até dois promotores (artigo 213) – “quando pela sua extensão, população e affluencia de negócios de sua competencia, não fôr um só bastante para dar-lhe facil e prompta expedição” e que seriam (artigo 216) de preferência escolhidos para os cargos “bacharéis formados” e “quando os não haja idoneos para os lugares, serão nomeados individuos que tenham as qualidades requeridas pela Lei de 3 de Dezembro de 1841, para ser Jurado, a necessaria intelligencia, instrucção e bom procedimento, preferindo-se aquelles, que no desempenho dos deveres de outros cargos publicos já tiverem dado provas de que possuem essas qualidades”. Os Promotores eram nomeados (artigo 217) pelo Imperador na Corte e pelos presidentes nas províncias, por tempo indefinido, “e servirão emquanto convier a sua conservação ao serviço publico, sendo no caso contrario, indistinctamente demittidos pelo Imperador, ou pelos Presidentes das Provincias nas mesmas Provincias”.³⁴

Este promotor interino leigo, que assume não ser versado em leis, Manoel Vaz Pinto (que anteriormente ocupara o cargo de Juiz de Paz do

33 Grifos nossos. APERS – Juízo Municipal e Delegacia de Polícia de POA, sumária: 841, maço 28, estante 10. Autor: justiça, réu preso – Antônio Gonçalves Carneiro, 1852.

34 AHRs – Legislação, código 69.

1º distrito), faleceu em 29 de junho de 1878, sendo a sua viúva citada pela justiça para encaminhar o seu inventário post-mortem. Ele tinha então 82 anos de idade, era descrito como de cor branca e natural desta província e faleceu de encefalite, ostentando a patente de Capitão da Guarda Nacional.³⁵ Previdente, ele confeccionou um testamento em Porto Alegre, em 3 de julho de 1851, mais de duas décadas antes de sua morte. Nesse documento se apresentava como filho legítimo do Alferes Manoel Vaz Pinto Carneiro e Dona Ana Joaquina de Jesus (já falecidos na ocasião), nascido e batizado na Vila de Santo Antônio da Patrulha (no litoral norte gaúcho), em 06.03.1796, às 3 horas da tarde. Era casado com Manoela Vaz Pinto, sem filhos, “nem filho natural algum” e pedia para ser enterrado “com os meus vestidos ordinários e destes os mais usados, com o meu balandão, 24 horas depois da minha morte, seja posto em caixão forrado de baeta sem galão de prata ou de ouro, e simplesmente com cadarço de lã preta se for preciso” e conduzido a Igreja da Santa Casa, “de onde sou irmão” e depois da missa pede que “os meus irmãos farão o obséquio do costume, levando o meu corpo para o carro que deve conduzir-me ao cemitério, onde mandará minha mulher herdeira e testamenteira fazer uma sepultura no chão, com 10 palmos de fundo para meu último jazigo”. O inventário arrolou apenas alguns móveis (avaliados por 157\$900 réis) e uma dívida que Manoel Pinto da Costa Guimarães tinha com o falecido, de duas letras, de 7 contos de réis. A viúva vivia dos juros dessa dívida, que não estavam sendo ressarcidos e por isso ela estava “devendo os alugueis da casa em que morou, assim como a importância do funeral”.³⁶

A patente da Guarda Nacional, a inserção na Irmandade da Santa Casa e o fato de ter assumido cargos judiciários apontam que se tratava de um elemento dotado de prestígio social, mas seu inventário não nos permite visualizar, exatamente, como se sustentou ao longo de sua vida. Conforme ele afirmou em seu testamento, Vaz Pinto foi admitido como irmão da Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre em 1º de setembro de 1837, sendo seu pai já falecido e a mãe ainda viva. Seus dados pessoais são complementados com os nomes dos avós paternos - Manoel Vaz Carneiro e Maria Fernandes Pinta de Azevedo, naturais da freguesia de São Miguel, da Vila da Torre de Moncorvo, arcebispado de Braga, reino de Portugal, e dos avós maternos - José Silveira Gularte e Quitéria do Espírito Santo -, já falecidos. Quanto ao modo como adquiria seu sustento, Vaz Pinto nos informa

35 CHC/SCMPA – Livro de Óbitos de Livres nº 15, reg. 21347.

36 APERS – Cartório da Provedoria de POA, inventário nº 45, inventariado: José Gonçalves dos Santos, Inventariante: Manoel Vaz Pinto, 1838; Cartório da Provedoria de POA, inventário nº 520, inventariado: Manoel Vaz Pinto, Inventariante: Manoela Vaz Pinto (viúva), 1878.

que - “vive de ser empregado público”, o que mostra que era longeva a sua participação em cargos da burocracia imperial, e daí talvez se explique ou entenda a sua parceria com aquele *forasteiro togado* (MUGGE, 2016), o juiz Mascarenhas.³⁷

Vaz Pinto podia até ser a favor da imposição de penas aos traficantes que desrespeitassem as leis anti-tráfico internacional de escravizados e também a criminalização de senhores excessivamente violentos, mas certamente não tinha problemas em viver e usufruir dos privilégios senhoriais em uma sociedade escravista. No seu inventário post-mortem de 1878 não aparecem escravizados ou escravizadas, mas essa ausência sempre deve ser tomada com extremo cuidado em uma sociedade eminentemente escravista, como a que vicejava no Brasil meridional. Laços escravistas podiam continuar atuando, prendendo compulsoriamente uns indivíduos a outros, sem que os inventários os visibilizassem. Com 50 anos de idade, a pernambucana Joana, escravizada de Manoel Vaz Pinto, faleceu em Porto Alegre, em 1º de abril de 1871, de apoplexia cerebral. A preta Joana era mãe de Carlos, nascido em 15 de outubro de 1854 e batizado em 18 de outubro de 1858, na Igreja da Madre de Deus de Porto Alegre. Talvez sensibilizado pela morte de sua escravizada, o senhor Vaz Pinto passou carta de liberdade para o *mulatinho* Carlos, em 28 de setembro do mesmo ano da morte de sua mãe, com a obrigação dele servir ao senhor ou a senhora até completar 25 anos. Como Carlos aparece como filho natural, não sabemos se ele era fruto da autonomia sexual de Joana, de alguma relação consensual que ela mantinha sem o controle católico ou do abuso senhorial. O certo é que a alforria condicional prendia Carlos até os seus 25 anos, que ele completaria no ano seguinte ao da morte de seu senhor. Assim, Vaz Pinto talvez tivesse em sua cabeça um jovem escravizado, a cuidar de sua casa e de sua saúde.³⁸

37 CHC/SCMPA – Entradas de Irmãos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, livro 1 (1825 a 1851)

38 Também em 1º de julho de 1845 foi batizado na Igreja do Rosário Tomás, filho natural da crioula Isabel, escravizada de Bernardino Antônio de Souza, amadrinhado por Nossa Senhora e apadrinhado pelo cativo Manoel, de Manoel Vaz Pinto. A então viúva de Manoel Vaz Pinto, Manoela, investiu na compra de uma escravizada. Em 11 de agosto de 1879 adquiriu a preta Maria, com 35 anos de idade, pagando 900 mil réis a Cipriano Pereira Nunes. Maria trouxe consigo um ingênuo de nome Calisto, nascido em 14 de outubro do ano anterior, que morreu sem assistência médica dois dias depois do Natal de 1879, com apenas 14 meses de idade. No ano seguinte Maria engravidou novamente, mas perdeu seu filho Manoel, recém-nascido, morto por causa ignorada. Somente em 31 de julho de 1882 é que Maria deu à luz a gêmeos, aparentemente saudáveis, batizados com os nomes de Antônio e Tereza em setembro do mesmo ano. No mês seguinte, em 6 de outubro do mesmo ano de 1882 Manoela Vaz Pinto vendeu a preta Maria, descrita ainda com 35 anos, trabalhadora do serviço doméstico, por 400 mil réis, a Maria Cândida Sueivo. Os gêmeos Antônio e Tereza não foram descritos no papel de venda, o que nos faz supor que faleceram ou que a senhora Manoela conseguiu mantê-los

Alguns anos depois daquele caso do homicídio do africano André Sapateiro, em 29 de março de 1858, Vaz Pinto, aparentemente impulsionado por uma certa sensibilidade com os escravizados, requereu proteção do Juiz de Direito e Chefe de Polícia para alguns jovens libertos irregularmente mantidos em cativeiro. Um seu primo irmão, de nome Laurindo Silveira dos Santos, faleceu em 19 de outubro daquele ano de 1858, deixando-o como tutor dos menores Rogero e Ana, alforriados por ele. Acontece que os menores ficaram com um irmão do falecido, Cristino Silveira dos Santos, que constava estar vendendo uns *bois mansos*, parecendo planejar uma mudança para a Campanha, desconfiando-se que pretendia reduzi-los a escravidão.³⁹

A sucinta retórica do Promotor Público leigo Manoel Vaz Pinto, ao assumir não ser formado em leis, expressou a sua confiança na *justiça e sabedoria* do Juiz Municipal, para o qual os autos foram então passados. O bacharel Miguel Joaquim de Castro Mascarenhas Júnior, personagem importante nesta trama que envolveu a pressão sobre um senhor pretensamente homicida, nasceu na província de Pernambuco, em 8 de janeiro de 1827, sendo batizado aos dois anos e 8 meses, em setembro de 1829, na Freguesia e Vila de Santo Antônio de Jiquiriça, na Bahia. O advogado Miguel tinha um irmão também formado em leis, Gregório de Castro Mascarenhas, também nascido em Pernambuco, em 8 de dezembro de 1827, e batizado na mesma cidade da Bahia, com 1 ano e 9 meses. Os dois irmãos – Miguel e Gregório – se formaram juntos na Faculdade de Direito de Recife, em outubro de 1848, sendo Miguel no mesmo ano nomeado pelo império como Juiz Municipal e de Órfãos de São Leopoldo, município vizinho a Porto Alegre e seu irmão Gregório, em 1851, como Juiz Municipal da cidade de Jaguarão (RS), na fronteira com o Uruguai.

Os irmãos bacharéis eram filhos de Miguel Joaquim de Castro Mascarenhas e de Germana Joaquina da S. Miguel. O pai era também profis-

em seu poder. (AHCMPA – Livro 7 de Batismos de Escravos da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus, folha 94; Livro 2 de Óbitos de Escravos da Paróquia de Nossa Senhora das Dores, folha 18; Livro de Batismos de Escravos da Paróquia de N. Sra. do Rosário nº 1, p. 14; Livro 4 de Óbitos de livres das Dores, folha 46; Livro 4 de Óbitos de Livres da Paróquia de Nossa Senhora das Dores, folha 63v; Livro de Batismos de Livres da Paróquia de Nossa Senhora das Dores, folha 19; APERS - 3º Tabelionato de Porto Alegre, Transmissões e Notas Livros 2 e 9, folhas 100 e 127).

39 AHRS – Requerimento – Polícia, maço 95, 1858. Supomos que Manoel Vaz Pinto passou a maior parte de sua vida, senão toda, em Porto Alegre. Em 23 de julho de 1833, apresentando-se como morador de Porto Alegre, ele requereu e obteve da presidência da província o título de aforamento perpétuo na quadra nº 3, de frente para a Rua Direita, dividindo com terrenos de Bernardino Xavier Coutinho. Dois anos depois, foi a vez de Antônio Gonçalves Carneiro requerer a mesma coisa e receber carta de aforamento para terreno devoluto de frente para a rua do Pinto Bandeira. (AHRS – Fundo Requerimentos, maços 72 e 84).

sional do direito, nascido em 1788, na capitania da Bahia, na vila de Santo Amaro, estudou leis na Universidade de Coimbra, formando-se em 1819, assumindo como juiz de fora de Rio das Contas (MG), nomeado por D. João VI, no ano seguinte, ficando naquele foro até 1821. Foi ainda Desembargador da Relação em Pernambuco (1824) e da Bahia (1831), sendo nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Império em 1850 (FRUTUOSO, 2015, p. 47 / SODRÉ, 2009, p. 414/415).⁴⁰

Ou seja, estamos tratando de um profissional do direito recém egresso da academia de direito do Recife, que não possuía anteriormente (pelo menos que saibamos) qualquer vínculo com a província mais meridional do império. Era um jovem advogado que, sentindo-se representar os anseios do governo imperial, não hesitou em confrontar um senhor escravista, grande negociante, antigo traficante de africanos escravizados, há muitos anos enraizado no Brasil e, em especial, no Rio Grande do Sul. Fiel as convicções que demonstrou em todo o andamento do processo, o bacharel Miguel de Castro Mascarenhas anotou nos papéis judiciais que considerava que o auto de busca realizado na chácara do réu, o auto de exumação e exame do cadáver de André, os depoimentos dos informantes escravizados, eram evidências que obrigavam o réu:

[...] a prisão e livramento, como incurso no artigo 194, com referência ao artigo 195 do Código Criminal, porquanto se manifesta dos autos, que o preto André, escravo do réu, morreu no dia sexta-feira, 27 de janeiro do corrente ano, e logo imediatamente depois dos açoites, que lhe foram mandados dar pelo réu, seu senhor. E para o escrivão lance o seu nome no rol dos culpados, e o recomende a cadeia, em que se acha. E sigam-se os mais termos. Porto Alegre, 28 de fevereiro de 1852.⁴¹

O Libelo Crime Acusatório que se seguiu foi redigido pelo promotor público Antônio José de Moraes Júnior, filho de um português cirurgião,

40 Agradecemos a gentileza e o profissionalismo de Ingrid Rique da Escóssia Pereira, funcionária do Arquivo da Faculdade de Direito do Recife. Nos registros de batismos dos filhos, de 8 de setembro de 1829, o pai dos *párvulos* Miguel e Gregório já consta como Desembargador da Relação da Cidade de Bahia.

41 “Art. 194. Quando a morte se verificar, não porque o mal causado fosse mortal, mas porque o offendido não applicasse toda a necessaria diligencia para removê-lo. Penas - de prisão com trabalho por dous a dez annos. Art. 195. O mal se julgará mortal a juizo dos facultativos; e, discordando estes, ou não sendo possível ouvil-os, será o réo punido com as penas do artigo antecedente. Art. 196. Ajudar alguém a suicidar-se, ou fornecer-lhe meios para esse fim com conhecimento de causa” (AHRS – Fundo Legislação, código 47).

mas nascido no Rio Grande do Sul⁴², bacharel em direito, que concordou com os argumentos de seu colega pernambucano. Ele argumentou que os castigos ministrados pelo réu Antônio Gonçalves Carneiro em seu escravizado André excederam “ao castigo moderado, que por lei é permitido ao Senhor fazer contra os seus escravos [e] foi o que ocasionou a morte do mesmo escravo” e que esse *fato criminoso* deveria ser classificado nos artigos 194 e 195 do Código Criminal do Império e o réu “condenado no grau máximo por ter sido revestido das circunstâncias agravantes dos §§ 4 do artigo 16 e § 2 e 5 do artigo 17”.⁴³

Logo após é inserido nos autos um longo texto redigido, ao que parece, pelo próprio réu, certamente assessorado por seu advogado. Esse texto contraria ponto por ponto os argumentos da promotoria, alegando que os castigos “não excederam os limites da moderação, nem quanto ao número de açoites, nem quanto ao instrumento com que foram dados; e a sua morte não pode, com fundamento, presumir-se que resultasse das ofensas que por essa causa sofreu”. Mas, mesmo que houvesse ocorrido excesso, nada imputaria ao réu responsabilidade no ocorrido, já que ele só ficou sabendo do castigo após a sua aplicação, já que estava, naqueles dias, prostrado na cama “com perigo de vida”. O castigo fora decidido pelo feitor ou capataz “que tinha a seu cargo os escravos do mesmo acusado, com autorização geral muito anterior para, moderadamente, os castigar quando merecessem”. Só após o castigo, ouvindo os gritos, ele se *arrastou* até a janela que dá para o pátio e ordenou que “o escravo fosse imediatamente recolhido a um quarto, e tratado”. O réu alegou ainda que o exame feito pelos médicos no cadáver tinha várias irregularidades, já que a identidade do mesmo não estava “realmente verificada” e que estando o corpo putrefato “torna-se impraticável a inspeção verdadeiramente legal, porque a podridão muda a forma do cadáver e das lesões” Quanto as respostas dadas pelo réu quando do primeiro interrogatório, ele pede que sejam descartadas, já que foram dele extraídas “estando ele debaixo de súbita impressão de terror, e em extrema debilidade e gravíssima doença”. Quanto as declarações feitas por seus quatro escravizados – o pardo José, o preto Aniceto, mais os que aplicaram os açoites com bacalhau, José e Francisco – também não merecem crédito:

42 MOREIRA; MÜGGE; CARDOSO, 2019.

43 “Art. 16. São circunstancias agravantes: [...] 4º Ter sido o delinquente impellido por um motivo reprovado, ou frívolo. Art. 17. Tambem se julgarão aggravados os crimes: [...] 2º Quando a dôr physica fôr augmentada mais que o ordinario por alguma circunstancia extraordinaria. [...] 5º Quando pelo crime se augmentar a afflicção do afflicto” (AHRS – Fundo Legislação, código 47).

[...] que além de que só pela sua qualidade de escravos e pela sua péssima condição e conduta, eles não deveriam merecer crédito algum contra seu senhor, mesmo pelas divergências e contradições com que se exprimiram, mostraram que faltaram inteiramente a verdade, movidos ou pelo ódio e rancor que o homem reduzido a escravidão necessariamente consagra a pessoa que nela o retém, ou por excitação e insinuação de algum gratuito inimigo do acusado, para o que houve sobrado tempo e ocasião, desde que foram tirados do poder de seu senhor.

Certamente que Antônio Gonçalves Carneiro estava se referindo ao bacharel pernambucano Miguel de Castro Mascarenhas como seu *gratuito inimigo*. Como senhor escravista e traficante de seres humanos, Gonçalves Carneiro deve ter visto várias vezes nos olhos de seus escravizados o *ódio* e *rancor* que eles lhe consagravam. Quanto ao jovem bacharel, era um outsider naquele continente meridional e quem sabe a sua saúde mental não foi prejudicada pelo clima de ansiedade que ele deve ter sentido em fazer oposição a um potentado local (ELIAS & SCOTSON, 1994). Aliás, essa disparidade hierárquica entre os atores sociais envolvidos foi também destacada pelo réu:

[...] que o réu há mais de 35 anos, se acha estabelecido nesta cidade, tendo relações e transações com grandíssimo número de pessoas, mostrando constantemente gênio pacífico e moderado, de forma que nunca teve com alguém dúvidas e questões, e sempre tem tratado seus escravos com brandura, não lhes aplicando em sua casa senão pequenos castigos, quando os merecem, como é indispensável para os conservar em bom regime e disciplina, e quando eles necessitam de mais forte repressão. tem sempre para esse fim recorrido as competentes autoridades.

Como se diz vulgarmente, as cartas estavam jogadas, e só cabia cumprir os rituais judiciais de organização da sessão do júri. O cenário jurídico foi agendado para o dia 27 de abril de 1852, uma terça-feira, quando se reuniram o Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal Manoel José de Freitas Travassos Filho, o Promotor Público Doutor Antônio José de Moraes Júnior, o réu (que ainda estava preso) e o seu advogado Antônio Joaquim da Silva Maia. Os jurados, todos homens brancos (ou socialmente brancos), foram sorteados e, após todos os trâmites legais, foram trancados em uma sala, incomunicáveis, vigiados por um oficial de justiça. O júri não teve dúvidas sobre como avaliar aquela questão toda e por unanimidade decidiu que o

réu não havia mandado castigar o africano André Sapateiro e que destes açoites não havia decorrido a morte do mesmo. O juiz, então, acatando a decisão dos juizes de fato, absolveu o réu, mandando que se desse baixa na sua culpa, que a municipalidade pagasse as custas e que fosse expedido mandado de soltura, “para que [o réu] se vá em paz”. O Promotor Público, a quem cabia recorrer da decisão para o Tribunal da Relação no Rio de Janeiro, conformou-se com o veredicto e desistiu de qualquer apelação⁴⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE NÃO ESTÁ NOS AUTOS

O que não está nos autos não está no mundo, dizem os profissionais do direito. Mas, obviamente, é impossível que o mundo caiba nos contornos de um documento judiciário, mesmo daquela realidade histórica circunscrita aos personagens e as tramas em torno dos quais foram produzidos aqueles documentos⁴⁵. Usando os conteúdos daquele dossiê judiciário que procurou investigar e culpabilizar alguém pela morte daquela vítima da diáspora transatlântica, já mencionamos, no início deste artigo, que o réu Antônio Gonçalves Carneiro requereu, e foi atendido, para ser tratado no hospital da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Mas o atendimento da demanda do réu não foi assim tão tranquilo.

Da cadeia de justiça, o réu Antônio Gonçalves Carneiro pediu assistência ao Chefe de Polícia da província, dizendo que estava preso “por imputação de crime de que está inocente e achando-se há muito tempo, como é geralmente sabido, gravissimamente doente, e agora em perigo de vida”. Ele contou que obteve despacho do Delegado de Polícia e Juiz Municipal para ser transferido para o Hospital da Santa Casa, mas esse tem entendido no sentido de uma remoção para o “xadrez do Hospital da Misericórdia, lugar em que pela sua posição, e mais circunstâncias, e pela qualidade da moléstia que o suplicante padece, em vez de ser mitigada, será exacerbada e brevemente o levará a morte”. Gonçalves Carneiro pede, então, para ser enviado para um quarto da Santa Casa, pelas enfermidades que o afligem, mas também por suas qualidades de homem de bem e prestígio social, pois:

44 O decreto imperial nº 2.342, de agosto de 1873, criou sete tribunais da Relação, sendo um deles o do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (instalado no ano seguinte) (SODRÉ, 2009).

45 Segundo Mariza Corrêa (1983, p. 40): “no momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um deles usando a parte do ‘real’ que melhor reforce o seu ponto de vista. Neste sentido, é o real que é processado, moído, até que se possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se construirá um modelo de culpa e um modelo de inocência”. Ver também: CHALHOUB (1986), CORREA (1983), ABREU (1989), MAGGIE (1992).

[...] sendo o suplicante um dos principais negociantes desta Praça, Cavaleiro da Ordem de Cristo, e Oficial das Antigas Ordenanças, como provam os documentos juntos (que protesta lhe sejam restituídos⁴⁶) e a que nenhum inconveniente resulta de que estas qualidades obtenham alguma consideração, que não prejudique, como não prejudica a de que trata, a segurança da sua prisão.⁴⁷

Procurando esclarecimentos para aquele apelo a desigualdade social feito pelo réu, o Chefe de Polícia ordenou que o carcereiro prestasse informações a respeito e que fosse apresentado um atestado comprobatório da doença alegada. Em uma nota na margem do requerimento do réu, o carcereiro João Pereira Maciel esclareceu, em 29 de janeiro de 1852, que o preso fora recolhido a prisão na noite do dia 27, acompanhado de uma guia, rubricada pelo juiz Miguel de Castro Mascarenhas, dizendo que ele deveria ser transferido para o *Xadrez* da Santa Casa, mas o preso recusou a transferência, pedindo para ir para um quarto. Ou seja, aquele português mantinha do Antigo Regime uma postura de inclinação a desigualdade social, com a valorização do status e do prestígio dos envolvidos em contendas. Ser recolhido ao *xadrez* da Santa Casa seria uma medida igualitária demais para um sujeito na sua posição social e ele pedia para ser colocado, mesmo que com toda a segurança necessária, em um quarto privado, pago certamente do seu bolso. Ali ele permaneceu retido e tratado de seu enfisema pulmonar e bronquite (segundo atestado do doutor Reinzelman), até ser absolvido, três meses depois.⁴⁸

No relatório do presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 1857, o Bacharel Miguel de Castro Mascarenhas aparece como substituto em exercício do Juizado de Direito da 2ª Vara Criminal da capital e, segundo Elaine Sodré (2009, p. 359), ele teria sido exonerado em dezembro de 1857 por permanecer afastado do cargo por vários meses, inclusive com atestados alegando insanidade mental. A partir daí, nada encontramos

46 Infelizmente para essa pesquisa, os diplomas foram restituídos ao réu, conforme seu pedido, através de seu sobrinho Manoel Gonçalves Carneiro.

47 AHRS – Requerimento – Polícia, maço 91, 1852. Em 1846 foi emitida a “Guia de pagamento pelo Ministério do Império ao negociante Antônio Gonçalves Carneiro, para retirar o diploma da Ordem de Cristo e pagar a joia devida” e em 1849 o mesmo indivíduo prestou juramento como oficial da Ordem da Rosa ((BNRJ/SM, C-0993,086 nº 001 / C-0993,086 nº 002).

48 O Chefe de Polícia autorizou a remoção do réu para a Santa Casa com toda a necessária segurança, “como preso por crime inafiançável” e lá ele permaneceu, de 28 de janeiro a 27 de abril de 1852, sendo anotado que era “P. de Justiça” e como não encontramos registro de nova baixa no ano de seu falecimento, ele deve ter sido tratado em casa por sua cuidadora (CHC/SCMPA – Matrícula Geral dos Enfermos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre livro 1, f. 114. Nº 54). Ver: PIROLA, 2013.

sobre ele, podendo, evidentemente, ter ido advogar em outra província.⁴⁹

O réu Antônio Gonçalves Carneiro conseguiu sobreviver a sua lastimável enfermidade por mais quatro anos, vindo a óbito apenas em abril de 1856. Sua política senhorial não abarcava alforrias, já que não encontramos nenhum documento de liberdade registrado em cartório por ele ou seu irmão⁵⁰. Não era à toa que ele via ódio e rancor nos seus escravizados, que o consideravam um *mau senhor*. Mas em seu testamento, Antônio Gonçalves Carneiro alforriou cinco escravizados condicionalmente a sua morte, legando ainda 9 cativos, todos africanos (quadro nº 4). Mas esses cativos não esgotam os que ele e seu irmão Francisco tinham, e mesmo trouxeram, para Porto Alegre, necessitando um exame dos registros de óbito locais como estratégia para remontar a sua escravaria em uma perspectiva mais longa (MATHEUS, 2016).

Quadro nº 5 - Óbitos de Escravizados dos irmãos Francisco e Antônio Gonçalves Carneiro

Data Óbito	Nome	Cor	Idade	Origem	Causa morte
24.03.1816	Joaquim	Angola	Preta	16 anos	Moléstia interior
25.08.1818	Domingos	Nação	Preta	18 anos	Câmaras de Sangue
16.10.1822	Francisca	da Costa	Preta	20 anos	Tétano
01.09.1836	Lourenço	Preta	20	Moçambique	Moléstia interna
07.05.1837	Boaventura	Preta	30	África	Assassinato
19.11.1839	Antônio	Cabinda	20	Cabinda	Moléstia interna
30.01.1848	Frederico	Moçambique	33	Moçambique	Moléstia interna
23.01.1852	André	Preta	45	Da Costa	Tétano
19.07.1853	Anselmo	Preta	75	Nação	Ignorada ⁵¹
12.12.1855	Domingos	Preta	58	Da Costa	Cólera
13.12.1855	Francisco	Preta	40	Da Costa	Cólera
21.12.1855	Joana	Preta	35	Da Costa	Cólera
24.12.1855	José	Preta	75	Da Costa	Cólera

49 AHRS - Relatório do Vice-Presidente da Província Patrício Correia da Câmara na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857.

50 Recomendamos aos leitores a leitura e pesquisa dos Catálogos da Escravidão, instrumentos de pesquisa elaborados pelo APERS ao longo da execução do projeto Documentos da Escravidão e disponíveis no seu site: <https://www.apers.rs.gov.br/inicial> - acessado em 21.11.2021.

51 Entrou moribundo na Santa Casa.

09.01.1856	Paulo	Preta	38	África	Cólera
31.03.1856	José	Preta	64	Da Costa	Gastroenterite
28.02.1859	Longuinho	Preta	60	São Tomé	Bronquite aguda
21.09.1861	Paulo	Preta	45	África	Tubérculos pulmonares

Fonte: AHCMPA - Livro 4 de Óbitos de Escravos da Catedral, folhas 38, 50; Livro 5 de Óbitos de Escravos da Catedral, folhas 9 e 194v; Livro 2 de Óbitos de Escravos da Catedral (POA), folhas 173 e 215; Livro 3 de Óbitos das Catedral, folha 56v. CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL DA SANTA CASA. *Africanos na Santa Casa de Porto Alegre*. Óbitos dos escravos sepultados no cemitério da Santa Casa (1850-1885). Porto Alegre: EST, 2007.

Os três primeiros óbitos do quadro acima são de escravizados pertencentes a Francisco e os demais a Antônio Gonçalves Carneiro. Notamos que todos os defuntos são africanos e que apenas está apontado o falecimento de uma mulher escravizada, evidenciando que era a compra e não a reprodução endógena ou natural o que multiplicava e renovava aquela escravaria. Nos depoimentos, talvez por tratar-se de informantes, os quatro principais acusadores do senhor Antônio Gonçalves Carneiro não têm explicitados mais dados, além do prenome e da cor. Isso nos causa problemas de identificação, mas podemos aventar que provavelmente três dos africanos denunciante - o pardo José, mais os que aplicaram os açoites com bacalhau, José e Francisco - estão na lista acima, dois deles falecendo da epidemia do cólera. Qual o papel do senhor denunciado nestas mortes não sabemos, mas como foram abandonados pela proteção imperial, padeceram de várias maneiras nas mãos daquele *ruim* senhor.⁵²

Talvez a consciência que tinha o comerciante Antônio Gonçalves Carneiro de que os seus escravizados e escravizadas eram *seus capitais inimigos* e do *ódio e rancor* que eles lhe votavam, fosse fruto não só de sua situação de senhor escravista, mas de sua experiência como traficante de africanos escravizados, recém chegados da diáspora transatlântica. Ver chegar aqueles *pretos novos* devia causar um impacto também nos escravizadores, sabendo que eram cúmplices daquele indizível sofrimento, físico e emocional. A violenta pedagogia da escravização marcava indelevelmente ambos lados daquele dialógico entreter de relações e, principalmente, os “negociantes de grosso trato” deviam ter consciência do dano humano que as suas lucrativas labutas causavam, principalmente com as campanhas internacionais antitráfico que vicejaram desde as primeiras décadas do sécu-

52 Nossa dúvida é sobre Aniceto, que misteriosamente desapareceu, sem deixar pistas.

lo XIX. Afinal, nem o policial mais ingênuo acreditaria que aquele *argolão no assoalho do quarto* localizado “por debaixo da varanda” não estivesse ali por motivos bem concretos, relacionados a torturas infligidas aos africanos que sustentavam com seus trabalhos aquele senhor e seus parentes. Aquele compartimento da arquitetura do sobrado, com as paredes manchadas de sangue, atestava o terror escravista. Lembremos que o bacharel juiz Mascarenhas, quando permitiu que o réu fosse assessorado pelo seu advogado durante o apuramento dos fatos de que era acusado, disse que assim agia considerando a “rudeza e estado de gravíssima enfermidade” do acusado. Ora, rudeza era “qualidade do que é rude. Indelicadeza, maus modos. Severidade; desumanidade” (SILVA, 1922, p. 948) e ao descrever aquele negociante assim, o juiz denuncia sua percepção do tipo humano com que ali se defrontava (AZEVEDO, 1987; MAMIGONIAN, 2017).⁵³

Incentivar o atrevimento dos escravizados com relação a seus senhores tem como efeito potencial mostrar que eles podiam esperar algum apoio das autoridades imperiais⁵⁴. Claro que esse apoio podia redundar e efetivamente redundava muitas vezes em frustração e dramáticas reviravoltas nas vidas dos cativos. Mas isso sugeria também outras possíveis parcerias para os nada ingênuos escravizados, que não esperavam dos brancos apoios incondicionais, mas alguma ajuda em demandas específicas.

Por vezes naturalizamos o fato de que André Sapateiro não era o nome verdadeiro, original, de proveniência familiar e comunitária, daquele indivíduo assassinado no início da segunda metade do século XIX, em uma chácara em Porto Alegre. Aquela pessoa que teve a sua vida afro-diaspórica findada pelos *bacalhaus* de seus desafortunados parceiros, teve o seu último registro, nos documentos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, com o nome com que os seus algozes o rebatizaram. Sabemos apenas que ele recebera os *santos óleos* do batismo católico e lhe atribuíram o nome português de André e que ao lado aparecia a sua profissão, com a qual sustentava a família senhorial. Mas de sua história pessoal sabemos quase nada, apenas que seus parceiros, também vítimas da sanha escravista transatlântica, não queriam que a sua morte passasse despercebida e seus verdugos ficassem impunes. O africano André só *fala* conosco através da voz indignada de seus parceiros, também africanos, e dos vestígios que encontramos nos depoimentos e autos sobre a sua agonia final. Os depoimentos dos

53 A romancista angolana Djaimilia Pereira de Almeida, no livro “A Visão das Plantas” (2021), romaneia o caso de um comandante de navio negreiro que terminou seus dias sozinho, cultivando um belíssimo jardim, mas atormentado por fantasmas de sua perversa existência.

54 Existem outras formas talvez mais patentes de intervenção estatal nas relações dos senhores e de suas mercadorias humanas, como as restrições e moderações dos castigos físicos, ver: BRIGHENTE (2019), BARBOSA (2021), DARONCO (2012).

parceiros-verdugos de André devem ter funcionado para eles como alívio da culpa que sentiram ao supliciar o seu companheiro de infortúnio, mais uma dor que lhes devia sobrepesar na já dura experiência da escravização.

A presença da maior autoridade policial da província, o Chefe de Polícia, ao auto de exumação do cadáver do africano sapateiro André atesta a atenção que foi dada aquele caso de tortura e assassinato. O trajeto da busca realizada patenteou que as autoridades partiram de informações fornecidas por denunciante, provavelmente integrantes daquela comunidade de senzala. Os nomes desses denunciante, que tomaram para si a audácia de procurar a ajuda das autoridades se contrapondo legalmente ao seu senhor, não ficaram explicitamente registrados nos autos. Certamente isso partiu do juiz e do promotor, que com isso evitaram que os autos servissem de pista para uma vendeta senhorial.

Mas a forma como ocorreu o desfecho do processo, mandando o juiz e os jurados que o réu *se fosse em paz*, e o Conselho de Estado do império considerando a denúncia feita como um *simples fato*, evidencia o ânimo senhorial em resistir a qualquer interferência em seus (des)mandos e a perceptível hesitação do governo imperial em se afirmar frente aos poderes locais, dos quais dependia. Essa situação acarretou vários casos em que esses *forasteiros togados* ou *ilustrados*, outsiders deslocados de suas províncias de origem para a fronteira sul, recém saídos dos bancos acadêmicos, atuassem parecendo *fora de lugar*.⁵⁵

Abreviaturas:

AHCMPTA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre;

AHRS – Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul;

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro;

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul;

BNRJ/SM – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro / Seção de manuscritos;

CHC/SCMPA – Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

55 MUGGE, 2016; MOREIRA, 2020.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. *Meninas perdidas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O Trato dos Videntes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. *A Visão das Plantas*. São Paulo: Todavia, 2021.
- ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Desafiando a escravidão*. Fugitivos e insurgentes negros e a política da liberdade nas fronteiras do Rio da Prata (Brasil e Uruguai, 1842-1865). Tese (Doutorado em História) – Campinas, UNICAMP, 2016.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos da escravidão*. Compra e venda de escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul. Volume 1. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. (Coordenação Jovani de Souza Scherer e Márcia Medeiros da Rocha)
- AZEVEDO, Célia Marinho. *Onda negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Elciene. *O Direito dos Escravos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- BARBOSA, Mário Davi. *Do absolutismo paterno e de tantos tribunaes caseiros*. Direito Penal, Castigos aos escravos e duplo nível de legalidade no Brasil (1830-1888). Dissertação (Mestrado em Direito) – Florianópolis, Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.
- BARCELLOS, Daisy Macedo de (e outros). *Comunidade Negra de Morro Alto*. Historicidade, Identidade e Territorialidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. (Série Comunidades Tradicionais)
- BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para o porto do sul*: características do tráfico negreiro de São Pedro do Rio Grande do Sul, c. 1790- c. 1825. Dissertação (Mestrado em História) - Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 2006.
- BRETTEL, C. *Homens que partem mulheres que esperam*. Consequências da emigração numa freguesia minhota. Publicações Dom Quixote: Lisboa, 1991.
- BRIGHENTE, Liliam Ferraresi. *A condição jurídica criminal do escravo no Império do Brasil*. Um estudo a partir de Castro, província do Paraná (1850-1888). Tese (Doutorado em Direito) – Curitiba, Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, 2019.
- CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais*: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX. Tese [Doutorado em História] - UFRJ/

- IFCS, Rio de Janeiro, 2003.
- CARNEIRO, Edison de Souza. *O quilombo dos Palmares*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1958.
- CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Experiências escravas de recrutamento, guerra e escravidão* (Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850). Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. A elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial 9ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014.
- CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL DA SANTA CASA. *Africanos na Santa Casa de Porto Alegre*. Óbitos dos escravos sepultados no cemitério da Santa Casa (1850-1885). Porto Alegre: EST, 2007.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão*. Ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia de Letras, 1990.
- COETZEE, J. M. *Foe*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CORREA, Mariza. *Morte em Família*. Representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles*. São Paulo-Campinas: Editora Hucitec-Editora da Unicamp, 1996.
- DARONCO, Leandro Jorge. *Campos esquecidos*. Experiências sociais de cativo em uma zona rural e fronteira (Norte-Noroeste do Rio Grande do Sul: 1840-1888). Tese (Doutorado em História) – São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: 1994.
- FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Escravidão, criminalidade e cotidiano*: Franca 1830-1888. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Dissertação [Mestrado em História] - UNESP, Franca 2003.
- FLORENTINO, Manolo. *A paz das senzalas*. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, C. 1790-C. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. Uma história do tráfico de escravos

- entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRUTUOSO, Moisés Amado. “*Morram marotos!*”: antilusitanismo, projetos e identidades políticas em Rio de Contas (1822-1823). Dissertação (Mestrado em História) – Salvador, Universidade Federal da Bahia / UFBA, 2015.
- GONÇALVES, P. C. A Emigração como Força Civilizadora: Portugueses nas colônias africanas e no Brasil independente. *Revista História (São Paulo)*, nº 177, 2018, pp. 1/53.
- KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro - 1808 / 1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LAUX, Paola Natália. *Logística para o combate*. As relações político-militares no âmbito do Arsenal de Guerra de Porto Alegre durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Dissertação (Mestrado em História) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.
- LEITE, J. da C. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000.
- LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- MACHADO, Maria Helena. *Crime e Escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAGGIE, Yvone. *Medo do feitiço*. Relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos Livre*. A abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MARQUESE, Rafael de B. *Feitores do corpo, missionários da mente*. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar*. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Tese (Doutorado em História) – Rio de Janeiro, UFRJ/PPG em História Social, 2005.
- MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença*. Escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870). Tese [Doutorado em história] - Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro / Programa de Pós-Graduação em História Social, 2016.
- MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil - século XIX). Rio de Janeiro: Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 1995.
- MEIRELLES, Pedro von Mengden. *Um terreno cheio de asperezas*. O Cemitério

- da Matriz de Porto Alegre no cotidiano da cidade (1772-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.
- MOREIRA, Paulo; MÜGGE, Miquéias Henrique; CARDOSO, Raul Róis Scheffer. “Gozam no mercado da fama de bem morigerados e obedientes”: Trajetórias mercantis no oitocentos (Barão de Guaíba / de Lisboa ao Brasil Meridional). In: *História, Cultura & Patrimônio*, Experiências de pesquisa, Porto Alegre, Editora FI, 2019, v.1, p. 161-196.
- MOREIRA, Paulo. “A ocasião das insurreições, di-lo o bom senso e a história, é a da opressão e da desesperança”: tráfico clandestino, escravidão e justiça (o caso do Promotor Luiz Ferreira Maciel Pinheiro – séc. XIX). In: *História em Debate*. Cultura, intelectuais e poder. Curitiba - PR: Appris Editora e Livraria EIRELI- ME, 2020, p. 233-268.
- MUGGE, Miquéias Henrique. *Senhores da Guerra*. Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873). Tese (Doutorado em História) – Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro / Programa de Pós Graduação em História Social, 2016.
- NASCIMENTO, Mara Regina do. *Irmandades Leigas em Porto Alegre*. Práticas funerárias e experiência urbana. Séculos XVIII-XIX. Tese [Doutorado em História] – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- OLIVEIRA, Daniel. “Os facultativos são obrigados a declarar [...] cor, [...] moléstia”. Mortalidade, atuação médica e pensamento racial em Porto Alegre, na segunda metade do século XIX. Tese (doutorado) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.
- OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula*. Um africano ladino em terras meridionais (meados do século XIX). Porto Alegre: EST Edições, 2006.
- PINTO, Natalia Garcia. *Gerações de senzalas, Gerações de Liberdade*. Experiências de liberdade em Pelotas/RS, 1850/1888. Tese (Doutorado em História) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.
- PIROLA, Ricardo. *Escravos e Rebeldes nos Tribunais do Império*. Uma história social da lei de 10 de Junho de 1835. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.
- RIBEIRO, G. S. Portugueses do Brasil e portugueses no Brasil: “laços de irmandade” e conflitos identitários em dois atos (1822 e 1890). In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Nações e diásporas: estudos comparativos entre Brasil e Portugal*. Campinas, UNICAMP, 2010, p. 27-55.

- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio*. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Editora UNICAMP, 2000.
- RODRIGUES, José Honório. *O Conselho de Estado*. O quinto poder? Brasília: Senado Federal, 1978.
- SANTOS, Maicon Lopes dos. *Úteis a Si Mesmos e a Pátria*. As classes de Menores Aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS (1850 – 1870). Dissertação (Mestrado em História) – Porto Alegre, PUC/RS, 2018.
- SANTOS, W. B. dos. Caminhos Identitários: Imigrantes portugueses em Pernambuco. *Revista História* (São Paulo), n.177, 200717, 2018, pp. 1/33.
- SCOTT, A. S. V. Uma história de despedidas: a emigração portuguesa para o Brasil (1822 – 1910). *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis: EDUFSC, n.27, p.29-56, abr. de 2000.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Tomo 2. Rio de Janeiro, Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense, 1922. (Edição fac-símile da 2ª edição, de 1813, sendo a 1ª edição de Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, em 1789)
- SLENES, Robert. *Na Senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SODRÉ, Elaine. *A Disputa pelo monopólio de uma força (i)legítima*. Estado e Administração Judiciária no Brasil Imperial (Rio Grande do Sul, 1833-1871). Tese (Doutorado em História) – Porto Alegre, PUC/RS, 2009.
- VENDRAME, M. I.; MOREIRA, P. R. S. Laços que se rompem: bigamia e imigração portuguesa no Brasil meridional (Porto Alegre, século XIX). *Mosaico* (GOIÂNIA) v.14, p.190 - 208, 2021.
- WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta*. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente). Tese (Doutorado em História) – Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2013.

Recebido em 26/09/2021

Aprovado em 30/11/2021

OS ALEMÃES DE PORTO ALEGRE

GERMANS IN PORTO ALEGRE

Gunter Weimer¹

RESUMO

Desde a abertura dos portos em 1808, o Brasil passou a receber o afluxo de imigrantes, dentre os quais foram destacados os de origem centro-europeia, genericamente denominados de “alemães”. A partir da declaração da independência, esta imigração passou a ser fomentada oficialmente. Baseado em relatos de viajantes que deixaram escritos sobre Porto Alegre e, principalmente a partir de registros de paroquiano da Igreja Evangélica, este trabalho examina as relações, as características da sociedade teuta, desde seus primórdios até às vésperas da II Guerra Mundial. A convivência estreita e conflituada com a sociedade envolvente e o fato de se tratar de uma imigração urbana fez com que ela assumisse características diferentes da que se estabeleceu nas assim chamadas “colônias velhas”. Também são examinadas as condições que levaram a uma acentuada integração com a sociedade envolvente, a partir dos inícios do século XX.

Palavras chave: Imigração alemã. Teutos em Porto Alegre. Formação da sociedade porto-alegrense.

ABSTRACT

Since the opening of the ports to friendly nations in 1808, Brazil started to receive many immigrants. Among them those comes from central Europe were generally called Germans. Since the Brazil Independence, this immigration was officially promoted. Based on foreign travellers reports about Porto Alegre and mainly on Evangelical Church records, this paper analyses the German social relationships since the beginnings until the eve of World War II. The close and conflicted coexistence with the local society as well as the urban migration resulted in different patterns compared to those of the so-called “old colonies”. This paper discusses also the conditions of the integration among Germans and the local society from the beginnings of XX century.

Keywords: German immigration. Germans in Porto Alegre. Porto Alegres society composition.

1 Arquiteto pela Faculdade de Arquitetura da UFRGS, em 1963. Especialista em Desenho Industrial pela Hochschule für Gestaltung de Ulm/Alemanha, em 1967. Mestre em História da Cultura pela PUCRS, em 1981. Doutor em Arquitetura pela FAU-USP, em 1991. Professor aposentado da FAU-UFRGS, da UNISINOS e da FA-PUCRS, ex-docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano (PROPUR) da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Autor de cerca de 40 livros de autoria exclusiva e colaborador em aproximadamente de 80 livros.

INTRODUÇÃO

Salvo raras exceções, a imigração de alemães é associada com São Leopoldo e sua expansão a partir dela. Ao fazer estas indicações, omite-se que, desde o começo, um contingente não pouco significativo se estabeleceu em Porto Alegre e nas principais vilas, ditas luso-brasileiras, no interior da Província. Segundo Klaus Becker², em 1865, Rio Grande tinha uma população de 12 mil habitantes, dos quais 600 eram alemães; a população de Pelotas era de 17 mil moradores, dos quais 800 residiam na cidade e 1.500, na colônia de São Lourenço; Rio Pardo tinha 8 mil residentes, dos quais 10% eram constituídos por alemães. Em Cachoeira, dentre os 8 mil habitantes, 950 eram alemães. Em Santa Maria, a divisão teria sido de um total de 7 mil para mil teutos. Esta era, portanto, uma imigração urbana, ao contrário das demais, que eram, prioritariamente, rurais.

Os dados disponíveis indicam que até II Guerra Mundial os imigrantes e seus descendentes mantiveram certo distanciamento, variável ao longo do tempo, da sociedade envolvente. Isso resultou em intermitentes conflitos entre as duas facções. Em consequência, a integração dos teutos na sociedade local se constituiu num processo conflituado, que se estendeu por mais de um século, ou até de um século e meio, dependendo da profundidade com que a matéria venha a ser tratada. É intensão desta contribuição fazer uma análise da evolução.

1 MATERIAL E MÉTODOS

Os dados mais explorados sobre a presença alemã em Porto Alegre provêm dos registros de Johann Daniel Hillebrand³ e Wilhelm Wolf⁴. Estes, no entanto, se referem especificamente a São Leopoldo, e os dados sobre Porto Alegre são eventuais. Fontes primárias também são constituídas por relatos de viajantes que, em bom número, passaram pela cidade, e suas observações foram criteriosamente coligidas por Valter Noal F^o e Sérgio da Costa Franco.⁵ As fontes secundárias têm se avolumado ao longo dos últimos tempos, mas se caracterizam, de forma genérica, de uma forma abrangente sobre toda a imigração e, quando tratam de aspectos específi-

2 BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai*, Canoas: Hilgert, 1968, p. 8/9.

3 In: ROSA, Gilson Justino da. *Imigrantes Alemães, 1824-1853*. Porto Alegre: EST, 2005.

4 WOLF, Wilhelm. *Deutsche Einwanderer in São Leopoldo, 1824-1937*. Neustadt an der Aisch: Degener, 1964.

5 NOAL F^o, Valter Antônio & FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre*. Santa Maria: Annaterra, 2004 (em dois volumes; o primeiro abrange o período de 1754 a 1890 e o segundo, até 1941).

cos, primam pelo tratamento laudatório.

Interesses diversos nos levaram a fazer um levantamento dos registros dos paroquianos da comunidade da Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Porto Alegre. Pelo fato de que estes registros estavam escritos em letra cursiva gótica, de difícil leitura, foi solicitada a transcrição dos mesmos para a escrita latina. Esta foi a razão original pela qual estas transcrições foram levadas até o início de II Guerra Mundial, quando os registros passaram a ser redigidos na escrita latina.

Inicialmente, os dados foram submetidos a análises quantitativas, sob diversos vieses. Para o entendimento dos resultados, recorreu-se aos relatos citados, dentre os quais os registros de Wolf foram de maior utilidade, na medida em que os propósitos do presente estudo foram direcionados para uma análise comparativa entre a sociedade porto-alegrense e a das Colônias Velhas.

2 DISCUSSÃO

As informações disponíveis sobre a presença alemã em Porto Alegre nas primeiras três décadas apresentam versões contraditórias. Alguns louvavam a capacidade profissional dos alemães, pelo fato de que teriam sido mais bem remunerados que os concorrentes nacionais. Outros assinalaram que seu comportamento teria sido pouco amistoso em reuniões de bares, que, por vezes, teriam terminado em grossa pancadaria, o que se configurou numa inovação de hábitos, já que a sociedade luso-brasileira costumava acertar suas diferenças na ponta da faca. Já em 1826, Johann Löscher foi condenado a galés perpétuas por ter cometido latrocínio do taberneiro João Pereira, e em 1833 Frederico de Schlabrendorf, João Burk, Guilherme Scharnweber, Carlos Teodoro Goeze, Gotthold Sigismund, Augusto Seemann, Henrique Geisler, George Wegener, Joaquim Meisner e o casal João e Ana Maria Teide teriam passado algum tempo atrás das grades.⁶ Isso, no entanto, não veria a comprometer a história familiar de seus descendentes, uma vez que os escrivães não eram peritos no registro de nomes em alemão. Para entender quem eram estas pessoas é necessária alguma perícia e certa dose de adivinhação, situação que não se coaduna com os métodos científicos. Felizmente.

O choque cultural que se estabeleceu entre os imigrantes e a sociedade já estabelecida, certamente, foi grande. Com uma população avaliada em torno de dez mil habitantes na época da declaração da independência, Porto Alegre era tida como a quarta cidade mais populosa do Brasil. Ao nos-

6 FRANCO, Sérgio da Costa. *A Velha Porto Alegre*. Porto Alegre: Edigal, 2015, p. 64.

sos olhos hodiernos, ela seria considerada uma pequena cidade imunda, posto que o lixo era descarregado nas vias públicas, à espera de que alguma tromba d'água o carregasse morro abaixo, e carresse ao Guaíba, razão pela qual as ruas eram traçadas em desnível, com uma sarjeta única central. Calçamento não existia, a não ser os “calços”, que protegiam as paredes externas das frentes dos prédios, que formavam um passadiço contínuo nos dois lados das ruas, ditos “calçadas”, nome que se perpetuou até hoje. Estas eram protegidas dos estragos produzidos pelo tráfego de carroças por colunas, ditas frades de pedra. Por estas ruas passava pouca gente. Arsène Isabelle assim se referiu a respeito delas:

O forasteiro sente-se só nessas ruas, porque não pode... sentir-se em sociedade no meio de negros embrutecidos que circulam misturados com bodes e cabras de que as ruas estão cheias. Ele se sente, portanto, só consigo mesmo, vendo em torno tantas barricadas. Mas, infelizmente, não é assim: no momento em que segue mais descuidado, uma imensa rótula se abre para deixar passar uma risada estúpida e fecha-se de novo, rapidamente, como se sofresse de uma doença contagiosa. E não adianta nem vociferar, porque o baço se manifesta facilmente nesse ditoso clima... O melhor a fazer é passar depressa e contentar-se em maldizer, secretamente, a barbárie dos portugueses, que, encerrando suas mulheres nessa espécie de haréns, as tornam tão ignorantes, tão ridículas, que a simples vista de um estrangeiro é para elas uma fantasmagoria, uma sombrinha chinesa!⁷

Deixando de lado o mau humor e os preconceitos do ilustre viajante, ele não se referiu ao fato de que, além do mau cheiro emanado dos depósitos do lixo e das poças d'água das ruas, elas serviam ao quase exclusivo trânsito de escravos, onde o senhorio branco era carregado em “cadeirinhas”, para não precisar pisar em terreno “minado”. Mais sombria ainda era a circulação dos escravos “cabungueiro”, que levavam tinas de tanoaria com os dejetos humanos, para serem despejados no Guaíba. O inço que vicejava nas ruas servia de pasto para cabras e porcos. As chuvas enchiam as ruas de lama e formavam verdadeiras cascatas nas ladeiras mais íngremes. Escavações recentes demonstraram que a famosa Rua da Praia tem por leito extensos depósitos de lixo na embocadura das transversais ascendentes.

A visão dessas ruas não deve ter assustado os imigrantes, porque elas não diferiam do que acontecia na Europa, onde, só nas cidades mais

7 ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 238.

ricas e importantes, estava-se começando a fazer as primeiras experiências em termos de calçamentos das caixas viárias. Aquilo que deve ter causado espanto é o sistema de reclusão das mulheres e os costumes tidos como islâmicos (ou seriam africanos?), como o de sentar e dormir no chão, sobre tapetes ou esteiras, de comer com as mãos, de as mulheres só poderem sair à rua acompanhadas e devidamente cobertas. Porém, com certeza, o regime de escravidão deve ter sido o fato mais estranho. Segundo os dados levantados por Eleutério Camargo em 1814, a população de Porto Alegre era de 6.111 pessoas, das quais 51,06% eram formados por negros e negroides.⁸ Pela diversidade das transações comerciais realizadas, fica evidenciado que a moda era a existência de, pelo menos, um escravo por economia. Diversos viajantes do século XVIII assinalaram que as condições econômicas da população pobre na Europa, por vezes, eram piores que a dos escravos no Brasil, mas o fato de possuírem, na Alemanha, a liberdade de ir e vir – ainda que, a custo de severas limitações de cidadania – consistia num diferencial altamente prezado. A emigração para o Brasil era um ato de liberdade para os europeus, enquanto, para os negros, um ato forçado e de submissão.

Se o sistema escravista, nos inícios, parecia ser repulsivo aos imigrantes, ao longo dos tempos, ele começou a ser aceito, e encontrou boa acolhida entre eles. Já há relatos de que, em meados do século, alemães haviam adquirido escravos, e de que, depois da Guerra do Paraguai, alguns comerciantes germânicos se tornaram atacadistas na venda de escravos para as fazendas de café do Rio de Janeiro, e, principalmente, de São Paulo, com destaque para Frederico Bier e Guilherme Schell.⁹

Da desmobilização das tropas mercenárias contratadas para atuar nas guerras platinas, depois da declaração da independência, resultou que

8 WEIMER, Günter. *O trabalho escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EdUFRGS e SAGRA, 1991, p. 12.

9 Idem, *ibidem*, *passim*. Muito se tem citado que a vinda de imigrantes europeus teria sido a razão do relativamente baixo índice de negros nos estados sulinos do país. Dada a anexação somente no segundo quartel do século XVIII ao território brasileiro, seria de esperar – o que realmente aconteceu – que o contingente populacional africano fosse menor que o das capitanias mais antigas. No entanto, os dados coligidos por Eleutério Camargo mostram que às vésperas da Proclamação da Independência a população riograndense dita branca estava em minoria (48,24%). Isso se configura como um efetivo favorecimento numérico da população branca em relação às demais capitanias. Com a vinda dos imigrantes, houve um leve aumento deste percentual a favor dos brancos, mas pouco significativo, dada a desproporção de imigrados em relação aos já residentes. A escassez de dados dificulta a realização de uma avaliação mais consistente, mas o tão desejado “branqueamento” da população brasileira nos inícios da República, decorreu menos da vinda de imigrantes europeus e muito mais das migrações internas do contingente negro por via de vendas comerciais para o sudeste do país. Por ironia, alguns “alemães” tiveram, por esta via, uma certa importância neste processo de “branqueamento” da população do estado.

uma parte dos militares se estabeleceu nas colônias “alemãs”, mas um contingente nada desprezível permaneceu em Porto Alegre¹⁰, ou se estabeleceu em vilas “lusas”. Entre estes, a maioria parte optou por casamentos mistos, que viriam a ser celebrados em templos católicos. Quando um dos cônjuges declarava ser protestante, o casamento só era realizado se houvesse uma expressa anuência de que os filhos do casal haveriam de ser educados no culto católico. Como, na época, não havia registro civil, os atestados de batismo cumpriam este papel. A existência de apenas uma igreja luterana em São Leopoldo fez com que muitas famílias protestantes também se submetessem a estas imposições, quando havia dificuldades em se deslocar até aquela vila. Pelo registro desses batizados, percebe-se que, desde logo, se processou uma clivagem entre os imigrantes, posto que aqueles que adquiriram um maior status social batizavam seus filhos na Matriz, enquanto os menos afortunados o faziam na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, tida como a dos pretos.

Segundo os cronistas dos primeiros tempos, os “alemães” de Porto Alegre teriam vindo de São Leopoldo, afirmação que não encontra respaldo nos levantamentos por nós realizados. Todavia, não restam dúvidas de que – apesar das dificuldades de locomoção devido à precariedade dos meios de comunicação – as relações entre as duas comunidades eram relativamente fluidas. Isso pode ser bem observado especialmente durante os três sítios que a Porto Alegre sofreu durante a Guerra dos Farrapos, quando o abastecimento da capital dependeu, em grande parte, dos suprimentos vindos de São Leopoldo¹¹, por via fluvial, da mesma forma como os registros de porto-alegrenses nos livros paroquiais da comunidade luterana de São Leopoldo não eram incomuns. Através deles, pode-se avaliar a que atividades eles se dedicavam. Dentre os citados de antes da fundação da Comunidade Evangélica de Porto Alegre, em 1859, foram registrados 42 artesãos, 12 comerciantes, 4 profissionais liberais e um assalariado.

Os artesãos se dedicavam a atividades diversas, de modo que cobriam uma ampla gama de demandas. Alguns se dedicassem a atividades complementares, como a de fabricar determinados produtos, ao mesmo tempo em que se dedicavam à venda dos mesmo e de outros, congêneres. Os cronistas dos primeiros tempos relatam que estes imigrantes se distinguiram em seus ofícios. Diante disso, foi surpreendente encontrar um número tão expressivo de comerciantes. A explicação deste fato, certamente, foi decorrente da necessidade de estabelecer relações comerciais entre a

10 Em nossos levantamentos consta um número de 59 desses profissionais.

11 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre sitiada*. Porto Alegre: SMC, Ed. da Cidade, Letras & Livros, 2011.

capital e São Leopoldo, durante o longo tempo em que Porto Alegre esteve sitiada, e pessoas que dominassem as duas línguas seriam as ideais para realizar estas transações.

Um velho costume alemão parece que aqui foi mantido: a casa é um lugar reservado para a família, e para o qual só pessoas muito próximas são admitidas. Em compensação, as pessoas mantêm uma vida social muito ativa em clubes dos mais variados gêneros e na convivência em bares, que, muito frequentemente, são divididos em vários ambientes reservados para um número restrito de pessoas. Em 1861, Johann Jakob von Tschudi já assinalava que:

Não é necessário mencionar que também aqui (em Porto Alegre) os alemães fundaram várias associações, como de assistência, corais e círculos de leitura, já estas associações surgem em qualquer lugar onde haja alemães no exterior.¹²

Lamentavelmente, este autor não cita a que associações estava se referindo, mas algumas puderam ser identificadas em outras fontes. Por se tratar de associações étnicas, criaram-se algumas desconfianças entre nativos e teutos. Diante da existência de fortes divergências de usos e costumes, parece natural que os imigrados tendessem a manter uma certa reserva nas relações sociais, que, certamente, não chegou a se constituir numa espécie de *apartheid*, uma vez que casamentos interétnicos vinham acontecendo com uma frequência cada vez maior, em todos os níveis econômicos.

Por razão de difícil entendimento, este equilíbrio foi seriamente destabilizado nos fins da década de 1850. Em 1861, von Tschudi assinalou que:

Os alemães não são especialmente bem-vistos nem em Porto Alegre, nem nos distritos da colônia, são até mesmo profundamente odiados por certo partido ultra nativista. Ele teme, na verdade, e também manifesta isso de vez em quando francamente, que pela aceitação do elemento alemão, sua nacionalidade seja posta em perigo, como se o sangue puro dos descendentes dos primeiros colonos desta província (portugueses das ilhas de Açores), que, por cruzamento com negros desde séculos, já está profundamente pervertido, fosse piorado pela mistura com a raça germânica! Nem mesmo os puros nativistas levam isso a sério, mas eles te-

12 In: NOAL Fº, Valter Antônio & FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre, 1754-1890*. Santa Maria: Annaterra, 2004, p. 119.

mem uma preponderância moral e política dos alemães, que estes sem dúvida irão conquistar com o tempo pela inteligência, capacidade trabalhosa e capital. Eles gostariam de aproveitar as vantagens diretas e indiretas que a Província tira da imigração alemã, mas não de ter os colonos no país. Ódio a estrangeiros para eles é idêntico a patriotismo, por isso eles procuram paralisar de qualquer maneira cada vantagem que a colonização conquista ou poderia conquistar e tentam opor estorvos, através de medidas legislativas, ao forte desenvolvimento do elemento estranho.¹³

O autor não se referiu, especificamente, a uma verdadeira onda difamatória que o jornal *O Mercantil* movia contra os alemães. Seu redator e proprietário, José Cândido Gomes, movia críticas avassaladoras contra os alemães, e seu alvo preferido era o arquiteto Philipp von Normann, que estava por concluir a construção do Teatro São Pedro. Já foram analisados os argumentos de Gomes em outra publicação¹⁴, quando foi mostrado que os argumentos levantados careciam de legitimidade, em razão do que são de difícil entendimento os ataques de ódio que perpassavam seus editoriais.

Efetivamente, na Assembleia Legislativa passaram a ser pronunciados discursos condenatórios sobre a presença dos imigrantes; foi aprovada uma lei que proibia a aquisição de escravos por parte dos alemães; foram estabelecidas determinações que exigiam o imediato afastamento de técnicos estrangeiros contratados pelo governo provincial; os alemães foram proibidos de administrar as colônias de seus patrícios, e assim por diante.

Isso criou uma espécie de impasse entre a presidência da Província, que era designada pelo imperador, e os deputados que eram eleitos pela elite da sociedade riograndense. Sabendo que estes técnicos, tanto civis quanto militares, eram de grande competência, o presidente se fez de ouvidos moucos para cumprir tais determinações. Como as exigências se tornaram mais agudas, a contrariedade foi resolvida através da passagem desses técnicos para os serviços das diversas municipalidades. O arquiteto Philipp von Normann encontrou o fim de seus males no suicídio; Friedrich Heydtmann, autor do projeto da Casa de Correção, foi transferido para a municipalidade de Porto Alegre; Johann Martin Buff, autor do projeto do Colégio Militar de Rio Pardo, foi transferido para a intendência de Santa Maria. Quem mais resistiu às pressões foi o Capitão Maximilian von Emmerich,

13 NOAL Fº, Valter Antônio & FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre, 1754-1890*. Santa Maria: Annaterra, 2004, p. 120.

14 WEIMER, Günter. Engenheiros alemães no Rio Grande do Sul, na década de 1848-1858. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. 5, n. 2, p. 172 e seg., 1979

que fora condecorado com a medalha dos Hohenzollern pelo rei da Prússia, que estava engajado na construção de diversas obras em Porto Alegre e no interior, além de ser lente da Escola Militar, foi transferido para o Rio de Janeiro, onde desempenhou relevante papel na preparação das tropas para a Guerra do Paraguai, e, por méritos em sua participação na mesma, foi condecorado com a ordem do Cruzeiro do Sul. Com outros contratados de menor escalão, também aconteceu o mesmo, e, em fins de 1859, já não havia mais qualquer alemão assalariado pelo governo provincial.

Quais teriam sido as causas de tanto ressentimento contra os alemães? Até agora não encontramos uma explicação razoável. Supomos que a proibição da compra de escravos teria algo a ver com a resolução da marinha inglesa de mover guerra de pirataria contra os navios negreiros, a partir de 1858, em decorrência do desrespeito à exigência de término do comércio transatlântico de cativos, estabelecido sob ameaça do bombardeio do Rio de Janeiro, em 1850, e ficar patente que o tráfico continuou a pleno vapor, sob a óbvia omissão das autoridades constituídas. Para os bem-pensantes teutos, a lei da proibição de aquisição tem sido saudada como “prova” de que seus patrícios não eram possuidores de escravos, mas se esquecem que transações de compra e venda são reguladas pelas leis do mercado, e não por disposições jurídicas. Este dispositivo legal nasceu como letra morta.

Quão complicada era a convivência entre os alemães e a sociedade envolvente pode ser avaliado na primeira grande empreitada que a municipalidade de Porto Alegre passou a realizar, a partir de 1858, no assim chamado “nivelamento” das vias públicas. Tratava-se, em verdade, de corrigir os alinhamentos e as irregularidades das ruas, regradar os desníveis para o correto escoamento das águas, e, principalmente, pavimentar as caixas das ruas principais. Este foi um empreendimento complexo, que exigiu participação das forças de trabalho disponíveis. Entre os livres, constavam nacionais e imigrantes, e estavam divididos entre mestres, oficiais, serventes e feitores; os escravos se diferenciavam em oficiais e serventes; os indígenas eram classificados entre homens e mulheres; os soldados eram todos serventes, da mesma forma que os presos civis. Para entender a hierarquia dos trabalhadores, foi levantado o salário das diversas categorias: os mestres recebiam 4 mil-réis por dia. Os salários diários dos demais comportavam, em média, os seguintes valores: entre os livres, oficiais, 2,5 mil-réis, os feitores, 1.400 reis, os serventes, um mil-réis; entre os escravos, os oficiais recebiam 1.700 reis, e os serventes um mil-réis; entre os índios, os homens 480 reis, e as mulheres 400 reis; os serventes soldados 200 reis, e os presos políticos 160 reis. O entendimento deste quadro de relações desafia as teo-

rias sociológicas conhecidas. Fernando Henrique Cardoso¹⁵ havia tentado estabelecer os parâmetros entre o trabalho livre e escravo, mas não analisou a participação de virtuais trabalhos forçados como o dos soldados e dos presos. Na medida em que serventes livres, entre os quais se contavam imigrantes, recebiam uma remuneração igual à dos escravos, não deve ter passado sem atritos e/ou ressentimentos. Do mesmo modo que não deve ter passado em brancas nuvens o fato de que indígenas recebessem mais do dobro dos salários dos soldados e dos presos. Num canteiro de obras em que se conjugavam trabalho livre com o de escravos e de trabalhos forçados, é fácil entender que daí também surgissem sérias fricções sociais.

Apesar dos reclamos dos representantes da elite provincial, o governo central continuou a promover a imigração de alemães. Avalia-se que entre 1848 e 1874 tenham chegado cerca de 16 mil novos imigrantes, que foram sendo estabelecidos em novas colônias ao longo dos rios Caí, Taquari, Pardo e Pardinho, Sinos e Jacuí, além de diversas colônias entre Pelotas e Porto Alegre, com destaque para as de São Lourenço e Boqueirão. A partir de então, as atenções governamentais estavam mais voltadas para a imigrações de italianos, mas, nem por isso, deixaram de imigrar alemães, cujo número tem sido avaliado em cerca de 6 mil, entre 1875 e 1899.

Este fluxo também influenciou a sociedade teuta de Porto Alegre, que passou a se organizar internamente. Em 1857, o professor Carlos Jansen publicou seu *Almanack de Porto Alegre*, no qual encontramos um meticoloso levantamento do corpo administrativo governamental, eclesiástico, militar, hospitalar, escolar e judiciário. Sob o ponto de vista da presença alemã, neste capítulo, são diminutas as referências a teutos. Por isso, o levantamento mais importante é a segunda parte, concernente aos alemães por ser dedicada ao exercício profissional. Como este levantamento abrangeu todos os cidadãos, independente de origem, é possível perceber a forma de organização social. O centro administrativo estava situado no entorno da Praça da Matriz e na Rua da Igreja (atual Duque de Caxias), onde ficavam os domicílios da elite; o centro comercial era constituído pela Rua da Praia; a encosta setentrional do promontório era ocupada pelos remediados, e os pobres estavam, majoritariamente, domiciliados nas encostas do lado sul; a periferia norte da cidade, ao longo do Caminho Novo (o início da atual Rua Voluntários da Pátria) apresentava uma ocupação mista de pobres e remediados. Era aí que estava domiciliada a maioria dos alemães. Isso correspondia às necessidades funcionais, posto que era em suas margens que ficavam os trapiches, onde atracavam os lanchões que interme-

15 CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

diavam as mercadorias com São Leopoldo e o resto do interior. Foi aí que se estabeleceu o comércio atacadista. Era também nesta periferia que seriam construídas a escola alemã, a igreja evangélica, e, mais tarde, a Sociedade de Ginástica e a igreja dos alemães católicos. Os teutos mais bem aquinhoados dividiam os altos do promontório, com a elite envolvente, do mesmo modo como os comerciantes varejistas se estabeleceram, com os nacionais, na Rua da Praia, que terminava na Praça da Alfândega.

Em junho de 1855, foi fundada a Sociedade Germânia, que reunia a elite dos teutos. Em 1858, foi fundada a Sociedade Alemã de Amparo Mútuo (*Gemeinnütziger Verein*), com a finalidade de defesa de interesses comuns, de amparo aos imigrantes pobres e da promoção cultural de seus integrantes. Ao que tudo indica, sua fundação estava claramente ligada aos problemas das animosidades criadas e, em seu meio, foram gestadas muitas iniciativas de promoção e defesa dos teutos, como a criação da Escola Alemã (*Hilfsvereinschule*), em 1858, de caráter comunitário¹⁶, depois denominada de Hindenburgschule e, por pressão da onda nacionalista da década de 1930, de Colégio Farrroupilha. Já nesta época, entrou em pauta a constituição de uma Sociedade Hospitalar, cujas intensões eram construir um hospital, mas, provisoriamente, constituiu um fundo para financiar o tratamento de enfermos. Só nas vésperas da I Guerra Mundial foi iniciada a construção do Hospital Alemão, hoje, Moinhos de Vento. Estas seriam apenas as primeiras iniciativas de organização social, às quais se seguiram muitas outras. O padre Amstad, em seu livro do centenário da imigração, reuniu o nome de 42 associações teutas que foram criadas até 1924, somente em Porto Alegre, ou seja, em sete décadas. Nas colônias alemãs, foram 286 as levantadas pelo autor.

Foi nesse ambiente que foram tomadas as iniciativas para a criação de uma Comunidade Evangélica de Porto Alegre, cuja fundação oficial ocorreu em 1859. Foi em seus arquivos que encontramos os dados mais relevantes sobre a sociedade alemã e onde computamos o nome de cerca de 12 mil pessoas que foram registradas, até 1939.

A criação de uma segunda paróquia luterana na Província fez com que a de Porto Alegre também assumisse os serviços eclesiásticos da região sul da província, bem como a do Alto Taquari e do Jacuí, divisão provavelmente estabelecida por conveniências de transporte, que se dava por via fluvial. Como uma parte dos registros eram feitos por pastores leigos, havia uma irregularidade na feitura dos mesmos e, muitas vezes, era difícil ou impossível distinguir os paroquianos de Porto Alegre dos do interior.

16 Antes dessa, já existiam escolas particulares, de ensino domiciliar.

Isso, no entanto, não impediu que pudessem ser percebidas as peculiaridades dos porto-alegrenses. Nesses registros, era relativamente pequena a quantidade daqueles que tinham indicação expressa do lugar de nascimento, sendo, portanto, discutível sua origem alemã, conceito que, por sinal, também era muito controvertido: para os imigrantes, “alemão” era todo aquele que falava um dos numerosos dialetos centro-europeus, ao passo que, para os brasileiros, era todo aquele que tinha nascido num dos estados alemães que só viriam a se unificar depois da Guerra Franco-Prussiana. Para complicar a situação ainda mais, ao longo do tempo, os traçados das fronteiras mudaram bastante: a Alsácia e a Lorena deveriam ser enquadradas em território alemão ou francês? A Prússia Oriental deve ser considerada como integrante do Estado Alemão ou Polônês? Os Sudetos e os boêmios, falantes do alemão e habitantes do noroeste da República Tcheca, deveriam ser considerados alemães ou tchecos? Onde enquadrar os austríacos e os suíços setentrionais?

Uma das características que mais chama atenção foi o fato de que havia um significativo número de paroquianos que eram falantes do alemão, mas não de nacionalidade alemã. Para complicar a situação ainda mais, aqui todos os acatólicos – independente dos países de nascimento – passaram a participar dos serviços da paróquia luterana e, por isso, acabavam por ser enquadrados na categoria dos “alemães”. Por outro lado, alguns imigrantes eram qualificados como tais, mas sem a indicação de que região eram provenientes.

Nos registros de Wilhelm Wolf, referentes a São Leopoldo, foi verificada a existência de paroquianos originários de outros países. Isso se constituiu numa dificuldade inesperada quando se procurou analisar origem dos declaradamente alemães em oposição aos não alemães. Isso também deve ter sido um dilema para o pastor Wolf. Desde logo, foi procurado examinar qual teria sido a origem dos porto-alegrenses em comparação aos estabelecidos nas “Colônias Velhas”, em São Leopoldo e além. Por esta via, foi montada a seguinte tabela:

Tabela 1: Comparação da origem dos imigrantes alemães segundo estado de nascimento

Imigrantes de São Leopoldo			Imigrantes de Porto Alegre	
%	Nº absolutos	Estados	Nº absolutos	%
0,92	24	Baden Württemberg	106	6,21
0,34	9	Baviera	50	2,93
1,79	47	Brandenburgo	96	5,62

5,65	148	Baixa Saxônia	174	10.19
8,85	232	Hessen Darmstadt	146	8,55
2,34	61	Mecklenburgo	46	2.69
1,07	28	Renânia	70	4,10
63,36	1663	Renânia-Palatinado	357	20.92
1,56	41	Sachsen Anhalt	40	2,34
1,10	29	Saxônia	161	9,43
8,66	227	Schleswig Holstein	269	15,77
1,99	52	Turíngia	44	2,58
2,25	59	Westfalia	114	6,68
0,11	3	Desconhecido	34	1.99
100,00	2623	Totais	1707	100.00

Fonte: Registros da Comunidade Evangélica de Porto Alegre.

Estes dados revelam que o perfil dos porto-alegrenses era muito diferente dos de São Leopoldo: os originários da Renânia-Palatinado tinham um índice três vezes menor que os de São Leopoldo, e inversamente, os originários do sul da Alemanha (Badênia e Baviera) tinham um índice entre sete e oito vezes maior que os leopoldenses. Também chama atenção o fato de que o contingente de saxões foi significativamente maior entre os porto-alegrenses. Os dados referentes ao Schleswig-Holstein provavelmente não correspondem à verdade, porque um número considerável se dizia originário da cidade de Hamburg que deve ter sido o local de embarque, e não de nascimento.

Na comparação com a população de São Leopoldo, também fica evidenciado que os chamados teutos de Porto Alegre eram bem mais heterogêneos quanto à nacionalidade de origem.

Tabela 2: origens doa imigrantes segundo a nacionalidade
Imigrantes de S. Leopoldo **Imigrantes de Porto Alegre**

%	Nº absolutos		Nº absolutos	%
91.24	2 623	Declaradamente “alemães”	1 547	72,.33
8,75	252	Declaradamente não “alemães”	558	26,08
0.01	3	Local de nascimento não conhecido	34	1,59
100.00	2 878	TOTAIS	2 139	100,00

Fonte: Registros da Comunidade Evangélica de Porto Alegre.

Estes dados mostram que o contingente de imigrantes de Porto Alegre era significativamente mais heterogêneo que o de São Leopoldo. Quando à distribuição por país ou continente, os resultados foram os seguintes:

Tabela 3: Origens de imigrantes fora da Alemanha

Imigrantes de São Leopoldo		Imigrantes de Porto Alegre
1	ÁFRICA	4
	AMÉRICA	
1	Argentina	14
1	Bolívia	0
1	Canadá	1
0	Chile	4
0	Estados Unidos	4
1	Guatemala	0
0	Paraguai	1
1	Uruguai	2
0	Venezuela	1
5	Subtotal	27
	EUROPA	
12	Áustria	35
1	Bélgica	2
2	Dinamarca	21
0	Escócia	3
0	Espanha	1
0	Estônia	1
6	França (Alsácia e Lorena)	18
18	Holanda	22
0	Hungria	5
11	Inglaterra	16
1	Irlanda	1
1	Itália	5
1	Letônia	4
1	Noruega	3
0	Lituânia	4

1	Luxemburgo	3
151	Polônia	256
0	Portugal	6
0	Romênia	6
6	Rep. Tcheca	26
2	Rússia	46
4	Suécia	11
28	Suíça	32
246	Subtotal	527
252	Total imigrantes não alemães	558
2878	Total de imigrantes de origem conhecida	2139
8,75	Percentuais	26.08

Fonte: Registros da Comunidade Evangélica de Porto Alegre.

Isso significa que o contingente de imigrantes da Comunidade Evangélica que eram de origem fora da Alemanha era, redondamente, três vezes superior aos dos imigrantes de São Leopoldo. Também chama atenção o fato de que os não alemães eram bem mais diversificados que os de São Leopoldo: os de São Leopoldo vieram de 22 países, enquanto os de Porto Alegre eram originários de 31 nações.

Embora seja sabido que a população na Alemanha apresente uma distribuição bem mais homogênea no tocante à divisão rural e urbana, e, ao mesmo tempo, que as condições de vida nas cidades se assemelhassem bastante às zonas rurais e, ainda mais, que as cidades alemãs tivessem um tamanho significativamente menor que as brasileiras, procurou-se fazer um levantamento quanto à origem dos imigrantes em referência às principais cidades alemãs. Os resultados estão expressos na seguinte tabela:

Tabela 4: Imigrantes alemães de origem urbana.

Imigrantes de S. Leopoldo	Cidade	Imigrantes de Porto Alegre
5	Kiel	5
17	Lübeck	12
93	Hamburg – Altona	91
6	Rostok	2

3	Schwerin	5
6	Bremen	12
3	Emden	3
3	Oldenburg	6
2	Osnabrück	2
18	Hannover	14
7	Braunschweig	9
12	Berlin	48
4	Magdeburg	5
0	Dresden	16
1	Dessau	2
0	Essen	2
2	Düsseldorf	1
0	Köln	4
4	Koblenz	2
0	Mainz	4
1	Mannheim	3
2	Kassel	3
3	Darmstadt	9
2	Weisbaden	4
4	Frankfurt/Main	6
5	Erfurt	3
2	Leipzig	16
4	Dresden	16
2	Chemnitz	10
1	Karlsruhe	3
0	Stuttgart	18
0	Nürnberg	2
0	Augsburg	3
3	München	7
215	Total de imigrantes urbanos	348
2623	Total de imigrantes avaliados	1547
8,20	Percentual	22,50

Fonte: Registros da Comunidade Evangélica de Porto Alegre.

Também aqui ficou expresso que os imigrantes de origem urbana apresentaram uma preferência bem maior por se estabelecer em Porto Alegre, como era de esperar. Acontece que o processo de industrialização na Alemanha foi muito desigual a exemplo daquilo que aconteceu na região média do Rio Reno: na região do Ruhr foram encontradas minas de carvão de pedra, fato que serviu de forte estímulo para a construção de um complexo sistema fabril, e, em consequência, de um aperfeiçoamento das atividades fabris, ao contrário daquilo que aconteceu na Renânia-Palatinado, que não se industrializou por falta deste insumo, e ainda teve suas reservas florestais confiscadas. Noutros termos, a industrialização ocorreu de forma muito desigual naquele país. Seria, portanto, importante verificar se estas diferenças regionais também se refletiram em Porto Alegre, ao modo do que aconteceu em São Leopoldo. Para tanto, foram selecionados os imigrantes que apresentavam, concomitantemente, indicação profissional, origem regional e local de proveniência urbana ou rural. Os resultados foram resumidos na tabela seguinte:

Tabela 5: Número de profissionais por estado e cidade de nascimento

Estado	Número de imigrantes profissionais	Imigrantes urbanos	%
Baden-Württemberg	98	59	60,20
Baviera	36	24	66,66
Brandemburgo	85	35	41,18
Hessen-Darmstadt	114	59	51,75
Mecklenburgo	35	24	68,57
Baixa Saxônia	114	56	49,12
Renânia	62	33	53,22
Renânia-Palatinado	329	144	34,65
Saxônia	168	93	55,35
Sachsen-Anhalt	38	24	63,16
Schleswig-Holstein	212	48	22,64
Turingia	48	33	68,75
Westfalia	123	42	34,15
Total	1462	674	46,10

Fonte: Registros da Comunidade Evangélica de Porto Alegre.

Ressalta, nesses dados, que o índice de menor qualificação profissional corresponde ao estado de Schleswig-Holstein, onde está situada a cidade de Hamburg. Isso constitui um forte indicativo de que a declaração de origem não corresponde ao local de nascimento, mas de embarque: o baixo índice de qualificação profissional deve ser decorrente de sua origem rural.

Do mesmo modo como aconteceu em São Leopoldo, a região que mais forneceu imigrantes foi a Renânia Palatinado, mas foi baixo o índice dos profissionais urbanos, do mesmo modo como o de westfalianas. É sabido que os estados que forneceram o menor número de imigrantes foram os do Sul (Baden-Wurtemberg e Baviera), no entanto, foram estes os que forneceram o maior porcentual de profissionais qualificados, juntamente com a Turíngia e Sachsen-Anhalt. Mais surpreendente ainda foi a contribuição dada pelo estado de Mecklemburgo, pelo alto índice de profissionais, em contraste com o baixo índice dos provenientes do estado vizinho, de Schleswig-Holstein.

Como a industrialização da Alemanha começou pelo lado ocidental, de onde veio o maior contingente de imigrantes para as colônias velhas, seria de esperar que também de lá viesse o maior número de profissionais. Isso realmente aconteceu, mas foi a região que apresentou o menor índice de originários de cidades. Inversamente, os estados do sul, de onde veio o menor número de imigrantes, se destacaram pelo alto número de profissionais urbanos. Finalmente, ao contrário das colônias velhas, que receberam, disparadamente, o maior número dos estados ocidentais da Alemanha, os profissionais mais qualificados provieram, de forma muito equilibrada, de todos os estados alemães.

O passo seguinte foi avaliar a que tipo de atividades eles se dedicaram. Já foi assinalado que, de início, a atividade principal era o exercício de atividades manuais. Para efeitos de análise, as atividades foram divididas em quatro categorias, respectivamente, em artesanato, no qual foi enquadrado todo o tipo de atividade artesanal, o comercial, e dos profissionais liberais e dos assalariados. Os resultados foram resumidos no seguinte quadro:

Tabela 6: Qualificação dos imigrantes por período temporário.

Profissionais	Artesãos	Comerciantes	Prof. liberais	Assalariados
1824-1850	71,18 %	20,34 %	6,78 %	1,70 %
1851-1875	67,01 %	19,07 %	6,70 %	7,22 %
1876-1900	58,03 %	21,28 %	7,87 %	12,82 %
1900-1939	23,40 %	41,85 %	29,79 %	4,96 %

Fonte: Registros da Comunidade Evangélica de Porto Alegre.

Como se pode observar, a evolução, no século XIX, foi bastante linear. O percentual de pessoas dedicadas ao comércio e a atividades liberais se manteve virtualmente constante, mas o decréscimo das atividades artesanais autônomas correspondeu ao crescimento das atividades assalariadas. Noutros termos, houve uma proletarização das atividades manuais.

Este perfil mudou profundamente no século XX. Salta à vista que as atividades manuais, tanto do artesanato como assalariadas, tiveram uma diminuição muito significativa, a favor das atividades comerciais e liberais. Isso contraria a lógica, posto que uma sociedade não pode subsistir com tão pouca produção de bens. A explicação encontrada foi a de que houve uma considerável transformação ideológica: os trabalhos manuais passaram a ser menos valorizados que os dos outros dois setores. Em consequência, eles foram muito menos registrados, ou subnotificados. Isso fica mais bem expresso na análise dos batizados, como se verá mais adiante.

A atividade comercial se diversificou de forma significativa. Ao lado das atividades tradicionais, como de trocas em balcão, surgiram as transações bancárias, e passaram a ser citadas como comerciais atividades que hoje qualificaríamos de empresariais, ou seja, nas quais a produção de bens está combinada com uma sofisticada atividade de venda e compra.

O exponencial crescimento das atividades liberais decorreu da crescente complexidade das relações sociais e, com certeza, a criação do ensino superior foi um vetor decisivo nesta transformação. As pessoas mais bem aquinhoadas, inclusive, mandavam seus filhos realizar sua formação em universidades estrangeiras, sob a alegação de que as locais teriam alguma deficiência. Este, certamente, era um juízo não totalmente destituído de fundamentações, por se tratar de criações recentes, mas obstrui o fato de que a criação destes cursos foi levado muito a sério, posto serem contratados professores altamente qualificados, nos mais diversos centros de ensino e pesquisa, de terem sido feitos investimentos avultados na criação de laboratórios e de terem sido enviados os alunos mais capacitados para um aperfeiçoamento em instituições de reconhecida capacidade, os quais eram contratados para reger cátedras de suas respectivas especialidade, a partir de seu retorno. Este é apenas um dos aspectos do significativo incremento às atividades intelectuais que foram sustentadas por um vigoroso desenvolvimento da agricultura, que serviu de fonte de acumulação de capitais, que passaram a ser investidos num acelerado comércio internacional, e quando estas transações sofreram limitação, em decorrência de confrontos bélicos internacionais, serviram para financiar a instalações de estabelecimentos fabris, que, livres de concorrência externa, tiveram amplas condições de atender às necessidades de um mercado já estabelecido.

Antes de medir as consequências desta evolução, parece ser necessário fazer algumas observações sobre a vida cotidiana desta sociedade. Sempre se tem insistido que uma das grandes contribuições que o elemento germânico teria trazido ao Brasil teria sido a liberalidade das relações familiares: na medida em que o trabalho na agricultura era exercido igualmente pelo casal, as mulheres teriam gozado de um status semelhante ao dos homens, e teriam contribuído para uma organização mais democrática das relações sociais. Hörmeyer chegou a afirmar que:

Ao desembarcar (em Porto Alegre), vemos que nos achamos numa cidade importante, que está crescendo rapidamente... Eu já havia notado em outras cidades meridionais, grande número de alemães e Porto Alegre pareceu-me inteiramente alemã... Vi poucos escravos. Os brasileiros geralmente ficam em casa e abandonam a cidade aos alemães.¹⁷

Estas observações certamente eram pertinentes se comparado à sociedade nacional, mas seria um equívoco imaginar que a estrutura familiar alemã não tivesse características eminentemente machistas. Tanto isto é verdade que, nos assentamentos de mais de doze mil paroquianos, foram encontrados apenas os registros de quatro atividades exercidas por mulheres: duas professoras, uma modista e uma lavadeira. Para a sociedade nacional, pode ser que a ocupação das ruas por mulheres alemãs parecia estravagante, ou um excesso de liberdade, nem por isso, a vida das mesmas passava por severos cerceamentos. Nos primeiros tempos, por exemplo, o batismo dos bebês dependia da iniciativa dos homens, e os padrinhos eram todos homens. Por isso mesmo, foi muito estranho o fato de que em alguns batizados de filhos de mães solteiras os padrinhos eram todos do sexo feminino. A explicação para tão estranho fato parece ter sido encontrado numa passagem do relato de von Tschudi:

Um alemão, chamado J. (Julius) H. (Heinrich) Knorr, concebeu alguns anos atrás, o estranho plano de importar grande quantidade de empregados alemães para a província do Rio Grande do Sul e, em três navios, importou mais de cem indivíduos (o grupo feminino, em sua maior parte foi recrutada em bordes de cidades marítimas alemãs). Sua chegada em Porto Alegre não causou pouca sensação e conta-se que frequentemente até mesmo um dignitário muito elevado, envolto densamente em casacão, o chapéu bem apertado acima dos olhos, patrulhava à noite para cima e para abaixo

17 HÖRMEYER, Joseph. *O que Jorge conta sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1966, p. 166/7.

em frete à casa de recepção, até que Ida, Berta ou como mais estas Frineias se chamavam, deslizassem para o esperado *rendez-vous*. Obviamente, nenhuma família honesta quiz recrutar suas empregadas entre as senhoritas com chapéus e roupas de seda; por isso o destino delas foi aquele que cada pessoa razoável teria previsto; em Porto Alegre, a maioria manteve sua antiga profissão e, a toda a parte aonde iam, decaíam ainda mais. Muitas delas arruinaram-se miseravelmente. Um padre T. levou duas para sua casa, provavelmente não para convertê-las a uma vida melhor, pagou suas dívidas¹⁸, mas pouco tempo depois ambas fugiram de novo. Muitas outras agiam de maneira semelhante; de toda a leva, apenas muito poucas devem ter conseguido uma vida regular. Acontecimentos desse tipo realmente não contribuíram para que o nome alemão seja mais respeitado.¹⁹

A respeito de Knorr, foi possível constatar que se tratava de um mercenário que atuou em Pernambuco e na Cisplatina, no posto de alferes. Durante a Guerra dos Farrapos, atuou no lado imperial, com reconhecimento de méritos. Em 1852, comandou o Batalhão dos *Brummer*, na guerra contra Oribe e Rosas. Por indicação do vice-presidente Patrício José Correia da Câmara, teria sido encarregado de voltar à Alemanha para recrutar mil colonos para o Rio Grande do Sul, que deve ter sido o contingente referido por Tschudi. Em 1861, se tornou redator do jornal alemão (*Deutsche Zeitung*), do qual foi um dos cofundadores. Durante o recrutamento de “voluntários” para a Guerra do Paraguai, foi encarregado do alistamento, juntamente como dr. Hillebrand. Provavelmente por razões de saúde, foi desligado do exército antes do embarque para o teatro da guerra, voltando para Porto Alegre, onde veio a falecer em 24 de agosto de 1865. Em seu sepultamento, recebeu honras militares, que lhe eram devidas pela condição de coronel do exército nacional. Como se percebe, estes dados mostram uma face diferente da apresentada por Tschudi. Isso significa que a questão da importação de prostitutas ainda está por ser melhor esclarecida, porque não seria de esperar que uma pessoa de tão grande prestígio se envolvesse em atividades tão pouco recomendáveis. É bem provável que estes imigrantes, que deveriam ser colonos, e, na realidade, acabaram por se estabelecer em Porto Alegre, tenham contribuído para a avaliação depreciativa anteriormente referida.

Voltando aos batismos, percebe-se que, depois de uma fase curta de

18 Provavelmente, despesas da viagem transatlântica.

19 NOAL Fº, Valter Antônio & FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre, 1754-1890*. Santa Maria: Annaterra, 2004, p. 120.

uma cerimônia restrita à participação masculina, passou a ser constante o convite a um casal e mais uma pessoa solteira, homem ou mulher, para padrinhos. Ao contrário daquilo que acontecia nas colônias, onde o batismo se constituía numa cerimônia de fortalecimento das relações sociais, razão pela qual eram escolhidos três ou quatro casais para apadrinhar um bebê, em Porto Alegre o número de padrinhos era bem mais restrito. Porém, pôde ser observado que também aqui os batismos serviam para o fortalecimento de solidariedade entre famílias, porém, seu número era bem mais restrito. Era comum que houvesse uma reciprocidade na escolha do compadrio, na medida em que os filhos de uma família tinham por padrinho o casal da outra, e vice versa. Como o número dos filhos era relativamente grande para os parâmetros atuais, formava-se uma pequena comunidade de compadres, que foi se estreitando ao longo do tempo, entre os pobres, mas evoluiu no sentido contrário entre a elite.

Nos primeiros tempos, a escolha dos padrinhos recaía em pessoas da mesma denominação religiosa, mas depois da virada do século, este procedimento se tornou bem mais flexível, para o desgosto dos pastores, que faziam anotações a este respeito, quando se tratava de padrinhos católico. Isso se constitui numa evidência de que os interesse do capital começaram a se tornar mais importantes que as crenças religiosas.

Era costume bastante difundido que o afilhado recebesse o nome do padrinho ou da madrinha, quando não recebia o da mãe ou do pai. O repertório de nomes era muito limitado. Talvez fosse esta a razão pela qual a maioria das crianças recebiam três nomes ou mais. Há um caso de dois irmãos onde, cada qual, recebeu nada menos que oito nomes. Entre os westfalianos de Teutônia, esta prática foi levada a extremos: entre 35 meninas escolhidas aleatoriamente, o nome Wilhelmine aparece 15 vezes, e Frederika 13 vezes; entre 48 meninos, também selecionados ao acaso, o nome Heinrich aparece 23 vezes, Friedrich 18 vezes e Wilhelm 16 vezes. Este costume estava relacionado com a crença paleogermânica de que os nomes tinham o poder de determinar o destino de seus portadores.

Essa prática causou muitas dificuldades na organização das famílias, uma vez que, no registro dos pais, muitas vezes, só aparece um dos seus nomes de batismo, que variava muito quando era adotado um nome em português, situação na qual, então, era escolhido aquele que mais se prestava para a tradução. Também foi verificado que esta diversidade, por vezes, era usada para fins não muito lícitos.

Quanto mais se avançava no tempo, o repertório dos nomes foi aumentando, e no fim do período passaram também a ser utilizados nomes de outras línguas, fato que, possivelmente, tinha a ver com a divulgação de

espetáculos cinematográficos. Independente disso, verificou-se que a incidência de determinados nomes acompanhou ondas de modas: num curto período, um determinado nome se tornou majoritário, para desaparecer pouco depois. Também foi verificado que a partir da virada do século, os nomes femininos passaram a ser registrados amiúde na forma de diminutivos afetivos: o da Maria tomava a forma de Mariechen, a de Anna, como Änchen, etc. Entre os homens, a tendência era de abreviar os nomes: desde os primeiros tempos, a forma de Johannes aparecia poucas vezes, para dar lugar a Johann. No fim do período, este nome foi ainda mais abreviado para Hans, da mesma forma como Friedrich passou a ser Fritz, por exemplo.

Uma das formas mais comuns de comunicação em massa eram os almanaques, que seguiam diversas tendências ideológicas. Os de orientação católica sempre apresentavam fotografias de famílias muito grandes, acompanhadas de comentários elogiosos. Isso parecia indicar que a formação de famílias muito numerosas era comum. Essa expectativa, no entanto, não se confirmou. Pelo menos, entre os luteranos, famílias com uma dezena de filhos eram muito raras. O mais comum eram as famílias com três a cinco filhos, deixando à parte os registros de casais que aparecem com um filho apenas. Tudo leva a supor que estas eram famílias do interior que, ou apresentavam dificuldade de vir a Porto Alegre, ou, mais provavelmente, eram batizadas no interior, onde foram sendo criadas novas paróquias desmembradas da de Porto Alegre, razão pela qual nascimentos subsequentes eram registrados em outras paróquias. O estudo a este respeito não foi realizado. Aquilo que, no entanto, pôde ser verificado, e cujas motivações não foram encontradas, foi o fato de que nos registros de batismo de famílias do interior não constam os nomes dos padrinhos. Também era comum que crianças recebessem os nomes de irmãos falecidos.

Aqui chegou-se a um dos problemas mais sérios com os quais esta sociedade teve de se confrontar: a morte de recém nascidos, os natimortos e da morte de parturientes. Havia o costume de batizar a criança sobrevivente sobre o túmulo da mãe falecida.

Estas perdas eram muito frequentes, se comparados às atuais e, certamente, eram decorrentes dos conhecimentos e/ou cuidados restritos com a higiene. Essas mortes tinham consequências muito sérias, pois se partia do princípio de que os homens eram incapazes de cuidar de seus filhos pequenos, ou, de não terem tempo para tanto, já que tinham, por obrigação, tratar do sustento da família. Disso decorria a necessidade que os viúvos tinham de conseguir, no menor tempo possível, um novo casamento, que acontecia, seguidamente, em menos de um ano após o falecimento da esposa. Não é, pois, de surpreender que a noiva fosse, frequentemente,

uma parente da falecida.

A verdade era a de que se morria muito facilmente, e muito cedo. As causas mais comuns das mortes eram as doenças infectocontagiosas, que se sucediam em ondas avassaladoras, em tempos intermitentes. O maior flagelo era a tuberculose. A variedade dessas doenças era grande, e seriam necessários conhecimentos médicos especializados para qualificá-las. Elas atingiam jovens e idosos, sem distinção de sexo. Isso levou a que houvesse um número surpreendentemente grande de casamentos de viúvos. Aqui também é relevante o fato de que, nestes registros, estava bem especificado o(s) nome(s) do(s) ex-marido(s) da noiva, fato que dificilmente acontecia com os noivos. Descobria-se que estes eram viúvos nos registros de batismo dos filhos, quando, numa época, a mãe tinha um nome e outro, em período diferente. Foi encontrado um caso extremo em que uma senhora teve quatro sobrenomes diferente no curto período de dez anos: um era o de solteira e os outros foram adquiridos em três casamento sucessivos!

Morria-se muito cedo. Aos cinquenta anos, as pessoas passavam a ser consideradas idosas. Como as estatísticas demonstram, as mulheres têm uma expectativa de vida maior que a dos homens. O que ressalta nesses levantamentos, no entanto, é que essa defasagem era ainda maior que na atualidade. De qualquer modo, quando, excepcionalmente, uma pessoa chegava a falecer depois dos noventa anos, isso era registrado com destaque.

Fato que também merece destaque é o grande número de suicídios de pessoas adultas. Esta foi a segunda maior causa das mortes registradas. A causa provável destes acontecimentos foram as tensões decorrentes de adaptações ao novo meio social. Como se tratava de uma sociedade acentuadamente machista e homofóbica, possivelmente, estas mortes tenham sido decorrentes de preconceitos e discriminações.

Os registros de casamentos são os mais ricos e completos. Aí aparecem, além da data do consórcio, os nomes dos noivos, as datas e locais de seus nascimentos, os nomes dos respectivos pais, a profissão do noivo e, eventualmente, de seus pais (homens), e, ainda, dos padrinhos. Por vezes, ainda havia o registro do local em que o casal morava. Sobre a escolha dos padrinhos, não foi constatada a existência de uma regra única. Podiam ser um ou dois casais, quando, algumas vezes, não era registrado o nome da mulher (fulano de tal e esposa), e, muito frequentemente, havia padrinhos solteiros.²⁰

20 Nas colônias velhas, havia o costume de convidar casais de namorados para apadrinhar o casamento, fato que simbolizava um agouro propício para que o casamento dos mesmos também viesse a se realizar em plenitude de felicidade. Possivelmente, estas crenças também

Num levantamento aleatório de cem casamentos, foi tentado identificar a idade dos noivos, na data do consórcio. Como se estava interessado na idade do primeiro casamento, não foram computados casamentos em que constava algum viúvo. A idade média dos noivos foi de 29 anos e 6 meses, com extremos situados entre 20 e 41 anos, e das noivas, de 22 anos e 7 meses, com extremos entre 13 anos e 38 anos. Como havia uma certa resistência em registrar a viuvez dos homens, é provável que os dados tenham sido contaminados pela inclusão de algum(s) viúvo(s), situação que explicaria a significativa diferença de idade entre os respectivos noivos.

Emílio Willems²¹, em seus estudos sobre a imigração alemã, assinou que era comum, entre o campesinato alemão, a realização de casamentos “de prova”, que eram sacramentados a partir da constatação da gravidez da noiva, e que eram desfeitos se a gravidez não acontecesse. Segundo aquele autor, o casamento virginal das noivas teria sido uma imposição da burguesia. Como não havia dados a este respeito no Brasil, resolveu-se levantar dados a este respeito, para saber do enquadramento dos casais neste lado do Atlântico. Os resultados foram os seguintes: o tempo entre o casamento e o nascimento do primeiro filho era inferior a nove meses em 10% dos casos, de aproximadamente nove meses, em 8%, de mais de nove meses e menos de um ano, em 26%, e de mais de um ano, em 56%. De onde se pode concluir que a sociedade teuta porto-alegrense estava, em largos passos, a caminho de seu aburguesamento.

Quando realizamos os estudos sobre a participação dos arquitetos alemães em Porto Alegre, em meados do século XIX, e foi verificada a esdrúxula formação da mão de obra na regularização viária de Porto Alegre, começamos a suspeitar que algo estranho estava acontecendo na formação da sociedade.

Diversos estudos haviam constatado a primordial participação dos teutos no processo e no papel preponderante assumido em sua afirmação. Em nossos estudos sobre a industrialização na Alemanha, verificamos uma unanimidade entre os autores de que as primeiras empresas haviam se formado da conjugação de interesses de três setores sociais diferentes: um era constituído pela baixa nobreza que disponha de algum prestígio político; o segundo formado pela burguesia que havia enriquecido por vias do comércio, e o terceiro era a de artesãos mais criativos, que monopolizavam

fossem alimentadas nos consórcios de Porto Alegre.

21 WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil: estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes*. São Paulo: Nacional, 1940; e *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1946.

os conhecimentos da produção de bens. Em suas fundações, a maioria das empresas alemãs teriam se formado a partir da associação de um representante de cada um desses setores. Constava que, entre os latinos, essas empresas teriam tido uma formação preferencialmente familiar, e associações familiares teriam sido impulsionadas por via de casamentos arranjados, baseados em interesses capitalistas. Daí ter surgido a dúvida sobre qual teria sido o procedimento adotado pela elite teuta.

A formação da sociedade brasileira tinha características especiais, neste aspecto. Por um lado, a nobreza brasileira, por ser de nomeação e não de tradição, ter sido recrutada em função da distribuição geográfica, de modo a cobrir todo o território nacional por uma rede de lealdades à Casa Imperial e por ter sido recrutada entre personalidades de caráter, quase sempre, de postura muito conservadora, apoiada numa tradição escravocrata de uma sociedade patriarcal, não se prestava ao papel de agente social inovador. Dentro desta mesma tradição, o trabalho manual era tido como “inferior”, razão pela qual era relegado aos cativos. Ora, uma sociedade formada por um nobre e um escravo seria uma associação impensável. Essa concepção ideológica também deveria ter sido um empecilho para uma associação entre a nobreza e os artesãos. Aquilo que parecia incontestável era a relevância do papel desempenhado pela elite comercial no processo da constituição das empresas fabris.

Os levantamentos dos registros da comunidade luterana em boa parte vieram a confirmar essas suposições. É claro que a nobreza nacional não estava filiada a uma denominação religiosa, que era somente tolerada. Embora os imigrantes nobres tivessem sido muito ciosos em conservar os indicativos de suas linhagens em seus sobrenomes, era flagrante a decadência de sua importância social. Alguns até chegaram a desempenhar funções muito simples, como jardineiros ou atendentes. A migração dos artesãos para a condição de assalariados também veio a confirmar a suposição de sua proletarização.

Os comerciantes, por sua vez, passaram a assumir, progressivamente, iniciativas sociais relevantes. Tschudi, em 1861, assinalou que “o importante comércio atacadista está principalmente na mão de linhagens alemãs altamente admiráveis”,²² Um ano mais tarde, Friedrich Gerstäcker comentou que (em Porto Alegre) “mais do que em qualquer lugar, encontrei os alemães ativos... e nenhum lugar seria tão apropriado para oferecer-lhes um vasto campo para sua atividade”.²³ Reinhold Hensel atestou que “a

22 NOAL Fº, Valter Antônio & FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre, 1754-1890*. Santa Maria: Annaterra, 2004, p. 119.

23 Idem, *ibidem*, p. 124.

maioria das casas comerciais pertencem a alemães, e estes, em sua maioria, também são os empregados”.²⁴ Semelhantes comentários são constantes em relatos dos viajantes no fim do século XIX. Dentre eles, foi selecionado um de Victor W. Esche, quando registrou que:

...a indústria ainda dá seus primeiros passos, e como ela não é capaz de concorrer e nem de longe atende a demanda regional, não possui condições de exportar. Como instalações industriais, podem ser citadas: fábricas de tijolos, serralherias, moinhos a vapor, curtumes, fábricas de móveis, fábricas de sabonete, destilarias, duas fábricas de máquinas e uma fundição de ferro.²⁵

Esta foi a primeira observação sobre instalações industriais que, a partir de então, passaram a ser objeto de constantes considerações. Na última década do século XIX, houve um arrefecimento no desenvolvimento econômico, decorrente da instabilidade política gerada pela proclamação da república, mas a partir do novo século, o processo pôde ser retomado. Quando as potências europeias começaram a se armar para a I Guerra Mundial, os preços internacionais de produtos alimentícios não perecíveis passaram a ser cotados em preços muito vantajosos. Com a reorientação da economia da pecuária para a agricultura, o Estado passou a grande exportador de cereais, fato que propiciou uma significativa acumulação de capitais. Criação de uma dinâmica atividade bancária disponibilizou capitais, que puderam ser investidos na industrialização. As condições do desenvolvimento industrial se tornaram propícias, quando foi interrompido o transporte transatlântico, em decorrência dos inícios dos conflitos bélicos, e os produtores nacionais deixaram de concorrer com os importados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo os levantamentos realizados por Dietrich von Delhaes-Günther²⁶, os empreendimentos industriais foram se constituindo de uma forma difusa, em diversas cidades do Estado. Esses empreendedores, em sua maioria, eram de segundo ou terceira geração nascida no Brasil. Seus nomes não eram contados entre os comerciantes mais bem aquinhoados. Sua formação teria começado nas oficinas de seus pais, e continuado em aprendizado em estabelecimentos congêneres, em vários casos, como pra-

24 Idem, *ibidem*, p. 146.

25 Idem, *ibidem*, p. 231.

26 DELHAES-Günter, Dietrich von. *Industrialisierung in Südbrasilien*. Köln: Böhlau, 1973, p. 155 e seg.

ticantes em estabelecimentos comerciais, de onde teriam evoluído para caixeiros viajantes. Isso significa que estavam muito atentos às necessidades do mercado consumidor. Depois deste aprendizado, um bom número teria ido à Alemanha para se submeter a um aprendizado em escolas especializadas, além de estágios em empreendimentos industriais. Por vezes, estas práticas eram realizadas na Inglaterra ou nos Estados Unidos. Isso significa que voltavam com uma compreensão razoável do processo de produção. É compreensível que esta formação não era suficiente para dominar os processos técnicos específicos dos diversos tipos de produção. Para suprir estas necessidades, contratavam técnicos no exterior.

Na medida em que se fortalecia o mercado consumidor, foram percebidas as conveniências da concentração dos empreendimentos. Por isso, devagar, eles foram sendo transferidos para Porto Alegre, onde havia melhor disposição de técnicos, que estavam se formando no Instituto Parobé da Escola de Engenharia. Como a demanda era maior que a oferta, os próprios alemães tomaram a iniciativa de criar um curso específico numa Escola de Ofícios (*Gewerbeschule*).

Este processo de transformação social trouxe consigo uma clivagem ainda mais profunda dentro da sociedade teuta. A Sociedade Germânia, que começara de forma modesta, foi se transformando num clube de elite, onde as taxas de participação eram tais que só os mais ricos tinham condições de pagar. Ela passou a servir de convivência social, mas também de acertos de negócios, entre estes empresários. À boca pequena, se dizia que os encontros sociais também serviam para a convivência dos jovens para fomentar casamentos entre os filhos dos associados, com a finalidade de juntar capitais, e evitar sua dispersão. Os levantamentos dos arquivos da Comunidade vieram a confirmar estes boatos. Efetivamente, as relações sociais eram fortalecidas não só pelos casamentos, mas também por relações de compadrio. Em pouco tempo, se formou uma complexa rede relações familiares, que tendia a se configurar como um estamento.

Se era esta a tendência, um acontecimento inesperado colocou este projeto – se é que ele realmente existiu – a perder. A deflagração da II Guerra Mundial e os excessos do nacionalismo implantado pela ditadura getulista foram fatais para o etnocentrismo subliminar fomentado por este tipo de associações.

A estrutura industrial fomentou o surgimento de uma classe média submissa aos comandos imperiosos dos assim chamados “capitães de indústria”, que decidiam sobre os rumos das vidas dos operários, e os submetiam a condições de trabalho muito precários. Ela também sofreu as consequências de uma política nacionalista que acabou com uma das

características mais peculiares de sua cultura, que era a convivência em clubes sociais. Somente os que eram formados pela classe média alta, por possuírem maiores condições de barganha, conseguiram sobreviver.

Entre a camada mais humilde da população, a proletarização era flagrante. Os registros religiosos mostram que a organização em pequenos grupos familiares pôde ser mantida a duras penas, mas iniciativas como a proibição da comunicação em alemão, a proibição da celebração dos cultos religiosos em língua alemã, o severo controle sobre o ensino que foi obrigado a ser ministrado em português, por professores brasileiros natos, e vigilância policial de toda a forma de convivência entre os teutos transformou completamente a existência desse setor da sociedade.

Com o fim da guerra, só muito devagar foram se amainando as contrariedades, cujo fim definitivo pode ser estabelecido na celebração do biênio da colonização e imigração por ocasião do sesquicentenário da imigração alemã e centenário da imigração italiana.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai*. Canoas: Hilgert, 1968.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DELHAES-Günter, Dietrich von. *Industrialisierung in Südbrasilien*. Köln: Böhlau, 1973.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *A Velha Porto Alegre*. Porto Alegre: Edigal, 2015.
- _____. *Porto Alegre sitiada*. Porto Alegre: SMC/Ed. da Cidade/Letras & Livros, 2011.
- HÖRMEYER, Joseph. *O que Jorge conta sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1966.
- ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2010.
- NOAL Fº, Valter Antônio & FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre*. Santa Maria: Annaterra, 2004, 2 vols.
- ROSA, Gilson Justino da. *Imigrantes Alemães, 1824-1853*. Porto Alegre: EST, 2005.
- WEIMER, Günter. Engenheiros alemães no Rio Grande do Sul, na década de 1848-1858. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. 5, n. 2, p. 151-206, 1979,

_____. *O trabalho escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFGRS/SAGRA, 1991.

WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1940.

_____. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1946.

WOLF, Wilhelm. *Deutsche Einwanderer in São Leopoldo, 1824-1937*. Neustadt an der Aisch: Degener, 1964.

Recebido em 27/09/2021

Aprovado em 08/12/2021

A IMIGRAÇÃO COMO UMA MARCA NA IDENTIDADE CULTURAL BRASILEIRA

IMMIGRATION AS A BRAND IN BRAZILIAN CULTURAL IDENTITY

Vânia Maria Abreu de Oliveira¹

RESUMO

O artigo trata do Brasil e sua história em relação aos movimentos migratórios, em especial da migração haitiana, que se tornou o destino dos primeiros haitianos a partir de 2011. O fenômeno da migração é antigo na história humana. Entre os séculos XVI e XIX, com o processo de formação do capitalismo, a colonização europeia em todos os continentes intensificou essa dinâmica e milhões de pessoas passaram a viver em outras regiões do mundo. O objetivo foi de verificar como ocorre o cumprimento dos direitos humanos dos imigrantes haitianos e analisar as formas de incentivo à proteção desses imigrantes no Brasil e a consequente melhoria de suas condições de vida. E mais, apresenta historicamente como iniciaram as migrações dos haitianos, identificando as principais motivações para estes estrangeiros escolherem o Brasil como destino e também abordar melhorias necessárias do ponto de vista social que visem ao desenvolvimento de práticas socioculturais para a qualidade de vida, tanto dos imigrantes quanto dos brasileiros. A pesquisa se realizou de maneira interdisciplinar, entre história, direito, sociologia e antropologia.

Palavras-chave: Haiti. Dignidade Humana. Proteção jurídica. Imigrantes haitianos.

ABSTRACT

The article deals with Brazil and its history in relation to migratory movements, especially Haitian migration, which has become the destination of the first Haitians since 2011. The phenomenon of migration is ancient in human history. Between the 16th and 19th centuries, with the process of capitalism formation, European colonization on all continents intensified this dynamic and millions of people began to live in other regions of the world. The objective was to verify how the human rights of Haitian immigrants are complied with and to analyze the ways of encouraging the protection of these immigrants in Brazil and the consequent improvement in their living conditions. Furthermore, it historically presents how immigrants from Haitians started, identifying the main motivations for these foreigners to choose Brazil as a destination and also addressing necessary improvements from the social point of view aimed at the development of socio-cultural practices for the quality of life of both immigrants and of Brazilians. The research was carried out in an interdisciplinary way, between history, law, sociology and anthropology.

Keywords: Haiti. Human dignity. Legal protection. Haitian immigrants.

¹ Doutora em História pela PUCRS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social - mestrado e doutorado - da Universidade de Cruz Alta-RS.

INTRODUÇÃO

Pensar o processo de migração dos haitianos é pensar a questão da migração para o Brasil como um todo, é refletir sobre um processo amplo que envolve múltiplas perspectivas como a política internacional, os projetos de vida dos imigrantes, o momento sanitário, econômico e político do Brasil frente à economia e política mundiais, etc.

O processo de imigração no Brasil teve no Segundo Reinado o seu apogeu, italianos, alemães, libaneses, sírios, japoneses e famílias de tantas outras nacionalidades embarcam em definitivo para o Brasil para trabalhar, sobretudo como mão de obra nos cafezais do sudeste.

Em realidade, conforme importante observação de Baeninger (2016), a história atual, tanto mundial quanto do Brasil, não poderia ser compreendida em sua totalidade se não fosse considerada a interação entre os países por meio das suas populações. A própria identidade de muitos países, a sua constituição como nação, como é o caso do Brasil, país de alta miscigenação, foi um produto do movimento internacional de diferentes povos.

Foram todas as ondas imigratórias que ocorreram para o país que formaram a identidade atual do povo brasileiro. O país é reconhecido pela alta miscigenação que ocorreu desde os primórdios da colonização e deve às imigrações de diferentes povos a formação das características culturais, sociais e econômicas do Brasil (SILVA, 2016).

Assim, as imigrações são a essência da formação do povo brasileiro e marcaram a identidade cultural do país, que cultua e difunde os mais variados costumes em todo o território nacional, costumes estes originados em diferentes locais do mundo. Merece destaque, portanto, o estudo de como as imigrações iniciaram no Brasil.

1 A imigração no Brasil

Constata-se a presença do imigrante desde o descobrimento do Brasil, sendo os colonizadores portugueses os primeiros imigrantes a chegarem ao país. Ocorre que a presença do colonizador português se intensificou no século XVIII com a economia voltada para a mineração e com o investimento na lavoura canavieira, momento em que os portugueses passaram a necessitar de mais braços para realização destes trabalhos, iniciando os tráficos de escravos africanos para o Brasil por volta do ano 1550 (ARAÚJO, 2016).

Acentua Blackman (2016) que outros imigrantes, europeus, franceses e holandeses, considerados colonizadores ávidos por novas terras e

produtos disponíveis no Brasil, já haviam marcado sua presença no país, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, porém, foram basicamente os portugueses e africanos (somados aos povos indígenas) que criaram as bases da sociedade brasileira que se configurava no período colonial.

Desde o início da colonização, esteve presente a mão de obra escrava, preponderando no desenvolvimento da economia brasileira, que então produzia e exportava produtos tropicais, tais como algodão, açúcar e café, sendo que estas produções brasileiras eram totalmente dependentes do negro africano, cresciam apenas em cima da escravidão (ARAÚJO, 2016).

Em um apanhado histórico, Gonçalves (2018) salienta que até 1850 toda a demanda da agricultura brasileira era suprida pela mão de obra escrava, por meio do tráfico, porém, neste mesmo ano, surge a lei como Lei Eusébio de Queirós, que proibiu a entrada de negros africanos escravos no Brasil. O tráfico é abolido, enfraquecendo a ordem escravocrata.

Na verdade, a abolição do tráfico já havia sido assinada em 23 de novembro de 1826, em um tratado entre Brasil e Inglaterra, contudo o tratado foi gravemente descumprido pelo Brasil, que se negou a abolir a escravidão naquele momento. Mais tarde, em 28 de setembro de 1871, surgiu a Lei do Ventre Livre, abolindo indiretamente a escravidão no Império, libertando os escravos nascituros. Assim, o trabalho escravo foi chegando ao seu fim, até ocorrer a abolição por completo da escravidão (PATARRA, 2005).

Com a abolição da escravidão, Beiguelman (1981) ressalta que começou a ficar escassa a mão de obra para a cultura cafeeira, em franca expansão na metade do século XIX. Assim, o Brasil precisou encontrar meios de substituir a mão de obra escrava, sendo a opção mais bem avaliada pelos produtores de cafezais da época a mão de obra livre do imigrante europeu. Nesse sentido, também destaca Gonçalves (2017, p. 4):

As maiores ondas imigratórias para o Brasil foram patrocinadas pelo governo, a partir da segunda metade do século XIX. O objetivo era trazer trabalhadores aptos a substituir os escravos na agricultura e a executar tarefas necessárias à industrialização e ao desenvolvimento econômico. O movimento cresce a partir das décadas de 1870 e 1880 e se estende até meados do século XX. A onda imigratória iniciada no século XIX traz para o país cerca de 4 milhões de trabalhadores.

Portanto, o Brasil encontrou na imigração os meios de suprir a lacuna deixada pela mão de obra escrava, surgindo o trabalhador livre europeu como modelo mais apontado pelos estadistas, políticos, intelectuais e

fazendeiros brasileiros da época para ocupação das novas vagas de trabalho (PATARRA, 2005).

Vale destacar a principal diferença no controle entre o trabalho escravo e o trabalho livre naquela época, segundo Araújo (2016) o escravo era definido por lei como propriedade privada e obrigado a trabalhar para o seu dono, enquanto o trabalho livre apoiava-se em um acordo entre as partes, denominado contrato de parcerias que, no entanto, acabava pendendo sempre para o lado mais forte, o do fazendeiro. Desse modo, o trabalho livre era muito menos livre do que se supõe e, em muitos casos, aproximou-se da servidão e do trabalho coercitivo (ARAÚJO, 2016).

Os problemas para os primeiros imigrantes europeus não foram poucos. Gonçalves (2017) ressalta que esses estrangeiros que vinham ao país para trabalhar enfrentavam grandes desigualdades entre nacionais e estrangeiros, bem como sofriam severas perdas com o excesso de impostos e taxas pagas por eles e com a Lei de 1837, que regulava os contratos de locação de serviços, beneficiando sempre o fazendeiro. Além disso, na maioria das vezes, sob a alegação de não estarem satisfeitos com o trabalho, os fazendeiros forçavam os imigrantes a trabalhar por muito tempo, sob um regime disfarçado de escravidão (GONÇALVES, 2018).

De fato, o capital cafeeiro queria submeter o imigrante à mesma exploração imposta ao escravo através das leis de locação de serviços, o que fez com que surgissem inúmeros conflitos entre os fazendeiros e os colonos, até que houvesse uma efetiva melhora no sistema de pagamento pelo trabalho da mão de obra livre, ou seja, assalariada (BLACKMAN, 2016).

Cabe dizer que hodiernamente, apesar de muitas mudanças terem ocorrido na legislação e no modo de recepcionar os estrangeiros, a situação dos imigrantes ainda apresenta riscos consideráveis deles serem submetidos a trabalho em situação análoga ao trabalho escravo. Até mesmo porque atualmente os custos para regularizar um trabalhador, conforme exige a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, são igualmente altos e muitos empregadores acabam deixando de pagar o que é devido e prejudicando o funcionário, ainda mais quando este é estrangeiro e não conhece as normas trabalhistas do país. Nesse ínterim, de suma importância salientar um breve apanhado histórico, realizado por Baeninger (2016, p. 14):

A história da composição e formação da população brasileira é marcada por distintos movimentos de imigrantes estrangeiros, inseridos em momentos diferentes da economia. Desde o descobrimento do Brasil, tivemos a presença do imigrante. Os portugueses foram os primeiros que chegaram. Por volta de 1550, com a necessidade de braços para

a lavoura canavieira, iniciou-se o tráfico de escravos africanos (estima-se que cerca de 3 milhões de africanos entraram no país de 1550 a 1850).

Efetivamente, a colonização do país teve seu início pelos portugueses, que encontraram nas terras brasileiras oportunidades de expandir seus negócios na agricultura, para comercializar para outros povos. Foi essa necessidade de expandir suas produções que fez com que os portugueses buscassem mão de obra barata, resultando no tráfico de escravos africanos. Prossegue a autora Baeninger (2016, p.14), relatando sobre as três ondas de imigração estrangeira para o Brasil:

A partir da segunda metade do século XIX, a implantação da cultura do café conduziu a uma imigração europeia de grande magnitude; na primeira onda de imigração estrangeira (de 1880 a 1903), entraram 1,9 milhão de europeus, principalmente italianos, seguidos de portugueses, espanhóis e alemães, na segunda onda (de 1904 a 1930), entraram outros 2,1 milhões, destacando-se que nessa etapa – em particular no pós-Primeira Guerra Mundial –, além dos italianos, nota-se a presença de poloneses, russos e romenos. A terceira onda de imigrantes estrangeiros (1930-1953) foi marcada por volumes bastante inferiores de entradas, com a chegada dos japoneses entre 1932 a 1935 e das novas imigrações espanholas, gregas e sírio-libanesas entre 1953-1960 (imigrações dirigidas em parte ao setor industrial).

Denota-se que, após a abolição da escravidão, os primeiros imigrantes a surgirem como trabalhadores assalariados no Brasil foram os italianos, seguidos por portugueses, espanhóis e alemães, caracterizando a primeira onda imigratória pelos europeus. Já a segunda onda de imigração, além dos italianos, também foi marcada pela entrada de poloneses, russos e romenos no país. A terceira e última onda imigratória foi marcada pela chegada de japoneses e após espanhóis, gregos e sírio-libaneses, porém em menor escala que nas duas primeiras ondas. Encerra a autora Baeninger (2016, p.14), salientando a diminuição das imigrações para o país:

Os anos 60 encerraram a recepção da imigração estrangeira ao Brasil. Na verdade, com a imigração estrangeira diminuindo progressivamente depois de 1930, as próximas etapas da economia brasileira contariam com a participação das migrações internas.

Somente na década de 1960 cessaram as grandes imigrações estrangeiras e passaram a ocorrer migrações internas no país, colonizando regiões antes ignoradas, como fruto da necessidade de maiores espaços para as famílias, contribuindo para o crescimento da economia nacional.

Essas ondas de imigração, que ocorreram ao longo dos séculos no Brasil, foram fundamentais para a formação da cultura do país, com diversas etnias. Mais que isso, as imigrações são resultado da globalização, que acabou por encurtar distâncias e tornar as comunicações mais fáceis, segundo Baeninger (2016, p. 15):

A outra face do fenômeno migratório internacional no Brasil revela-se pela entrada de novos contingentes de imigrantes. O cenário da globalização encurta distâncias, redefine localizações e cria blocos econômicos, assim o país assiste a entrada de coreanos, asiáticos, latino-americanos, haitianos e também imigrantes de alta qualificação como os americanos, franceses, coreanos, espanhóis, portugueses. O século XXI anuncia expressiva circulação de imigrantes, face à intensificação da circulação de capital e de mercadorias.

Ressalta-se que essa nova fase migratória já é então marcada pela entrada de povos diferentes no Brasil, inclusive dos imigrantes haitianos, começando nesse momento uma das mais marcantes migrações do século para o Brasil, aumentando a circulação de capital entre países e também de mercadorias.

Dessa forma, o século XXI continuou a apresentar uma expressiva circulação de imigrantes no Brasil, atraídos por diversos motivos, tanto econômicos quanto sociais, como por exemplo, a crise internacional, que fez com que as pessoas buscassem um país de custo mais baixo para viver, bem como a busca por novas oportunidades de emprego em um país que se encontra em desenvolvimento (GONÇALVES, 2017). Essa circulação de imigrantes no Brasil aumentou a pluralidade cultural do país.

Destarte, já é possível perceber a imigração como uma verdadeira marca da identidade cultural brasileira, tamanha sua importância para a formação de novas práticas culturais e religiosas, fundadas também na diferença de povos que habitam o mesmo solo e difundidas em todo o território nacional.

Definida a diversidade cultural brasileira pela chegada de tantos povos estrangeiros e o extenso histórico do país em imigrações, parte-se agora para o estudo específico da imigração haitiana para o Brasil, suas possíveis causas e algumas consequências para o país de destino.

2 A imigração Haitiana no Brasil

Assim como tantos outros imigrantes que chegaram ao Brasil, os haitianos tiveram que passar pelo processo de inserção social em um novo país, buscando a realização de projetos de vida pessoais em uma realidade social, política e econômica diferenciada do seu país de origem, o Haiti.

Nesse contexto, emerge inicialmente a necessidade de realizar um breve apanhado histórico do Haiti, como país que enfrentou diversas calamidades ambientais, bem como restou prejudicado pela crise política e econômica existente há muito tempo no país.

3 Contextualização Histórica da crise política e financeira do Haiti

A crise política e financeira enfrentada pelo Haiti reverberou pelos continentes afora, chamando atenção de muitos países e da Organização das Nações Unidas (ONU) para a urgente necessidade de prestar auxílio a um país com sérios problemas. Muitos haitianos tornaram-se marginalizados dentro do seu próprio país, vivendo sob condições desumanas, sendo explorados no mercado informal de trabalho, sofreram consequências como a falta de saúde, educação e lazer, devido à grande demanda da população necessitada. Considera-se essa crise como o principal marco para o início das imigrações dos haitianos.

O Haiti é a nação economicamente mais pobre das Américas. O país está localizado na América Central, na porção oeste da Ilha Hispaniola (ou Ilha de São Domingos), no arquipélago das Grandes Antilhas, dentro do Caribe (FRANCISCO, 2019).

Inicialmente, salienta-se que a imigração haitiana para o Brasil, segundo o Itamaraty – Ministério das Relações Exteriores, foi comparada historicamente com a imigração de italianos e japoneses, os quais desembarcaram no Brasil entre o período Imperial e os primeiros anos da República, conforme descrito por Seixas (2016).

A magnitude desse evento migratório do Haiti deve-se ao histórico político e econômico do país, que é marcado por intervenções, violência, regimes ditatoriais, desigualdade social, corrupção e desastres ambientais, originando a atual realidade socioeconômica e política do país. Ressalta-se que o Haiti é considerado um dos países mais pobres do mundo, marcado pela instabilidade política desde o início de sua formação, conforme dados publicados pela “Revista Gaúcha ZH”, em seu sítio eletrônico o autor Teixeira (2015, p. 1) escreve:

O Haiti é o país mais pobre das Américas e um dos mais pobres do mundo (168º de 187 países no Índice de Desenvolvimento Humano). Depois de uma contração de 5,3% do PIB em 2010 devido ao terremoto, o Haiti registrou de 2011 a 2014 uma taxa de crescimento médio real de 3,8%, insuficiente para reduzir a pobreza de acordo com o Banco Mundial. Quase 60% dos 10,5 milhões de haitianos vivem abaixo da linha da pobreza (2,44 dólares por dia) e 24% na extrema pobreza (1,24 dólar por dia). A expectativa de vida ao nascer é de 63 anos. A taxa de mortalidade infantil (71 por mil) caiu 11% entre 2005 e 2012, segundo o Banco Mundial.

Conforme esses dados, trata-se de um país marcado pela pobreza, que não tem conseguido atingir o Produto Interno Bruto – PIB suficiente para inverter a situação econômica do país, o que gera ainda mais preocupações por parte dos cidadãos que ali necessitam residir e ainda tirar o sustento de suas famílias, o que acaba contribuindo para esses haitianos migrarem de seu país.

Além disso, a situação chegou ao seu extremo quando eclodiu a Guerra Civil no país, tendo em vista os movimentos de oposição ao governo do então presidente da época, Jean Bertrand Aristide, gerando uma revolta que em pouco tempo se espalhou por todo o país (BLACKMAN, 2016).

Para melhor compreensão desses movimentos de oposição política que sempre estiveram presentes na história do país, Blackman (2016) ainda ressalta que a ex-colônia francesa enfrentou treze anos de lutas sangrentas para conseguir sua independência em 1804, tornando-se a primeira república negra do mundo.

Conforme histórico apresentado por Mattos, De Moraes e De Andrade (2013), após a independência do país, entre 1915 a 1934, tropas dos Estados Unidos da América (EUA) ocuparam o país com a alegação de garantir os interesses estadunidenses durante a Primeira Guerra Mundial. Porém, os estadunidenses continuaram interferindo fortemente na política do Haiti ao apoiarem a ditadura do então presidente François Duvalier. Mattos; De Moraes; De Andrade (2013, p. 98) reforçam:

Em 1991, contudo, ocorreu um golpe de estado e Aristide foi retirado do Haiti, retornando ao poder somente em 1994 com apoio de uma coalizão militar liderada pelos EUA, com aval da Organização das Nações Unidas – ONU e da Organização dos Estados Americanos – OEA. Em 2000, Aristide se elegeu presidente novamente, mas houve suspeitas de fraudes eleitorais, estabelecendo uma crise entre governo

e oposição. Em 2000, na segunda vitória de Jean-Bertrand Aristide para presidente, compareceram às urnas menos de 10% dos eleitores, pois os principais partidos de oposição boicotaram o pleito em protesto contra supostas fraudes nas disputas eleitorais legislativas de maio do mesmo ano. Concomitantemente ao elevado índice de abstenções, houve grande violência na capital, onde três bombas explodiram deixando 2 mortos e 17 feridos. Em decorrência dos problemas identificados nas eleições legislativas e perante as novas suspeitas de fraudes, a oposição negou-se a aceitar o resultado. Aristide fora acusado de ter usado o governo de seu aliado René Garcia Préval para agir de forma ilegal e antidemocrática.

Infelizmente, não houve melhora na política do país e os opositores do governo permaneceram incitando as revoltas, que se espalharam por todo o território haitiano, bem como os opositores começaram a tomar posse de importantes regiões, inclusive a capital, dando início à Guerra Civil no país. Nesse contexto, numa tentativa de conter a Guerra Civil, e pressionado pela França e pelos Estados Unidos da América, o então presidente Aristide renunciou ao cargo e partiu para o exílio. Após, Mattos; De Moraes; De Andrade (2013, p. 99):

[...] o presidente do Supremo Tribunal Haitiano, Bonifácio Alexandre, assumiu o comando do país em 29 de fevereiro de 2004 e solicitou ajuda à ONU para contenção da crise. O Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU, atendendo ao pedido do mandatário interino, estabeleceu a Força Multinacional Interina – MIF e, em abril de 2004, o Conselho aprovou a Resolução 1.542 dando origem à MINUSTAH, comandada pelo Brasil.

Quando da renúncia do presidente Aristide, ficou evidente para o presidente do Supremo Tribunal Haitiano que não havia outra saída, a não ser recorrer à ONU, clamando por ajuda para contenção da crise que apenas se alastrava no país, momento em que foi estabelecida a primeira missão de auxílio ao Haiti, a Força Multinacional Interina. Ocorre que em janeiro de 2010, conforme Mattos, De Moraes e De Andrade (2013, p. 99):

[...] dificultando ainda mais a frágil situação sociopolítica haitiana, o país, que se recuperava de três furacões, que o atingiu em 2009, sofreu as consequências de um terremoto de magnitude sísmica de 7.3 na escala Richter. Porto Príncipe foi duramente atingida e estima-se que 80% das cons-

truções foram seriamente danificadas, incluindo escolas, hospitais, postos policiais e o próprio palácio presidencial. Além dos danos materiais, acredita-se que aproximadamente 230 mil haitianos perderam suas vidas e 1,5 milhões ficaram desabrigados em razão do tremor.

O Haiti, ainda em recuperação depois de ser atingido por três furacões, também foi atingido por um terremoto de magnitude sísmica altíssima. Após este último tremor, encontrando-se o país devastado, material e politicamente, iniciaram-se as imigrações, em grandes proporções, de haitianos para outros países em busca de abrigo e novas oportunidades.

Evidente que “esse quadro de completa desesperança faz com que muitos haitianos optem por deixar o país com destino, principalmente, para o Canadá, os EUA, a França, as Antilhas Francesas, a República Dominicana e o Brasil” (MATTOS; DE MORAES; DE ANDRADE, 2013, p. 100).

Portanto, as crises políticas e econômicas, unidas aos estragos causados pelos furacões e pelo terremoto que atingiram o Haiti, se traduziram em reais catástrofes das quais um país tão pobre ficou impossibilitado de se recuperar sozinho, dando início a significativos números de haitianos migrando do seu país.

Apesar de alguns haitianos poderem migrar para buscar novas oportunidades em outros países, os demais ainda permanecem no Haiti, necessitando igualmente de auxílio. Esse auxílio é alcançado pela ONU, por meio de uma das suas principais missões de paz comandadas pelo Brasil.

4 A Missão de Paz

Nesse contexto, surge a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti ou MINUSTAH (sigla derivada do francês: Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti), que é uma missão de paz criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU) em 30 de abril de 2004, por meio da resolução nº 1542, para restaurar a ordem no Haiti (BLACKMAN, 2016).

Essa missão nasceu com os principais objetivos de estabilizar o país, pacificar e desarmar grupos guerrilheiros e rebeldes, promover eleições livres e informadas, fornecer alimentos para os haitianos e formar o desenvolvimento institucional e econômico do Haiti (SILVA, 2016).

Em realidade, explica Seitenfus (2014), o Haiti sofreu sete intervenções, sendo que a MINUSTAH pretendia ser a derradeira missão que estabilizaria o país, culminando na paz do Haiti, considerado um país extremamente violento, marcado por acentuada criminalidade desde os primeiros

momentos da colonização do país. Em resumo, Seitenfus (2014, p. 20-21):

[...] foram enviadas ao Haiti, entre 1993 e 2013, nada menos que sete missões de intervenção militar, policial e civil patrocinadas pelas Nações Unidas (ONU) com o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA). Devido à falta de alternativa e uma percepção caolha dos desafios haitianos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) chamou para si a responsabilidade de supostamente “estabilizar” o país. Inclusive a atual intervenção, que pretende ser a derradeira, intitula-se Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah).

Muitas intervenções em um período de tempo relativamente curto demonstram ainda a dificuldade da ONU em reconhecer o que realmente é necessário para auxiliar um país de tanta miséria e criminalidade como é considerado o Haiti. O principal trabalho desempenhado pelos militares brasileiros ofereceu maior assistência social do que efetivamente cuidados com a segurança do país, conforme relato de Seitenfus (2014, p. 158) que segue:

Parte do contingente militar brasileiro desempenhava com denodo e eficácia uma obra social que resultou numa diminuição das tensões e um alívio superficial e passageiro para a população local. A luta contra a insegurança era acompanhada por Ações Cívico-Sociais (Acisos): reforma de prédios comunitários; limpeza, pavimentação e manutenção de ruas; distribuição de alimentos; perfuração de poços artesianos. Houve aproximação da população com o contingente, permitindo que um *modus vivendi* fosse estabelecido.

Assim, foi realizada pelos militares brasileiros uma verdadeira obra social na reconstrução do Haiti, diferente da atuação em prol da segurança do país. Mas, infelizmente, não parece ter sido suficiente para melhorar a situação de miséria extrema em que vive o povo haitiano.

Apesar da situação precária de segurança no Haiti, uma criminalidade exacerbada, problemas de narcotráfico combinados com frequentes casos de sequestros, principalmente na capital, cidade de Porto Príncipe, ressalta Seitenfus (2014) que o problema do Haiti não é somente militar ou policial, é necessário também levar em consideração os aspectos políticos, sociais e ecológicos do país para que a Missão de Paz tenha alguma expectativa de êxito. Nesse sentido, destaca Seitenfus (2014, p.21-22):

Mais de 90% do sistema educativo e de saúde são privados. O país não dispõe de recursos públicos sequer para fazer funcionar de maneira mínima um aparelho estatal. A ONU fracassa ao não levar em conta os elementos culturais. Resumir os desafios do Haiti a uma ação militar piora ainda mais a situação de um dos principais problemas do país: a debilidade de sua estrutura econômica. O grande desafio, além do político, é socioeconômico. Quando a taxa de desemprego atinge 80% da força de trabalho disponível, é contraproducente e imoral montar uma Operação de Paz e enviar soldados sob o falso rótulo de uma Missão de Estabilização. Não há nada a estabilizar e tudo a construir.

Portanto, considerando todas as missões que foram enviadas ao Haiti, há que se compartilhar do entendimento de Seitenfus, conforme transcrito acima, que o problema do Haiti não reside meramente na falta de segurança do país, é muito mais profundo que isso, necessitando de uma reconstrução no sentido de auxiliar os cidadãos que, por conta de ausência de trabalho, passam fome e vivem em extrema miséria, restando para muitos a criminalidade como ato desesperado de sobrevivência.

Conforme descreve o Ministério da Defesa (2015), em sua página eletrônica, a MINUSTAH nasceu para restabelecer a segurança e normalidade do Haiti, sendo sempre comandada pelo Brasil, mas contando com o apoio de tropas de outros 15 países, segundo o Ministério da Defesa (2015, p.1):

A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi criada por Resolução do Conselho de Segurança da ONU, em fevereiro de 2004, para restabelecer a segurança e normalidade institucional do país após sucessivos episódios de turbulência política e violência, que culminaram com a partida do então presidente, Jean Bertrand Aristide, para o exílio. O Brasil sempre comandou o componente militar da Missão (2004-2017), que teve a participação de tropas de outros 15 países, além do efetivo brasileiro de capacetes azuis da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

Mesmo criada para restabelecer a segurança ao país que sofre com episódios seguidos de violência e crise política, talvez a utilização da força militar não tenha surtido o efeito esperado pela ONU, pois, atualmente, o Conselho de Segurança da ONU refletiu acerca de alguns aspectos da Missão e decidiu pela sua extinção, estabelecendo concomitantemente o nascimento de uma nova missão para auxiliar o miserável Haiti, mas dessa vez

sem a força militar, conforme relato abaixo pelo Ministério da Defesa (2015, p.1):

O Conselho de Segurança da ONU adotou, em 13 de abril de 2017, a Resolução 2350 (2017), que estendeu pelos seus últimos seis meses o mandato da Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH) e estabeleceu, a partir de 16 de outubro do mesmo ano, uma nova operação de manutenção da paz no país – Missão das Nações Unidas para o apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), composta apenas por civis e unidades de polícia.

A MINUSTAH era para ser a derradeira missão de paz que auxiliaria o Haiti, mas como houve mais catástrofes que atingiram o país, o Haiti foi impedido novamente de se recuperar economicamente, existindo ainda a necessidade de receber auxílio do CSONU (Conselho de Segurança das Nações Unidas). Sobre as catástrofes no Haiti, ainda complementa o Ministério da Defesa 2017, p.1):

Ao longo dos 13 anos de atuação das Forças Armadas brasileiras, a população haitiana foi apoiada pela Missão na ocorrência das duas catástrofes naturais que atingiram o país. No dia 12 de janeiro de 2010, um terremoto causou a morte de mais de 200 mil pessoas. Em 4 de outubro de 2016, o furacão Matthew causou inundações e deixou milhares desabrigados.

Denota-se, portanto, que a MINUSTAH foi encerrada, pois o CSO-NU decidiu pela extinção da missão, num processo gradual de remoção até o esvaziamento do contingente militar previsto para outubro do ano de 2017, porém o trabalho de auxílio ao Haiti ainda está longe de terminar, tendo em vista as grandes dificuldades do país em se recuperar de tantas catástrofes.

Ao mesmo tempo, a nova missão, que será a Missão das Nações Unidas para o apoio à justiça no Haiti (MINUSJUSTH), deve cumprir uma nova função no Haiti, mais voltada para a ação social, considerando-se que o problema do Haiti não recai somente na melhoria da segurança do país (SILVA, 2016).

Importante ressaltar que durante os últimos treze anos o Brasil foi responsável por coordenar a MINUSTAH, buscando cumprir os objetivos da missão (estabilização do Haiti; pacificação e desarmamento de grupos guerrilheiros e rebeldes; promoção de eleições livres e informadas; for-

necimento de alimentos para os haitianos e desenvolvimento econômico do país), motivo pelo qual o Brasil também ficou marcado pelos haitianos como um país acolhedor (BLACKMAN, 2016).

Considerando a coordenação da MINUSTAH pelo Brasil, bem como a maior receptividade para com os estrangeiros, assim o Brasil acabou sendo um dos países que mais recebeu imigrantes haitianos nos últimos anos, e para onde ainda estão aportando muitos imigrantes.

Portanto, com o objetivo de apresentar historicamente como iniciaram as imigrações dos haitianos, demonstrou-se como ocorreram algumas crises políticas e econômicas, seguidas por catástrofes naturais vividas pelo Haiti até o momento, o que acabou culminando na imigração em massa de haitianos desde o ano de 2010.

Igualmente, identificou-se como uma motivação para esses estrangeiros escolherem o Brasil como destino justamente o fato de ter o Brasil como um país de auxílio ao Haiti, um país capaz de apoiar os imigrantes em um recomeço para suas vidas após viverem tanta instabilidade política e econômica no Haiti. Nesse momento, é necessário vislumbrar mais de perto que realmente existe uma recepção digna aos imigrantes.

5 O Brasil “Legal” diante da chegada dos imigrantes

Apesar de o Brasil ser o destino de muitos imigrantes, existem muitos problemas em relação aos estrangeiros, pois a maioria deles, como os haitianos, ao entrar no país alguns anos atrás, deparou-se com a ausência de legislação específica para recepcioná-los. Em um primeiro momento, os haitianos solicitaram refúgio com base no Direito Internacional dos Refugiados e na legislação do Brasil, que preveem o abrigo a pessoas refugiadas, por ausência de opção com enquadramento correto para o caso dos haitianos (ARAÚJO, 2016).

O Conselho Nacional de Refugiados – CONARE providencia o acolhimento a pessoas que estão sendo perseguidas, pois, segundo Araújo (2016), o refúgio é um instituto jurídico para proteger pessoas perseguidas que têm sua vida ameaçada e que necessitam de proteção internacional.

No entanto, o CONARE entendeu que os motivos apresentados pelos estrangeiros, quais sejam deslocamento por desastre natural, econômicos e sociais, não se enquadravam nas hipóteses de perseguição elencadas pelo direito internacional, tampouco pela legislação vigente no Brasil. A saída encontrada, conforme Mattos; De Moraes; De Andrade, (2013, p. 104):

Dessa maneira, o Conare remeteu o caso ao CNIg, com vistas a obter uma solução legal para a questão. Assim, em uma decisão histórica, o CNIg concedeu visto humanitário de residência aos haitianos, permitindo que eles possam trabalhar e estudar no Brasil. Além dessas medidas, o Conare outorgou um protocolo que lhes permite obter o Cadastro de Pessoa Física – CPF e a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

Assim, foi possibilitada pelo Conselho Nacional de Imigração, em uma decisão histórica, a obtenção de CPF e Carteira de Trabalho pelos haitianos, para que possam trabalhar e residir no Brasil, de forma regular, com base na concessão de um visto por razões humanitárias.

Mas somente isto não é suficiente para proporcionar um recomeço de vida para esses estrangeiros que já vieram de um local de grande miséria. É preciso proporcionar direitos iguais e tratamento digno aos imigrantes haitianos, melhorando-se as políticas migratórias e os processos de cidadania para os estrangeiros no Brasil.

Salienta-se que o Estatuto do Estrangeiro, instituído pela Lei nº 6.815 de 1980, estava completamente desatualizado em relação às necessidades dos imigrantes em geral, principalmente os haitianos, assim, de acordo com Santini (2014, p. 1):

Dentro do Ministério da Justiça a ideia de que é necessário criar uma nova estrutura para atender ao fluxo crescente de imigrantes ganha força e os representantes do órgão assumem publicamente que a revisão do Estatuto do Estrangeiro é uma prioridade. A legislação atual, que segue a lógica de “segurança nacional” vigente na Ditadura Militar, é vista como autoritária e retrógrada. “Aqui no estado brasileiro estamos passando por um processo longo de transição. É um rompimento com a trajetória anterior. A Lei 6815, que é o Estatuto do Estrangeiro, não serve como referencial, está aquém da situação atual. Existe um anteprojeto de lei apresentado pelo Ministério”, explica João Guilherme Lima Granja Xavier, diretor do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça.

Dessa forma, a ideia era adequar a legislação brasileira, até então vigente o Estatuto do Estrangeiro, às reais necessidades dos imigrantes, pois é essencial que uma legislação voltada aos estrangeiros atente para a observância do direito à dignidade humana, que jamais deve deixar de ser observado para com qualquer pessoa, inclusive imigrantes que chegam ao país.

Santini (2014) ainda afirma que o Governo Federal tem planos para ampliar o atendimento aos imigrantes em situação vulnerável, sendo que as instituições que cuidam dos estrangeiros só vão se aperfeiçoar com o devido aperfeiçoamento legislativo. Salientando entrevista do Diretor do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça, João Guilherme Lima Granja Xavier, Santini descreve (2014, p. 1):

Granja defende que é preciso a criação de uma estrutura específica para atendimento ao migrante, e que as competências de tal órgão devem estar claras na nova legislação. “O trabalho migratório mostra cada vez mais sua especificidade. Não é um trabalho policial, não é fiscal, não é de assistência social, ele é específico. O modelo tem que ser leve o suficiente para transitar entre as estruturas existentes, dialogar entre os diferentes órgãos, mas tem que ser um órgão especializado”, aponta. “Precisamos alocar recursos de forma transparente, racional, e criar uma estrutura que seja orientada por um conjunto de princípios próprio para nossa região. A relação que temos com esses migrantes não é relação colonial, assimétrica. A nossa característica histórica e geográfica é totalmente distinta e a gente precisa ter mecanismos para lidar com isso. Desde a primeira Conferência Nacional de Migrações, discutimos como organizar isso com eficácia. Não podemos nos basear em princípios restritivos, que elegem como prioridade a segurança nacional, com antagonismo entre quem é nacional e quem não é”, defende.

Então, desde 2014, época da entrevista com o Diretor do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça, já se evidenciava a urgente necessidade de criar novas políticas migratórias que elegessem como prioridade não a segurança nacional, mas o acolhimento digno aos estrangeiros que buscam novas oportunidades, bem como a importância de facilitar a eles a conquista de respeito e trabalho regular perante a sociedade brasileira.

6 A legislação como alento para os imigrantes no Brasil

Logo, considerando todas as necessidades de melhoramento do ordenamento jurídico brasileiro no que tange especificamente ao tema de migrações, a Lei 6.815/80, que estabelecia o Estatuto do Estrangeiro, acabou sendo revogada recentemente pela Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração (SILVA, 2016). Esta nova lei, já nas disposições

gerais, estabelece em seu primeiro artigo o objetivo de recepcionar melhor os estrangeiros, bem como regularizar os direitos e deveres dos migrantes e visitantes.

A Lei de Migração também vem para estabelecer princípios e garantias básicos aos migrantes, tais como o direito de regularização documental, acolhida humanitária, inclusão social, laboral e produtiva do migrante, entre outros (BAENINGER, 2016), conforme se denota da leitura do art. 3º da citada lei, nos seguintes termos. Brasil (2017b, p. 1-2):

Art. 3º. A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: [...]; III - não criminalização da migração; IV - não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional; V - promoção de entrada regular e de regularização documental; VI - acolhida humanitária; [...]; IX - igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares; X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas; XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social; [...]; XXI - promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, nos termos da lei; [...].

A abrangência da Lei de Migração vai mais longe ao colocar os migrantes em situação de igualdade com os nacionais no que tange à inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, trazendo essa previsão em seu art. 4º e incisos.

Então, a nova Lei de Migração veio especificar direitos e garantias básicas aos migrantes em geral, restando analisar se está sendo efetivamente cumprida. Salienta-se também que a nova Lei de Migração não se esqueceu de vincular os direitos previstos em seu texto com o texto constitucional, prevendo expressamente a observância à Constituição Federal Brasileira. Brasil (2017, p. 1-2):

Art. 4º. [...] § 1º. Os direitos e as garantias previstos nesta Lei serão exercidos em observância ao disposto na Constituição Federal, independentemente da situação migratória, observado o disposto no § 4º deste artigo, e não excluem outros decorrentes de tratado de que o Brasil seja parte.

Nesse ínterim, é de suma importância ressaltar que o art. 1º, inciso III, da Constituição Federal, prevê o princípio da dignidade da pessoa humana, o qual não especifica nacionalidade, obviamente aplicando-se a qualquer pessoa que esteja no Brasil, inclusive o estrangeiro em situação irregular (aquele sem documentação válida para uma estadia regular no Brasil).

Da mesma forma, prevê o art. 3º da Constituição Federal (BRASIL, 1988) em seu “inciso IV: Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” Direito que também deve ser observado aos estrangeiros que estejam no Brasil.

E de forma mais específica, temos também o art. 4º da Constituição Federal que estabelece os princípios que regem as relações internacionais do Brasil, bem como todas as garantias fundamentais do art. 5º da Constituição Federal, que igualmente devem ser aplicadas aos estrangeiros (BRASIL, 1988).

Este artigo buscou contribuir para a área de ciência social, buscando o entendimento sobre quais são os direitos humanos dos imigrantes haitianos, em relação às formas de inclusão, incentivo à proteção e dignidade desses imigrantes no Brasil. De antemão, sentiu-se a consequente melhoria das suas condições de vida, amparado em especial na Constituição Brasileira, no fazer do seu cumprimento, na ação para que se efetive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imigração haitiana para o Brasil é uma questão social atual, que demanda muitas reflexões sobre o tema. Inclusive, a intensificação de fluxos migratórios de haitianos para o Brasil, desde o ano de 2010, por força do terremoto que atingiu drasticamente o Haiti naquele ano, demonstrou a necessidade de o Brasil atentar para novas políticas migratórias que atendessem às necessidades dos imigrantes em geral.

Do ponto de vista social, ainda são necessárias algumas melhorias para efetivamente alcançar qualidade de vida aos imigrantes haitianos. Uma das grandes dificuldades que os haitianos enfrentam no Brasil é em relação ao idioma. A língua portuguesa é considerada muito difícil por esses imigrantes, sendo que todos os imigrantes que participaram do grupo de pesquisa relataram dificuldade no aprendizado da língua oficial do Brasil, alguns inclusive sentiram certa estranheza por parte dos brasileiros ao utilizarem o idioma crioulo para se comunicarem entre si.

Cumprindo-se a legislação vigente atualmente, sendo a principal delas a Lei do Migrante, é possível receber os haitianos com o visto huma-

nitário, regularizando a situação deles no Brasil, bem como fornecendo os documentos necessários para a vivência na sociedade brasileira e consequente colocação em trabalho formal, que permita o sustento próprio e dos familiares desses imigrantes.

Desse modo, denota-se que só permitir a entrada dos haitianos no Brasil não é suficiente, ainda é preciso aperfeiçoar o cumprimento da legislação brasileira para que os direitos da cidadania e dignidade humana sejam atendidos, bem como para que os haitianos tenham melhores oportunidades de trabalho para recomeçar suas vidas neste país.

Não adianta existir uma legislação nova para os estrangeiros, como a Lei de Migração, se ela não for devidamente observada pelo governo do país, que precisa garantir meios de cumprir a nova lei, em consonância com os princípios e garantias já instituídos pela própria Constituição Federal Brasileira.

Construir uma sociedade justa e igualitária para que os brasileiros e os estrangeiros possam viver dignamente no Brasil é possível, só depende do devido respeito aos direitos intrínsecos a cada ser humano, os quais devem ser respeitados, independentemente do local em que se encontrem residindo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, José Renato de Campos. **Políticas Públicas, Estruturas Estatais e Migrações no Brasil**. In: BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta; FERNANDES, Duval; DA SILVA, Sidney Antonio; ASSIS, Gláucia de Oliveira; CASTRO, Maria da Consolação G.; COTINGUIBA, Marília Pimentel; (org.) *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- BAENINGER, Rosana. **Migração Transnacional: Elementos teóricos para o debate**. In: BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta; FERNANDES, Duval; DA SILVA, Sidney Antonio; ASSIS, Gláucia de Oliveira; CASTRO, Maria da Consolação G.; COTINGUIBA, Marília Pimentel; (orgs.) **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- BEIGUELMAN, Paula. **A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1981, p. 84-86.
- BLACKMAN, Cledenice. **Um Século de Imigração Afro-Antilhana no Brasil**. In: BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta; FERNANDES, Duval; DA SILVA, Sidney Antonio; ASSIS, Gláucia de Oliveira; CASTRO, Maria da Consolação G.; COTINGUIBA, Marília Pimentel; (org.) *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

- DUTRA, Eurico Gaspar. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1947**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1947. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoesoficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacionalgaspar-dutra-1947>. Acesso em: 29 maio 2021.
- GONÇALVES, Paulo Cesar. **Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista**. Guarulhos: Almanack, n. 17, p. 307-361, dez. 2017. Disponível em: Acesso em 15 de março de 2021.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. **O Brasil na MINUSTAH (Haiti)**. Disponível em: Acesso em 07 de março de 2021.
- PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 23-33. setembro. 2005. Disponível em: Acesso em 15 de março de 2021.
- SANTINI, Daniel. **Sistema Nacional de Empregos não funciona e refugiados ficam sujeitos a aliciadores**. Publicado em 15 de dezembro de 2014.
- SALLES, Maria R. Rolfsen, PAIVA, Odair; BASTOS, Sênia. **Imigração e política migratória no Pós-Segunda Guerra Mundial: perfil das entradas e trajetórias**. In: SALLES, Maria do Rosário Rolfsen et. al (org.). **Imigrantes Internacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepe/Universidade Estadual de Campinas, Faculdade Anhembi Morumbi, Universidade Federal de São Paulo, 2013.
- SEITENFUS, Ricardo. **Haiti: Dilemas e Fracassos Internacionais**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.
- SILVA, Leda Maria Messias da; LIMA, Sarah Somensi. **Imigração Haitiana no Brasil: os Motivos da Onda Migratória, as Propostas para a Inclusão dos Imigrantes e a sua Proteção à Dignidade Humana. Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. n. 48, p. 167-195, jan./jun. 2016.
- VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1952. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-getulio-vargas-1952/@@download/file/Mensagem%20ao%20Congresso%20Nacional%20Getúlio%20Vargas%20-%201952.pdf>. Acesso em: 29 maio 2021

Recebido em 16/03/2021

Aprovado em 27/08/2021

IDENTIDADES SUBTRAÍDAS: GRUPOS ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS NEGROS GAÚCHOS

SUBTRACTED IDENTITIES: ETHNIC-RACIAL GROUPS IN THE FORMATION OF BLACK TERRITORIES IN RIO GRANDE DO SUL

IDENTIDADES SUSTRAÍDAS: GRUPOS ÉTNICO-RACIALES EN LA FORMACIÓN DE LOS TERRITORIOS NEGROS DE RIO GRANDE DO SUL

Lilian Soares da Silva¹

RESUMO

O processo histórico do Brasil é marcado por identidades subtraídas de grupos étnico-raciais na formação dos territórios negros gaúchos, bem como, as trajetórias e nomenclaturas e municípios brasileiros tem o apagamento de suas narrativas negras, dos movimentos quilombolas e territorialidade étnica. A pesquisa apresenta um panorama do território gaúcho com sua presença negra em lugares, pontos turísticos e nas cidades, que por ora (des)conhecem todo o marco e capital simbólico do contexto local, regional e global. Primeiramente, o aporte teórico metodológico é oriundo de pesquisas acadêmicas para o Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura, perpassando por uma narrativa familiar e na presença étnico-racial oriunda das populações indígenas e negras. Para finalizar, estas são pesquisas preliminares que desenvolver-se-ão em documentos históricos e cartorários sobre a territorialidade gaúcha e antagonizando com processos individuais e coletivos.

Palavras-Chave: História (Brasil – Rio Grande do Sul). Territorialidade negra. Identidade. Narrativas.

1 Doutoranda em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM. Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Pós Graduanda em Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio (2019), Pós-Graduanda em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (2016) e Graduada em Gestão de Turismo (2013) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP. Especialização Técnica de Guia em Turismo (2015) pela Universidade Anhanguera de São Paulo - UNIAN/SP - (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Grande ABC - UNIABC - (2008). Auxiliar Técnica de Educação e Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Secretaria de Educação da cidade de São Paulo (SME/SP).

ABSTRACT

The historical process of Brazil is marked by identities subtracted from ethnic-racial groups in the formation of black territories of Rio Grande do Sul, as well as, the trajectories and nomenclatures and Brazilian municipalities have the erasure of their black narratives, the quilombola movements and ethnic territoriality. The research presents an overview of the gaúcho territory with its black presence in places, sights, and cities, which for now (un)know all the landmark and symbolic capital of the local, regional, and global context. Firstly, the theoretical-methodological contribution comes from academic research for the Doctorate in Education, Art, and Cultural History, going through a family narrative and the ethno-racial presence coming from the indigenous and black populations. To conclude, these are preliminary research that will develop in historical and notarial documents about the gaúcho territoriality and antagonizing with individual and collective processes.

Keywords: History (Brazil - Rio Grande do Sul). Black territoriality. Identity. Narratives.

RESUMEN

El proceso histórico de Brasil está marcado por las identidades sustraídas de los grupos étnico-raciales en la formación de los territorios negros de Rio Grande do Sul, así como, las trayectorias y nomenclaturas y los municipios brasileños tienen el borrado de sus narrativas negras, los movimientos quilombolas y la territorialidad étnica. La investigación presenta una visión general del territorio gaúcho con su presencia negra en lugares, monumentos y ciudades, que por ahora (des) conocen todo el hito y el capital simbólico del contexto local, regional y global. En primer lugar, el aporte teórico-metodológico proviene de la investigación académica del Doctorado en Educación, Arte e Historia de la Cultura, pasando por una narrativa familiar y la presencia étnico-racial proveniente de la población indígena y negra. Para concluir, se trata de investigaciones preliminares que se desarrollarán en documentos históricos y notariales sobre la territorialidad gaúchesca y el antagonismo con los procesos individuales y colectivos.

Palabras Clave: Historia (Brasil - Rio Grande do Sul). La territorialidad negra. La identidad. Narraciones.

INTRODUÇÃO

A historiografia brasileira e o contexto social da população negra são um tema recente e latente na sociedade contemporânea, no qual, os territórios negros estão reivindicando, lutando e resistindo para sua história, memória e narrativas contem sobre nós e de nós para as nossas crianças, jovens e adultos. Por um lado, a historiografia por distintos olhares e posições desde a vinda dos escravos há estudos e registros, mas o que não há recente são estudos da inserção das Comunidades Quilombolas como

matrizes territoriais de resistência e guarda de suas tradições e sobrevivência cultural por intermédio de documentos. Por outro lado, de geração em geração, de família em família, com trajetórias próprias e singulares em cada território, mas que são pautadas na resistência do processo escravocrata de séculos e séculos, na luta antirracista e da hegemonia das elites, na valorização e no empoderamento da sua história, do seu lugar de fala e da potencialidade identitária, que por muitos foi negada, apagada e subtraída dos estudos, pesquisas acadêmicas e dos livros didáticos:

Paragógicamente, el aniquilamiento de la identidad ancestral afrobrasileña ocurre en el marco de la exaltación de su capital simbólico. Esta novedad tiene que ver con la legitimación que recibió el multiculturalismo desde finales del decenio de 1980. Junto con los de los indígenas, los movimientos políticos de los afrodescendientes están involucrados de manera activa en el desarrollo y consolidación de derechos humanos de tercera generación: titulación comunitaria y colectiva de territorios ancestrales, educación bilingüe e intercultural, salvaguardia de modos de producción que garantizan la sustentabilidad ambiental, y circunscripciones electorales especiales.

AROCHA, 2004, p. 100.

O processo identitário étnico racial permeia das diversas fases da vida do Ser Humano começando pelo nascimento até o envelhecimento. Envelhecimento este que não representa a finitude do sujeito, mas as transformações, (re)constituições de si e do outro. Processo que, Jaime Arocha (2004, p.100) representa o “el aniquilamiento de la identidad ancestral afrobrasileña ocurre en el marco de la exaltación de su capital simbólico”, isso significa que a formação do indivíduo e da população negra é pautada nos “los derechos étnico-territoriales y políticos de las «comunidades negras”.

(ibidem). Território, não apenas físico ou geográfico, mas as subjetividades da identidade, da formação histórica do país e suas influências diretas e indiretas no contexto local, regional e global.

Paralelamente, o artigo apresentará a compilação de territórios negros no Brasil que retratam a negritude e a presença negra do Oiapoque ao Chuí, nas localidades e regiões brasileiras ditas como de descendência europeia – como Sul – ou indígena – Norte -, mas que os grupos étnicos e raciais do país se constituíram de agrupamentos, de deslocamentos e de permanências. Permanências que são visíveis pela genealogia das famílias nas Comunidades Remanescentes de Quilombo, nas propriedades privadas dos centros urbanos e rurais com as casas de vários núcleos familiares

no mesmo terreno, as Irmandades, Associações ou Grupos Culturais que transformaram com a globalização, mas se mantem firme em suas raízes e origens. Origens que muitas vezes, são e estão desconhecidas de grande parte da população autóctone, que não conhece ao seu bairro, a sua cidade e seu país, mas em contrapartida tem carimbos e mais carimbos em seu passaporte.

O Brasil é formado por um território federativo composto de vinte e seis (26) estados e o Distrito Federal, no qual, cada localidade geográfica e regional tem as suas especificidades e singularidades. Peculiaridades que não apenas os contextos históricos que o constituíram, inicialmente como aldeamentos indígenas, depois jesuíticos, dos Quilombos rurais e urbanos, das Vilas, dos distritos e das cidades constituídas de processos que narram um passado e um presente, seja na paisagem urbana e rural, seja nas memórias dos monumentos e na arquitetura local e regional, seja na gastronomia e nos gêneros alimentícios produzidos e consumidos e assim sucessivamente.

Importante ressaltar, neste ponto que a educação e o turismo têm um papel fundante na difusão dos conhecimentos, pertencimentos e empoderamento identitário e étnico-racial dos indivíduos, considerando-se os autóctones ou “outsiders”, nomenclatura de Carlo Ginzburg para denominar os indivíduos que são “de fora”. Esse “de fora” entre aspas representa a pessoa que não é nascida ou criada – como se diz na Bahia –, mas aquele que tem uma construção e laços familiares já estabelecidos com o território, ainda assim não é um membro originário daquela comunidade:

Nesse processo de formação dos Estados é que reside a importância da nacionalidade enquanto narrativa acerca de laços culturais, orgânicos e característicos de um determinado povo, que se assenta sobre um determinado território e é governado por um poder. [...] A incorporação deste novo mundo depende do surgimento de novas identidades que se materializarão na língua, na religião, nas relações de parentesco, nos sentimentos, nos desejos e nos padrões estéticos. Tais elementos criam o imaginário social de unidade nacional de pertencimento cultural que vincula identidades individuais e coletivas, comunidade e Estado.
ALMEIDA, 2019, p. 61.

É evidente que “enquanto narrativa acerca de laços culturais, orgânicos e característicos de um determinado povo, que se assenta sobre um determinado território e é governado por um poder” (ALMEIDA, 2019, p.61), poder que legitimou a superioridade das raças e inferioridade dos

grupos étnicos raciais. Ora com estudos biológicos e científicos pautados na medição do crânio humano, ora no *habitus* considerado selvagem aos costumes europeus, ora por sua singularidade da cor na pele, essas e tantas outras pesquisas científicas e estudos de caso no Brasil e no mundo poderiam ser mencionados para um panorama da formação étnico racial brasileira e na constituição de uma identidade nacional.

Em outro momento, o autor Silvio Almeida aborda em seu livro que “o nacionalismo preenche as enormes fissuras da sociedade capitalista, afastando a percepção acerca dos conflitos de classe, de grupos e, em particular, da violência sistemática do processo produtivo” (ALMEIDA, 2019, p; 61) e, logo, “isso não significa que o nacionalismo – e seu derivado, o racismo – tenha sido concebido com a função de acobertar a violência econômica” (ibidem).

Nessa perspectiva, a compreensão do nacionalismo e da nacionalidade intrínseca nos indivíduos e no coletivo é mais evidente em um ou outro estado, ora por reconhecer-se e valorizar toda a sua história como preservação das narrativas e de todas/todos que os constituíram. Assim como, a educação implementada nas unidades escolares desde a Educação Infantil, no qual, as crianças são inseridas nas tradições, nos costumes e nas festividades regionais desde os primeiros anos de vida, onde a vivência e a experiência de convívio social e familiar contribuirá para o empoderamento, o lugar de fala, o pertencimento identitário. Identidades essas que, perpassam de geração em geração, das mais velhas e dos mais velhos aos mais novos, da observação, da conversa com o chimarrão na roda, das cadeiras sentadas na porta ao final da tarde, de caminhar na Avenida Bento Gonçalves aos finais de semana, de passear pelo calçadão da Andrade Neves ou tantos outros momentos que retratam a cultura pelotense transmitida por meus familiares. Cultura essa que vivenciei desde pequena na casa dos meus avós e tios/tias maternos, onde sair para a Avenida e comer um lanche era uma atividade muito valorizada, seja pelo momento em família, seja por poder locomover-se pela cidade.

Coadunando com Pierre Bourdieu e o conceito de *habitus* apresentado no livro “Pierre Bourdieu: os conceitos fundamentais” editado por Michael Grenfell, teremos que:

Para Bourdieu revelar o funcionamento interno dos hábitos é um tipo de ‘socioanálise’, uma forma política de terapia que permite que os atores compreendam mais completamente seu lugar no mundo social. Entretanto, a relação entre o *habitus* e o mundo social nem sempre é simplesmente uma relação de graus de encaixe ou confronto – eles podem

‘sair de sintonia’. Por suas disposições serem incorporadas, o *habitus* desenvolve um ímpeto que pode gerar práticas ainda por algum tempo depois das condições originais que o moldaram terem desaparecido. GRENFELL, 2018, p. 86.

O confronto e o encaixe é uma forma de organização social e de convivência na sociedade contemporânea e histórica, nas quais os processos históricos e a formação de si e do ser humano participam e impactam na construção dessa sociedade, independentemente de qual território estamos delimitando. Limites esses que, por ora são geográficos, visto que, o artigo tem como objetivo o território gaúcho, como objeto de pesquisa. Pesquisas essas desenvolvidas partindo do lugar de fala, de referências e teorias bibliográficas, que expandiram-serão com o trabalho de campo no Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura.

Doutorado esse em processo de pesquisas virtuais e levantamento de fontes primárias, que com a Pandemia não é possível um trabalho *in loco* e presencial no território. Todavia, este problema de/na pesquisa é mais um adendo e motivação para a continuidade dos estudos e processos que são construídos de acordo com as cosmologias do tempo, que não são nossas decisões ou liberdades, *a priori*, mas o cosmo que direciona e mostra-nos as descobertas e caminhos a serem trilhados para alcançarmos os objetos acadêmicos e, principalmente no revelar-se familiar, coadunando com o território da coletividade gaúcha.

1 Grupos sociais: territórios negros no sul do Brasil

A invisibilidade ou opacidade da questão racial no pensamento das elites intelectuais é especialmente problemática no Brasil, porque há um legado insofismável da dominação branca sobre indígenas e negros ao longo de cinco séculos. Quase a metade de todos os seres humanos às Américas por meio do tráfico Atlântico (cerca de quatro milhões) foi trazida para o Brasil; fomos à última nação da América a extinguir a escravidão, e, diferentemente de outras nações e sociedades nas Américas, a participação negra ocorreu desde os primórdios da colonização, esteve presente em todo o território nacional sendo alargamento majoritária em algumas regiões, e “sua cultura” tornou-se referência fundamental da identidade nacional – Joel Rufino dos Santos fala da cultura Negra como “núcleo pesado” da cultura popular brasileira. A questão racial – ou seja, o contencioso das relações raciais com suas múltiplas e, algumas vezes, irredutíveis ilações, conotações e conexões – é, portanto,

liminar na trajetória de constituição da nação, do Estado e da identidade nacional, ao mesmo tempo, que dos campos científicos e teorizações que pretendem interpretar esse processo. PEREIRA, 2008, p.75.

O território negro do sul do Brasil é compreendido com a identidade oficial do gaúcho, da descendência europeia, seus traços brancos e quando, evidenciada toda a trajetória dos movimentos negros, as irmandades e os clubes culturais na região são desconhecidos esse processo historiográfico regional. Processo que, coadunando com a afirmação de Silvío Almeida (2019), no livro *Racismo Estrutural*, é apresentado, por outro lado, historicamente:

O espírito positivista surgido no século XIX transformou as indagações sobre as diferenças humanas em indagações científicas, de tal sorte que de objeto filosófico, o homem passou a ser objeto científico. A biologia e a física serviram como modelos explicativos da diversidade 1. humana: nasce a ideia de que características biológicas – determinismo biológico – ou condições climáticas e/ou ambientais – determinismo geográfico – seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças. Desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência. Por essa razão, Arthur de Gobineau recomendou evitar a “mistura de raças”, pois o mestiço tendia a ser o mais “degenerado”. Esse tipo de pensamento, identificado como racismo científico, obteve enorme repercussão e prestígio nos meios acadêmicos e políticos do século XIX, como demonstram, [...] consequentemente, ao neocolonialismo, que resultou na invasão e divisão do território da África, nos termos da Conferência de Berlim de 1884. Ideologicamente, o neocolonialismo assentou-se no discurso da inferioridade racial dos povos colonizados que, segundo seus formuladores, estariam fadados à desorganização política e ao subdesenvolvimento. ALMEIDA, 2019, p. 20.

No trecho supracitado, a narrativa apresenta os processos históricos perpetuados ao longo dos séculos de estudos e pesquisas sobre a população negra, em que hoje já são refutados por historiadores, antropólogos e estudiosos decoloniais e descoloniais, com o viés da afrocentricidade ao invés do eurocentrismo, da valorização e do empoderamento negro ao invés da inferiorização da raça por sua tonalidade de pele, local de origem ou ét-

nica. Outros referenciais poderiam ser incluídos, quando dos estudos sobre o Darwinismo e a medição dos crânios da população negra para a comprovação científica de sua inferioridade, ou do tráfico forçado e o apagamento das memórias com voltas aos pés do Baobá, ora pela queima dos documentos históricos por Rui Barbosa, do pertencimento étnico racial de algumas personalidades negra, que antes eram compreendidas como brancas, Lima Barreto, Machado de Assis, Chiquinha Gonzaga e entre outras e outros que lutaram, resistiram e propiciaram para que estivéssemos hoje aqui.

Sociedade essa que, ainda tem muitos aprendizados com as filosofias africanas, indígenas e afrodiaspóricas, que nos ensinam sobre a cosmologia do mundo e da natureza, que por ora vivem e sobrevivem em uma lógica ocidental, taxonômica e estereotipada.

Com relação a origem e pertencimento identitário:

A partir dos anos 1950, o poder público estadual adota como oficiais a imagem do “gaúcho” e os símbolos atrelados a ela (hino farroupilha, pilcha, Semana Farroupilha, chama crioula), fomentando o gauchismo como discurso oficial (SALAINI & GRAEFF, 2011, pp. 183-184). O destaque ao gauchismo como identidade oficial promove a secundarização e até invisibilização de outras narrativas culturais. VIEIRA, 2017, p. 75.

A tradição gaúcha em suas festas e cultura popular é marcante, desde a tenra idade, com os Centros de Tradições Gaúchas (CTG) que estão localizados em vários estados do Brasil como Bahia (Salvador – bairro da Boca do Rio), São Paulo (Capital - bairro do Limão; São José dos Campos – bairro do Torrão de Ouro), Rio de Janeiro (Santa Cruz), Brasília e entre outros. Este espaço é uma representação da territorialidade, da preservação e da manutenção da cultura tradicional, quando afirma a violinista do CTG Bugres “quem vive o tradicionalismo tem muito mais a questão da família, da valorização do grupo em que está, isso é muito interessante, o fato de que, aqui (CTG), as pessoas contam muito mais umas com as outras do que lá fora” (SOUZA, 18/09/2019. In: GZH, 2019). Tocando ainda sobre a identidade gaúcha, os trajes utilizados nas festividades também são marca do discurso oficial e tradicional como as prendas e os peões, no qual, as mulheres usam vestidos longos e os homens, camisas longas, lenço, botas e a bombacha, que são presenciadas nos diferentes CTGs do país.

Um outro exemplo da territorialidade negra é a cidade de Porto Alegre apresentada na Dissertação de Mestrado da pesquisadora Daniela Machado Vieira (2017):

A presença negra é conhecida na cidade de Porto Alegre/RS desde o período colonial até a atualidade. As estatísticas populacionais, os relatos dos viajantes e cronistas, as pesquisas referentes aos séculos XVIII, XIX e XX demonstram que a população negra, tanto quantitativa quanto qualitativamente, sempre foi relevante. Seja pela residência, trabalho ou realização de práticas culturais, a presença negra foi sendo marcada no espaço físico e simbólico porto-alegrense. [...] No final do século XIX, com a abolição da escravidão (1888) e a instauração da República (1889) há uma intensa reorganização territorial na área central e a população empobrecida, na sua maioria negra, se desloca para os arraiais ou arrabaldes, localizados no entorno. [...] Estes espaços se consolidaram pela concentração de famílias negras e pelas práticas culturais aí desenvolvidas, nomeadamente o batuque e o carnaval, transformando-se em territórios negros. VIEIRA, 2017, p.75.

A capital do Rio Grande do Sul tem uma presença negra marcante como ressaltado pela pesquisadora, que com a expansão da cidade também se promove o apagamento e a transformação dos territórios, seja pelo deslocamento ou retirada da população local, seja pelo estabelecimento de outras habitações de alto padrão, instalação de empresas e impactos advindos da urbanização.

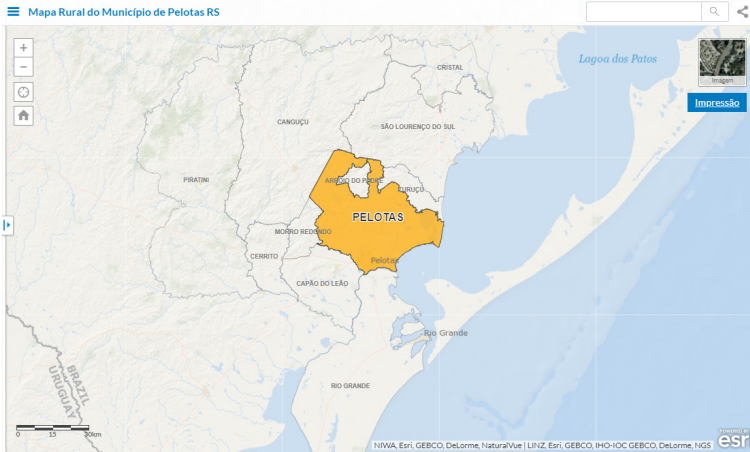
Urbanização essa que também reflete na cidade de Pelotas, território negro familiar e de convivências, mas que a pouco revelando-se por toda a sua ancestralidade negra, até então desconhecida por mim. Prova disso, é

Pelotas é uma cidade localizada no Sul do Rio Grande do Sul, à beira da Lagoa dos Patos, foi local de entrada dos navios que traziam pessoas escravizadas para a região. Com as paredes dos casarões históricos levantadas por mão de obra escravizada, tornou-se capital do charque e “exportadora nacional de viados”. Conhecida como a “Princesa do Sul” e por ser a segunda cidade mais úmida do mundo, construiu sua identidade em cima das narrativas da época do charque. Ainda hoje é representada por um imaginário pautado nos doces finos, casarões e charqueadas do século 19. Mas essa também é uma cidade negra, formada por tantas casas de religiões de matrizes africanas, a dita cidade gay, que carrega nos seus patrimônios mais esterilizados possíveis, as marcas de seus excluídos/as/es (comunidades negras, comunidades de periferia, mulheres, LGBTI+s, etc) (GEEUR, 2020).

Nesta citação do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) é possível constatar as identidades e pertencimentos étnico-raciais taxonômicos da população negra e, paralelamente a visão difundida por outros territórios como “Princesa do Sul”, o “imaginário pautado nos doces finos’, que são comercializados pela Fena-doce (festa tradicional) e vendido o ano todo, assim como os famosos doces cristalizados da Tia Zilda produzidos no bairro do Fragata, ou, as bolachas Zezé em sua fabrica instalada há anos no bairro do Areal.

Realizando uma localização geográfica e territorial de Pelotas, está a aproximadamente 250 Km da capital Porto Alegre, com uma viagem de duração média de duas a três horas de carro e, em seu entorno, teremos a cidade de São Lourenço do Sul, Canguçu, Morro Redondo, Cerrito, Piratini, Capão do Leão e Rio Grande.

Mapa 1: Entorno geográfico de Pelotas/RS.

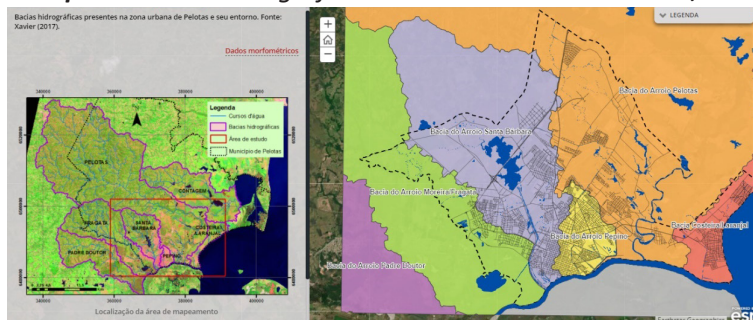


Fonte: Arcgis, 2021.

A cidade cresceu-se margeando o Canal de São Gonçalo, a Lagoa Mirim e a Lagoa dos Patos. Lagoa essa conhecida pela Praia do Laranjal, onde é possível encontrar uma colônia de pescadores (Colônia Z3), ou a praia do Barro Duro, onde tradicionalmente em 2 de fevereiro ocorre a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes ou Iemanjá para as religiões de matriz africana.

Conforme apresentado no mapa, destacando-se as bacias hidrográficas em seu território, como Bacia do Arroio Pelotas, Bacia do Arroio Santa Barbara, Bacia do Arroio Moreira/Fragata, Bacia do Arroio Padre Doutor, Bacia do Arroio Pepino e Bacia Costeira/Laranjal:

Mapa 2: *Bacias hidrográficas da zona urbana de Pelotas/RS.*



Fonte: Prefeitura de Pelotas, 2021.

O presente destaque para as bacias hidrográficas focando para o sistema escravista a o tráfico africano de escravizados para o Brasil, a cidade também era um dos territórios da exploração de mão de obra negra. Mão de obra que, sua identidade no bairro conhecido como Passo dos Negros, região do Porto, no qual:

O Passo dos Negros é uma comunidade periférica localizada em Pelotas, às margens do canal São Gonçalo. Trata-se de um local de grande importância para a cidade, pois foi o primeiro aldeamento da região, onde localizava-se o primeiro porto da cidade de Pelotas, um importante ponto para a travessia de gado (Caminho das Tropas) e comercialização de pessoas escravizadas. Em outro momento ali esteve um dos maiores engenhos de arroz da América do Sul. A localidade representa um lugar de luta e resistência negra ao longo do tempo. (SILVEIRA; ALFONSO; CRUZ, 2020, p. 1)

Em outra perspectiva dos estudos afrocentrados no Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR) da UFPel, ressaltando que o Passo dos Negros “é um desses territórios que se constrói e reconstrói, por meio de várias histórias, narrativas e memórias” (GEEUR, 2020). Narrativas que, historicamente poderiam ser subtraídas as suas identidades por meio da expansão urbana, onde antes “na época das charqueadas, o Passo dos Negros, foi um importante porto. Local de travessia do gado, de fiscalização, de cobrança de impostos e de comercialização de pessoas escravizadas. Também foi muito importante na época do arroz” (ibidem), hoje é o território de um grande empreendimento de alto padrão.

Territorialidade essa que, em outro momento histórico, do presente e do passado se entrecruzam:

Passo dos Negros foi porta de entrada do gado oriundo dos Campos Neutrais e Maldonado, e do negro escravo africano, desembarcado dos navios negreiros na barra do Rio Grande. Tanto o gado como a escravaria, ultrapassavam o canal no lugar de travessia a vau, palco de grandes acontecimentos históricos. Logo que estabelecidas as primeiras charqueadas, penetrava a tropa, de criação riograndense e platina, pelo lugar do São Gonçalo “onde se abre a boca do seu tributário, o chamado arroio Pelotas”. A Coroa, para evitar contrabando, tanto de gado como de negros escravos (considerado mercadoria valiosa), instituiu no conhecido Passo do Neves, um imposto de passagem. O local mudou de nome pela jocosidade popular para Passo Rico em razão do fabuloso rendimento proveniente do fisco. LEÓN, 2001.

Anteriormente, um processo de ganhos financeiros vantajosos pela comercialização do charque e da passagem das carruagens deram nome ao local, hoje, parte desse território é local de um condomínio de alto padrão na cidade, ou seja, a história se repete. A história tem vertentes e narrativas que ao investigar-se todos os indícios e vestígios é possível montar um quebra cabeça de uma ressignificação dos patrimônios culturais, materiais e imateriais dos indivíduos, da coletividade e dos territórios.

Sob essa optica, é evidenciada pela exposição virtual da UFPel intitulada Patrimônios Invisibilizados: Para Além dos Casarões, Quindins e Charqueadas, que “o patrimônio de uma cidade deve reconhecer muitos grupos, sem privilegiar alguns, deve valorizar diferentes temporalidades e espacialidades. Patrimônio sem gente não faz sentido!”. (GEEUR, 2020). Por outro lado, o patrimônio material e imaterial dos territórios negros está na oralidade e em narrativas cotidianas, nas festas tradicionais, na linguagem e no convívio social estabelecido pelos laços de parentesco, na comercialização de produtos e nos deslocamentos entre um e outro agrupamento. Assim como, destaca-se a migração de Canguçu para Pelotas de meu avô materno, quando o Sr. Clovis (um dos meus tios-avôs) diz que não se lembra da cidade de Canguçu por ter saído com 6 anos de idade, carregado junto com os pais para Pelotas, então não tem memórias ou lembranças desse território, Em contrapartida, um de seus irmãos mais velho (Jerônimo - 80 anos), recentemente este em sua cidade natal para encontrar pessoas ou locais que ainda tinha em sua memória, (re)viver um passado distante, presente e vivo em suas recordações, mas que ao deparar-se com o contexto atual e da cidade não conseguiu encontrar ninguém de sua época.

Outra narrativa sobre Canguçu também, foi quando meu avô João, em seu aniversário - 13 de abril - não me recordo o ano, resolveu que não queria festa e nenhuma comemoração e sumiu o dia todo, assim como, o

ditado: “ninguém sabe, ninguém viu”. De manhã cedo, ele saiu de casa, já anoitecia e ele não havia retornado, todos preocupados, minha mãe e meu tio já estava a caminho do aeroporto de São Paulo, quando recebemos uma ligação dizendo: - Ele chegou. Chegou e onde estava? e a resposta foi categórica: -Não queria festa, então sai e fui para Canguçu.

Na época esse relato não foi relevante e ninguém o questionou, por que havia retornado as suas origens? O que ele tinha feito durante todo o dia? O que ele queria saber? Lembrar ou viver de seu passado? Passou, e perdemos uma grande oportunidade de estórias e memórias conhecer de sua, da nossa e da minha ancestralidade.

Já, ampliando-se para o território de Santa Catarina, também é um reduto da cultura negra em sua singularidade com as Comunidades Remanescentes de Quilombo retratadas no Boletim informativo “Territórios Quilombolas: reconhecimento e titulação das terras” por intermédio do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações interétnicas (NUER) no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentando que:

Os movimentos quilombolas e os levantamentos oficiais indicam que o número de comunidades remanescentes de quilombos permanece ainda relativamente desconhecido, mas sempre crescente” e abrangendo novas modalidades. Em conformidade com as estimativas disponíveis verifica-se uma tendência ascensional com os totais sendo acrescidos a cada nova iniciativa de cadastramento. O próprio folder do MDA sobre o Programa de Ação Afirmativa intitulado “Quilombolas”, reitera que os dados oficiais apontam 743 áreas de comunidades remanescentes de quilombos com 30 milhões de hectares e complementa a possível subestimação do seguinte modo: “No entanto, estimativas não-oficiais admitem a existência de mais de 2 mil comunidades.” Ainda que se possa dizer que o procedimento de “cadastrar” envolve todo um conjunto de noções que exige análise. NUER, 2005, p. 23.

O projeto de mapeamento do NUER concentra-se os estudos no território de Santa Catarina, onde primeiramente o número inicial de Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ) era bem inferior, ao levantamento de dados in loco. Assim como, datavam em 2005, um quantitativo de aproximadamente 2.000 comunidades quilombolas e, hoje com os dados oficiais da Fundação Cultural Palmares (FCP)² divulgado em 05 Fevereiro de

2 Para maiores informações sobre as certificações quilombolas e os dados atualizados das RIHGRGS, Porto Alegre, n. 161, p. 103-123, dezembro de 2021.

2021, teremos um total de 3.467 Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ), somente 2.807 certificadas pela FCP, distribuídas em todo território nacional, onde é possível constatar majoritariamente a região Nordeste com 2.192 CRQ's, seguida 543 CRQ no Sudeste, 369 na região norte, 193 na região sul e, 169 no centro oeste do país.

Durante o processo de mapeamento das Comunidades Quilombolas ou territórios negros como mencionados nas publicações, vários conceitos e perspectivas foram ampliando-se com o trabalho de campo e as pesquisas, sendo que, primordialmente:

A territorialização étnica, por um lado, apresentou-se como a forma social da segregação e, por outro, tendo como sua contraface, um conjunto de mecanismos defensivos e de resistência ao racismo. O conceito de território negro emergiu como um procedimento politicamente engajado de fazer antropologia, no sentido de melhor compreender, de destecer a malha do sistema de relações tomadas como “raciais”- cuja feição situou os africanos e depois os seus descendentes como gente “da raça”. O território negro, construído na resistência ao racismo, consubstanciou um modo de solidariedade, de experiência existencial e identitária dos africanos escravizados e seus descendentes no Brasil. NUER, 2005, p.47.

Em suma, o pertencimento étnico-racial e identitário é fundante nas pesquisas acadêmicos, do desenvolvimento nos projetos de mapeamento, nas cartografias ou geografias históricas e nas diferentes áreas do conhecimento. Conhecimento este que, não está na Academia, mas está no Ser Humano, na sua constituição como indivíduo e coletivo, nas ações sociais e em sociedade e, por perspectivas que agregam valores, comportamentos e a ética no decorrer das trajetórias e narrativas relatadas. Narrativas essas que, apontam para o lugar de fala – como apresenta a autora Djamila Ribeiro³ – e, assim apresento o meu lugar de fala e o meu território

comunidades certificadas, podem ser consultados nas certidões expedidas as comunidades remanescentes de quilombos, disponível no site http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551.

³ Antes de chegarmos ao que se entende sobre o conceito de lugar de fala propriamente dito, é importante falarmos dos percursos de luta e intelectuais de mulheres negras durante a história. A escolha por Sojourner Truth não é aleatória. Ao contrário, serve para nos mostrar que desde muito tempo as mulheres negras vêm lutando para serem sujeitos políticos e produzindo discursos contra hegemônicos. Nascida em um cativeiro em Swartekill, em Nova York, Isabella Baumfree decidiu adotar o nome de Sojourner Truth a partir de 1843 e tornou-se abolicionista afro-americana, escritora e ativista dos direitos da mulher. Em decorrência de suas causas, em 1851, participou da Convenção dos Direitos da Mulher, na cidade de Akron,

na finalização dessa produção acadêmica.

Para concluir, os territórios negros no Sul do país, apresento a cidade de Pelotas/RS. Cidade natal de minha família materna, com descendência indígena (bisavô – Julio Souza) e portuguesa (Tataravô Antônio). Com relação as mulheres exerciam a profissão de lavadeira e costureira (Tataravó – Silvina Santos), benzedeira e cozinheira (Bisavó Noemia Santos Souza) e, cabeleira e do lar (Avó – Therezinha Souza Soares).

POESIA PRA QUEM?

A poesia é um texto para quem,
para quem se dispuser a ler e para quem se interessar a ler.
A poesia é...
A poesia é uma memória, um relato, uma experiência.
uma memória de algo bom ou doloroso,
um relato de alguém,
uma experiência de uma situação.
A poesia é...
A poesia é uma contação de algo que ninguém escreveu ou apenas leu.
A poesia pode...
pode dizer, pode contar, pode narrar.
A poesia irá apresentar...
Apresentar as mulheres negras que nos fizeram nascer,
as mulheres negras que nos fizeram escolher,
as mulheres negras que nos deram o direito de dizer.
Elas foram as precursoras dos movimentos sociais negros e,
nos impuseram prosseguir.
Prosseguir como uma meta a se dirigir.
Dirigir para evoluir.
Evoluir para se seguir.
Autoria própria (SILVA, 2017, p. 53. In: SISTHERHOOD, 2017).

Desconhecia a cidade com sua historicidade negra tão presente e marcada nos monumentos e praças públicas, assim como a existência de Comunidades Negras Rurais e Aldeamentos Indígenas na região. Prova disso é “no entorno da Praça Coronel Pedro Osório, no local do Chafariz

em Ohio, nos EUA, onde apresentou seu discurso mais conhecido denominado “E eu não sou mulher?” Tal discurso, feito de improviso, foi registrado por Frances Gages, feminista e uma das autoras do grande compêndio de materiais sobre a primeira onda feminista, denominado The History of Woman Suffrage, porém, a primeira versão registrada foi feita por Marcus Robinson, na edição de 21 de junho de 1851, no The Anti-Slavery Bugle. (RIBEIRO, 2019, p.15)

que conhecemos atualmente como Fonte das Nereidas existiu um Pelourinho. Ao ser substituído o pelourinho pela fonte deparamo-nos com uma ação que contribuiu com o entender apagamento da memória coletiva sobre a escravidão” (ÁVILA et al, 2018, p.). Ainda que, “a cultura e a cidadania ganham destaque como importantes elementos de inclusão e valorização na promoção de um diálogo intercultural, em que as culturas afrodescendentes e indígenas são trazidas para reflexões” (Ibidem, p. 8).

Figura 1: Fonte das Nereidas em Pelotas/RS



Fonte: XAVIER, 2006, p.78.

Figura 2: Fonte das Nereidas, 2005



Fonte: XAVIER, 2005, p. 83.

O chafariz, instalado na Praça Coronel Pedro Osório, é popularmente conhecido como Fonte das Nereidas. Não existem informações sobre como este nome foi atribuído a fonte, pois os chafarizes, quando foram comprados e instalados, não tinham nome e a fonte era simplesmente chamada na época de Chafariz da Praça Pedro II. [...] A Fonte das Nereidas é a mais rica em elementos das quatro fontes de Pelotas. [...] No espelho d'água se encontram as quatro figuras femininas montadas em cavalos marinhos. Sobre os ombros elas carregam jarros de onde esguicha água. São estas figuras que dão ao chafariz o nome de Fonte das Nereidas (XAVIER, 2005, p. 75-83).

O chafariz conhecido como Fonte das Nereidas, é utilizado no final de ano para produções natalinas ou outros eventos carnavalescos que eram realizados no quadrilátero do Teatro Guarani até a Rua Quinze de novembro. Local esses que, por suas ruas e entorno as pessoas colocavam suas cadeiras de praia e acompanhavam os desfiles carnavalescos. O carnaval é uma cultura da população negra, que antes conhecidos como os cordões, blocos e escolas de samba, ora passando pelas Irmandades, Confrarias e

Clubes Negros, como o Fica Ahí.

Ressaltando que, o apagamento de marcos históricos em uma urbe tem um significado próprio, um projeto urbano, no qual é preciso descortinar essa intencionalidade na cidade e rever os marcos apagados seus sentidos e esquecimentos incluindo a comunidade negra, seja pela dor seja pela não identificação:

A Praça Coronel Pedro Osório faz parte do segundo loteamento da cidade de Pelotas, cujas terras pertenciam à Mariana Eufrásia da Silveira, doadas a ela por ordem do governador Dom Diogo de Souza, em 1812. Durante sua história, a Praça sustentou vários nomes, como Praça da Regeneração, Praça D. Pedro II e Praça da República, até chegar em seu nome atual. A Praça Cel. Pedro Osório apresenta oito entradas, abundante arborização e um chafariz chamado “As Nereidas”, localizado no ponto central. O chafariz “As Nereidas” foi importado da França pela Companhia Hidráulica Pelotense, em 1875, juntamente com mais três chafarizes; na época, a finalidade era ornamentar os jardins públicos e, também, abastecer de água a população que habitava o entorno das praças. O chafariz “As Nereidas” substituiu o pelourinho, erguido em 7 de abril de 1832, como símbolo da autonomia do Município. Entre os monumentos da Praça, se destacam as obras do escultor pelotense Antônio Caringi, que foi criador do monumento ao Cel. Pedro Osório, monumento à Mãe Pelotense e o Relógio Solar. O entorno da Praça Cel. Pedro Osório é onde se encontra o maior número de exemplares arquitetônicos construídos no período entre 1870 e 1930 (IBGE, 2016).

Coadunando com esse pensamento, reflexões essas não detinham do conhecimento e das perspectivas de valorização e empoderamento de sua narrativa partindo-se da sua genealogia, de suas memórias e lembranças familiares, que constituem uma territorialidade, a subjetividade em cada narrativa, cada contexto social e a ocupação do território. Narrativa essa quando, meu avô – João dos Santos Soares – migra de Canguçu para Pelotas, sozinho e em busca de emprego, sendo que a mãe e as irmãs permanecem na cidade de origem e, a partir desse momento a ruptura familiar é iniciada. Do meu ancestral só conheço essa história, porque não tivemos a oportunidade de conversar sobre ele e toda a sua trajetória de vida. Trajetórias que, hoje valorizo e resalto a importância para constituir-me como uma descendente de gaúcho e toda a sua ancestralidade negra – oculta -, suas lutas, suas resistências e (re)existências, com um processo de apaga-

mento, de identidades subtraídas e de memórias esquecidas.

A cidade de Canguçu é uma circunvizinhança de Pelotas com os “primeiros colonizadores que se tem notícias foram os Açorianos, vindos da Ilha de Açores, colônia de Portugal. Depois deles é que chegaram os demais imigrantes, alemães, italianos, palestinos, japoneses, africanos” (PREFEITURA DE CANGUÇU, 2021).

Tal proximidade entre esses territórios advém de migrações e emigrações por busca de trabalhos, de melhores condições de vida e de sobrevivência, onde “na zona rural de Pelotas, a partir dos documentos primários e da tradição oral, podemos apontar um local ideal para a busca da liberdade através das fugas e aquilombamentos” (ÁVILA et al, 2018, p. 7.). Aquilombamento que, realizava-se pelo Morro Quinongongo, “um local de difícil acesso à população pelotense, pois está localizado na zona rural da Cidade, apontado pela Comunidade como o local onde os Quilombolas do século XIX se refugiavam” (ibidem) e, por registros fotográficos é possível “visualizar uma plataforma de pedra que possibilita o sujeito avistar de um lado a cidade de Pelotas, e de outro lado, a Cidade de Canguçu” (ibidem).

Diante disso, uma das hipóteses da migração da família de meu avô materno para a sua de Pelotas, advém da proximidade geográfica, do mercado de trabalho e das perspectivas de expansão territorial que já era marcada desde o século XX por seu comércio, as charqueadas, na produção de algodão e arroz e entre outras atividades que exigiam mão de obra escravizada para desenvolverem-se.

Tratando-se, da representatividade no/dos “Aquilombamentos” estão presente em todo o território nacional, com exceção do Acre, conforme apresentam as autoras Silva e Soares (2020, p.39):

É essencial para entender as Comunidades Remanescentes de Quilombo como territórios ancestrais negros, escravocratas, rurais, agrícolas, familiares e com tradições, costumes e hábitos próprios, que ao longo dos anos e dos séculos foram transmitidos de geração em geração, sem se perceber ou atentar sobre a importância e a relevância de sua maneira de ser, de viver e de produzir ser o motivo pelo qual ainda permanecem e resistem nessas localidades. Localidades que podem estar nos grandes centros urbanos, como o caso da Comunidade Sacopã na cidade do Rio de Janeiro, ou do bairro do Cabula, do Pirajá e de São Bartolomeu em Salvador, como também nos diferentes estados brasileiros onde é possível encontrar comunidades negras urbanas, rurais ou mistas, em que o contato com o entorno é o responsável por sua sobrevivência até os dias atuais. Contato este que,

se remetermos ao passado histórico, os escravizados já o exerciam quando realizavam as trocas comerciais, nas atividades de quituteiras ou escravas de ganho, dos feirantes, dos caixeiros viajantes e assim sucessivamente. Indivíduos que durante o dia trabalhavam nos centros urbanos ou entorno e à noite retornavam para as senzalas, os cortiços, as pensões e casas alugadas coletivamente. ÁVILA et al, SILVA; SOARES, 2018, p. 39. In: SOBREIRA et al, 2020.

Partindo-se da afirmação supracitada, poderia entender a origem quilombola de minha família materna oriundo de Canguçu? Do cuidado com a terra e o amor pelas plantas que tinha meu avô? Do trabalho árduo para sustentar uma família com seis filhos? Tantos e tantos questionamentos poderiam ser ressaltados, mas a minha biblioteca viva já não está mais presente para me contar todas as suas memórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção acadêmica é constituída da territorialidade negra do sul do Brasil, no qual, o lugar de fala como pesquisadora, professora da Educação Básica e Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas propiciaram como trabalho de campo na Comunidade Remanescente de Quilombo na Bahia, ressignificar uma ancestralidade, as memórias e as narrativas familiares, que antes não eram valorizadas. Isso porque, como afirma minha mãe “antes não se perguntava”, logo, as histórias e as lembranças eram perdidas com o passar dos anos, com o distanciamento das famílias e, principalmente pelos presentes deslocamentos nos territórios. Territórios estes que, são marcantes na região sul, mas ainda desconhecidos de grande parte da população. Em suma, cabe ressaltar que o trabalho é um panorama da territorialidade que ainda requer estudos, relatos e narrativas para complementar e (re)construir os espaços, as terras e as cidades gaúchas da perspectiva afrocentrada e a afroreferenciada em sua multiplicidade de olhares. Olhares esses que, na pesquisa vertical com dados mais robustos sobre a cultura gaúcha, a história da cidade de Pelotas, o entrelaçamento com a história da comunidade negra e seu apagamento, bem como os planos urbanos que negam e destituem de lugar marcos históricos dessa presença em imagens, a imagem em texto e antagonizando com documentos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).
- ARCGIS. Entorno geográfico de Pelotas/RS. Disponível em: <<https://www.arcgis.com/apps/PublicInformation/index.html?appid=cabeded4e3694e62902096cced3acbb3>>. Acesso em 09 abr. 2021.
- AROCHA, Jaime. *Los afroamericanos de la esquina nororiental de América del Sur*. In: FINOCCHIETTI, Suzana. Los afroandinos de los siglos XVI al XX. Perú: UNESCO, 2004.
- AVILA, Cristiane Bartz de; RIBEIRO, Maria de Fátima Bento; RIBEIRO, Ângela Mara Bento. História e Memórias: Traços de Territórios Negros em Pelotas/RS. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos Culturais em Cultura e Sociedade*. v. 04, ed. especial, fev. 2018.
- IBGE. Biblioteca – *Acervo dos municípios brasileiros (Pelotas/RS)*. Brasília: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=445792&view=detalhes>>. Acesso em 01 abr. 2021.
- GRENFELL, Michael. *Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais*. São Paulo: Ed. Vozes, 2018.
- LEÓN, Zênia. Pontes. A memória do ciclo do charque em Pelotas. Pelotas: Viva o Charque, ago., 2001. Disponível em: <<http://www.vivaocharque.com.br/cenarios/pontes.php>>. Acesso em 09 abr. 2021.
- NUER. *Territórios quilombolas: reconhecimento e titulação de terras*. Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos sobre identidade e relações interétnicas. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/126162/Territórios%20Quilombolas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso 30 out. 2020.
- PEREIRA, Amauri Mendes. *Quem não pode 'atalhar, arroteia*. In: NASCIMENTO, Alexandre do. Histórias, culturas e territórios negros na educação: reflexões docentes para uma reeducação das relações étnico-raciais / Alexandre do Nascimento; Amauri M. Pereira; Luiz Fernandes de Oliveira; Selma M. da Silva (orgs). Rio de Janeiro: E-papers, 2008. Disponível em: <http://www.e-papers.com.br/produtos.asp?codigo_produto=1503&promo=5>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- PREFEITURA DE CANGUÇU. História do Município. Disponível em: <<https://www.cangucu.rs.gov.br/portal/servicos/1002/historia-do-municipio/>>. Acesso em 09 abr. 2021.
- PREFEITURA DE PELOTAS. *Bacias hidrográficas da zona urbana de Pelotas/*

- RS. Disponível em: < <https://pmpel.maps.arcgis.com/apps/MapSeries/index.html?appid=ffd50e34024149d181fe5e77438f9c8f>>. Acesso em: 09 abr. 2021.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala* / Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos plurais/ coordenação Djamila Ribeiro).
- VIEIRA, Daniele Machado. *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800-1970): Geografia-histórica da presença negra do espaço urbano*. Orientadora Adriana Dorfman. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências. Programa de Pós Graduação em Geografia. Porto Alegre: UFRGS, 2017.
- SILVA, Lilian Soares da; SOARES, Liberací Maria Souza. *História Social da propriedade na perspectiva do território quilombola*. In: SOBREIRA et al. *História Agrária: conflitos e resistências (do Império à Nova República)* [recurso eletrônico] / Dayane Nascimento Sobreira, Júlio Ernesto Souza de Oliveira e Rafael Sancho Carvalho da Silva: organizadores. - Salvador: UFBA, 2020. Disponível em: <<https://zenodo.org/record/4088975#.X6wjzGhKjDc>>. Acesso 11 nov. 2020.
- SILVEIRA, Melina Monks da; ALFONSO, Louise Prado; CRUZ, Larissa Osterberg da. Cidade em disputa: narrativas do Passo dos Negros em Pelotas, RS. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 21, n. 55, p. 444-449, dezembro, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/103701/pdf>>. Acesso em 09 abr. 2021.
- SOUZA, Heloísa Fochesato de. *Que lugar é esse chamado CTG?* In: GZH; ANTONELLO, Lizie. *Que lugar é esse chamado CTG?: É no ambiente das entidades que os costumes são preservados e passados por gerações*. *Gazeta Zero Hora*, Porto Alegre, 18 set. 2019. *Pioneiro Geral*. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2019/09/que-lugar-e-esse-chamado-ctg-11537214.html>>. Acesso em: 9 abr. 2021.
- XAVIER, Janaina Silva. *Chafarizes e Caixa D'Água de Pelotas: Elementos de modernidade do primeiro sistema de abastecimento (1871)*. Orientador: Carmen Regina Bauer Diniz. 2005. Monografia (Pós Graduação em Artes – Patrimônio Cultural e Conservação de Artefatos) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2005. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/especializacaoemartesvisuais/files/2013/12/Jana%CC%ADna-Silva-Xavier-%E2%80%932006.pdf>>. Acesso em 01 mar. 2021.

Recebido em 15/02/2021

Aprovado em 24/06/2021

AUGUSTA CANDIANI NO RIO GRANDE DO SUL: A TRAJETÓRIA ARTÍSTICA DE UMA CANTORA LÍRICA E ATRIZ DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI

AUGUSTA CANDIANI IN RIO GRANDE DO SUL: THE ARTISTIC TRAJECTORY OF AN OPERA SINGER AND ACTRESS DURING THE PARAGUAYAN WAR

Andrea Carvalho Stark¹

RESUMO

O presente artigo discorre sobre a carreira de Augusta Candiani (Milão, 1820-Rio de Janeiro, 1890) em sua temporada nas cidades de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas, como atriz e cantora lírica. A sua atuação ocorreu a partir de 1868 durante o período da guerra do Paraguai. A trajetória de Augusta Candiani no Rio Grande do Sul desvela algumas interpretações relevantes sobre as atividades teatrais na região no período daquela que foi a maior guerra do Segundo Reinado. Observa-se um fluxo de companhias e artistas, fazendo do teatro um espaço potente de encontro e celebração de um sentimento nacionalista. Era um mercado competitivo, que atraía e se imbuía das articulações sociais locais. Também se fazia presente no teatro a manifestação de um movimento abolicionista local e a afirmação de um repertório da “escola moderna”, ou seja, do teatro realista de autoria de escritores brasileiros e franceses.

Palavras-chave: Ópera Italiana. Teatro Francês. Teatro Realista. Vaudeville. Modinha. Segundo Reinado. Guerra do Paraguai. Rio Grande do Sul.

¹ ANDRÉA CARVALHO DOS SANTOS (assinatura pública: ANDRÉA CARVALHO STARK) possui doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestrado em Teatro e Cultura – História e historiografia do Teatro – pela Escola de Teatro da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Graduada em Letras (habilitação em Língua Portuguesa-Literatura Brasileira-Literatura Portuguesa) pela Faculdade de Letras da UFRJ e licenciada em Letras (habilitação em Língua Portuguesa- Literatura Brasileira-Literatura Portuguesa) pela Faculdade de Educação da mesma universidade. Em pesquisas acadêmicas investiga temas da cultura e da história do teatro no período do século XIX. Em sua dissertação de mestrado investigou a trajetória pessoal e artística da cantora lírica Augusta Candiani (Milão, 1820 - Rio de Janeiro, 1890) e em sua tese de doutorado, recomendada para publicação, investigou o espectador da ópera, do circo e do teatro dramático, musical e cômico na Corte no período entre 1838 a 1868. Possui experiência profissional comprovada na área de produção cultural, como idealizadora e produtora de eventos acadêmicos e culturais; no magistério, como docente da área de Letras, e no âmbito da produção editorial, como revisora de textos e tradutora. Autora de artigos, críticas e entrevistas em publicações acadêmicas e jornalísticas das áreas de cultura e história do teatro. Membro da Associação Brasileira de Artes Cênicas (ABRACE), da International Federation for Theatre Research (IFTR) e da Associação Nacional de História (ANPUH). Atualmente é pesquisadora colaboradora no grupo de pesquisa do Cnpq PERAU – Memória, História e Artes Cênicas na Amazônia, pela Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará.

ABSTRACT

This article discusses the career of Augusta Candiani (Milan, 1820-Rio de Janeiro, 1890) during her stay in Rio Grande, Porto Alegre and Pelotas, as an actress and opera singer. Her work took place from 1868 onwards during the Paraguayan war period. The trajectory of Augusta Candiani in Rio Grande do Sul unveils some relevant interpretations of the theatrical activities in the region during the Second Empire's longest war. There was a flow of companies and artists, turning theater into a potent place for meeting and celebrating a nationalist feeling. It was a competitive market that attracted and imbued itself with local social ties. Also presented in theater was the manifestation of a local abolitionist movement and the affirmation of a repertoire from the "modern school", that is, the realistic theater by Brazilian and French authorships.

Keywords: Italian Opera. French Theatre. Realistic Theatre. Vaudeville. Modinha. Second Empire. Paraguayan War. Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

Machado de Assis, em uma crônica de 1877 para a revista *Ilustração Brasileira*, assim lembrou de sua mocidade quando viu anunciado um recital da cantora lírica Augusta Candiani: "E hoje volta a Candiani, depois de tão largo silêncio, a acordar os ecos daqueles dias. Os velhos como eu irão recordar um pouco da mocidade: a melhor coisa da vida, e talvez a única."² O recital marcava o retorno da cantora ao Rio de Janeiro, depois de uma temporada com residência fixa no Rio Grande do Sul, onde ela atuou em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande como cantora lírica, atriz de espetáculos dramáticos e professora de canto. Nascida na atual cidade italiana de Milão, em 03 de abril de 1820, Candiani teve uma breve experiência em pequenos teatros e companhias de ópera antes de chegar ao Rio de Janeiro, em dezembro de 1843. Na jovem Corte de D. Pedro II, ela se tornou prima-dona de uma companhia lírica, organizada para a viagem ao "novo mundo", que encenou a primeira montagem no Brasil da ópera *Norma* de Vincenzo Bellini e Felice Romani, cuja estreia ocorreu em 17 de janeiro de 1844, no Teatro São Pedro de Alcântara, Rio de Janeiro. A partir de então, a ópera italiana assumiu um lugar de extrema importância no cenário artístico da Corte, depois de um hiato de 12 anos, por consequência das incertezas políticas causadas pelo período da Regência. Com um jovem imperador no poder, as esperanças renascendo, e os incentivos financeiros aos espetáculos por meio de loterias, o Rio de Janeiro se tornou a cidade da ópera, acumulando récitas, "enchentes de público" e atraindo músicos e cantores e cantoras para o país.

2 MACHADO DE ASSIS, J. M. *Ilustração Brasileira*, 15/07/1877. *Chronicas: (1859-1888)*. W. M. Jackson, 1938, p. 242.

Essa dinamização de um mercado lírico na Corte, a partir de 1844, acabou reduzindo os espaços de atuação de Augusta Candiani como a primeira cantora lírica, a criadora da primeira Norma, depois de certo tempo de atuação. Oportunidades de trabalho, reduzidas na Corte, onde um público exigente e voluntarioso desejava novidades, acabaram por se abrir para ela e demais artistas em outras regiões que vivam a expansão e a urbanização patrocinada pela produção cafeeira. Soma-se a isso uma questão sanitária, a epidemia de febre amarela que assolava a Corte a partir de 1850, restando a cantora se afastar do Rio de Janeiro. Primeiramente foi para Recife, em 1851, onde inaugurou o Teatro Santa Isabel, retornando ao Rio de Janeiro posteriormente, mas sem um contrato benéfico que a mantivesse empregada. A partir de 1854, Candiani viajou pelas cidades do circuito do vale do café fluminense, como cantora lírica e onde começou a atuar como atriz com textos de autores brasileiros inclusive – como José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo, Martins Penna – na Companhia Lírico-Dramática Cabral, ao lado de José de Almeida Cabral, seu segundo esposo, empresário da companhia e compositor de modinhas, romances e lundus que ela passou a adotar em seu repertório.³ Anos depois, juntou-se à trupe a atriz Maria Augusta, sua filha com Cabral, e o ator José de Almeida Cabral Júnior, filho de um primeiro casamento do empresário. Essa empresa de base familiar se apresentou no Rio Grande do Sul em plena guerra do Paraguai fazendo parte de um circuito teatral que já era ativo, mas que, nesse período de guerra, celebrava as vitórias das batalhas que se desenrolavam na província.

1 A Estreia em Rio Grande

O conflito entre Brasil e Paraguai se intensificava no Sul do país, mas as atividades teatrais estavam em curso, com companhias de teatro indo e vindo, principalmente, entre as cidades de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. No palco se comemorariam vitórias, a coragem dos voluntários e se homenagearia os mortos da guerra.

A filha de Candiani e Cabral, a atriz Maria Augusta Candiani, seu marido, o ator João Francisco dos Santos, e o filho pequeno do casal, chegaram à cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, em janeiro de 1868, no elenco da companhia dramática de Germano Francisco de Oliveira.⁴ O casal

3 Augusta Candiani chegou ao Brasil casada com o farmacêutico Gioacchino Candiani Figlio, e grávida de 6 meses de uma filha que nasceu em março de 1844, no Rio de Janeiro. Ela se divorciou em 1845 e o processo eclesiástico de seu divórcio retirou dela os seus bens e a guarda de sua filha.

4 *Jornal do Commercio*, 21/01/1868, p. 1.

de atores (ele era também “ponto” da companhia), estreou no importante Teatro Sete de Setembro, um dos mais antigos e tradicionais da cidade – que já havia recebido a visita do ator João Caetano e a do próprio Imperador D. Pedro II.⁵

Maria Augusta Candiani, uma atriz de 28 anos, estava na Companhia Germano com artistas conhecidos na Corte, a primeira-dama galã Antonina Marquelou, além do próprio Germano, que atuava como primeiro-artista.⁶ Mas a carreira com Germano seria breve para a filha de Candiani e Cabral e seu marido.⁷ Em maio de 1868, o casal anunciou seu desligamento da companhia, depois de dois episódios de conflito com o empresário.⁸

Depois da temporada da companhia de Germano Francisco de Oliveira, quem passou a ocupar o Teatro Sete de Setembro foi a Companhia Lírico-Dramática Cabral, também anunciada como “Empresa Cabral”. Chegaram pelo paquete Guaporé em 11 de junho de 1868, José de Almeida Cabral, Augusta Candiani, José de Almeida Cabral Júnior, Martinho Corrêa

5 Inaugurado no aniversário de dez anos da independência do país, 07 de setembro de 1832, o teatro foi uma criação da Associação Teatral Sete de Setembro formada pelos membros da burguesia da região.

6 A companhia anunciava sua estreia para o mês de fevereiro de 1868 no Rio Grande. Estava organizada com os seguintes artistas: Germano Francisco de Oliveira, Antônio de Carvalho Lisboa, Manoel Antônio Nunes, Raymundo José de Araújo, Antônio Teixeira da F. Leão, Antonina Marquelou, Maria Amália Monteiro, Maria Augusta Candiani, Olympia Barbosa. *O Commercial*, 11/01/1868, p. 3.

7 Desde as primeiras apresentações no Rio Grande, Maria Augusta era atriz elogiada, inclusive com poesias publicadas nos jornais e música em sua homenagem, como a polca *Gentil Candiani*, dedicada a ela pelo maestro Giuseppe Vignoli – um estilo de apreço público que sua mãe viveu muitas vezes em sua carreira. A obra de Giuseppe Vignoli foi apresentada em um espetáculo anunciado para domingo, 14 de junho de 1868, no Teatro Sete de Setembro, no Rio Grande, com o drama familiar *A Modesta*, a cena cômica *O Fotógrafo*; a comédia em um ato, *A mulher que se embriaga*, e com Maria Augusta finalizando a noite recitando uma poesia escrita para ela por Meneses Paredes. *O Commercial*, 10/06/1868, p. 3.

8 Quando Germano ofereceu a João Francisco dos Santos, marido de Maria Augusta, um benefício a sua esposa (benefício era um modelo de espetáculo muito comum, muitas vezes assinado em contrato, cuja receita ia para o ator, atriz ou instituição “beneficiada”), a proposta foi considerada aviltante. Germano foi chamado de “ignorante, pouco cortês e sumamente egoísta” quando o caso caiu na imprensa. Além disso, Germano confirmava a sua “fama de usurário”, pois também não pagava o que prometera. Maria Augusta Candiani e seu marido recebiam salário de 250 mil réis mensais em vez de 300, conforme combinado com o casal ainda no Rio de Janeiro. Outro conflito com o empresário ocorreu em um ensaio. João Francisco dos Santos era ponto da companhia, e demorou a ler um nome ilegível para o ator Raymundo José de Araújo em cena, e Germano o ofendeu com “palavras ásperas”. Ele respondeu ao insulto e ouviu do empresário que “se não estava satisfeito poderia se retirar”. *O Commercial*, 10/05/1868, p. 1. *Jornal do Commercio* (RJ), 06/07/1868, s.p. (reproduzido do jornal *O Especulador*, 10/05/1868).

Vasques e Miguel Fernandes de Araújo.⁹ Posteriormente, Maria Augusta e João Francisco dos Santos se juntaram a companhia, assim como outros artistas que deixaram a Companhia Germano, como o ator Alfredo Magno Gomes e a atriz Antonina Marquelou.

A Companhia Cabral estreou no palco do Teatro Sete de Setembro, no Rio Grande, em 20 de junho de 1868, com o drama *A Atriz Hebreia*, novo título em seu repertório, estrelado por Adelaide Amaral, a primeira-atriz da companhia. Com música do maestro Júlio Nunes, a peça em cinco atos de autoria do escritor italiano Giovanni Fontebasso, foi traduzida e oferecida à atriz pelo poeta português Francisco Gonçalves Braga. No quinto ato, Adelaide Amaral recitava uma poesia de Machado de Assis.¹⁰ O vaudeville *Corda Sensível* finalizava o espetáculo.¹¹

Algumas impressões críticas foram registradas sobre essa estreia que teve recepção bastante positiva. A companhia era inédita para aquele público, porém, alguns artistas já eram conhecidos, pois Pedro Joaquim do Amaral, Adelaide Amaral e Martinho Corrêa Vasques já eram conhecidos no Rio Grande do Sul.¹² No drama *A Atriz Hebreia*, Augusta Candiani interpretava o segundo papel feminino, Joana, mulher de Ernesto. A “Sra Candiani” fez um “pequeno papel em que a naturalidade requer um longo hábito de cena, para que não seja havido como um simples enchimento, embora tenha momentos de muito interesse e bastante dificuldades. A artista compreendeu bem com perfeição”. Maria Augusta também era a sua filha na ficção, fazia Evelina, filha de Joana:

Novos recursos desenvolvem esta senhora neste papel. O amor profundamente sentido, mas tendo por terríveis satélites o ciúme e a desconfiança, sua inseparável companheira; um orgulho de um talento já aplaudido são o campo artístico felizmente explorado por esta simpática e hábil senhora, que desde muito tempo, mas inutilmente, esperava uma favorável ocasião de desenvolver sobre uma vasta escala o talento com que a natureza dotou-a.¹³

9 O *Commercial*, 06/06/1868, p. 1.

10 A poesia *A Hebreia* de Machado de Assis foi recitada por Adelaide Amaral no quinto ato do drama *A Atriz Hebreia*, em diversas cidades onde a atriz esteve com esse espetáculo. O *Comercial*, 20/06/1868, p. 2. A peça estreou no Teatro São José, em São Paulo, em 1867. O poema está reproduzido por Raimundo Magalhães Júnior em *Vida e Obra de Machado de Assis*, volume II.

11 O *Commercial*, 20/06/1868, p. 2.

12 O *Commercial*, 18/06/1868, p. 1.

13 O *Commercial*, 22-23/06/1868, p. 1.

A mesma crítica também se voltou para Candiani no vaudeville *A Corda Sensível* e notou sua “melodiosa voz”:

A Sra Candiani deu uma ocasião para provar ao nosso público que a sua melodiosa voz ainda muitos tesouros para colher viventes palmas e frenéticos aplausos. O silêncio religioso que se notou nas primeiras cenas era o feliz precursor do estrondoso acolhimento que a companhia teve e que por todos os títulos merecem.¹⁴

Na segunda récita da assinatura, Augusta Candiani cantou a cavatina da ópera *Atila* e as canções do vaudeville *Arthur ou depois de 16 anos*.¹⁵ Ao contrário da Companhia Germano, a Companhia Cabral logo conquistou os riograndenses com seu elenco, suas óperas, dramas, vaudevilles e cenas cômicas. Traziam alguns espetáculos novos e outros que haviam sido apresentados na Corte. No Rio Grande, Augusta Candiani apresentou praticamente o mesmo repertório musical que apresentou no Rio de Janeiro as modinhas e as árias mais famosas das óperas *Beatrice di Tenda*; *I Puritani*; *La Donna del Lago*; *Il Barbiere di Siviglia*; *Nabucodonossor* e *Norma*.¹⁶

A Empresa Cabral no Rio Grande era quase a mesma de sua última temporada no Rio de Janeiro, exceto por alguns nomes como Adelaide Amaral e seu marido Pedro Joaquim do Amaral, ator-centro e ensaiador da companhia, que faziam parte do Teatro São Pedro de Alcântara, na Corte, antes de viajarem para o Sul com Cabral.¹⁷ Augusta Candiani era ainda cantora e primeira-dama central, e se juntava a Maria Lima; Joaquina Maria de Piedade; Martinho Corrêa Vasques; Miguel Fernandes de Araújo; José de Almeida Cabral Júnior; Luiz Velloso Tavares; João Pitrès, Maria Lima e João Pereira Barbosa. Foi essa a primeira formação da Companhia Cabral no Sul.¹⁸ Além desse elenco, havia também um conselho diretor, composto por homens de alta influência, que tinha por função “aconselhar e proteger sua empresa”–, assim escreveu Cabral apresentando sua companhia.¹⁹

14 O Commercial, 22-23/06/1868, p. 1.

15 Arthur ou depois de dezesseis anos/Arthur ou dezesseis anos depois. Drama-vaudeville em 2 atos de Darpenty, Fentan e Darigny. Tradução de C. L. de Moura. Música de Francisco de Sá Noronha. O Commercial, 24/06/1868; 28/06/1868.

16 Foram apresentadas de setembro a dezembro de 1868. O Commercial, 11/09/1868, p. 2; 12/09/1868, p. 4; 27/09/1868, p. 3; 21/10/1868, p. 3; 24/12/1868, p. 2.

17 A última temporada da Companhia Cabral no Rio de Janeiro antes do Rio Grande do Sul, que também se tornaria a última da companhia na cidade, ocorreu no Teatro do Comércio, um espaço criado pelo empresário José de Almeida Cabral em 1867.

18 O Commercial, 11/06/1868, p. 3.

19 O Commercial, 30/12/1868, p. 1.

Eram nomes como Eufrásio Lopes de Araújo, barão e visconde de São José do Norte, vice-cônsul do Ducado de Hessa no Rio Grande do Sul,²⁰ capitalista do ramo de seguros, major do comando superior da Guarda Nacional dos municípios do Rio Grande e São José do Norte, na província de São Pedro do Rio Grande Sul, que ofereceu sua casa para hospedar o Conde d'Eu e o imperador D. Pedro II quando, em setembro e novembro de 1865, respectivamente, eles estiveram no Rio Grande na campanha do Paraguai.²¹ Outros membros desse conselho eram João da Costa Pinto, tenente-coronel da Guarda Nacional, e Thomaz José de Campos, comandante da Guarda Nacional, ambos em Rio Grande; Zeferino Alves de Azambuja, capitão da Guarda Nacional, comerciante, sócio da casa comercial Marcos Pradel, vice-cônsul do reino de Espanha, em 1861, vereador em Rio Grande, em 1868.²² Os outros seis nomes que compunham esse conselho da companhia não eram exceção a esse perfil biográfico.²³ Observamos aqui a articulação empreendedora no âmbito social de Cabral para garantir a entrada de sua empresa teatral naquele novo meio e mercado e, assim, atrair a sua parcela de público. Indica também o tipo de público a que seu trabalho estava se dirigindo.

Esse conselho diretor “protetor” da companhia dramática de Cabral reforçava ainda mais a seriedade de um teatro que servia como divertimento, mas também deveria ser um retrato da sociedade como um lugar onde se aprenderia os “bons costumes”, “aumentaria” a civilização e se festejaria os “dias nacionais e as belas instituições”, assim dizia uma notícia sobre a inauguração do Teatro Sete de Setembro em 1832. Esses preceitos foram seguidos à risca por Cabral. Como empresário, ele oferecia uma programação para a sociedade local, dialogando e correspondendo às expectativas de um determinado público, como quando comemorava datas históricas em espetáculos de gala. Como compositor, criou uma obra em homenagem à

20 *Almanak administrativo, mercantil e industrial para o ano de 1862*. Rio de Janeiro: Casa de Eduardo e Henrique Laemmert, 1862, p. 169.

21 Publicador Maranhense (São Luiz, MA), 06/09/1865, p. 1. Jornal do Recife, 22/08/1868, p. 01. Diário do Rio de Janeiro, 12/05/1877, p. 2. Correio Mercantil, 20/11/1865, p. 1.

22 Correio da Tarde, 31/07/1861, s./p. Correio Mercantil, 06/09/1863, p. 3; 26/09/1863, p. 1. Diário de São Paulo, 20/10/1868, p. 2. Relatório com que o Excellentíssimo Sr Dr Antônio da Costa Pinto Silva, presidente desta Província, passou a administração da mesma ao Exmo Sr Doutor Israel Rodrigues Barcellos no dia 20 de maio de 1869. Porto Alegre, Typographia do Rio-Grandense, 1869, p. 10.

23 Esse conselho diretor era formado por Eufrasio Lopes de Araújo, tenente coronel Porfírio Ferreira Nunes, capitão Francisco José da Cunha, tenente coronel João da Costa Pinto, coronel Thomaz José de Campos, Dr Pio Angelo da Silva, Leopoldino José da Cunha, Salvador Montinho, major Zeferino Alves de Azambuja e Telemaco Boelich. O Commercial, 30/12/1868, p. 1.

cidade – a *Valsa Rio-grandense*.²⁴ Como cidadão, seu “cavalheirismo” foi elogiado quando deixou o teatro e sua companhia à disposição da Sociedade Philo-Dramática para um benefício do ator riograndense Jacob Ulysses.²⁵ E como o tempo era de guerra, Cabral ainda se mantinha engajado na temática do conflito, criando espetáculos que atraíam um público envolvido por um sentimento nacionalista. Cabral manteve no seu repertório do Sul a sua composição *O Anjo da Saudade* em repetidas apresentações bem-sucedidas de público no Teatro Sete de Setembro. Quando na noite de 25 de julho de 1868, Candiani cantou essa “canção e allegro” de Cabral, entre o drama *Gaspard Hauser* e a comédia *A mulher q’se embriaga*, a plateia pediu bis e chamou a cantora à cena para ser aplaudida. Depois da apresentação de *O Anjo da Saudade*, com a “voz melodiosa de uma exímia cantora” e “coros perfeitamente ensaiados”, Adelaide Amaral recitou a poesia “patriótica” de Rosendo Muniz Barreto *A Vivandeira*, que ela já havia apresentado no benefício de Candiani no Lírico na Corte. A obra evocava as mulheres que seguiam com o exército, e foi escrita especialmente para a atriz recitar na Bahia quando voluntários foram para a guerra.²⁶

Muito dessa animação patriótica na plateia da Companhia Cabral era inspirada por essa obra cênica e musical que se tornaria uma das mais presentes no repertório de Candiani nos anos do conflito. Anunciada como “uma magnífica poesia marcial no assunto de nossa guerra posta em música pelo Sr Empresário”, a peça musical *O Anjo da Saudade* era dedicada aos “mártires da pátria”, e “em defesa da honra nacional na guerra contra o Paraguai”. O solo era cantado por Candiani e a parte do coro pelos demais artistas da companhia.²⁷ Anunciada como “modinha”, “hino patriótico” ou “alegoria”, a letra da música era de autoria de José Pinto Ribeiro de Sampaio, médico homeopata de Campos dos Goytacazes (RJ).²⁸ Começando com uma introdução de piano antes do canto para soprano, intercalado com o coro em algumas frases, com pistom e rufo de caixas em alguns momentos, como indica a partitura, a letra exaltava a juventude, a família, a saudade, a história e convocava voluntários para a guerra.

Meio a guerra ainda resistia a cantora lírica Augusta Candiani. Apesar dos diversos papéis dramáticos que ela desempenhava nesse momento,

24 O Commercial, 03-04/08/1868, p. 1.

25 O Commercial, 09/07/1868, p. 1.

26 Esse espetáculo foi uma “récita extraordinária livre de assinatura” com Maria Augusta, Santos, Araújo e José de Almeida Cabral Júnior que foi também bastante ovacionado pelos espectadores. O Commercial, 24/07/1868, p. 2.

27 *Correio Mercantil*, 15/12/1866, p. 4; 18/12/1866. *A Pátria*, 15/12/1866, p. 4. A peça cênico-musical *O Anjo da Saudade* fazia parte dos espetáculos da Companhia Cabral desde 1866.

28 *Diário do Rio de Janeiro*, 01/01/1854, p. 1.

sua presença como cantora era requisitada em eventos na cidade. Encontramos Candiani cantando na festa de Nossa Senhora de Santana, em uma missa de domingo, com orquestra na igreja regida pelo conhecido maestro Giuseppe Vignolli.²⁹ A apresentação fez parte de uma comemoração maior que mobilizou a cidade desde o dia 8 de agosto de 1868, às 17 horas, quando anunciavam a “solenidade que parece retornar a importância que teve outrora”.³⁰ Portanto, nada como uma cantora lírica respeitada para colaborar com essa anunciada revitalização:

A música executada pelo Sr Vignolli reuniu toda a perfeição que é possível esperar, porém devemos confessar que os solos confiados a distinta cantora D. Augusta Candiani deram àquele belíssimo *Gloria*, uma força, uma graça e um valor precioso. O anjo da harmonia que inspirava o *Laudamus* impressionou com seu divino gênio a artista que repetia na nossa matriz, os concertos angélicos cantados ao som da harpa de Cecília e David, nas celestes regiões. O coração, a alma da Sra Candiani expandiam-se naquelas notas agudas, mais suaves com a brisa matutina, naqueles compassos graves que despertam a devoção e o respeito e que deixam acreditar que são dignas de fé as lendas poéticas de Orfeu e Amfíon movendo pelos acordes de suas líras reunidas a seus maviosos cantos, os rochedos e os montes, acalmando o furor dos ventos e a fúria dos mares. A Sra D. Augusta Candiani sempre foi uma exímia cantora, uma admirável artista, porém nunca foi tão tocante, tão expressiva como no domingo, oferecendo seu artístico talento à Nossa Senhora Santana.³¹

Um outro festejo a levaria para cantar fora do teatro, dessa vez em uma praça da cidade. Quando houve a tomada de Humaitá na guerra, a cidade parou para comemorar. Assim que a notícia se espalhou, uma manifestação com fogos e artilharia tomou conta da praça municipal por cerca de uma hora. No fim da tarde, duas bandas de música percorreram as ruas. Os moradores iluminaram as frentes de suas casas, em parte da rua Pedro II, desde o Carmo à rua do Martins.

A festa que começou nas ruas se expandiu para dentro do teatro nos dias seguintes. A Companhia Cabral promoveu um espetáculo de “grande

29 O violinista Giuseppe Vignolli chegou em Porto Alegre em 1870. Na empresa Alves Meira fez concerto acompanhado pelo barítono Luigi Maghi no Teatro São Pedro. *A Reforma*, 29/10/1870, s./p.

30 O Commercial, 08/08/1868, p. 1.

31 O Commercial, 12/08/1868, s./p.

gala” para celebrar a conquista bélica, em um dia 06 de agosto de 1868, começando com a orquestra tocando o *Hino Nacional Brasileiro* sob a efígie do imperador D. Pedro II. Depois desse hino, a prima-dona Augusta Candiani, junto ao coro da companhia, cantou o *Hino do Humaitá*, mais uma parceria entre Cabral e Ribeiro de Sampaio, o poeta-médico homeopata de Campos dos Goytacazes. A noite de gala se encerrou com uma récita do soneto *Que-da de Humaitá* pelo poeta Zeferino Vieira Rodrigues Filho, autor da obra.³² Poucos meses depois, ainda no Teatro Sete de Setembro, Candiani cantou o *Hino Nacional Brasileiro* e o *Hino Nacional Português*, sob outra efígie, a do rei de Portugal D. Luiz I, nos festejos pela independência de Portugal.³³

Mas não só de festejos solenes e patrióticos vivia a cantora. Na noite de natal de 1868, Candiani realizou seu benefício cantando a *Casta Diva*, e com a orquestra tocando a polca *Candiani* em sua homenagem. Esse espetáculo teve a participação do ator Bartholomeu Magalhães, que escreveu uma poesia para a cantora, recitada pela colega Adelaide Amaral na ocasião.³⁴ Nesse benefício, além de ser poeta, Bartholomeu também foi ator ao lado de Candiani na “comédia burlesca-musical” *A Torre em Concurso*, de Joaquim Manoel de Macedo, ele como o juiz de paz João Fernandes, o papel principal, e ela como sua irmã, Ana.³⁵

2 Bartholomeu Magalhães e outras estreias

Bartholomeu Magalhães, ator português e autor de comédias, começou no elenco da Companhia Cabral em dezembro de 1866, em temporada no Teatro Eliseu, Niterói (RJ).³⁶ Com a Companhia Cabral no Rio Grande, ele fez seu primeiro espetáculo em novembro de 1868, mês também de estreia para o ator Joaquim José de Souza Motta, recém-chegado de Porto Alegre.³⁷ Nesse mesmo ano, também surgiu o anúncio de uma parceria musical entre Cabral e Bartholomeu Magalhães, a modinha Amei! Sorri! Descri!, poesia do ator e escritor português com música do empresário³⁸

32 O Commercial, 07/08/1868, p. 2.

33 O Commercial, 29/11/1868, p. 3.

34 O Commercial, 24/12/1868, p. 2.

35 Além de atuar, Candiani cantou a ária *Casta Diva*. A quadrilha Candiani e a polca *Augusta* foram tocadas pela orquestra nos intervalos dos atos. Idem.

36 *Correio Mercantil*, 10/12/1866; 18/12/1866, p. 4.

37 Sobre estreia do ator Motta, ver O Commercial, 10/11/1868, p. 03. Na Companhia Cabral no Sul, Magalhães estreou em 15 de novembro de 1868. O Commercial, 14/11/1868, p. 3.

38 Um anúncio da modinha de Magalhães e Cabral foi publicada ainda no Rio de Janeiro como um “lindo romance” dedicado ao “Ilmo Sr Dr Leandro de Mello Chaves Ratisbona”, advogado e político pelo Partido Liberal. Letra, partitura e gravação dessa obra encontram-se no livro de Luiza Sawaya sobre as modinhas de Cabral. *Jornal do Commercio*, 17/01/1868, p. 03. SAWAYA, L. *Op. cit.*, p. 263.

A bem-sucedida estreia do ator Magalhães foi na comédia *Sonâmbula Sem o Ser*, ao lado de Candiani, Maria Lima, Bernardina, Cabral Júnior, Velloso e Viríssimo. Magalhães também fez a cena cômica *História de um Cozinheiro*, de sua autoria, encerrando os eventos da noite que começou com o drama *O Enforcado* de Anicet Bourgeois.³⁹ A estreia no Sul foi bem recebida, Magalhães foi aplaudido e chamado à cena.

Além de Bartholomeu Magalhães, a Companhia Cabral apresentou uma outra estreia que juntava o lírico e o dramático ao balé. Um corpo de balé, composto pelas espanholas Carlotta Picarro e Maria Peiteado e pelos espanhóis Carlos Atané e José Perér, passou a se apresentar nos intervalos dos atos das peças a partir de dezembro de 1868. A estreia dos bailarinos e das bailarinas aconteceu depois da comédia *As Proezas de Richelieu*, com um balé espanhol de um ato intitulado *La Tartulia*.⁴⁰

Além dos novos artistas, a companhia anunciou uma estreia no repertório. O drama *O Anjo da Meia-Noite*, de Théodore Barrière e Edouard Plouvier, com Adelaide Amaral no papel principal, era o novo título da programação do Sete de Setembro pela Companhia Cabral.⁴¹ Nessa peça, a primeira atriz recitava uma poesia de Machado de Assis novamente.⁴² No Rio de Janeiro, portanto, essa peça esteve em cartaz, com muito sucesso em diversas apresentações, dois anos antes de Cabral encená-la no Sul. *O Anjo da Meia-Noite* era apresentado como um “drama fantástico em um prólogo, quatro atos e seis quadros”, um gênero direcionado a grandes plateias, entre a mágica e o dramalhão, que montava no palco os truques cênicos e o tema do sobrenatural em enredo mirabolante com uma encenação que superava um texto sem preocupações literárias.⁴³

39 O Commercial, 11/11/1868, p. 03.

40 Bartholomeu Magalhães também estava nessa estreia dos bailarinos e bailarinas espanhóis com a sua cena cômica *A História de um Cozinheiro*. O Commercial, 22/12/1868, p. 2.

41 O Commercial, 15/12/1868; 16/12/1868, p. 2.

42 Além de ser um poeta presente no espetáculo, Machado de Assis era também o tradutor do texto, que havia sido encenado pela primeira vez em 1866, no Teatro Ginásio Dramático, pela companhia de Furtado Coelho. O escritor traduziu várias peças, como essa, a pedido de Furtado Coelho. Acreditamos que a Companhia Cabral encenou o mesmo texto traduzido por ele, apesar de que não há referência ao tradutor no anúncio da companhia. Também não há referência ao nome de Machado de Assis no volume que se julga ter a tradução do escritor para a peça, publicado pela Livraria Popular de A. A. da Cruz Coutinho em 1876, no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Na versão do Ginásio, a peça tinha música de Artur Napoleão. FARIA, J. R. de. Machado de Assis – tradutor de teatro. *Revista Machado de Assis em linha*. Ano 3, nº 06, Fundação Casa de Rui Barbosa, dez. 2010, p. 56. Disponível em http://machadodeassis.net/revista/numero06/rev_num06_artigo04.pdf.> Acesso em out. 2011.

43 *Idem*. A Mágica era o espetáculo grandioso, o maravilhoso em cena por meio de maquinário trabalhado, figurinos elaborados, e com muita música. Esses espetáculos apelavam mais para o visual cênico do que para um texto e para a interpretação. Canções de cunho popular,

Além dessa peça de truques cênicos, o empresário José de Almeida Cabral encenou ainda *O Diletante*, a comédia de Martins Penna sobre Candiani e sua Norma, nos áureos tempos do São Pedro de Alcântara, uma obra presente no repertório de Cabral desde as primeiras apresentações da companhia em 1854 e 1855.⁴⁴ Além de Penna, a Companhia Cabral encenava um repertório de autores brasileiros e franceses que tinha sido apresentado no Teatro Ginásio Dramático da Corte entre meados da década de 1850 e início da de 1860 – Dumas Filho, Barrière, Feuillet, Scribe se juntavam a José de Alencar, Quintino Bocaiúva, Joaquim Manuel de Macedo e Pinheiro Guimarães. Não apenas textos e autores, mas a grande “dama-galã” do Ginásio, a atriz Adelaide Amaral, também estava na Companhia Cabral. Eram essas peças a “escola moderna”, os textos do teatro realista onde os “bons costumes e a civilização” se espelhavam. O termo foi lembrado por um crítico riograndense ao escrever sobre a apresentação de *Pedro, o Tecelão*, uma comédia apresentada pela Companhia Cabral em tradução do francês:

A escola moderna que tantos efeitos teatrais têm desprezado, para que fosse unicamente apreciado o natural e verídico desenhado em suas cenas, também tem desprezado aqueles títulos pomposos, que de *per si* recordavam uma série de episódios históricos ou um compêndio de emoções que abatiam o espírito e entristeciam a alma. Uma rápida vista sobre o nosso teatro há quinze anos comprova as nossas asserções. *Pedro, o Tecelão* é um quadro fiel que muitas vezes se reproduz.⁴⁵

maxixes e modinhas e lundus estavam presentes, com simbioses de influência circular entre o repertório de ópera italiana e em textos dramáticos que eram traduções e obras de adaptação do teatro francês. Um gênero importante e intermediário quando pensamos um teatro mais próximo de um público mais popular que buscava o entretenimento. Cf. FREIRE, V. L. B. *Óperas e Mágicas em Teatros e Salões no Rio de Janeiro – final do século XIX e início do século XX. Latin American Music Review*. Austin/Texas, v.25, n.1, 2004, p. 100-115.

44 Benefício de Cabral Júnior com ária da ópera *A Favorita* com Candiani; drama *Primavera Eterna*, de E. Biester, e a cena cômica *Vai Torto o Mundo*, com Bartholomeu Magalhães e *O Diletante*, comédia de Martins Penna, fechando a noite. *O Commercial*, 30/01/1869, p. 03. Em 07 de fevereiro de 1869, espetáculo em benefício à empresa Cabral com o drama *Os Homens Sérios*, depois a orquestra executou a quadrilha Cabralista, terminando com *O Diletante*. *O Commercial*, 07/02/1869, p. 3.

45 Candiani não fez parte do elenco de *Pedro, o Tecelão*, mas a peça foi apresentada pela Companhia Cabral com Cabral Júnior, Maria Augusta, Araújo, Martinho Vasques, Viríssimo, Velloso, Pereira, Pitres e Barros. No anúncio da peça, sem mencionar o nome do autor, só consta a informação “comédia-drama em dois atos, traduzida do francês”. *O Commercial*, 04/08/1868, p. 3.

O teatro da Corte era sempre citado como divulgação de qualidade do repertório. À Corte iam os empresários buscar repertórios e atores e atrizes para suas companhias estabelecidas em outras cidades. Mas, interessante observar que o repertório encenado no Sul pela Companhia Cabral não era encenado no Ginásio ou em outro teatro da Corte naquele momento. Aliás, nos anos de guerra, percebemos uma diminuição nas produções teatrais da Corte. A montagem dessas peças mostra que o repertório realista, a “escola moderna”, realizado no Ginásio da Corte sobreviveu além por meio de uma rede de influências estéticas e temáticas nesse trânsito de companhias, artistas e repertórios para outras cidades, certamente influenciando e se mesclando às produções e práticas locais. Mesmo com recursos de comunicação e transporte limitados, se compararmos com os dias de hoje, havia uma certa globalização nos gostos e nos temas levados ao palco do teatro de outras regiões do país por onde artistas e companhias transitavam.

Uma cantora lírica conhecida pela passionalidade da ópera italiana, que se tornou também atriz dramática, cantava nas peças musicais de autor brasileiro, encenava os dramas de brasileiros e franceses, estava nos vaudevilles, ou seja, encenava um repertório de peças dramáticas “com visão burguesa e ideias liberais num país escravocrata”,⁴⁶ compondo seu trabalho atorial segundo as características dessa nova dramaturgia – a naturalidade da cena, sem exageros, o papel da presença da moral burguesa no teatro, o que se chamou de “teatro realista”. As críticas aos espetáculos da Companhia Cabral eram mais rigorosas em relação à crítica de ópera dileitante e leiga das décadas de 1840 e 1850 no Rio de Janeiro, quando Candiani foi chamada de “deusa da ópera” ou “diva do povo brasileiro”. Dessa vez, estavam em foco pormenores dos espetáculos e a observação à atuação dos artistas. As apresentações da Companhia Cabral no Rio Grande do Sul sempre obtiveram boa aceitação por parte das críticas jornalísticas; porém, não encontramos muitas observações sobre a atuação de Augusta Candiani como atriz dramática, mas sim, sobre a cantora, apesar dos diversos papéis dramáticos que ela realizou nessa temporada.⁴⁷ Era ela, e continuava assim sendo, a parte do “lírico” da Companhia Lírico-Dramática Cabral.

Após a estreia de *O Anjo da Meia-Noite*, a Companhia Cabral perdeu dois de seus atores de importância para a Companhia Germano, que estava em Pelotas: a primeira-dama Adelaide Amaral e seu marido Pedro Joaquim do Amaral, ator e diretor da Companhia Cabral.⁴⁸ O ator Joaquim José de

46 FARIA, J. R. de. Op. cit., 1993, p. XX.

47 O Commercial, 11/09/1868, p. 3.

48 O Despertador, 09/01/1869, p. 1.

Souza Motta assumiu a direção,⁴⁹ enquanto Cabral prometia pelos jornais que chegaria do Rio de Janeiro uma outra primeira-dama.⁵⁰

Adelaide Amaral dividiu o palco com Candiani e sua filha Maria Augusta em *O Anjo da Meia-Noite*; *A Atriz Hebreia*; *Arthur ou 16 anos depois*; *Punição* e *Gaspard Hauser*. Teve peças lançadas com destaque para seu nome, provando seu prestígio na divulgação dos espetáculos. A súbita partida, cujas motivações não foram divulgadas, ao certo, foi uma perda para o empresário. Mas logo chegaria a primeira-dama prometida. Quem passou a ocupar o lugar deixado por Adelaide Amaral foi a atriz Josephina-Antonina Marquelou, que fez parte da Companhia Germano no Rio Grande no início de 1868. Além de ser conhecida pelo público riograndense, também era pelo da Corte. Ela fez parte do elenco do Teatro São Pedro de Alcântara, na direção de João Caetano, pelo menos, antes de 08 de abril de 1860, pois foi nessa data que a dama-galã deixou João Caetano para estreiar no Teatro Ginásio Dramático, no Rio de Janeiro, ainda na direção de Joaquim Heliodoro, encenando o drama *Espinhos e Flores*, de Camilo Castelo Branco.⁵¹

Marquelou em uma quarta-feira, 25 de fevereiro de 1869, subiu ao palco do Teatro Sete de Setembro como a mais nova primeira-dama da Companhia Cabral. A noite começou com a poesia *Estrela do Sul*, “dedicada ao ilustrado público riograndense”, de autoria de Machado de Assis, que anos antes lhe aconselhava a ter “mais sentimento em cena”.⁵² Depois da récita, a representação do drama em cinco atos e um prólogo “do mesmo autor da *Atriz Hebreia* e que por mais de cinquenta vezes foi a cena no Teatro Ginásio, da Corte, imensamente aplaudido, *A Estátua de Carne*”. Marquelou fazia Maria, com um elenco que contava com Cabral Júnior, Maria Amália, Motta, Araújo, Maria Augusta, Joaquina Maria, Bartholomeu Magalhães, Alfredo, Viríssimo, Velloso e Pitirès.⁵³ Com o mesmo espetáculo, a companhia também se apresentou em Pelotas, no Teatro Sete de Abril, enquanto Germano ocupava o Sete de Setembro, no Rio Grande, com o drama *Milagres de Santo Antonio*, indicando o revezamento das duas companhias entre essas cidades.⁵⁴ Mas a carreira bem-sucedida de Marquelou, entre Pelotas e Rio Grande, seria por breve tempo, pois a companhia se transferiu para Porto Alegre, em maio de 1869, onde passou a fazer a programação do Teatro São Pedro.

49 O Commercial, 30/01/1869, p. 3.

50 O Commercial, 30/12/1868, p. 01.

51 Correio Mercantil, 06/04/1860, p. 04.

52 MACHADO DE ASSIS, J. M. Rio, 16 de maio de 1865. In: FARIA, J. R.(org.) Machado de Assis do teatro – textos críticos e escritos diversos. São Paulo, Perspectiva, 2008, p. 370.

53 A estreia de Antonina Marquelou foi anunciada como “alta novidade”. O Commercial, 24/02/1869, p. 3.

54 O Despertador, 23/03/1869, p. 1.

3 Em Porto Alegre

A Companhia Cabral chegou a Porto Alegre para reanimar a temporada cultural da cidade. Nos três primeiros meses de 1869, espetáculos amadores da Sociedade Dramática Particular do Ginásio do Comércio fazia uma temporada sem novidades, mesmo apresentando *O Dilettante*, de Martins Penna, e um recital com o pianista riograndense João Pedro dos Reis, que tocou sua composição *Lembranças da Bahia* e variações e fantasias das óperas *Rigoletto*, *La Traviata* e *La Fille du Régiment*. Nina Durand, soprano francesa, também cantava árias avulsas.⁵⁵ Tudo isso no mais importante teatro da cidade, o Teatro São Pedro, inaugurado em 1858, com capacidade para 700 lugares, em uma cidade que contava com cerca de 20 mil habitantes, e localizado na praça da Matriz, atual praça Marechal Deodoro, no centro de Porto Alegre.

A Companhia Cabral, dirigida pelo ator Barbosa, ocupou o Teatro São Pedro em fins de maio de 1869, e se tornou a grande novidade na programação teatral daquele ano. Seguiram com Cabral alguns artistas que trabalharam com ele no Rio Grande. A grande estrela da companhia continuava sendo Antonina Marquelou, mais Augusta Candiani como dama-lírica, e as atrizes Julieta Argelini, Maria Augusta Candiani, Maria Angélica, Maria Amália com os atores João Pereira Barbosa, Bartholomeu Magalhães. Em Porto Alegre outros nomes se juntaram a companhia –, a atriz Clemência Rosa de Oliveira, e os atores Alfredo Magnus Gomes, Luiz Mayrink, Eduardo Salomé, Luiz Velloso Tavares, Miguel Fernandes de Araújo, Gervão e Frederico Cabrita.

O repertório era praticamente o mesmo apresentado no Rio Grande: árias italianas, balés, dramas, comédias e cenas cômicas. A orquestra do teatro era dirigida pelo maestro Mendanha. Candiani, Maria Augusta e Argelini cantaram com a francesa Nina Durand como convidada. A Companhia Cabral começou sua temporada em Porto Alegre com elogios de um público fiel. Muitas homenagens à Antonina Marquelou e a Bartholomeu Magalhães, aclamado como ator e dramaturgo, principalmente quando a companhia estreou um drama de sua autoria *O Anjo da Resignação*. Magalhães foi homenageado em cena e por poesias que circulavam na plateia.⁵⁶ Muito sucesso e total aceitação de artistas e repertório até o dia em que os jovens literatos do Partenon Literário foram procurar o empresário José de Almeida Cabral.

A sociedade Partenon Literário foi fundada em 18 de julho de 1868:

55 DAMASCENO, A. Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no século XIX. Porto Alegre, Globo, 1956, p. 111.

56 Em 25 de julho de 1869. Ibidem, p. 112.

um ano antes da chegada da Companhia Cabral em Porto Alegre. Em seus anos de existência, seguiu caminhos além da literatura, criando uma escola noturna, um museu, uma biblioteca de 6.000 volumes, além de promover eventos para a alforria de escravos, como saraus e encenações de peças de teatro escritas pelos seus membros de clara tendência progressista e anti-imperial. No resgate de histórias e lendas sul riograndenses e na publicação da *Revista Mensal* (1869-1879) difundiam os ideais da República, do abolicionismo, do feminismo e da consolidação de uma literatura nacional. O Partenon foi a primeira sociedade literária da capital riograndense, não foi a única do período, mas se tornou a mais importante pela rede de relações que estabelecia entre a sociedade e a cultura, sempre afirmando o binômio literatura e política. Fundada por cerca de vinte jovens de diferentes perfis sociais, alguns com passagem pelo Rio de Janeiro ou São Paulo como estudantes de Medicina ou de Direito, o Partenon se tornaria relevante dentro de um projeto de educação e ilustração. Eram os irmãos Appolinário Porto Alegre, Achylles Porto Alegre e Apelle Porto Alegre; Eudoro Brasileiro Berlink, Vasco de Araújo Silva, Hilário Ribeiro, José Theodoro de Souza Lobo, Francisco Antunes Ferreira da Luz, Ignacio de Vasconcellos Ferreira; Juvenio Augusto Menezes Paredes, Aurélio Viríssimo de Bittencourt; Felix Xavier da Cunha, uma personalidade política atuante no Partido Liberal; e o médico José Antônio do Vale Caldre e Fião, abolicionista e autor do primeiro romance riograndense *A Divina Pastora*, publicado em 1847. Eram esses os jovens intelectuais que iniciaram a sociedade Partenon Literário em uma Porto Alegre onde mais da metade da população era analfabeta ou preferia educar seus jovens para a carreira militar do que para qualquer outra relacionada à literatura, como não era diferente em outras províncias do império.⁵⁷

Empenhados na campanha abolicionista, a sociedade decidiu promover um espetáculo no simbólico dia 07 de setembro de 1869 para angariar fundos e comprar a alforria de escravos recém-nascidos. Com esse propósito, os jovens foram ao Teatro São Pedro negociar com Cabral a cessão do espaço na noite do dia da independência. O Partenon promoveria uma festa da liberdade no teatro para comemorar a independência com um espetáculo pela Sociedade do Ginásio do Comércio que apresentaria peças de temática antiescravista. Mas Cabral se negou e anunciou que, para os feste-

57 DAMASCENO, A. Sociedades literárias em Porto Alegre no século XIX. In: BARRETO, Abellard et al. Fundamentos da cultura riograndense. Quinta série. Porto Alegre, Faculdade de Filosofia-UFRS, 1962, p. 54. SILVEIRA, C. D. M. da. Dois pra lá, dois pra cá: o Partenon Literário e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Rio Grande Sul, 2008, p. 16, 45, 39.

jos dos dias 06 e 07 de setembro, estava ensaiando os dramas *D. César de Bazin*, *amor da pátria* e *A Donzela de Beleville*, mais o *Hino da Independência* e o entreto cômico *Machadinho e Cocotinha* por duas meninas da cidade – uma de 5 e outra de 7 anos de idade. E ainda com um detalhe: “A empresa se propõe a dar de seu bolsinho a quantia que lhe for necessária para dar a liberdade ao primeiro escravo recém-nascido em Porto Alegre no dia 07, aniversário da independência do Império”. Uma afronta aos objetivos dos rapazes do Partenon que, com seu espetáculo beneficente pretendiam o mesmo. Em 05 de setembro, Cabral produziu um espetáculo em homenagem às “armas brasileiras pelos seus feitos na guerra do Paraguai”. No dia 07 não fez exatamente o programa divulgado, e apresentou a peça *Capitão Tic e Martin, Amor à Pátria* – “episódio dramático nacional”, além do entreto cômico anunciado. Entretanto, essa mudança do programa do dia 07 não foi menos grave do que a negativa em ceder o teatro para o espetáculo do Partenon. Parecia que Cabral não sofreria nenhuma reação dos rapazes, pois seu espetáculo transcorreu sem problemas naquele dia. Entretanto, dias depois, chegava a resposta do Partenon pela imprensa com pena voraz. Vale Caldre e Fião foi um dos que escreveu atacando Cabral, chamando o empresário de “mesquinho”. Para ele, Cabral “especulava” com “o dia nacional como fonte de receita, depois dos favores que tem recebido da capital e dos membros do Pantenon”, pois seu teatro era mal iluminado, com decoração e cenários “sórdidos” e ainda “com a escolha inferior de dramas e comédias imorais ante uma população honesta”. Assim relatou Vale Caldre e Fião sobre o encontro com o empresário:

O Partenon como um só homem se levantou e foi procurar o refratário à grande ideia. Seria bom o seu ato se fosse procurar outro e não esse empresário. O Partenon foi recebido com indelicadeza como se tivesse penetrado em um lugar pouco digno e tratado com um homem que carecesse dos mais comezinhos preceitos de honesta civilidade. O empresário não queria tratar com crianças e fez alarde de serviços e condecorações que ganhara, com tanta fatuidade como inconveniência. Esqueceu-se de que era o empresário a quem nossa população tem tolerado grandes faltas; de que essas “crianças” o têm ajudado a ganhar dinheiro, dispensando-lhes favores de que agora se mostra indigno; de que o Partenon é composto de uma mocidade esperançosa e pertencente às mais distintas famílias da cidade. Foi ainda incivil a sua retirada, nada tendo concordado que satisfizesse o Partenon. Durante o tempo em que se entreve em desculpas frívolas e inconvenientes, patenteou a avidez do ganho e revelou que não a cedia a nenhum meio de abnegação ou

sacrifício em favor da ideia. Não é. Foi a tolerância do povo, do próprio Partenon, que foi a causa do insulto que cada um dos seus membros, que a cidade inteira, acaba de receber desse empresário. Faça-mo-lhe ora sentir que foi mal avisado, quando saiu da órbita onde devia conter-se, onde devia girar, se soubesse guardar o devido respeito a pessoas que, se tiveram um erro, foi só o de o considerar como um cavalheiro.⁵⁸

No dia 12 de setembro de 1869, como repercussão direta desse artigo, a Companhia Cabral apresentou *D. César de Bazin* para um teatro vazio. Talvez Cabral não imaginasse as consequências quando resolveu ignorar as “crianças” do Partenon. Reconhecendo o problema que criara, ele tentou reverter a situação:

Ao respeitável público – O abaixo-assinado, empresário da Companhia Dramática, comunicou em ofício, datado em 11 do corrente, à Sociedade Partenon Literário, que, tomando em consideração as suspeitas imerecidas que contra ele grassam no seio daquela ilustre corporação, e para que não suponham haver da parte do abaixo-assinado a menor má vontade, pelo contrário, partilhando de igual ideia civilizadora e humanitária, ofereceu à Sociedade Partenon Literário um benefício com espetáculo de seu repertório, escolhido pela mesma sociedade, o qual se levará a efeito no dia 15 do corrente. Se por qualquer eventualidade a minha proposta não for aceita, realizar-se-á sempre o benefício na mesma data ou qualquer outra, entregando o abaixo-assinado, na mão do Exmo. Sr. Presidente da Província, o produto do mesmo para o fim que a mesma Sociedade Partenon Literário designar. Porto Alegre, 11 de dezembro de 1869. José de Almeida Cabral.⁵⁹

A proposta de Cabral foi discutida em sessão secreta da sociedade e por causa de opiniões divergentes dentre os seus membros, Aurélio Veríssimo de Bittencourt renunciou ao cargo de secretário. O restante do quórum decidiu recusar a oferta de Cabral. Perante as acusações de que os jovens estavam exagerando na reação ao caso, Caldre e Fião respondeu que o empresário do teatro negou a Porto Alegre o dia nacional, e ele era “a avareza e a sordidez de um homem que profanava o dia da pátria”.⁶⁰ Acusava Ca-

58 DAMASCENO, A. Op. cit., 1956, p. 114, 115.

59 Ibidem, p. 116.

60 Caldre e Fião voltou à imprensa, dessa vez respondendo a uma nota da redação de *O Rio*

bral de desconhecer os mais “comezinhos princípios de civilidade, as mais comuns regras das convivências sociais”. O Partenon devolveu o ofício ao empresário declarando-o “incompetente para tratar com a sociedade em matéria de honra e moralidade”. E ainda pedindo que se retirasse da cidade o “brasileiro que se tornou indigno de sua nacionalidade.”⁶¹

Diante da recusa irrevogável do Partenon, Cabral fez uso de um último trunfo para encerrar a polêmica e voltar às pazes: ele se afastou da direção da sua companhia e passou o cargo para seu filho, o jovem ator Cabral Júnior. Foi o meio-irmão de Maria Augusta Candiani que se dirigiu aos literatos do Partenon a fim de reverter a situação. Assim escreveu Cabral Júnior aos jovens intelectuais da sociedade:

Ilmos Srs. Tendo assumido a responsabilidade da Companhia Dramática, que ora trabalha nesta capital, no Teatro S. Pedro, e desejando-me abrigar sob a proteção do ilustrado público desta cidade e, muito mais ainda, ter por patrono o Partenon Literário, tomo a liberdade de dirigir-me a V. V.S.S. consultando-os para tal fim. A melhor vontade para ir de acordo com as ideias que militam em tão distinta associação faz parte do meu programa, tanto que eu desejava pessoalmente, na sala das reuniões do Partenon, expor meus sentimentos a respeito. Isto importaria grande incômodo e demora, trazendo com isto qualquer contrariedade em meu prejuízo. V.V.S.S. possuídos de alta ideia civilizadora, que acompanha os filhos das letras, em prol dos que professam a arte dramática, não deixarão abandonados aqueles que vos pedem proteção. No caso de se dignarem atender-me, e como gratidão por tamanha prova de apreço a meu pedido, também concorrerei com todos os meus esforços para auxiliar o empenho em que está o Partenon de realizar o seu espetáculo. Peço que com maior brevidade respondam a este ofício para eu retirar os anúncios do espetáculo da casa, anunciados para amanhã, 16 do corrente, não trabalhando a minha companhia senão depois de realizado aquele de V.V.S.S. Deus guarde a V.V.S.S. José de Almeida Cabral Junior.⁶²

A estratégia deu certo. Os ânimos se acalmaram. Os partennoenses

Grandense que dizia achar exagerada a reação da sociedade ao episódio. *Idem*.

61 Há também artigos de Apolinário Porto Alegre, Hilário Ribeiro, José Bernardino dos Santos, todos contra Cabral. *Ibidem*, p. 118.

62 *Idem*. Athos Damasceno reproduz a carta de Cabral Júnior, mas o confunde com Cabral, seu pai.

responderam ao ofício de Cabral Júnior considerando o ator “como verdadeiro e digno representante da arte dramática”. E prometeram “envidar todos os esforços em prol da empresa sob a sua direção.”⁶³

Três dias depois da oferta de Cabral Júnior, finalmente, a Sociedade Partenon Literário promoveu seu espetáculo no Teatro São Pedro. No programa, *overture* da ópera *La Fille du Régiment*, regida pelo maestro Mendanha, seguido de “um elogio dramático pelos sócios do Partenon”. Depois, a vinda das crianças escravas ao palco para a entrega de sua carta de alforria; execução do *Hino Nacional*; apresentação de *O Assédio de Leda*, valsa concerto de Petrelle; o drama *Cinismo, Ceticismo e Crença*, em dois atos, de César de Lacerda, seguido da comédia *A Mulher de Dois Maridos*, pelos amadores do Ginásio.⁶⁴

4 Voltas, Pelotas e um fim

Tamanho esforço de Cabral Júnior em apaziguar os ânimos intervindo no conflito entre seu pai e os jovens do Partenon teve um resultado imediato, mas não efetivo. Coincidência ou não, a Companhia Cabral logo deixou Porto Alegre e voltou para Rio Grande, de encontro a um público que parecia ser muito mais concorrido. Levou para o Teatro Sete de Setembro o mesmo elenco e repertório, ou seja, Barbosa como ensaiador, a orquestra do maestro Vignolli, Antonina Marquelou, Maria Augusta Candiani, Maria Angélica, Luiz Mayrink, Araújo, Santos e as meninas de 5 e 7 anos que faziam o entreato cômico *Machadinho e Cocotinha*, encerrando a noite de estreia da nova temporada, que teve *A Virgem do Mosteiro*, drama de Anicet Bourgeois, como espetáculo principal.⁶⁵ Cabral Júnior assumiu mesmo o título de diretor da companhia, e assim voltou ao palco do Sete de Setembro em finais de fevereiro de 1870, depois de um recesso do teatro.⁶⁶

Talvez ainda tentando uma reaproximação com a sociedade Partenon, a companhia apresentou novamente uma peça de um de seus membros. O drama *Mulher e Mãe*, de Eudoro Berlink foi escrito especialmente para a companhia representar em Porto Alegre, e voltou ao palco do Rio Grande em abril de 1870, com Marquelou, Maria Augusta, Araújo, Barbosa, Maria Amália e outros. O drama foi ensaiado por Barbosa e apresentado em um sábado de aleluia, e teve a comédia em um ato de Martins Penna *O Judas*

63 Ibidem, p. 119.

64 Idem.

65 *O Commercial*, 12/03/1870, p. 03.

66 Notícia de 18 de janeiro de 1870 e de 23 de fevereiro de 1870 na seção “Correspondência do Rio Grande” do jornal *O Despertador*, da cidade de Desterro (RS). *O Despertador*, 25/01/1870, p. 2, 3; 01/03/1870, p. 2.

em *sábado d'aleluia* no encerramento da noite.⁶⁷ Esse foi o último espetáculo de Cabral em Rio Grande, a sua companhia seguiu para Pelotas e deu lugar a companhia dramática de Germano Francisco de Oliveira, no Sete de Setembro, com o drama *Suplício de uma mulher*, e a estreia do ator Salles, da Corte.⁶⁸

Nessa breve temporada no Sete de Setembro, o término da guerra ocorrido em 10 de março de 1870 não passou despercebido. Apresentaram^a overture Osório “especialmente composta pelo distinto maestro Sr Vignoli”, em um espetáculo de “grande gala” com um “quadro alegórico” como o “regozijo geral pela mais importante e gloriosa notícia que tem vindo! A terminação da guerra! Logo que a orquestra executar o *Hino Nacional*, que será cantado pela Sra. Antonina Marquelou e toda a companhia, aparecerá o quadro alegórico apresentando a morte do primeiro Verdugo do século XIX”.⁶⁹ Um outro nome cantando o *Hino Nacional* na Companhia Cabral? Sim. Augusta Candiani permaneceu em Porto Alegre e não estava na companhia nessa temporada no Teatro Sete de Setembro.

Cabral continuou trabalhando com seu filho e sua filha no ano de 1870, formando o elenco com um grupo de artistas importantes e conhecidos como o casal Maria Velluti e Joaquim Augusto Ribeiro de Souza; Maria Lima, Antonina Marquelou, Barbosa e Motta. Em julho, porém, a companhia estava em Pelotas, no Teatro Sete de Abril, com um espetáculo dos acrobatas portugueses Penna e Bastos, de passagem pela cidade, e mais récitas de poesia com o ator Motta. Essas foram as únicas atrações do espetáculo que a companhia apresentou em um benefício em conjunto dos acrobatas e do ator.⁷⁰

No final de 1870 a atuação de diversas companhias teatrais estava intensa no Sul. Em Porto Alegre, a Companhia Alves Meira; em Jaguarão, a Companhia Dramática Leal Ferreira, formada pela família Leal Ferreira e outros artistas; no Rio Grande, a empresa do ator Lisboa.⁷¹ A Companhia Germano voltou ao Rio de Janeiro para ocupar o Teatro São Pedro de Alcântara, onde a concorrência não era menor.⁷² Cabral estava em Pelotas

67 *O Commercial*, 15/04/1870, p. 3. Eudoro Brasileiro Berlink nasceu em Porto Alegre em 1843. Foi professor, historiador e jornalista. Trabalhou na revista *O Cruzeiro* em 1878-1879 no Rio de Janeiro onde faleceu em 29 de janeiro de 1880. Autor de livros didáticos sobre a história do Brasil, escreveu também para o teatro o drama *Georgina*, além de *Mulher e Mãe*, encenado pela Companhia Cabral em 16 de abril de 1870.

68 *O Commercial*, 12/03/1870, p. 3. *O Despertador* (Desterro - RS), 26/03/1870, p. 3.

69 *O Commercial*, 16-17/03/1870, p. 3.

70 *Jornal do Commercio* (Pelotas - RS), 27/07/1870, p. 3.

71 *O Despertador*, 11/10/1870, p. 2.

72 Em 21 de outubro de 1870, Germano Francisco de Oliveira anunciou o drama *A Torre de*

onde declarou sua intenção de voltar ao Rio Grande ou a Porto Alegre, mas o que acabou acontecendo foi a dissolução de sua companhia em outubro de 1870. Talvez pela alta concorrência, talvez pela ausência de Augusta Candiani, talvez pelo conflito com o Partenon de Porto Alegre, que pode ter causado prejuízos irreversíveis na carreira do empresário, ou até mesmo devido ao fim da guerra do Paraguai meses antes, em março de 1870, o que deve ter mudado o perfil daquele público dos teatros. Depois de uma carreira ininterrupta de 16 anos como empresário de teatro, até aquele momento, Cabral estava falido, com dívidas e agiotas, sem dinheiro, fazendo empréstimo com um “distinto cavalheiro” da cidade para comprar as passagens de volta ao Rio de Janeiro.⁷³ Os artistas da sua companhia aceitaram a falência do empresário e não fizeram nenhum procedimento judicial contra ele, inclusive devolveram os pertences da companhia. Os artistas seguiram outros caminhos, por exemplo, Joaquim Augusto Ribeiro de Souza e sua esposa, a atriz e tradutora Maria Velluti Ribeiro de Souza, seguiram para o Rio Grande, mas continuaram por uns dias em Pelotas, onde fizeram parte do elenco do drama *29 ou Honra e Glória*.⁷⁴

Cabral partiu do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro no final do ano de 1870, acompanhado pelo seu filho Cabral Júnior e por uma “senhora”, conforme consta no registro do porto. Essa “senhora” não era Augusta

Londres com a estreia da atriz Julia Gobert e o mágico Rossi com seu show de prestidigitação, ventriloquismo e aparições no Teatro São Pedro de Alcântara, concorrendo com as empresas de Jacinto Heller, no Teatro Fênix Dramática, a de Furtado Coelho, no Teatro São Luiz, a de J. Arnaud no Théâtre Lyrique Français, e a de ópera italiana no Teatro Lírico Fluminense apresentando a ópera, em francês, *Fausto*, de Charles Gounod. *Jornal do Commercio* (RJ), 21/10/1870, p. 4.

73 Depois de decretar falência no Sul, Cabral retomou sua companhia com o mesmo nome, Companhia Cabral, e se manteve em viagens pelo interior fluminense e paulista com outra esposa atriz, filhos adultos no elenco, e outros atores e atrizes. Seu recomeço deve ter sido no ano de 1871, pois, em agosto desse ano, Cabral estava em cartaz na cidade de Barra Mansa, Rio de Janeiro, e contratou o ator João Augusto Soares Brandão, antes dele se tornar o célebre “ator Brandão”. A Companhia Cabral se manteve ativa até fevereiro de 1874, mas Cabral continuou como empresário de teatro por meses posteriores naquele ano. BRANDÃO, João Augusto Soares. *Último Acto. Memórias do actor Brandão. 60 annos de teatro* (Publicação posthuma). Rio de Janeiro, Edição de S. A. O Malho, 1925, p. 110, 111. *Correio Paulistano*, 01/02/1874, p. 4.

74 O Commercial, 15/10/1870, p. 1, reproduzido do *Jornal do Commercio*, de Pelotas, RS, 14/10/1870. A atriz e bailarina portuguesa Maria da Conceição Singer Velluti nasceu em Lisboa em 1827 e chegou ao Brasil aos 20 anos onde estreou na companhia de João Caetano no Teatro São Francisco. Aqui se casou com o ator brasileiro Joaquim Augusto Ribeiro de Souza. Foi tradutora para o português de diversas peças francesas e italianas encenadas na Corte. Cf. STARK, A. C. A mulher ausente: a presença de Maria Velluti (1827-1891) no teatro brasileiro. *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*, [S.l.], v. 1, n. 34, p. 280-305, abr. 2019. Disponível em: www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573101342019280 Acesso em: ago. 2019.

Candiani, pois seu nome não estava mais, no sentido familiar e profissional, ao lado de José de Almeida Cabral.⁷⁵

5 Outras companhias

Enquanto Cabral estava em Pelotas tentando reerguer a sua companhia para não amargar a inevitável falência, Candiani continuou em Porto Alegre. Com o fim da guerra, o Teatro São Pedro programou atividades e eventos especiais de comemoração. Candiani e Bartholomeu Magalhães eram anunciados com destaque pela Sociedade Particular do Ginásio do Comércio, que passou a ocupar o Teatro São Pedro, de Porto Alegre, após a saída de Cabral.⁷⁶ Germano de Oliveira acabou não ocupando o São Pedro, como foi divulgado, pois seguiu para o Rio de Janeiro com sua companhia.

Candiani e Bartholomeu eram as estrelas daquele teatro, que se sustentava com as cenas cômicas de Magalhães e as árias italianas de Candiani, em vez de dramas da escola moderna e da antiga como os levados à cena pela Companhia Cabral. O Teatro São Pedro passou a fazer uma programação de comédia e óperas com “Mme Candiani e o artista Magalhães”, acompanhados pela orquestra do maestro Mendanha. Ária de *I Puritani*, seguida de comédia de Magalhães *Uma Prima e Três Bordões*, com Candiani e Magalhães; assim como outros títulos que tinham por autor Bartholomeu Magalhães: *Sr Thomaz e a Sra Mônica*; *O Segredo de um Cofre*; *Tudo no Mundo é Postiço*; *FFF e RRR*, essa última muito popular no Rio de Janeiro.⁷⁷ Magalhães também escrevia dramas, como o intitulado *ABC*, “ornado de dois romances e um *couplet* final”. Até Luigi Ricci, compositor italiano presente no repertório de Candiani quando era prima-dona da Corte, ressurgiu em Porto Alegre quando no rondó *Chi dura vince*.⁷⁸ A dupla também se engajava na campanha abolicionista. Em um espetáculo comemorativo por um ano da batalha do Tuiuti, a renda foi destinada à liberdade de crianças escravas.⁷⁹

75 O *Commercial*, 23/10/1870; *Jornal do Commercio*, 03/11/1870, p. 3. Essa “senhora” era Joaquina Maria da Piedade, uma jovem atriz que fazia parte da Companhia Cabral desde a temporada de Campos dos Goytacazes, em 1865, e que estava na temporada do Rio Grande do Sul. Com Joaquina, Cabral teve diversos filhos, que deixou ainda criança, quando faleceu em maio de 1886, aos 72 anos, em São Paulo. Candiani, por sua vez, estava “casada” com o ator cômico e dramaturgo Bartholomeu Magalhães, quando faleceu em 1890, no bairro de Santa Cruz, Rio de Janeiro.

76 A *Reforma*, 24/04/1870, p. 3.

77 A *Reforma*, 02/04/1870, p. 3. Os títulos, autores e distribuição de atores e personagens encontram-se em anexo.

78 As Saias nas Calças e as Calças nas Saias, “cena cômica composta e representada pelo artista Magalhães” e, a pedido, a comédia *FFF e RRR*. A *Reforma*, 12/05/1870, p. 3.

79 A *Reforma*, 24/05/1870, p. 3.

Entretanto, Candiani e Magalhães estavam ocupando um espaço de intervalo até a chegada de uma nova companhia, anunciada desde o começo de 1870. Em 26 de junho de 1870 chegou em Porto Alegre a Companhia Alves Meira, com o maestro Mendanha e o casal, que havia sido da Companhia Cabral em sua estreia no Sul, Pedro Joaquim do Amaral e Adelaide Amaral.⁸⁰ Candiani e Magalhães reencontraram o casal no palco quando passaram a fazer parte dessa companhia, mas com o mesmo trabalho – Magalhães com suas cenas cômicas e Candiani com suas árias de ópera italiana.⁸¹ Ambos também fizeram parte de espetáculos de gala que se sucederam ao fim da guerra do Paraguai, pois o Teatro São Pedro, em Porto Alegre se tornou um espaço para comemoração patriótica e nacionalista. Em um espetáculo de gala pelo regresso do general José Antônio Corrêa da Câmara, o Visconde de Pelotas, Candiani cantou o Hino da Vitória Portalegrense, de Inácio de Vasconcelos Ferreira, instrumentado pelo maestro Mendanha. Adelaide Amaral recitou em cena uma “saudação”, seguida de uma poesia recitada por Magalhães. Assim um folhetinista descreveu parte dos eventos daquela noite:

Finda essa saudação, o Sr Dr Capistrano da tribuna presidencial levantou vivas ao ilustre general de Aquidabã e ao herói riograndense (...). O General respondeu dando vivas ao Brasil, ao Imperador, e à província do Rio Grande do Sul. Os Srs Alfredo e Manhonha recitaram suas patrióticas produções consagradas à vitória do Brasil e as glórias do General Câmara. De um dos camarotes da primeira ordem, o poeta português Sr Nicolau Vicente Pereira recitou altivas produções com que comemorou as glórias do Rio Grande na campanha do Paraguai, os feitos de Osório, Porto Alegre e Câmara, e solenizou o regresso desse último a sua terra natal.⁸²

Candiani participou também da homenagem ao general Manuel Luís Osório, o Marquês do Herval, em agosto de 1871, quando cantou o mesmo Hino da Vitória Portalegrense, com coro formado por “todos os moços

80 A Reforma, 26/06/1870, p. 3.

81 Uma das cenas cômicas de Magalhães nessa companhia foi O Caloteiro em Calças Pardas. A Reforma, 26/07/1870, p. 3.

82 O espetáculo foi realizado no dia 19 de setembro de 1870. A Reforma, 21/09/1870, p. 01. Sobre os feitos do general Câmara, um discurso do “Sr Aurélio Bittencourt” foi proferido. O “Sr Miguel Meireles” recitou uma “poesia cheia de sentimento patriótico” saudando o general em nome do povo. Os Srs Werna e Spencer também recitaram poesias na noite em saudação ao general. O Commercial, 27/09/1870, p. 3.

da sociedade dramática”.⁸³ Mas nem só de hinos vivia a cantora e atriz, Candiani voltou ao teatro dramático, ainda na Companhia Alves Meira, no final de 1870. Em novembro fez dramas de Anicet Bourgeois e Scribe, dividindo palco com Bartholomeu Magalhães, que apresentava suas cenas cômicas no final dos espetáculos. Ao contrário de Cabral, o empresário Alves Meira ofereceu um espetáculo em benefício dedicado ao Partenon para sua campanha abolicionista. Augusta Candiani cantou o *Hino Nacional* e uma ária da ópera *Torquato Tasso* em um palco decorado com gala e em cujo centro havia uma estátua de D. Pedro I. Vasco de Araújo, Aurélio Bittencourt e o ator Munhoça recitaram poesias. A companhia apresentou o drama *História de uma Moça Rica*. O Partenon homenageou Candiani, com um ramalhete de flores, e Adelaide Amaral, com uma medalha de ouro.⁸⁴

Depois da Companhia Alves Meira, em Porto Alegre, Candiani e Bartholomeu Magalhães foram para Rio Grande, em 1871, e se engajaram na Companhia Raymundo, chamada nos jornais também de Sociedade Dramática Empresária. Era, na verdade, outra formação da Companhia Alves Meira, com o mesmo diretor de cena e ensaiador Pedro Joaquim do Amaral e a orquestra do maestro Mendanha. A companhia era empresariada por Alves Meira, e dirigida por Raymundo José de Araújo, e entre seus artistas constavam Maria Angélica da Silva, Alfredo, Motta, José Antonio Britto, Sacramento, Rangel, Mendes, Domingos Machado, Castro e o próprio Raymundo. Augusta Candiani era a segunda-dama; Adelaide Amaral, a primeira-atriz. A empresa atuou no Rio Grande, no Teatro Sete de Setembro, e em Porto Alegre, no Teatro São Pedro.⁸⁵

Não foi lundus nem comédias que fizeram parte dos trabalhos de Candiani na nova temporada do Rio Grande, pois não havia diferenças de repertório em relação ao que ela fazia na Companhia Cabral. A primeira peça da temporada de Rio Grande foi o drama *Joana, a Doida*. Candiani fez

83 A Reforma, 04/08/1871, p. 4.

84 DAMASCENO, A. Op. cit., 1956, p. 125.

85 A Sociedade Dramática Empresária estava estabelecida no Teatro São Pedro, em Porto Alegre, quando passou a ser dirigida pelo ator Raymundo José de Araújo a partir de fins de março de 1871 (A Reforma, 03/01/1871, p. 3; 30/03/1871, p. 3; 15/05/1871, p. 3; 06/06/1871, p. 3). Essa nova companhia de atores conhecidos era empresariada por Raymundo José de Araújo, o ex-centro-cômico da Companhia Germano. Ele trabalhou ao lado de Maria Augusta e seu marido no Rio Grande, no Sete de Setembro, em janeiro de 1868, antes da briga que a atriz teve com o empresário Germano. Além da filha, o diretor e ator havia se encontrado com sua mãe quase 20 anos antes. Quando Candiani fez sua primeira viagem para um outro estado brasileiro, ostentando somente o título de prima-dona da Corte, Raymundo estava presente. Foi no Recife, quando diversos artistas do Teatro São Pedro de Alcântara se mudaram para o Teatro Santa Isabel, em 1851, que Raymundo, já naquela época um ator da companhia de Germano Francisco de Oliveira, se encontrou com Marietta Baderna, Felippo Tati e Candiani.

o segundo papel, enquanto a protagonista era Adelaide Amaral, que se juntava a Motta no elenco, o novo ator da companhia. Bartholomeu Magalhães também estava nessa estreia, com a cena cômica *O Amor Farmacêutico*. Havia outras cenas cômicas durante a temporada, a maioria com Bartholomeu Magalhães e Augusta Candiani; outros dramas, e a prima-dona novamente em cena com árias das óperas *Sapho*, *Norma*, *I Puritani* e *Il Trovatore*.⁸⁶

Augusta Candiani estava no Rio Grande em agosto e setembro de 1871, mas durante esse ano a Companhia Raymundo/Sociedade Dramática Empresária se apresentou também em Pelotas.⁸⁷ Em novembro ainda estavam no Rio Grande com o drama francês *A Pecadora* como a sexta récita de assinatura do Teatro Sete de Setembro, anunciado para 23 de novembro. Nesse momento, a companhia tinha a seguinte formação: as atrizes Adelaide Amaral, Augusta Candiani, Bernardina, Assumpção, Caetana, e os atores Motta, Terraço, Pedro Joaquim, Machado, Rangel, Raymundo, Sacramento, Castro e Narciso.⁸⁸ Candiani ainda cantou na Catedral de São Pedro um *Te Deum* em homenagem ao Marquês do Herval, com a presença do próprio e do Bispo, acompanhada por coro e orquestra do maestro Mendanha e mais os cantores Maria José de Meneses e Marcolina Barreto.⁸⁹

O produtivo ano de 1871 parece não ter prenunciado uma grande atividade no ano seguinte. Um benefício de Candiani, bem no começo de 1872, foi um fracasso chegando ao ponto de serem pateados alguns artistas, com uma plateia mínima. Bartholomeu Magalhães acusou Raymundo de ter sido o responsável pelo fiasco. Raymundo dizia ser calúnia a acusação e se defendia:

O Sr Raymundo José de Araújo afirma em atenção ao público riograndense apenas não ser ele o responsável pelo desaguado demonstrado por alguns espectadores ao benefício da Candiani. Ele é alheio a deliberação dos colegas que promovem espetáculos em seu benefício e em nada se envolveu. Só por ser amigo dos manifestantes não significa que tem tomado parte indireta na mesma.⁹⁰

Poucos meses depois, a Companhia Ismênia ocupou o teatro rio-

86 O Commercial, 28/09/1871, p. 3.

87 A Reforma, 26/09/1871. Na lista de passageiros do vapor Guaíba rumou ao Rio Grande: Adelaide Amaral, Augusta Candiani, Pedro Joaquim Amaral, Raymundo José de Araújo, Bartholomeu Magalhães. Diário do Rio Grande, 25/09/1871; 26/09/1871, s./p.

88 O Tempo (Rio Grande - RS), 22/11/1871, s./p.

89 Festejos em homenagem ao general Marquês do Herval. Diário do Rio Grande, 05/08/1871, p. 1.

90 O Tempo, 22/01/1872, p. 2.

grandense no lugar da companhia de Raymundo. A atriz Ismênia formou sua companhia com artistas que estavam em Pelotas e outros do Rio Grande, alguns que haviam pertencido à Companhia Cabral.⁹¹ Candiani não se juntou à empresa da atriz Ismênia no Teatro Sete de Setembro. Aos 52 anos de idade, ela se retirou do teatro, fixando residência na mesma cidade de Rio Grande, onde passou a trabalhar como professora de canto, anunciando suas aulas em sua casa na rua Zalory, número 80.⁹²

Os anúncios das aulas de canto com “Mme Candiani” foram publicados diversas vezes durante o mês de março de 1872. De fato, a cantora não fazia parte de nenhuma companhia dramática e parece sobreviver somente dessas aulas. Em 1874, uma breve passagem por Pelotas, depois desse período, a registra em uma *soirée* no Colégio Acácia cantando um dueto da *Norma*,⁹³ como também em um evento religioso, a festa de Santa Cecília onde “algumas excelentíssimas senhoras cantaram diversos solos em louvor e homenagem à Virgem, fazendo ainda ouvir também na sua melodiosa voz a Sra Augusta Candiani”. Na celebração ainda houve um *Te Deum* no qual tomaram parte as bandas de música, e os evangelhos pelo vigário Dr Canabarro.⁹⁴

Depois do Sul, Candiani retornou à cidade onde sua carreira brasileira começou – o Rio de Janeiro. Nessa ocasião, possivelmente, cantou para Machado de Assis que a eternizou em uma crônica inspirada pelo anúncio do concerto que ela realizou no Imperial Conservatório de Música, em 21 de julho de 1877.⁹⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Augusta Candiani no Rio Grande do Sul indica algumas interpretações possíveis. Primeiramente, mesmo em um conflituoso período de guerra, havia um fluxo de companhias e artistas, fazendo do teatro um espaço potente de encontro e celebração de um sentimento nacionalista em torno das vitórias da guerra. Era um mercado competitivo, que atraía e se imbuía das articulações sociais locais, como no caso do Partenon em Porto Alegre. Também se expressava no teatro um movimento abolicionista local, tanto no caso do Partenon com a Companhia Cabral como na apresentação de Magalhães e Candiani. E a afirmação de um repertório da

91 Diário do Rio Grande 01/03/1872, p. 3. A estreia da Companhia Ismênia foi com a peça *Morgadinha de Val Flor*, de Pinheiro Chagas, em 01 de março de 1872.

92 Diário do Rio Grande, 02/03/1872, p. 3; 03/03/1872, p. 1.

93 Diário do Rio Grande, 14/12/1874; 15/12/1874, s./p.

94 Diário do Rio Grande, 23/11/1874; 24/11/1874, s./p.

95 Jornal do Commercio, 12/07/1877, p. 3.

“escola moderna”, da escola realista que o teatro Ginásio da Corte iria levar ao palco no início da década de 1860.

Augusta Candiani chegou ao Rio Grande do Sul em julho de 1868, e estava de volta ao Rio de Janeiro, pelo menos, desde novembro de 1876. Portanto, ficou 6 anos, no mínimo, naquela província, pois o último registro que encontramos de sua presença foi de 1874.⁹⁶ Podemos considerar, deste modo, o Rio Grande do Sul como um capítulo que fechava a vida pessoal – foi onde ela se separou de José de Almeida Cabral – e na vida profissional da outrora “Deusa da cena” de um império, como ela foi chamada em seu início de carreira no Brasil, pois, após a saída da Companhia Cabral, Candiani não manteve uma carreira estável como atriz daquele tipo de repertório encenado pela companhia. Suas atuações se mantiveram mais no resgate da cantora lírica do começo do Segundo Reinado. Apesar de um curto espaço de anos, seu nome faz parte da história do teatro no Rio Grande do Sul. Uma história muitas vezes esquecida e silenciada, mas que esse artigo buscou resgatar para lhe dar o devido crédito.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, João Augusto Soares. *Último Acto. Memórias do actor Brandão. 60 annos de teatro* (Publicação posthuma). Rio de Janeiro: Edição de S. A. O Malho, 1925.
- DAMASCENO, Athos. *Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1956.
- BARRETO, Abellard *et al.* *Fundamentos da cultura riograndense*. Quinta série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia-UFRS, 1962.
- FARIA, João Roberto (org.) *Antologia do Teatro Realista*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. *José de Alencar e o Teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- _____. *Machado de Assis: Do teatro – textos críticos e escritos diversos*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- _____. *Ideias Teatrais: o século XIX no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

96 Augusta Candiani estava de volta à Corte, pelo menos, desde novembro de 1876, pois essa foi a data em que ela assinou uma nota de jornal sobre a missa de sétimo dia de sua primeira filha, Thereza Christina ^{Maria Filho de Oliveira}, vítima de tuberculose. Nascida em 28 de março de 1844, a primogênita de Candiani faleceu em 12 de novembro de 1876, casada com José Luiz Paz de Oliveira. Segundo informação de família, deixou as filhas Corina, Judith, Thereza Christina Maria e Aurora que deram origem a uma geração residente no Rio de Janeiro e em Curitiba nos dias de hoje. *Jornal do Commercio*, 18/11/1876, p. 7.

- _____. *O Teatro Realista no Brasil: 1855-1865*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1993.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4a edição. São Paulo: Edusp/FDE, 1996.
- _____. Machado de Assis – tradutor de teatro. *Revista Machado de Assis em linha*. Ano 3, no 06, Fundação Casa de Rui Barbosa, dez. 2010, p. 56. Disponível em <http://machadodeassis.net/revista/numero06/rev_num06_artigo04.pdf>. Acesso em out. 2011.
- FREIRE, Vanda Lima Bellard. Óperas e Mágicas em Teatros e Salões no Rio de Janeiro – final do século XIX e início do século XX. *Latin American Music Review*. Austin/Texas, v.25, n.1, 2004, p. 100-115.
- GALANTE DE SOUZA, José. *O Teatro no Brasil*. 2 volumes. Rio de Janeiro: INL, 1960.
- GIRON, Luís Antonio. *Minoridade Crítica: a ópera e o teatro nos folhetins da Corte (1826-1861)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp/ Ediouro, 2004.
- HESSEL, Lothar; RAEDERS, George. *O teatro no Brasil sob D. Pedro II*. 1a parte. PortoAlegre: Editora da UFRGS, 1986.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obra Completa*. 5a edição. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1986.
- _____. *Chronicas: (1859-1888)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1938.
- MARTINS PENA, Luiz Carlos. *Comédias (1844-1845)*. Edição preparada por Vilma Arêas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MATE, Alexandre; SCHWARCZ, Pedro M. (orgs.) *Antologia do teatro brasileiro – século XIX – Comédia*. São Paulo: Penguin Classics/ Companhia das Letras, 2012.
- MELLO MORAES FILHO, Alexandre José de. *Serenatas e Saraus: coleção de autos populares, lundus, recitativos, modinhas, duetos, serenatas, barcarolas e outras produções brasileiras antigas e modernas*. Volume II. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, 1902.
- MENDES LEAL JÚNIOR, José da Silva. *Biografia do Actor Brasileiro Germano Francisco de Oliveira*. São Luiz: Tipografia do Progresso, 1862.
- RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Excellentíssimo Sr Dr Antônio da Costa Pinto Silva, presidente desta Província, passou a administração da mesma ao Exmo Sr Doutor Israel Rodrigues Barcellos no dia 20 de maio de 1869*. Porto Alegre: Typographia do Rio-Grandense, 1869.

- SAWAYA, Luiza. *José D' Almeida Cabral: O último modinheiro do 2o Império do Brasil*. Lisboa: Edição da Autora, 2017.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. 1a ed. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- SILVEIRA, Cassia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá: o Partenon Literário e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Rio Grande Sul, 2008.
- SOUZA, Silvia Cristina Martins. *As Noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*. São Paulo: Editora da Unicamp/ Cecult, 2002.
- STARK, Andrea Carvalho. A mulher ausente: a presença de Maria Velluti (1827-1891) no teatro brasileiro. *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*, [S.l.], v. 1, n. 34, p. 280-305, abr. 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573101342019280>>. Acesso em: ago. 2019.

Recebido em 13/02/2021

Aprovado em 30/11/2021

OS CONTOS DE CYRO MARTINS NA REVISTA DO GLOBO

CYRO MARTINS'S SHORT STORIES IN REVISTA DO GLOBO

Fábio Varela Nascimento¹
Luiz Antonio de Assis Brasil²

RESUMO

Este artigo aborda um conjunto de nove contos publicados pelo psicanalista e escritor gaúcho Cyro Martins (Quaraí, 1908-Porto Alegre, 1995) na *Revista do Globo* nos anos de 1933, 1935, 1942, 1946, 1947 e 1949. Além de mostrar um autor integrado à dinâmica da Livraria do Globo, as narrativas indicam dois momentos da contística de Cyro Martins: as histórias da campanha vinculadas aos temas regionalistas e as histórias nas quais interessava mais o aspecto psicológico dos personagens. Para o desenvolvimento do estudo, afora as contribuições do escritor para a *Revista do Globo* e sua fortuna crítica, foram utilizados trabalhos sobre o periódico – Moreira (1999), Rüdiger (2003), Hohlfeldt (2021) – e breves conceitos relacionados a sistema literário – Candido (2010), Even-Zohar (2013) – e a contos – Gotlib (1995).

Palavras-chave: Cyro Martins. Contos. *Revista do Globo*.

ABSTRACT

This article approaches a set of nine short stories published by the psychoanalyst and writer from Rio Grande do Sul Cyro Martins (Quaraí, 1908-Porto Alegre, 1995) in Revista do Globo in the years 1933, 1935, 1942, 1946, 1947 and 1949. In addition to showing an author integrated to the dynamics of Livraria do Globo, the narratives indicate two moments in Cyro Martins' short story writing: the campaign stories linked to regionalist themes and the stories in which the psychological aspect of the characters was more interested. For the development of the study, in addition to the writer's contributions to Revista do Globo and his critical fortune, works on the periodical were used – Moreira (1999), Rüdiger (2003), Hohlfeldt (2021) – and brief concepts related to the literary system – Candido (2010), Even-Zohar (2013) – and related short stories – Gotlib (1995).

Keywords: Cyro Martins. Short Stories. *Revista do Globo*.

INTRODUÇÃO

Cyro Martins (Quaraí, RS, 1908 – Porto Alegre, RS, 1995) assumiu diferentes papéis ao longo de sua vida, sendo os dois principais o de psicanalista e o de escritor. Ele se diplomou pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre no final de 1933, especializou-se em Neurologia no Rio de Janeiro

1 Doutor em Letras PUCRS.

2 Escritor e professor da PUCRS.

em 1937 e fez a formação psicanalítica em Buenos Aires entre 1951 e 1955. Nos caminhos profissionais, ele atuou como clínico geral na cidade natal – médico de “parentes, pobres e putas” (MARTINS, 2000, p. 117) –, como neurologista do Hospital Psiquiátrico São Pedro e como psicanalista com consultório em Porto Alegre. Nas escolhas literárias, Cyro também mostrou versatilidade. Ele foi contista em *Campo fora* (1934) e *A entrevista* (1968); conquistou um espaço no sistema literário³ gaúcho com os romances sociais *Sem rumo* (1937), *Porteira fechada* (1944) e *Estrada nova* (1954); foi romancista histórico em *Sombras na correnteza* (1978), *Gaúchos no obelisco* (1984) e *O professor* (1988); flertou com a autobiografia em *Mensagem errante* (1942) e *A dama do saladeiro* – histórias vividas e andadas (1980); foi memorialista em *Rodeio* (1976) e *Para início de conversa* (1990) e fez crítica literária em *Escritores gaúchos* (1981) e *Páginas soltas* (1994).

No Rio Grande do Sul, na área da psicanálise, Cyro desempenhou um papel relevante. Ele foi um dos primeiros profissionais do estado habilitado pela Associação Psicanalítica Argentina (APA), ajudou a fundar e presidiu a Sociedade de Neurologia e Psiquiatria do Rio Grande do Sul, desenvolveu a prática da psicoterapia analítica de grupo e reuniu alguns dos seus trabalhos em *Do mito à verdade científica* – estudos psicanalíticos (1964), *A criação artística e a psicanálise* (1970), *O mundo em que vivemos* (1983), *A mulher na sociedade atual* (1984) e *Caminhos* – ensaios psicanalíticos (1993). Sua atuação significativa na área lhe rendeu a marca de pioneiro e algumas homenagens à sua figura podem ser vistas nos nomes de instituições porto-alegrenses, tais como a Associação de Psiquiatria Cyro Martins e o Instituto Cyro Martins de Psiquiatria e Psicoterapia.

Mesmo afirmando que escrevia apenas no “rabo das horas” (INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO, 1984, p. 6), Cyro foi um autor de produção larga – publicou quase duas dezenas de títulos ficcionais, memorialísticos, autobiográficos e críticos. Desse conjunto, a *Trilogia do gaúcho a pé*, formada por *Sem rumo*, *Porteira fechada* e *Estrada nova*, recebeu maior atenção do público e da crítica – por exemplo, Bernd (1977), Ketzer (1991) e Soares (2009). A fortuna crítica referente aos contos e aos textos autobiográficos é mais rara – Czekster (2003) e Bandeira (2012) – assim como a que trata de seus romances de cunho histórico – Weinhardt (2004), Genro (2008), Nascimento (2014). Já o foco deste artigo, a contribuição contística de Cyro Martins na *Revista do Globo*, afora citações encontradas em Nascimento (2019), não foi o alvo de nenhum estudo pontual.

3 Aqui, a noção de sistema literário está vinculada aos conceitos de Antonio Candido (“A literatura e a vida social”, 2010) – autor, obra, público – e de Itamar Even-Zohar (“Sistema literário”, 2013) – dinamicidade interna e externa, papel das instituições.

1 A Revista do Globo

Dando “ênfase, em boa parte de sua história, à literatura, mas transformando-se, gradualmente, numa revista de variedades” (HOHLFELDT, 2021, s/p.), a *Revista do Globo* circulou entre janeiro de 1929 e fevereiro de 1967, contabilizando 943 números. O quinzenário de cultura e vida social não era apenas um veículo de variedades que atingia diferentes faixas de público. Como diz Alice Moreira (1999, p. 109-110), a *Revista do Globo* “ajudou a construir” a identidade cultural do estado, pois destinava-se “à divulgação de tudo o que ocorresse, digno de registro”, no Rio Grande do Sul, no Brasil e no mundo. Na composição de suas páginas havia textos, fotografias e propagandas, sendo que muitos dos anúncios eram vinculados aos produtos da Livraria do Globo.

Fundada em Porto Alegre no ano de 1883, a Globo oferecia serviços de tipografia, fotogravura, cartonagem, litografia e impressão, além de prestar assistência aos clientes da Royal. Os trabalhos editoriais se restringiam à publicação, em pequenas tiragens, de livros didáticos e literários. Contudo, na década de 1920, a firma entrou com força no mercado livreiro, publicando autores regionais e adquirindo direitos para “a distribuição exclusiva de grandes editoras europeias” (MOREIRA, 1999, p. 109). Isso gerou a necessidade de divulgação dos novos produtos, e a solução encontrada por Mansueto Bernardi, “mentor literário da Livraria do Globo” (MARCON, 1999, p. 124), e José Bertaso, seu diretor, foi a criação de uma revista ligada à marca Globo.

Conforme Elisabeth Torresini (1999, p. 57), na segunda metade da década de 1920, anúncios de publicações e notas sobre a atividade editorial da Livraria da Globo começaram “a aparecer sistematicamente” no *Correio do Povo* e no *Diário de Notícias*. Os dois jornais representavam aquilo que Francisco Rüdiger (2003) caracterizou como uma nova tendência na imprensa do Rio Grande do Sul: o afastamento do jornalismo político-partidário e a adoção da visão empresarial. O cenário político favorecia essa tendência, uma vez que a administração estadual de Getúlio Vargas tentou diminuir as hostilidades entre os borgistas e os assisistas. Na Globo, imperava a visão empresarial e o momento se mostrava propício, como afirma Rüdiger (2003, p. 81): “A revista foi criada no vazio deixado pelo fracasso das publicações anteriores do gênero, devido à falta de sustentação econômica. A capital exigia uma nova revista, as elites viam nela uma necessidade cultural e havia o estímulo do próprio governador Getúlio Vargas”.

As circunstâncias políticas, econômicas e culturais favoreceram a Livraria do Globo, que assumiu o centro do palco na vida literária estadual. Arelada a esse protagonismo, a *Revista do Globo* tornou-se um dos mais sig-

nificativos veículos de divulgação, de circulação e até mesmo de legitimação de escritores no Rio Grande do Sul e no Brasil. Conforme Alice Moreira (1999), a *Revista do Globo* publicou textos literários de 1085 autores. Entre eles estavam nomes internacionais, nacionais e regionais. Cyro Martins vinculava-se ao último grupo.

2 Cyro Martins na *Revista do Globo*

A *Globo* foi uma⁴ das editoras mais importantes na carreira literária de Cyro. Pelo selo, ele publicou *Campo fora* (1934), *Enquanto as águas correm* (1939), *Mensagem errante* (1942), *Porteira fechada* (1944), *Paz nos campos* (1957) e *Do mito à verdade científica* – estudos psicanalíticos (1964). Em trinta anos, apenas dois livros do autor não saíram pela Livraria do Globo: *Sem rumo* (Editora Ariel, do Rio de Janeiro, em 1937) e *Estrada nova* (Brasiliense, de São Paulo, em 1954). Tanto a estreia de Cyro Martins nas letras quanto a consolidação de seu nome no sistema literário gaúcho estavam conectadas à marca Globo.

A primeira pista dessa conexão apareceu na *Revista do Globo* número 110, de 03 de maio de 1933. Naquela ocasião, o periódico chegou às bancas com um conto de Cyro, intitulado “Derrotado”. O escritor estamparia seus textos na revista em outras treze ocasiões: “Flete” (n. 119, 06/09/1933), “Conto sem nome” (n. 169, 28/09/1935), “Revelação” (n. 288, 25/01/1941), “Cena de pensão” (n. 295, 17/05/1941), “*Céu vazio*: a tristeza, a solidão e o senso de humor na poesia de Lila Ripoll” (n. 300, 26/07/1941), “Você deve desistir, Romualdo” (n. 321, 20/06/1942), “O gaúcho a pé” (n. 351, 23/10/1943), “A história do gaúcho marginal” (n. 359, 25/03/1944), “Triste meio-dia de um otimista” (n. 416, 10/08/1946), “Folhinha de outono” (n. 422, 09/11/1946), “O guri” (n. 426, 11/01/1947), “Por onde andarás o Zequinha?” (n. 433, 26/04/1947) e “A entrevista” (n. 476, 05/02/1949).

Esse conjunto de publicações abrange nove contos – “Derrotado”, “Flete”, “Conto sem nome” e “O guri”, que fizeram parte de *Campo fora*⁵, “Você deve desistir, Romualdo”, “Triste meio-dia de um otimista”, “Por onde andarás o Zequinha?” e “A entrevista”, que saíram em *A entrevista*⁶, e “Folhinha de outono”, que não teve publicação posterior; três capítulos de romances – “Revelação”, “Cena de pensão” (primeiro e sétimo capítulos da

4 Somente a Movimento, a partir da segunda metade dos anos 1970, lançaria um número maior de títulos do autor.

5 Na última edição de *Campo fora* (IEL/CELPCYRO, 2000), “O guri” aparece como “Guri” e “Conto sem nome” teve o título modificado para “Amor caipora”.

6 Nas edições de *A entrevista* de 1968 (Sulina) e de 2015 (Movimento), o título de “Você deve desistir, Romualdo”, foi modificado para “Você deve desistir, Osvaldo”.

segunda parte de *Mensagem errante*) e “O gaúcho a pé” (primeiro capítulo de *Porteira fechada*); um texto crítico – “*Céu vazio*: a tristeza, a solidão e o senso de humor na poesia de Lila Ripoll” – e uma espécie de análise social, histórica e econômica – “A história do gaúcho marginal” – vinculada à reportagem “Será este o nosso estado?”.

Com objetivos diferentes dos deste estudo, mas trabalhando com a *Revista do Globo*, Antônio Hohlfeldt (2021) escreveu sobre a busca de definição dos gêneros jornalísticos no periódico. Por meio da análise dos arquivos da revista, ele percebeu que havia certa confusão na categorização entre reportagem, entrevista, coluna e publicidade. Hohlfeldt (2021, s/p.) conclui que, em uma espécie de “licença poética”, a “*Revista do Globo* preferiu ignorar novos conceitos jornalísticos para simplificar e facilitar ao leitor da revista”.

É possível que tal simplificação também tenha ocorrido com textos literários, especificamente com os de autoria de Cyro Martins. “Você deve desistir, Romualdo”, por exemplo, um conto mais extenso do que aqueles habitualmente estampados no periódico, foi classificado como novela. Quanto a “Revelação” e “O gaúcho a pé”, era mais fácil apresentá-los como contos do que como capítulos de romances. É importante salientar que, mesmo tratando as narrativas como contos, a *Revista do Globo* preparava os leitores para as novas obras de Cyro: em 1941, “Revelação”, parte de *Mensagem errante*, antecedeu a publicação do romance em 1942; em 1943, “O gaúcho a pé” antecedeu o lançamento de *Porteira fechada* em 1944.

Na dissertação *A interface literária “Revista do Globo”/Editora Globo*, Fabiana Teixeira (2004) apontou diversas estratégias utilizadas pela editora para divulgar e dar eco, nas páginas do periódico, às suas publicações – notícias sobre lançamentos, seções sobre escritores e livros, informações sobre os títulos mais vendidos. A antecipação de partes de romances, no entanto, não foi assinalada por Teixeira. Isso pode ter acontecido com as narrativas de Cyro Martins em um movimento estratégico bem pensado ou o acaso e a necessidade de preencher espaços em determinados números levaram a *Revista do Globo* a utilizar os textos do quaraíense.

Colocando de lado prováveis confusões sobre gêneros e possíveis estratégias da editora, o que se apresenta é um conjunto de nove narrativas ficcionais curtas de Cyro Martins publicadas na *Revista Globo*. Tais narrativas podem ser consideradas contos pela unidade do enredo, pela extensão, pelo tratamento dado aos personagens, ao tempo e ao espaço. Além disso, no caso de Cyro Martins, é preciso observar qual foi o destino que o autor deu aos textos.

Em *Teoria do conto*, ao tratar da dificuldade de definição do gênero, Nádía Gotlib (1995, p. 9) lembra de uma afirmação espirituosa e evasiva de Mário de Andrade⁷: “em verdade, sempre será conto aquilo que seu autor batizou com o nome de conto”. Ao direcionar a frase de Andrade para a produção de Cyro Martins, é viável pensar que o escritor gaúcho batizou como contos “Derrotado”, “Flete”, “Conto sem nome”, “Guri”, “Você deve resistir, Romualdo”, “Triste meio-dia de um otimista”, “Por onde andarás o Zequinha?” e “A entrevista”, pois as oito histórias foram publicadas em livros de contos – as quatro primeiras em *Campo fora* e as outras quatro em *A entrevista*. “Folhinha de outono” não teve sobrevida na bibliografia de Cyro, mas pode ser considerado conto por se adequar às características suscitadas anteriormente.

A partir dessas definições e desses recortes, é possível dividir e analisar a produção contística de Cyro Martins na *Revista do Globo* em três momentos: os contos de *Campo fora*, os contos de *A entrevista* e o conto solitário, intitulado “Folhinha de outono”.

3 Os contos de campo fora

Este conjunto carrega as marcas do autor estreante, da campanha gaúcha como cenário predominante e da vinculação a uma corrente literária regionalista.

A trama de “Derrotado”, estreia de Cyro Martins nas páginas da *Revista do Globo* em maio de 1933, era simples e evocava motivos regionalistas. Isidoro Palma tenta voltar para casa depois de um dos tantos conflitos armados que ocorreram no Rio Grande do Sul. Não está muito claro na história, mas indícios como caça a inimigos e armas brancas apontam para a Revolução Federalista de 1893-1895. Na tentativa de retorno, pelas alturas do Caverá, o protagonista percebe que a montaria está quase sem forças e faz uma pausa para descansar. Como também estava exausto, o gaúcho adormece. Ao acordar, Isidoro vê que o cavalo morreu e que um piquete inimigo se aproxima. Personagem que encarna os valores da terra, é corajoso e brigador, Isidoro pega a “adaga fiel” (MARTINS, 1933, p. 57), espera o inimigo e a morte. “Derrotado” era uma estreia sóbria, sem arrebatamentos e sem novidades temáticas em relação aos contos de tom regional publicados por João Simões Lopes Neto, Alcides Maya e Darcy Azambuja.

Em setembro de 1933, “Flete”, a segunda contribuição para o periódico, não repetiu a clareza e a sobriedade de “Derrotado”. Como a narrativa

7 Originalmente, a afirmação foi publicada em “Contos e contistas”, *Revista Acadêmica*, São Paulo, n. 38, p. 19, agosto de 1938.

se mostrava confusa, era difícil entender de forma imediata o sentido daquilo que o autor pretendia contar. A história parece tratar, outra vez, de um peão e seu cavalo. Em um dia de trabalho no campo, o homem se viu envolvido “numa manada de eguada xucra” (MARTINS, 1933, p. 28). Se não fosse pelo flete, o peão não sairia com vida da confusão. Assim como ocorreu com “Derrotado”, “Flete” não apresentava nenhuma inovação temática, uma vez que retomava a imagem de união entre homem e cavalo explorada desde os tempos do Partenon Literário. Além disso, em “Flete”, fica ululante o Cyro leitor de Alcides Maya, principalmente quando observadas passagens como: “Solto o animal rebolcou-se rudemente na grama miúda, unimesmando-se com o chão acolhedor” (MARTINS, 1933, p. 28).

Publicado em setembro de 1935, na edição comemorativa ao Centenário Farroupilha e parte da seção “Os melhores regionalistas do Rio Grande do Sul”, “Conto sem nome” possui um tom saudosista e se desenvolve ao redor de Pedro Ajala, um tropeiro mais velho, que ainda se sente bem para o trabalho no campo, mas tem questões sentimentais mal resolvidas. Ajala se apaixona por Jovita, moça filha de um amigo, porém, ela está noiva de Nilo, um rapaz na flor de sua juventude. Vivido e andarengo, Pedro sabe que a situação é delicada e muitos receios o assombram: o medo de descobrirem sua paixão, a vergonha pela qual passaria sendo apontado como um “velho bobo” (MARTINS, 1935, p. 36) e enrabichado por uma chininha. Ao visitar a estância onde a família da moça morava, Pedro Ajala fica sabendo que a relação entre Jovita e Nilo é inevitável e que o casal está apaixonado. Para evitar constrangimentos, Ajala sai da fazenda. Parece que a história de “Conto sem nome” é simples e corriqueira, contudo, a paixão por Jovita desperta outros sentimentos em Pedro Ajala. Ele lembra dos tempos de antes, tempos que considerava melhores pela liberdade, pela vida na campanha. Isso remete aos temas alcidianos, mas os supera: o saudosismo de Pedro Ajala se manifesta, principalmente, em relação a ele mesmo, ao que fora na juventude e às possibilidades que tivera quando rapaz.

O último dos contos de *Campo fora* publicado na *Revista do Globo* foi “Guri”. O texto apareceu em outro momento da carreira de Cyro Martins. Ao contrário do que acontecera em 1933 e 1935, em 1947, ele era um escritor experimentado e tinha uma posição consolidada na cena literária do Rio Grande do Sul. “Guri” era fruto de outros tempos e mostrava uma inocência que o autor já havia deixado para trás. Nilo, o guri do título, costumava brincar com seu cavalo de pau e o gado de osso. Em um dia de lida campeira, o índio Ricardo rodou com o cavalo, bateu na cerca e teve uma quebra-dura feia. Levado para perto da casa, Nilo viu o desfecho do peão: “O índio pediu um cigarro. Tragou uma pitada, e morreu” (MARTINS, 1947, p. 10). Como não poderia deixar de ser, o episódio impressionou Nilo. Dias de-

pois, sua brincadeira era outra: “com um cigarro apertado entre os dentes” (MARTINS, 1947, p. 10), ele se fingia de morto. A história é uma das mais curtas de Cyro, e o ar pueril perpassa a narrativa. Mesmo que tenha foco na infância, “Guri” não abandona algumas das características idealizadas do gaúcho: um homem enfrenta a morte com coragem.

4 Os Contos de *A Entrevista*

Os contos deste conjunto indicam um autor que busca se distanciar dos temas ligados à campanha e tenta construir personagens com maior densidade psicológica.

Publicado em junho de 1942, “Você deve desistir, Romualdo” antecipou em seis meses o lançamento de *Mensagem errante* e apresentou aos leitores um personagem que sofria com o alcoolismo e a falta de ação diante da vida. A bebida faz com que Romualdo perca o senso de realidade, passe “a agir por impulso e a ser conduzido passivamente pela mulher, pela polícia, por enfermeiros” (MARTINS, 1942, p. 46). Romualdo tem frequentes internações no hospício, vira um estranho para os filhos, não desperta na esposa nada além de indiferença. Tornando-se cada vez mais estranho e deprimido, sem conseguir se adaptar ao ritmo da sociedade, incapaz de “fazer parar a marcha dos homens para ele se incorporar” (MARTINS, 1942, p. 51), Romualdo se afoga nas águas do Guaíba. É interessante observar, na publicação de “Você deve desistir, Romualdo”, as informações sobre o texto que os redatores da *Revista do Globo* inseriram em uma caixa de texto: “A novela que aqui apresentamos nos mostra, de fato, um Cyro Martins com redobrada experiência literária” (MARTINS, 1942, p. 48). Ao elogiar “Você deve desistir, Romualdo”, a *Globo* exaltava o conteúdo do periódico e propagandeava um autor da casa.

“Triste meio-dia de um otimista” saiu na *Revista do Globo* quatro anos depois, em agosto de 1946. Juvenal, o protagonista, é um retratista que está sempre empolgado e com um sorriso pregado nos lábios. Ele encara a vida com um otimismo quase irritante: não se atrasará, conseguirá mais clientes, viverá bem com Dora, a esposa. No conto, Cyro Martins trabalha com a reversão de expectativas: Juvenal começa o dia no auge do otimismo, mas os pequenos percalços da existência se acumulam, e um final triste torna-se inevitável. A tristeza maior vem por meio de Dora, que não aguenta mais o marido nem sua devoção pegajosa. No meio-dia, ao voltar para casa, ele não encontra a esposa. Aturdido pela partida de Dora e pelos outros eventos ruins da manhã, Juvenal cai no sono. Ao despertar, a voz do narrador corta a narrativa para perguntar e responder: “O que teria acontecido com Dora? Nada de estranho na vida do otimista Juvenal. Era a terceira mulher

que o abandonava” (MARTINS, 1946, p. 55). Assim como ocorreu em “Você deve desistir, Romualdo”, “Triste meio-dia de um otimista” apresenta um desfecho melancólico, sem sinais de esperanças.

O tom fatídico se repete em “Por onde andaré o Zequinha?”, que apareceu na *Revista do Globo* em abril de 1947. Em um primeiro momento da história, a mãe e o avô procuram por Zequinha, um menino pintado como arteiro e endiabrado. O guri logo aparece, sujo e com jeito de quem aprontou. Rosa, a mãe, chora, faz drama e uma nova etapa da história tem início. Nessa etapa, Rosa é a protagonista e as circunstâncias do nascimento de Zequinha são lembradas. Infeliz no casamento, sem poder ter filhos e na esperança de que lhe deem um bebê para criar, Rosa arranja um romance entre Ritinha, filha de uma vizinha, e um caixeiro de venda. Os dois jovens se envolvem, geram a criança e o pai foge. Para evitar a vergonha, a família de Ritinha tenta afogar o recém-nascido, mas Dora o salva, considera o menino “o seu filho” (MARTINS, 1947, p. 71), leva-o embora e chama-o de Zequinha. Em “Por onde andaré o Zequinha?”, apresentando as circunstâncias do nascimento do guri e a rejeição pela qual ele passara, Cyro tenta justificar o mau comportamento de Zequinha e certas tendências sociopatas que o menino apresenta – desrespeito às regras, falta de empatia em relação a pessoas e animais. Junto com “Você deve desistir, Romualdo”, o conto sobre Zequinha é um dos que mais expressa a preocupação de Cyro com os aspectos psicológicos de seus personagens.

“A entrevista” foi o último texto de Cyro Martins publicado na *Revista do Globo* e é um dos contos mais maduros do autor. A história focaliza Augusto Amaral, um advogado e professor universitário, que aguarda o repórter de um jornal que faria uma série de entrevistas com “notáveis” da cidade. Amaral seria o nome para inaugurar a série. Disposto a valorizar o momento e fazer bonito, Augusto não quer saber da família, tranca-se no escritório e começa a imaginar um diálogo no qual todas as respostas saíam claras e profundas. Depois de horas de espera e preparação, Augusto Amaral recebe um telefonema do tal repórter e vê suas expectativas ruírem: não haverá mais a entrevista, não haverá mais a série de entrevistas, tudo foi cancelado pelo diretor do jornal. Leão em debates imaginários e gatinho em diálogos reais, o advogado aceita as desculpas do repórter, tenta se recuperar da humilhação sofrida e se preparar para a resposta que daria quando a mulher lhe perguntasse: “Deste a entrevista?” (MARTINS, 1949, p. 52). O mérito de “A entrevista” está no jogo que Cyro faz com o desejo humano de se sentir diferente, especial e protagonista e a consequente frustração desse desejo. De todas as contribuições de Cyro Martins na *Revista do Globo*, a história de Augusto Amaral foi a mais bem acabada, a despedida digna das páginas do periódico.

5 O conto solitário

Publicado em novembro de 1946, “Folhinha de outono” é um dos contos mais peculiares no conjunto da produção de Cyro Martins. Ao contrário do que aconteceu com outros textos do autor, “Folhinha de outono” não teve sobrevida. As narrativas anteriores apareceram em *Campo fora* e *A entrevista*, mas o drama familiar envolvendo a menina Teresinha, os pais Antônio e Laura e a avó Leopolda não voltou a aparecer na bibliografia do escritor. Em uma manhã, Teresinha, com quatro anos, vê movimentos atípicos dos pais e percebe que algo está errado: é o pai quem a alimenta e a mãe olha para ela com tristeza.

Logo o leitor percebe que Antônio e Laura se encaminham para um posto de saúde e que a menina ficará com a avó. Laura não se dá bem com a sogra, porém, diante da gravidade do seu estágio tuberculoso, não restaram alternativas. Antônio só percebeu como a mulher estava mal na noite anterior, pois o dia a dia o deixava morto e, quando chegava em casa, “só queria descansar, brincar com a filha, trocar umas palavras com a mulher e dormir” (MARTINS, 1946, p. 54). Depois de ficar com a avó, Teresinha sentiu-se sozinha pela primeira vez em sua vida e se pergunta como seria a morte. Teresinha parecia ter percepções e reflexões incomuns para crianças de quatro anos, contudo, esse deslize não impede o fluxo do conto. Tal deslize não deve ter sido o responsável pelo apagamento da narrativa do currículo literário de Cyro Martins. Talvez os motivos estejam atrelados a certos traços autobiográficos que a história carrega (NASCIMENTO, 2019), mas isso não está na *Revista do Globo* e é tema para outro estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os contos de Cyro Martins publicados na *Revista do Globo* evidenciam dois pontos relevantes. Em primeiro lugar, é possível notar que por mais de quinze anos o escritor esteve envolvido com um periódico essencial para o funcionamento do sistema literário do Rio Grande do Sul. Estar ligado à *Revista do Globo* também significava estar em contato com a marca Globo e suas potencialidades: legitimação dos atores da cena literária gaúcha, alcance de mercado, capacidade de divulgar e de fazer circular obras. O segundo ponto suscitado pelas aparições na *Revista do Globo* diz respeito aos momentos literários de Cyro Martins. O conjunto de *Campo fora*, com três dos quatro contos publicados na década de 1930, mostra a vinculação às histórias da campanha e certo apego à veia regionalista que carimbava a literatura estadual desde o estabelecimento do Partenon Literário. Por fim, os conjuntos de *A entrevista* e de “Folhinha de outono” indicam o autor em outro nível da carreira, disposto a se afastar dos temas rurais, preocupado

com os aspectos psicológicos dos personagens e mais experimentado para trabalhar com o gênero conto.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Gisele Pereira. *Exílio e memória nos contos de Cyro Martins*. 101f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- BERND, Zilá. *O gaúcho a pé: estudo do romance social de Cyro Martins*. 100f. Dissertação (Mestrado em Literaturas de Língua Portuguesa) – Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1977.
- CANDIDO, Antonio. A literatura e a vida social. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010, p. 27-49.
- CZEKSTER, Gustavo Melo. *Horacio Quiroga e Cyro Martins: fronteiras, confluências*. 109f. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) – Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. Sistema literário. Tradução de Luis Fernando Marozo e Yana Karlla Cunha. *Translatio*, Porto Alegre, n. 5, p. 22-45, 2013. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/translatio/article/view/42900/27135>>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- GENRO, Tarso Fernando. Cyro Martins: romance definitivo. In: MARTINS, Maria Helena; MOREIRA, Maria Eunice; KETZER, Solange Medina. *Múltiplas leituras: ensaios sobre Cyro Martins*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 139-142.
- GOTLIB, Nádia Batella. *Teoria do conto*. São Paulo: Ática, 1995.
- HOHLFELDT, Antônio. *Revista do Globo em busca de definição quanto aos gêneros jornalísticos*. *Sepé*, Porto Alegre, v. 2, n. 5, março/junho de 2021. Disponível em: <<https://revistasepe.art.br/2020/08/27/revista-do-globo-em-busca-de-definicao-quanto-aos-generos-jornalisticos-antonio-hohlfeldt/>>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- INSTITUTO Estadual do Livro. *Autores gaúchos – Cyro Martins*. Porto Alegre: IEL, 1984.
- KETZER, Solange Medina. *A narrativa de Cyro Martins: uma história em trilogia*. 174f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

- MARCON, Itálico. Mansueto Bernardi. In: ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de; MOREIRA, Maria Eunice; ZILBERMAN, Regina (Orgs.). *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Novo Século, 1999, p. 124-125.
- MARTINS, Cyro. *Caminhos – ensaios psicanalíticos*. Porto Alegre: Movimento, 1993.
- MARTINS, Cyro. *Campo fora*. Porto Alegre: Globo, 1934.
- MARTINS, Cyro. Conto sem nome. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 169, p. 36-37, 28/09/1935.
- MARTINS, Cyro. *A criação artística e a psicanálise*. Porto Alegre: Sulina, 1970.
- MARTINS, Cyro. *A dama do saladeiro – histórias vividas e andadas*. Porto Alegre: Movimento, 1980.
- MARTINS, Cyro. Derrotado. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 110, p. 14, 57, 03/05/1933.
- MARTINS, Cyro. *Do mito à verdade científica – estudos psicanalíticos*. Porto Alegre: Globo, 1964.
- MARTINS, Cyro. *A entrevista*. Porto Alegre: Sulina, 1968.
- MARTINS, Cyro. A entrevista. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 476, p. 50-52, 05/02/1949.
- MARTINS, Cyro. *Escritores gaúchos*. Porto Alegre: Movimento, 1981.
- MARTINS, Cyro. *Estrada nova*. São Paulo: Brasiliense, 1954.
- MARTINS, Cyro. Flete. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 119, p. 28, 06/09/1933.
- MARTINS, Cyro. Folhinha de outono. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 422, p. 52-54, 09/11/1946.
- MARTINS, Cyro. *Gaúchos no obelisco*. Porto Alegre: Movimento, 1984.
- MARTINS, Cyro. Guri. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 426, p. 10, 11/01/1947.
- MARTINS, Cyro. *Mensagem errante*. Porto Alegre: Globo, 1942.
- MARTINS, Cyro. *A mulher na sociedade atual*. Porto Alegre: Movimento, 1984.
- MARTINS, Cyro. *O mundo em que vivemos*. Porto Alegre: Movimento, 1983.
- MARTINS, Cyro. Nevoeiro denso. *A dama do saladeiro – histórias vividas e andadas*. Porto Alegre: Movimento, 2000, p. 116-122.
- MARTINS, Cyro. *Páginas soltas*. Porto Alegre: Movimento, 1994.
- MARTINS, Cyro; SLAVUTZKY, Abrão. *Para início de conversa*. Porto Alegre: Movimento, 1990.

- MARTINS, Cyro. Por onde andar^á o Zequinha? *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 433, p. 52-54, 70-71, 26/04/1947.
- MARTINS, Cyro. *Porteira fechada*. Porto Alegre: Globo, 1944.
- MARTINS, Cyro. *O professor*. Porto Alegre: Movimento, 1988.
- MARTINS, Cyro. *Rodeio* – estampas e perfis. Porto Alegre: Movimento, 1976.
- MARTINS, Cyro. *Sem rumo*. Rio de Janeiro: Editora Ariel, 1937.
- MARTINS, Cyro. *Sombras na correnteza*. Porto Alegre: Movimento, 1978.
- MARTINS, Cyro. Triste meio-dia de um otimista. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 416, p. 52-55, 10/08/1946.
- MARTINS, Cyro. Voc^ê deve desistir, Romualdo. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 321, p. 46-52, 20/06/1942.
- MOREIRA, Alice. Livraria e Revista do Globo. In: ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de; MOREIRA, Maria Eunice; ZILBERMAN, Regina (Orgs.). *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Novo S^éculo, 1999, p. 109-110.
- NASCIMENTO, Fáb^{io} Varela. *Cyro Martins – os anos decisivos (1908-1951)*. Porto Alegre: Movimento, 2019.
- NASCIMENTO, Fáb^{io} Varela. *Literatura e história em “Gaúchos no obelisco”*. 98f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SOARES, Alexandra Munareto. *Literatura e história: narrativas de opressão e silêncio em Cyro Martins*. 125f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2009.
- TORRESINI, Elisabeth Rochadel. *Editora Globo: uma aventura editorial nos anos 30 e 40*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- WEINHARDT, Marilene. *Ficção histórica e regionalismo: estudos sobre romances do Sul*. Curitiba: UFPR, 2004.

Recebido em 05/07/2021

Aprovado em 08/12/2021

A DIFUSÃO DA SOJA EM SOLEDADE/RS ENTRE 1960 E 1985

THE EXPANSION OF SOYBEAN IN SOLEDADE/RS: 1960 TO 1985

Márcio Comin¹

RESUMO

O artigo reflete e interpreta o processo de expansão da soja no município de Soledade/RS, entre os anos de 1960 a 1985, partindo de uma problematização que buscou evidenciar os impactos socioambientais que essa cultura promoveu. O presente estudo baseou-se na interpretação de jornais e também dos censos agropecuários de 1960 a 1985 do IBGE. Na pesquisa em foco, verificou-se que a expansão das lavouras da soja no território em estudo, aconteceu posteriormente em relação a outros locais da região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Sua difusão esteve relacionada a ação do Estado brasileiro, ao atrativo preço no mercado internacional e a modernização da agricultura. Teve na cooperativa o principal centro dinamizador, outrossim, constatamos problemas socioambientais associados a essa lavoura.

Palavras-chave: Modernização da agricultura. Soja. Problemas ambientais.

ABSTRACT

The article reflects and interprets the soy expansion process in the municipality of Soledade/RS, between 1960 and 1985, starting from a problematization that sought to highlight the socio-environmental impacts that this culture promoted. The present study was based on the interpretation of newspapers and also of the IBGE agricultural censuses from 1960 to 1985. In the research in focus, it was found that the expansion of soy crops in the territory under study happened later in relation to other places in the Northwest region of the state of Rio Grande do Sul. Its diffusion was related to the action of the Brazilian Government, to the attractive price on the international market and the modernization of agriculture. The cooperatives were the main driving force, in addition, we found socio-environmental problems associated with this crop.

Keywords: Modernization of agriculture. Soy. Environmental problems.

INTRODUÇÃO

Ao longo de sua trajetória histórica, o Brasil manteve uma forte relação com o setor agrícola, responsável por gerar emprego, renda, pela produção de alimentos para a população e de matérias-primas, destinadas

¹ Mestrando do PPG em História da Universidade de Passo Fundo (UPF) e bolsista da Capes. Especialização em Gestão Democrática Escolar pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil(2014). Professor do EMEF São Luis Gonzaga, Brasil.

a suprir as necessidades da indústria. Mais recentemente, com a ascensão do agronegócio, atende as demandas do mercado mundial no qual um produto tem ganhado destaque: A soja.

Essa cultura se constitui em uma das mais antigas cultivares e um dos alimentos que contêm grande quantidade de proteínas, podendo ser consumida pelo ser humano na forma de diversos produtos, na maioria industrializados, assim como, servir para nutrição animal. O Brasil é atualmente, o segundo maior produtor mundial da soja (*Glycine max*), com potencial para alcançar o primeiro lugar. É o produto agrícola que lidera as exportações, com larga vantagem sobre as demais culturas e que constitui a base econômica de um grande número de municípios, do Norte do Rio Grande do Sul, em especial, Soledade, foco de nosso estudo.

Essa trajetória histórica do avanço da soja como principal cultura rio-grandense e nacional, foi marcada pelo processo de modernização agrícola, ocorrida no Brasil na segunda metade do século XX, que evidenciou a mudança da base técnica da agricultura, provendo uma nova forma de produzir para o campo. Nesse sentido, ocorreu a introdução do pacote tecnológico da Revolução Verde, ou seja, na mecanização, no uso de sementes híbridas, agrotóxicos e fertilizantes visando o aumento da produção e da produtividade.

Nesse cenário, era também intenção do Estado brasileiro, diminuir o déficit na balança comercial com as importações de produtos industrializados, para isso, estimulou o desenvolvimento de algumas culturas através do crédito subsidiado que atendeu a parte dos agricultores. Atraídos pela valorização da soja no mercado internacional e ao mesmo tempo, pela decadência do trigo, principalmente na década de 1960, os produtores rurais centralizaram sua atenção para a produção da soja. Notadamente, essa expansão assinalou a tendência a monocultura e a problemas ambientais.

O objetivo central desse trabalho é refletir sobre a expansão da soja no município de Soledade/RS entre os anos de 1960 a 1985 destacando os impactos socioambientais decorrentes dessa atividade. A justificativa da pesquisa é a de ampliar a compreensão da história rural, assim como, demonstrar a relevância que a agricultura possuiu na formação socioeconômica e ambiental do município em estudo e ainda, resgatar parte da História da produção agrícola do Rio Grande do Sul.

A pesquisa parte de uma questão problematizadora que buscou responder quais foram os elementos que possibilitaram a inserção da soja e quais impactos socioambientais essa cultura promoveu em Soledade/RS no recorte temporal referido. A abordagem utilizada é a da História Ambiental, por entender que ela ajuda a ampliar o leque interpretativo do processo

histórico, além de fornecer subsídios de outras áreas do saber, que auxiliam na compreensão da realidade.

As fontes Históricas empregadas na pesquisa foram o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que permitiu o levantamento de dados relevantes sobre a modernização da agricultura e sobre a soja. Também, fez parte do corpus documental dois Jornais: *O Paladino* e *a Folha de Soledade*, disponíveis no Arquivo Histórico Municipal, que forneceram informações sobre a disseminação da sojicultura no município.

1 BREVE HISTÓRICO

A cultura da soja é conhecida há pelo menos 5 mil anos. Originária da região chinesa da Manchúria, a leguminosa era utilizada para alimentação humana e animal, expandiu-se por Coreia e Japão entre os séculos II e III d.C, Europa, no século XVIII sendo cultivada de forma ornamental em jardins botânicos. No continente americano, os Estados Unidos da América (EUA) realizaram os primeiros experimentos com a planta em 1808, no estado da Pensilvânia, todavia, os agricultores norte-americanos mostraram interesse no cultivo apenas em 1880 (BONATO; BONATO, 1987, p. 9).

No Brasil, a literatura pesquisada apontou o ano de 1882 para a introdução dos primeiros experimentos com a planta, na Bahia, sendo o Engenheiro Agrônomo Gustavo Dutra da Escola Agrônômica Baiana, figura central. Porém, verificou-se que as sementes aclimatadas para o ambiente norte-americano não se adaptaram as baixas latitudes daquele estado, não obtendo êxito. Mais tarde em São Paulo, no Instituto Agrônômico de Campinas em 1891, novos testes foram realizados e considerados positivos na produção de feno e grãos (DALL'AGNOL et al., 2007, p. 1).

A introdução da soja no estado do Rio Grande do Sul, beneficiada pelo clima semelhante ao sul dos EUA, revela pontos de vista variados, não havendo um consenso. Leva-se em consideração os escritos de Emídio Rizzo Bonato (1987, p. 9), chama a atenção para o ano de 1901, em que houve o relato de uma experiência com o plantio da soja realizada por A. Welhäuser, no município de Dom Pedrito.

O autor considera que o marco inicial para a inserção da soja em nosso estado, ocorreu em 1914, a partir da publicação de estudos do professor F. C. Craig, estadunidense que lecionou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e distribuiu sementes a unidades experimentais. Há também de se considerar o papel desempenhado pelo pastor norte americano Albert Lehenbauer que trouxe as primeiras sementes de soja amare-

la para Santa Rosa, município localizado na região Noroeste do estado gaúcho. As Micro regiões das Missões, Alto Uruguai e Planalto Médio fizeram parte da “Frente de Expansão da Soja”, que na década de 1970 era a maior produtora de grãos do Brasil (ALVES, 2013, p. 125).

Em carta enviada a parentes no ano de 1976, Helene, esposa do pastor Albert Lehenbauer, descreveu as primeiras plantas da soja trazidas a cidade de Santa Rosa:

Chegamos em Santa Rosa em 12 de novembro de 1923. Logo na chegada, Lehenbauer iniciou o plantio. Lembro-me exatamente que os primeiros pés de soja não chegavam a crescer nem mesmo um palmo, no entanto carregavam uma ou duas vagens, as quais continham igualmente um ou dois grãos. Assim ele continuou plantando e a soja sempre crescendo e vindo cada vez mais, com maiores grãos e vagens (CHRISTENSEN; BINDÉ, 2004, p. 40).

Ao produzir os primeiros grãos na região de Santa Rosa, a lavoura da soja se expandiu pela região, porém, é importante ser lembrado que inicialmente, esse produto tinha mercado restrito para a venda. Era utilizado principalmente na “ração dos porcos que passaram a engordar muito mais rápido do que se alimentados com abóbora, milho, mandioca e restos de cozinha” (HESSE, 1996, p. 22).

A criação de suínos era uma das atividades econômicas mais importantes, dele se extraía a carne e a banha, que era bastante valorizada, revendida no comércio em Santo Ângelo e Ijuí, pois “naquele tempo, se ganhava dinheiro ou plantando fumo ou criando porcos” (CHRISTENSEN; BINDÉ, 2004, p. 53). Eventualmente, o grão também era usado na alimentação humana na fabricação de farinha para o pão ou secada e moída para ser consumida como bebida, em substituição ao café (CHRISTENSEN; BINDÉ, 2004, p. 55).

A disseminação das sementes da soja esteve ligada a ideia de compartilhamento, comum nas comunidades rurais, assim as sementes plantadas e colhidas eram divididas com os vizinhos, parentes ou conhecidos, proporcionando a troca de experiências e do conhecimento sobre a nova cultura. Nesse sentido, é bastante significativo o depoimento de Maria Racho, que afirma: “Lembro-me que quando tinha 9 anos, conheci o Pastor Lehenbauer que trouxe as sementes de soja para os paroquianos. Nas primeiras colheitas, todos os que ganharam sementes, tinham que repartir com os outros e assim por diante” (CHRISTENSEN; BINDÉ, 2004, p. 52).

Pontua-se que o comércio da soja e, portanto, de sementes, ainda

não havia se constituído, sendo preponderante as atividades econômicas de criação, trigo e culturas ligadas a subsistência como a mandioca, o feijão e o milho. A lavoura dessa cultura, somente iria adquirir alguma importância econômica a partir de 1941, quando registrou a produção de 457 toneladas (t) e em 1947, o Brasil passou a fazer parte das estatísticas internacionais como país produtor atingindo 25.881 t (DALL'AGNOL, 2016, p. 22).

1.1 OS FATORES DA EXPANSÃO DA SOJA

Essa situação começou a modificar-se após a Segunda Guerra Mundial por uma série de fatores que estão imbricados ao contexto internacional e também, a elementos de ordem interna nacional. Externamente, terminada a 2ª Guerra, os EUA e a União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS), despontaram como superpotências competindo entre si por áreas de influência que representavam o prolongamento de seus interesses políticos, econômicos e militares pelo mundo.

Naquele cenário o debate sobre a fome tornou-se central pois muitos países sofriam com a falta de alimentos. A alternativa para amenizar o problema foi proposta pela Fundação Rockefeller e Ford que ficou conhecida como Revolução Verde, cujo primeiros experimentos foram no México em 1943, a partir do melhoramento de sementes de trigo (HENRIQUES, 2009, p. 246).

De acordo com Brum, a Revolução Verde:

[...] tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes (1985, p. 59).

Andrioli (2008, p. 103) afirma que a Revolução Verde se baseava em alguns elementos interligados como a mecanização exemplificada pela produção de tratores, colheitadeiras e equipamentos; a aplicação de adubo químico, pesticidas e medicamentos animais e o progresso da biologia mostrado através do desenvolvimento de sementes híbridas e de novas raças de animais com potencial reprodutivo superior.

Com as ideias promovidas pela Revolução Verde intencionava-se o aumento da produção e da produtividade no campo como sinônimo de

desenvolvimento ao mesmo tempo, proporcionava uma nova forma de produzir. No entanto, colocava o agricultor como dependente da tecnologia disponibilizada, em sua maioria, por empresas multinacionais. Essas buscavam garantir para si os lucros do emergente setor agrícola, que despontava no cenário pós-guerra como fornecedor de alimentos e entre esses, a proteína de soja.

As qualidades nutritivas da soja permitiram o crescimento de sua importância econômica em termos externos, contribuindo para o aumento da demanda e consequentemente para o preço do produto no mercado internacional. Na prática, os países e regiões que possuíam as condições edafo-climáticas para a produção da soja, e isso incluía o Rio Grande do Sul e consequentemente Soledade, seriam beneficiadas com o aumento da produção, possibilitando o alargamento do mercado para essa cultura e o consequente, a ampliação da comercialização da soja (CONCEIÇÃO, 1986, p. 23).

Contribuiu para a expansão dos mercados externos para a oleaginosa, o aumento significativo na produção de aves de corte entre o final de 1960 e início dos anos de 1970 no Brasil, ocasionado demanda crescente por rações com alto teor protéico. Simultaneamente, ocorreu a diminuição na oferta de outras fontes de proteína como o amendoim e a farinha de peixe. Incluiu-se nesse contexto específico, a retração da produção norte-americana, fator que também favoreceu para a excelente cotação da soja no mercado internacional (CUIABANO, 2019, p. 472).

Internamente, vários elementos se relacionavam a expansão da produção da soja com destaque, para o que se chamou de modernização da agricultura que modificou a sua base técnica via introdução do pacote tecnológico da Revolução Verde (sementes híbridas, fertilizantes químicos e mecanização), sem promover alterações na grande propriedade (SILVA, 1998, p. 19).

Também estabeleceu outras relações possíveis, pois ao mesmo tempo que foram ocorrendo inovações tecnológicas, foi se estruturando transformações sociais que dizem respeito a organização do modo como se produz. A forma de pagamento de mão-de-obra é cada vez mais assalariada, os pequenos produtores vão sendo expropriados, dando lugar a formas de produção empresarial (GRAZIANO NETO, 1982, p. 26). Todavia os agricultores que não conseguiram adequar-se ao modelo modernizante foram, aos poucos, abandonando o meio rural, contribuindo com o crescimento das periferias e do subemprego nas cidades.

O objetivo principal da modernização da agricultura era aumentar a produção e a produtividade através do uso de capital e da tecnologia. Es-

ses atributos foram disponibilizados principalmente pelo Estado que tomou para si a tarefa de financiar e subsidiar o desenvolvimento no campo centralizando as políticas públicas para agricultura, exercendo estímulos a algumas culturas de exportação, entre elas a soja, sendo que nesse percurso, acentuaram-se as desigualdades sociais e os problemas ambientais (SILVA; ANJOS, 2020, p. 2).

Campos (2012, p. 4-5) avalia que foi possível constatar grande participação dos produtos primários nas exportações entre 1968 a 1973, sendo o aumento mais notável o da soja, passando de 1,9% e 19% respectivamente. Segundo a autora, os incentivos as exportações faziam parte da política estatal de aceleração do desenvolvimento pois “Era necessário aumentar as exportações para suprir as necessidades da demanda de máquinas e equipamentos que não podiam ainda serem produzidos internamente” Mais adiante, ressalta que a soja se serviu de todo o aparato de subsídios e insumos modernos, transformando-se em importante produto comercial.

Destaca-se que a modernização foi facilitada pela criação do Serviço Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1963, que disponibilizou grande quantidade de recursos financeiros para a progressiva mecanização e compra de insumos para a agricultura e a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1973, que dinamizou as pesquisas na agropecuária, em especial as sementes de soja (CAMPOS, 2010, p. 10).

Os fatores internos brevemente assinalados até aqui, vão para além da modernização da agricultura. Outros parâmetros também foram importantes para a compreensão da conjuntura que transformou a soja em “carro chefe” da agricultura modernizada. Para exemplificá-los considera-se importantes as ideias de Dall’agnol que aponta:

1. Semelhança do ecossistema do sul do Brasil com aquele predominante no sul dos EUA, favorecendo o sucesso na transferência e adoção de cultivares e outras tecnologias de produção.
2. Estabelecimento da Operação Tatu (calagem e fertilização dos solos ácidos e inférteis) no estado do RS, em meados dos anos 60, onde se concentrou a quase totalidade da produção brasileira de soja.
3. Incentivos fiscais aos produtores de trigo durante os anos 50, 60 e 70, beneficiando igualmente o cultivo da soja, que utilizava, no verão, as mesmas áreas, mão de obra e maquinaria do trigo.
4. Mercado internacional em alta, principalmente na primeira metade dos anos 70, como consequência da frustração da colheita de grãos na ex-União Soviética e China, assim como da pesca de anchova no Peru, cujo farelo era amplamente utilizado como componente protéico na fabricação de rações para

animais domésticos, passando, os fabricantes de rações, a utilizar o farelo de soja a partir de então. 5. Substituição das gorduras animais (banha e manteiga) por óleos vegetais e margarinas, mais saudáveis ao consumo humano. 6. Estabelecimento de um importante parque industrial de processamento de soja, de desenvolvimento e produção de máquinas e implementos, assim como, de produção de insumos agrícolas (anos 70/80). 7. Facilidades de mecanização total da cultura. 8. Estabelecimento de um sistema cooperativista dinâmico e eficiente, que apoiou fortemente a produção, o processamento e a comercialização das colheitas. 9. Estabelecimento de uma bem articulada rede de pesquisa de soja, envolvendo os poderes públicos federal e estadual, apoiada financeiramente pela indústria privada e, 10. Melhorias nas estradas, nos portos e nas comunicações, facilitando e agilizando o transporte e as exportações (2007, p. 4).

Avalia-se que a expansão da soja pelo município de Soledade, no recorte histórico de 1960 a 1985, foi beneficiado pelo aumento gradativo do mercado internacional para esse produto em específico. Da mesma forma que fatores internos, colaboraram para o seu pleno desenvolvimento, principalmente a partir da década de 1970, como veremos adiante.

2 A SOJA EM SOLEDADE

O município de Soledade/RS, fundado em 1875 a partir de sua emancipação de Passo Fundo está localizado no norte do Rio Grande do Sul, apresentou ao longo de sua trajetória histórica realidade socioeconômica e ambiental distinta. Em grande parte de seu território prevalecia a pecuária extensiva praticada em latifúndios. Em outras áreas, havia a existência de uma agricultura rudimentar sobretudo de subsistência em que se inteiravam elementos sociais característicos como peões e arrendatários, ligados a grandes proprietários por laços de dependência. Nas regiões de policultura era comum a presença de grande número de caboclos, posseiros ou proprietários e um número crescente de imigrantes alemães e italianos (KAJAWUA, 2001, p. 36).

O Município era composto originalmente por campos nativos e a Floresta Ombrófila Mista em uma região de transição campo/floresta. Nesse local, atividades econômicas e tipos sociais diferentes interagiram com o meio ambiente, transformando-o em novas possibilidades econômicas e ao mesmo tempo, alterando ou mesmo destruindo suas características originárias. Diante dessa complexidade das sociedades humanas, a natureza foi vista como sinônimo de obstáculo ao desenvolvimento, precisando ser

removida e por outro lado, configurou-se como símbolo da própria riqueza, sendo almejada. Estabelece-se uma ideia de fronteira móvel balizada não por limites ou marcos divisórios, mas pela ideia que se construiu dos espaços intocados e do cultivado (GERHARDT, 2013, p. 77).

Uma das formas de observar os espaços cultivados e como foram ganhando terreno entre os campos nativos e o mato, mostrando o avanço da agricultura e da soja, são os elementos informativos que compõe o Censo Agropecuário do IBGE, o qual foi usado como fonte de pesquisa. Dados importantes que demonstram a expansão da oleaginosa no município em estudo podem ser vistos, embora considerando que os números não apresentam uma verdade inquestionável, mas apontam caminhos e reflexões. Os primeiros registros da sojicultura em Soledade/RS datam de 1950, quando constatou-se 15 toneladas (t) produzidas, sendo que o documento pesquisado não registrou a área plantada (IBGE, 1950, p. 145). De acordo com a Tabela 1, em 1960, a soja ocupava apenas 84 hectares (ha) de área plantada produzindo 84 toneladas do grão. No decorrer do marco temporal do estudo, observou-se um aumento sucessivo da área plantada com exceção do quinquênio 1980/85, que mostra pequena redução, enquanto a produção segue ascendente. Porém, ressalta-se que trigo e o milho constituíam-se importantes culturas temporárias de inverno e verão respectivamente pelo menos até 1975, quando a soja passa a ocupar o posto de principal cultura em área e produção.

Tabela 1 - Principais culturas temporárias de Soledade: 1960 a 1985

Ano	1960		1970		1975		1980		1985	
Cultura	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)
Milho	12.827	17.717	24.809	25.415	18.018	22.268	15.747	19.808	15.042	20.200
Trigo	9.441	6.435	16.428	11.783	8.000	5.036	9.949	6.970	7.310	6.422
Soja	84	84	6.978	3.535	27.957	36.604	38.155	51.137	37.141	55.259

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE, 1960 a 1985.

A expansão da soja em Soledade/RS entre os anos de 1960 a 1985, esteve vinculada ao cultivo do trigo que era base econômica não apenas de Soledade, mas regional. Desde as primeiras décadas do século XX, existiu uma conexão estreita entre a produção do trigo com o estabelecimento de moinhos na região, incluindo o Moinho Soledadense Ltda, construído em 1952 para atender a demanda na fabricação de farinha de trigo e milho (O PALADINO, 11 maio 1968, p. 3).

Essa relação pôde ainda ser verificada com utilização de ambas as culturas nas mesmas áreas de plantio. Possibilitava ao agricultor, duas safras ao ano, uma no verão outra no inverno o que favorecia a rotação de culturas e a consolidação do binômio trigo/soja como alternativa para aumentar a renda da propriedade.

Como afirmam Tedesco e Sander (2002, p. 103) “falar em trigo é falar em Vargas em nível de estado e país” (2002, p. 102), devido as políticas de incentivo à produção do cereal que quando governador, estimulou o melhoramento das sementes através da instalação de unidades de pesquisa. Logo depois, em 1930, quando presidente, a grande preocupação era a concessão de estímulos financeiros que aumentassem a produção visando a substituição das importações que, segundo os autores ocorreu após a Segunda Guerra Mundial.

Entre os anos de 1956 e 1967, a cultura do trigo entrou em decadência (TEDESCO; SANDER, 2002, p. 93), abrindo espaço para que a soja se expandisse, utilizando-se das máquinas e implementos que outrora serviram para as atividades tritícolas. A ampla utilização de insumos modernos e da mecanização da lavoura, são atributos marcantes na produção de soja em Soledade. Favoreceu e dinamizou o comércio local e regional impulsionado pela modernização da agricultura.

Os jornais são testemunhas das mudanças que a agricultura modernizada trouxe ao comércio de Soledade. Anunciavam as casas comerciais que vendiam, revendiam e forneciam assistência aos agricultores. A Hexel Tratores, revenda Valmet para a região, prometia a entrega de toda linha de implementos e assistência técnica aos agricultores e plantões durante o plantio e colheita (FOLHA DE SOLEDADE, 17 nov. 1984, p. 7). A Comercial Agro Máquinas Soledade, vendia trilhadeiras, motores, grades, arados entre outros (O PALADINO, 01 set. 1973, p. 7), a Alto Agrícola S/A, empresa de Passo Fundo com filial em Soledade, era representante dos tratores Massey Fergusson e caminhões Volkswagen para Soledade e região (FOLHA DE SOLEDADE, 24 dez. 1985, p. 6).

A criação da Cooperativa Agrícola Soledade Ltda, em 1969 também foi fundamental para a ampliação da importância da soja pois foi responsável por fomentar a atividade agrícola no município. Inicialmente os silos de armazenamento eram alugados, pertenciam a Companhia Brasileira e Armazenamento (Cibrazem), ligada ao recebimento do trigo, milho e outros grãos. Posteriormente, a estrutura foi repassada a cooperativa (BORGES, 2019, p. 59), que não tardou em ampliar sua estrutura física e suas atividades ligadas a oleaginosa e aos agricultores.

A reportagem de *O Paladino*, destaca o papel desempenhado pela

instituição cooperativista no atendimento ao homem do campo “que agora pode ter assistência com orientação segura e consciente de Engenheiros Agrônomos para redução de riscos e aumento da produtividade”. Mais adiante, registra o papel financeiro da cooperativa na “concessão de financiamentos capazes de aumentar o quadro de máquinas e custear as despesas das safras agrícolas”, oferecendo ainda, “ótima estrutura para o recebimento e comercialização evitando atravessadores” (O PALADINO, 21 set. 1974).

Todavia, a assistência técnica era insuficiente, haviam apenas dois profissionais para atender cerca de 2.400 associados (O PALADINO, 13 maio 1972, p. 02), por isso assinaram-se acordos de assistência técnica que envolviam a cooperativa, Emater e Prefeitura de Soledade (FOLHA DE SOLEDADE, 5 out. 1985, p. 07). Além das atividades citadas, a Coagrisol também era responsável pela venda de insumos como fertilizantes, sementes melhoradas e agrotóxicos (O PALADINO, 03 fev. 1973, p. 8).

A agricultura comercial foi ganhando força em Soledade, impulsionada pela modernização da agricultura, aliada ao crédito subsidiado e ao binômio trigo/soja, foi conquistando importante espaço econômico tradicionalmente ocupado pela pecuária. No entanto, é oportuno dizer que na medida em que a soja ia se alastrando, importantes problemas ambientais foram sendo registrados. Nesse sentido, o plantio convencional que consistia na gradagem, subsolagem e escarificação, (PES; GIACOMINI, 2017, p. 31), era utilizado de forma intensiva, deixava o solo desprotegido contra a ação hídrica o que ocasionava a erosão, uma vez que, que essa técnica fora pensada para outros países de clima frio. Nesse sentido, o emprego de arados e grades buscavam virar a terra para aquecê-la facilitando o degelo e a germinação das sementes (DEBIASI, 2013, p. 11-12).

Em reportagem que impactou a opinião pública local, a *Folha de Soledade* registrou a ocorrência de uma voçoroca formada ao longo de seis anos na comunidade de São João dos Delavy, interior de Soledade. Uma grande vala, com cerca de cento e cinquenta metros de extensão, medindo de vinte a trinta metros de largura e aproximadamente treze metros de profundidade, inutilizou parte da lavoura usada no plantio de trigo e soja, causando alterações profundas na paisagem. Como diz a reportagem “Somente a natureza poderá recuperar. Prazo? Mais de cem anos” (22 dez. 1990, p. 11).

Destacou-se também as dificuldades do agricultor local em abandonar a antiga prática da queimada, herança indígena da coivara, para “limpar” a palhada ou mesmo para renovar a pastagem dos campos utilizados com o gado, fator que potencializou a erosão, pois contribui para deixar o solo desprotegido e que também diminuía a fertilidade, devendo ser evita-

da (REDIN et al., 2011, p. 388).

O fogo também foi usado na tentativa de diminuir as populações do *Tamanduá-da-soja* (*Sternechus subsignatus*), conhecido também como *bicudo-da-soja* que afetava as lavouras de Soledade. Entretanto, como salientou o Agrônomo da Emater Regional, de Passo Fundo, “é importante chamar a atenção dos agricultores que desejam queimar a resteva da soja, pensando em controlar a praga, esta prática não tem nenhum valor”. Isso porque a larva do inseto “hibernava em galerias de 5 cm a 10 cm abaixo do solo”, assim o fogo não iria atingi-la (FOLHA DE SOLEDADE, 21 abr. 1990, p. 4).

Na medida em que a sojicultura vai se popularizando entre os agricultores do município pesquisado, expandindo as áreas de cultivo e aumentando a produção sob a lógica do capital, foi possível registrar o acréscimo no uso de agrotóxicos para controle das pragas e ervas daninhas. Houve casos de intoxicação humana e animal e contaminação de rios.

Em 1974 em uma matéria do Jornal *O Paladino*, consta o número de vinte casos de intoxicação por agrotóxicos e um óbito. Alerta ainda que até março de 1975, conforme registro do hospital municipal, haviam ocorrido cinco casos de intoxicação. O motivo apontado para as ocorrências aparece grifado no texto, como sendo uso incorreto do agrotóxico. Mais adiante, pondera que há outros tantos casos de envenenamento que afetam animais domésticos, o gado e abelhas e finaliza afirmando, que cabe uma maior orientação técnica para aqueles que usam inadequadamente os agrotóxicos (10 maio 1975, p. 5).

No ano de 1989 também houve uma denúncia, exposta nas páginas da *Folha de Soledade*, na qual um morador de Água Branca, interior do município, declara as autoridades a contaminação de um rio chamado popularmente de *Taquara da Lixa*. Contatou-se a morte de peixes, tartarugas e caranguejos e cheiro forte na água, pontua também, que nas comunidades do interior a alocação dos recipientes de agrotóxicos constitui-se em um problema, pois não há um local protegido do vento e chuva, tratando-se de um poço que recebe os vasilhames vazios e que exalam cheiro (25 mar. 1989, p. 2).

A explicação de que a contaminação por agrotóxicos se devia ao uso inadequado é bastante comum entre as décadas de 1960 a 1990. Coloca sobre o agricultor a responsabilidade pelo infortúnio e exime o fabricante e a substância contaminadora, contudo, como diz Garcia (1996, p. 3), trata-se de uma explicação simplista, por que há outros fatores determinantes para que haja contaminação por agrotóxicos, sendo importantes também, o nível educacional, acesso a orientação técnica, máquinas e equipamentos adequados.

A moderna agricultura trouxe índices de produção e produtividades elevados beneficiando parte dos agricultores, contribuindo para reforçar o estigma do agricultor moderno, ou seja, aquele que “conseguia ter melhor produtividade, melhor produção, equipamentos e máquinas de última geração, obter sementes geneticamente melhoradas [...]” (NEVES et al., 2010 p. 27). Para o governo era esse o modelo que se almejava como forma de alavancar o setor rural e fazer progredir a balança comercial.

Por outro lado, os ganhos auferidos com o aumento da produtividade e da produção constatados também em nível local, contrastou com a diminuição de culturas destinadas a produção de alimentos, geralmente oriunda de pequenos produtores rurais, que não tiveram condições de continuar produzindo em vista da falta de incentivos.

Como afirma Graziano Neto (1982, p. 59), “As condições de rentabilidade do setor exportador sempre foram melhores e para tais atividades, sempre se direcionaram os maiores capitais, pois o que interessa no capitalismo é o lucro”. Portanto, não interessava ao capital a produção de um ou outro produto de subsistência, mas sim, a manutenção de lavouras ligadas a exportação. Essa foi uma das razões que levaram os pequenos produtores a impossibilidade de continuarem a produção de gêneros de subsistência.

A Tabela 2, mostra a queda na produção e área plantada das principais culturas de subsistência de Soledade. A produção de mandioca foi a mais afetada. É provável que as razões principais para sua brutal diminuição estavam relacionadas as mudanças dos hábitos alimentares da população, no qual o arroz vai ganhando espaço no gosto popular e o milho ainda desempenha papel importante na alimentação humana (SILVA; MURRIETA, 2014, p. 51).

Tabela 2 – Principais lavouras de subsistência em Soledade: 1960 a 1985

Ano	1960		1970		1975		1980		1985	
Cultura	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)
Arroz	1.065	1.331	1.891	1.193	2.524	1.948	1.492	845	1.491	1.014
Feijão	7.514	4.536	4.789	2.337	5.139	2.961	6.430	2.640	5.818	3.101
Mandioca	3.998	38.723	1.782	17.172	549	5.343	510	5.050	748	7.965
Batata doce	-	-	-	-	206	1.176	228	1.310	40	258
Batata inglesa	-	-	276	422	161	312	40	185	57	79

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do censo agropecuário de 1960 a 1985.

Outro motivo é que as culturas coloniais, incluía-se também a batata doce e a batata inglesa, foram incapazes de concorrer com a soja devido ao baixo valor de mercado e de rentabilidade, sendo que nessa relação a oleaginosa apresentava possibilidades maiores de lucro (CONCEIÇÃO, 1986, p. 57). No entender de Schlesinger e Noronha (2006, p. 138-139), a desestruturação das lavouras baseadas na produção diversificada de alimentos, que é uma das características das pequenas propriedades, viola o direito ao trabalho uma vez que “a baixa empregabilidade do agronegócio não permite a reinserção produtiva dos trabalhadores rurais ou se o faz, lhes proporcionam empregos de baixa qualidade” e também, defende que a “ocupação das áreas pela monocultura coloca milhares de famílias em situação de insegurança alimentar”.

Sob o ponto de vista ambiental, as lavouras condicionadas à exportação, exemplificada na soja, contribuiu não apenas para as modificações na dinâmica sócio econômica das pequenas propriedades, mas para a diminuição da biodiversidade. No entender de Gerdhardt e Nodari (2016, p. 61), isso significou a perda de um patrimônio ambiental que se instituiu no final do século XX. Argumentam ainda que com a Revolução Verde e a modernização da agricultura, “[...] a maior parte das necessidades alimentares globais eram supridas por um número de plantas escolhidas e cultivadas por sua produtividade, ou seja, 95% dos alimentos provinham de apenas 30 espécies”.

O Jornal *Folha de Soledade* registrou o problema da monocultura em âmbito local associando-a ao êxodo rural no município:

A questão fundamental é que sejam apurados os motivos do êxodo rural [...] agora a seca fez com que um deles viesse à tona, a monocultura [...] que deixa o agricultor na dependência de contar com uma produção alta. Enquanto houver uma resistência a diversificação de culturas este item continuará a causar mais transtornos de falta de alimentos [...]. Para se combater o êxodo rural a zona rural deveria ter prioridade [...] (25 jan. 1986, p. 4).

Existia em Soledade a preocupação com os problemas relacionados a monocultura e ao êxodo rural. No entanto, o processo de desenvolvimento do meio rural impulsionado pela modernização da agricultura, impunha uma nova forma de produzir, para a qual, parte dos agricultores não puderam acompanhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da soja no município de Soledade/RS entre os anos de 1960 a 1985 esteve ligada a um processo histórico amplo, relacionado a Revolução Verde, que proporcionou novas tecnologias baseadas no uso de sementes híbridas, fertilizantes químicos, agrotóxicos e na mecanização com objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícola. Essas tecnologias foram adotadas no Brasil na segunda metade do século XX sob o rótulo de modernização da agricultura contando com a tutela do Estado brasileiro, que financiou e subsidiou a agricultura, concentrando investimentos nas lavouras de exportação, sendo um dos objetivos o de equilibrar as contas externas.

A disseminação da soja no município em estudo, aconteceu posteriormente em relação a outros locais da região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, beneficiada principalmente pelo preço no mercado internacional e pela modernização da agricultura, tendo na cooperativa o seu principal centro dinamizador. Esses fatores favoreceram para o predomínio da oleaginosa que, a partir de 1975, assumiu o protagonismo na agricultura de Soledade superando o trigo e o milho em área plantada e produção. Colaborou para estimular o comércio local e regional de insumos e máquinas agrícolas. Simultaneamente, ajudou alterar a configuração das lavouras de subsistência em virtude de sua ampla aceitação no mercado de exportação contribuindo para perda da biodiversidade.

Além disso, os problemas ambientais foram evidentes e envolveram a cultura da soja, que associada ao uso de agrotóxicos, causou a contaminação de rios, pessoas e animais. E, por fim, a erosão, causada pelo plantio tradicional e pela queima que deixava o solo desprotegido da ação da chuva, foi um fator fundamental nas modificações da paisagem rural.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Tadeu Clovis. *A Revolução Verde na mesorregião Noroeste do RS (1930-1970)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.
- ANDRIOLI, Antônio. O fim da picada: plantas transgênicas em expansão na América Latina. In: ANDRIOLI, Antônio; FUCHS, Richard. *Transgênicos as sementes do mal: A silenciosa contaminação de solos e alimentos*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 99-115.
- BONATO, Ana Lidia Variani; BONATO, Ernídio Rizzo. *A soja no Brasil: História e Estatística*. Londrina: Embrapa, 1987.

- BORGES, Paulo D. Quevedo. *Coagrisol 50 anos: Passado, presente e futuro 1969-2019*. Soledade: Gráfica Líder, 2019.
- BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura: Trigo e soja*. Ijuí: Fidente, 1985.
- CAMPOS, Margarida de Cássia. Fatores da expansão do complexo sojicultor no território brasileiro. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Três Lagoas/MS, n. 11, p. 6-33, maio 2010.
- CAMPOS, Margarida de Cássia. O papel do Estado Brasileiro na expansão do complexo da soja. In: *Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica*. Bogotá, 2012. p. 170-187. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/colquio2012/actas/14-M-Campos.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.
- CHRISTENSEN, Tereza Neumann de Souza; BINDÉ, Carlos José Rupp. *Soja 80 anos de produção: 1924-2004*. Santa Rosa: Kunde Indústrias Gráficas Ltda, 2004.
- CONCEIÇÃO, Octávio Augusto Camargo. *A expansão da soja no Rio Grande do Sul 1950-1975*. Porto Alegre: FEE, 1986.
- CUIABANO, Simone Maciel. Principais fatores responsáveis pela expansão da soja no Brasil. *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, v. 8, n. 3 p. 460-487, set./dez. 2019.
- DALL'AGNOL, Amélio. *Embrapa soja no contexto do desenvolvimento da soja no Brasil: Histórico e contribuições*. Brasília: Embrapa, 2016.
- DALL'AGNOL, Amélio. et al. *O complexo agroindustrial da soja brasileira*. Londrina: Embrapa, 2007.
- DEBIASI, Henrique et al. *Sistemas de preparo do solo: trinta anos de pesquisa na Embrapa Soja*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Londrina: Embrapa, 2013.
- FOLHA DE SOLEDADE, Soledade: 1984-1990. Arquivo Histórico Municipal. Prefeitura Municipal de Soledade.
- GARCIA, Eduardo. *Segurança e saúde no trabalho rural com agrotóxicos: contribuição para uma abordagem mais abrangente*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- GERHARDT, Marcos: *Imagens, Natureza e Colonização no Sul do Brasil*. In: ARRUDA, Gilmar. *Natureza, fronteiras e territórios*. Londrina: Edel, 2013, p. 77-96.
- GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice S. Patrimônio Ambiental, História e Biodiversidade. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*. Anápolis, v. 5, n. 3, p. 54-71, jul./dez 2016.

- GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecologia*. Crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- HENRIQUES, Fernando Santos. A Revolução Verde e a biologia molecular. *Revista de Ciências Agrárias*, Lisboa, v. 32, n. 2, p. 245-254, set./out. 2009.
- HESSE, Geraldo. *O Brasil da Soja*. Abrindo Fronteiras, semeando cidades. Porto Alegre: L&MP, 1996.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Censo agropecuário de 1950* – Rio Grande do Sul, VII Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1950.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Censo agropecuário de 1960* – Rio Grande do Sul, VII Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1960.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Censo agropecuário de 1970* – Rio Grande do Sul, VIII Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1974.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Censo agropecuário de 1975* – Rio Grande do Sul, IX Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1979.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Censo agropecuário de 1980* – Rio Grande do Sul, X Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1984.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Censo agropecuário de 1985* – Rio Grande do Sul, XI Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1991.
- KUJAWA, Henrique Aniceto. *Cultura e religiosidade cabocla*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2001.
- NETO, Francisco Graziano. *Questão agrária e ecologia*. Crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- NEVES, Fabrício M. et al. A Modernização da agricultura e os eixos temáticos. In: ALMEIDA, Jalcione. *A Modernização da agricultura*. Porto Alegre: UFRGS, 2010, p. 19-54.
- O PALADINO, Soledade, 1965-1980. Arquivo Histórico Municipal. Prefeitura Municipal de Soledade.
- PES, Luciano Zucuni; GIACOMINI, Diego Antonio. *Conservação do Solo*. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

- REDIN, Marciel et al. Impactos da queima sobre atributos químicos, físicos e biológicos do solo. *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 21, n. 2, p. 381-392, abr./jun. 2011.
- SCHLESINGER, Sérgio; NORONHA, Silvia. *O Brasil está nu!* O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais. Rio de Janeiro: Fase, 2006.
- SILVA, Henrique A; MURRIETA, Sérgio Serene. Mandioca, a rainha do Brasil? Ascensão e queda da *Manihot esculenta* no estado de São Paulo. *Ciências Humanas*, Belém, v. 9, n. 1, p. 37-60, jan./abr. 2014.
- SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, 1998.
- SILVA, Monica Nardini da; ANJOS, Flávio Sacco dos. A expansão da soja no município de Jaguarão/RS: análise das percepções através da abordagem narrativa. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 58, n. 3, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/3r7tfZLd5km433D4ngZ8FCy/?lang=pt#>. Acesso em: 02 de jul. 2021.
- TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e grangeiros*. Lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo 1900-1960. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

Recebido em 26/09/2021

Aprovado em 21/12/2021

CENTRO HISTÓRICO DE FLORIANÓPOLIS: ENTRE PRESERVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

FLORIANÓPOLIS HISTORIC CENTER: BETWEEN CONSERVATION AND TRANSFORMATION

CENTRO HISTÓRICO DE FLORIANÓPOLIS: ENTRE PRESERVACIÓN Y TRANSFORMACIÓN

Maria Regina Weissheimer¹

RESUMO

Tomando como ponto de partida a análise de dados sociodemográficos de 2000 e 2010 disponibilizados pelos censos do IBGE, propõe-se uma leitura crítica sobre a situação atual da preservação do patrimônio urbano em Florianópolis. A reflexão integra pesquisa de doutorado em curso, cujo tema é a preservação do patrimônio urbano no Brasil e cujo objetivo central é repensar os mecanismos tradicionais de abordagem e de gestão, considerando não apenas o histórico da urbanização e da preservação no Brasil, mas também o cenário sociodemográfico atual dos sítios urbanos históricos. Para isso, foram utilizados dados estatísticos de 62 conjuntos urbanos históricos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além da Área de Preservação Cultural do centro de Florianópolis (de proteção municipal), cuja análise demonstra, dentre outros, um panorama geral de perda de população (apesar do crescimento demográfico das cidades em que os núcleos históricos se inserem) e de altos índices de vacância residencial. Trata-se, portanto, de um convite à reflexão sobre o modelo de preservação do patrimônio urbano em curso, a partir da análise do contexto atual de uso e ocupação dos conjuntos urbanos históricos, tomando como exemplo o caso de Florianópolis. Assim, sem negligenciar o histórico da preservação ou as particularidades de cada lugar, o que se propõe é uma análise crítica a partir da situação presente, que pode ser lida como o resultado de décadas de aplicação da teoria da restauração adaptada à escala urbana. Um convite a repensar algumas abordagens tradicionais de preservação urbana.

Palavras-chave: Patrimônio urbano. Preservação. Florianópolis.

¹ Graduada em Arquitetura e Urbanismo (2005) e mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade (2015) pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação da FAU-USP (núcleo de História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo). Possui título de especialista em Políticas Culturais e Valorização do Patrimônio pela École nationale d'administration (ENA) da França (2013). Desde 2006 é servidora efetiva do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Foi Coordenadora de Paisagem Cultural junto ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan em Brasília entre 2009 e 2011. Desde 2011 atua como técnica na área de arquitetura e urbanismo junto à Superintendência do Iphan em Santa Catarina. Possui experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com atuação na área do Patrimônio Cultural e foco nos temas paisagem cultural, patrimônio urbano, análise e elaboração de projetos de arquitetura em contextos históricos.

ABSTRACT

Taking as a starting point the sociodemographic data analysis, from 2000 and 2010, made available by IBGE censuses, it is proposed a critical reading of the Florianópolis urban heritage preservation current situation. The reflection integrates ongoing doctoral research, whose theme is the urban heritage preservation in Brazil and whose main objective is to rethink the traditional approach and management mechanisms, considering not only the history of urbanization and preservation in Brazil, but also the historic urban sites current socio-demographic scenario. For this, were used statistical data from 62 historic urban complexes listed by the National Institute of Historical and Artistic Heritage and the Florianópolis center Cultural Preservation Area (with municipal protection), whose analysis shows, among others, a general loss population (despite the demographic growth of the cities in which the historic centers are located) and high residential vacancy rates. It is, therefore, an invitation to reflect about the current urban heritage preservation model, based on the analysis of the historic urban sets use and occupation current context, taking the case of Florianópolis as an example. Without neglecting the history of preservation or each place particularities, a critical analysis is proposed based on the present situation, which could be understand as the result of decades of the restoration theory adapted to urban scale application. An invitation to rethink some traditional approaches to urban preservation.

Keywords: Urban heritage. Urban conservation. Florianópolis.

RESUMEN

Tomando como punto de partida el análisis de los datos sociodemográficos de 2000 y 2010 puestos a disposición por los censos del IBGE, se propone una lectura crítica de la situación actual de la preservación del patrimonio urbano en Florianópolis. La reflexión integra la investigación doctoral en curso, cuyo tema es la preservación del patrimonio urbano en Brasil y cuyo objetivo principal es repensar el enfoque tradicional y los mecanismos de gestión, considerando no solo la historia de la urbanización y la preservación en Brasil, sino también el actual escenario sociodemográfico de los sitios urbanos históricos. Para ello se utilizaron datos estadísticos de 62 conjuntos urbanos históricos listados por el Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional, además de la Área de Preservación Cultural del centro de Florianópolis (con protección municipal), cuyo análisis muestra, entre otros, un panorama general de pérdida de población (a pesar del crecimiento demográfico de las ciudades en las que se ubican los centros históricos) y altas tasas de desocupación residencial. Es, por tanto, una invitación a reflexionar sobre el modelo actual de conservación del patrimonio urbano, a partir del análisis del contexto actual de uso y ocupación de conjuntos urbanos históricos, tomando como ejemplo el caso de Florianópolis. Sin descuidar la historia de la preservación ni las particularidades de cada lugar, se propone un análisis crítico a partir de la situación actual, que puede leerse como resultado de décadas de aplicación de la teoría de la restauración adaptada a la escala urbana. Una invitación a repensar algunos enfoques tradicionales de la conservación urbana.

Palabras clave: Patrimonio urbano. Preservación. Florianópolis.

INTRODUÇÃO

O grande desafio da preservação urbana no presente relaciona-se com a necessidade de atualização tanto do conceito de patrimônio urbano, quanto dos instrumentos de proteção e gestão disponíveis, tendo em vista as grandes transformações da sociedade desde meados do século passado.

Os últimos cinquenta anos foram marcados, no cenário global, por uma transformação profunda da sociedade² e, desde 2010, mais de 50% da população mundial vive em áreas urbanas. No Brasil, a inflexão ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970, quando a população urbana passou a ser proporcionalmente maior que a rural. Em 50 anos, a população urbana brasileira quase quintuplicou e os conjuntos urbanos históricos representam uma fração cada vez mais ínfima das cidades, perdendo suas antigas funções de centralidade e sofrendo com altos índices de vacância e despovoamento, especialmente nas capitais.

2 Françoise Choay (2002) vai mais além, e fala em transformação de civilização, não apenas de sociedade.

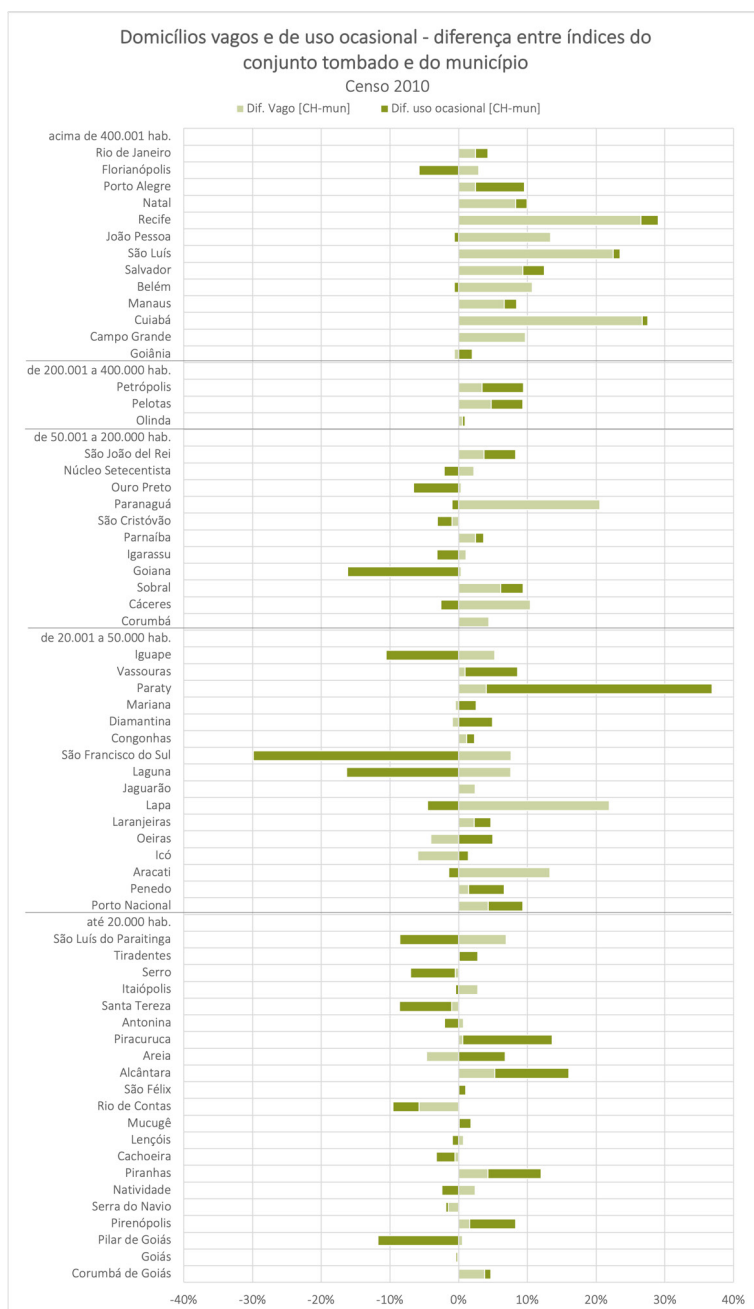


Gráfico 1: Diferença de índices de vacância e uso ocasional entre os conjuntos urbanos tombados analisados e os índices médios dos municípios em que estão inseridos. Fonte: produzido pela autora, com base nos dados do censo IBGE de 2010.

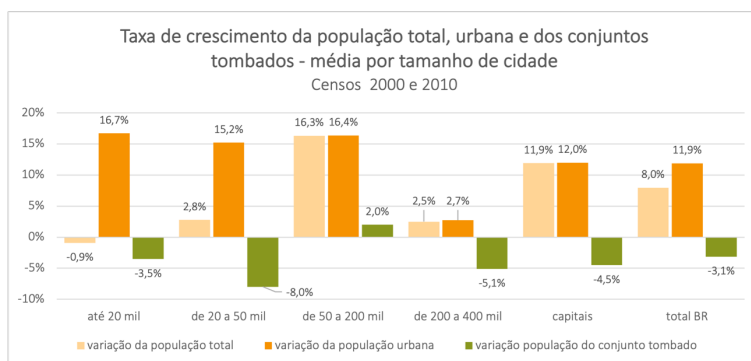


Gráfico 2: Diferença entre os índices de crescimento da população nos conjuntos urbanos protegidos (que em geral, perderam população) e os municípios em que se inserem, agrupados conforme tamanho da população urbana. Fonte: produzido pela autora, com base nos dados do censo IBGE de 2010.

O termo “patrimônio urbano” apareceu pela primeira vez na obra do engenheiro, arquiteto e historiador da arte italiano, Gustavo Giovannoni, cujas reflexões sobre a relação entre a cidade histórica e a moderna encontram-se agrupados em publicação de 1931, intitulada *“Vecchia città ed edilizia nuova”*. Já na época, Giovannoni se preocupava em apresentar uma abordagem alternativa àquela cunhada pelo movimento modernista, que propunha a funcionalização da cidade e a exclusão dos centros e bairros antigos da vida cotidiana. Segundo Françoise Choay, que escreve a apresentação da tradução francesa de 1998³, apesar da grande influência exercida na formação de uma geração de arquitetos e urbanistas italianos, o pensamento de Giovannoni não prevaleceu e, passada a Segunda Guerra Mundial, a prática da preservação do patrimônio urbano aproximou-se mais da visão fragmentária e funcionalista do modernismo do que da abordagem dialética e territorial proposta em *Vecchia città*.

Atualmente, o mais recente conceito de *“historic urban landscape”* (paisagem histórica urbana)⁴ encontra-se amplamente ancorado na constatação de que é preciso rever os modelos de preservação do patrimônio urbano colocados em prática, face à desconcertante transformação que o mundo conheceu a partir da década de 1960 e propõe, ao menos teoricamente, uma abordagem mais urbanística (por vezes até territorial) dos conjuntos urbanos históricos.

Para Francesco Bandarin, ex-diretor da UNESCO e um dos criados-

3 GIOVANNONI, 1998 [1931].

4 BANDARIN e VAN OERS, 2012; UNESCO, 2011.

res e defensores do conceito de paisagem histórica urbana, um dos dilemas atuais, que deveriam nortear a reflexão sobre a atualização dos instrumentos de preservação e gestão dos conjuntos urbanos históricos, é a (aparente) dicotomia entre preservação da matéria e da substância (ou entre os valores materiais e imateriais expressos nas cidades):

Veneza é hoje o exemplo extremo de uma cidade histórica que foi preservada em toda a sua autenticidade física, com uma abordagem que atende totalmente aos princípios de conservação estabelecidos. Ele também fornece um caso modelo de uma cidade que está olhando para os desafios do futuro e desenvolvendo respostas às mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, Veneza exemplifica a perda quase total dos valores sociais e culturais, claramente refletidos na emigração e substituição de grande parte da população, e no domínio de uma única atividade econômica: o turismo. Nesse sentido, Veneza não foi preservada como entidade urbana histórica. E ainda, uma nova estrutura social, baseada na presença de grupos populacionais não permanentes (viajantes, estudantes, turistas, etc.), criou novas dimensões sociais, enriquecidas pela importância de seus eventos culturais globais. [...] Vista do ponto de vista dos princípios de conservação urbana com consciência social, Veneza é um fracasso. No entanto, é difícil dizer que o seu significado universal se perdeu, como o prova o caráter único da sua forma urbana, a importância duradoura das suas realizações artísticas e o seu sucesso como centro global do turismo e das artes. Varanasi, a cidade mais venerada pelos hindus e por seguidores de outras religiões, como budistas, jainistas e Senthoo, permaneceu nos últimos três milênios como o lugar sagrado aonde as pessoas vêm em peregrinação em massa para se banhar no sagrado rio Ganges, e onde elas querem ser cremadas ao morrer. É uma das cidades sagradas mais significativas do mundo, carregada de valores espirituais e culturais. A sua importância religiosa e política conduziu, ao longo dos milênios, a muita destruição e alteração: a atual Varanasi é essencialmente uma estrutura que se originou no século XVI. Enquanto os valores tradicionais associados à religião e espiritualidade são autênticos e intactos, o mesmo não se pode dizer do tecido urbano e arquitetônico, em constante transformação e alterados para adaptar as estruturas e espaços aos novos usos exigidos por peregrinos, visitantes e turistas. Na verdade, muito pouco do tecido físico permaneceu intacto, apesar do fato de a paisagem urbana geral permanecer inalterada [...]. Apesar

da falta de autenticidade e integridade (físicas), os valores de Varanasi como cidade histórica e centro espiritual estão totalmente intactos. Então eis o dilema: na hora de escolher a cidade que melhor exemplifica nosso conceito contemporâneo de patrimônio, seria Veneza ou Varanasi?⁵

A pauta da preservação de conjuntos urbanos no rol das ações de proteção do patrimônio cultural começou a ser mundialmente difundida a partir do Pós-Guerra. No princípio, a preservação de áreas centrais foi ação de resistência às bruscas transformações urbanas trazidas no contexto europeu pela Revolução Industrial (ainda em meados do século 19⁶) e, na sequência, empreendidas pelo urbanismo funcionalista. Nos anos 1960, a criação da Lei Malraux, na França (que introduziu, em 1962, os *secteurs sauvegardés* como novo instrumento de preservação urbana); o lançamento da Carta de Veneza (em 1964) e a consequente criação do ICOMOS impulsionaram o alargamento do conceito de patrimônio cultural (até então grandemente caracterizado pela noção de monumento histórico) e deram maior enfoque à preservação do patrimônio urbano.

Entretanto, na maioria das vezes, o patrimônio urbano dos centros e bairros antigos foi tratado de forma apartada do restante da cidade, privilegiando os aspectos formalistas e estéticos da sua constituição, em detrimento da sua dinâmica econômica e social.

Entre as décadas de 1960 e 1970, o estímulo à atividade turística parecia ser a tábula da salvação para o patrimônio urbano, viabilizando uma fonte de recursos permanente que garantiria a sustentabilidade econômica dos sítios históricos.

No Brasil, a série de missões de assistência técnica realizadas pela Unesco, em cooperação com o governo brasileiro, entre 1964 e 1972, foi bastante representativa nesse sentido. O propósito central era o desenvolvimento de um programa brasileiro voltado para o turismo cultural, de acordo com o modelo difundido pela Unesco, no qual as ações de conservação e planejamento urbano visavam a promoção do turismo como fonte de renda e desenvolvimento⁷.

O relatório “*Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique*” [Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turís-

5 BANDARIN e VAN OERS, 2012, p. 71. Tradução livre.

6 GIOVANNONI, 1998 [1931]; RIEGL, 2008 [1903]; SITTE, 1996 [1889].

7 RIBEIRO, 2021.

tico e econômico]⁸ do francês Michel Parent, de 1968, produzido no âmbito da cooperação técnica entre Iphan e Unesco, ilustra bem a importância central dada ao turismo como atividade econômica capaz de unir o ideal da preservação com o da sustentabilidade local, modelo posto em prática em diversos lugares – dentre os quais Veneza é hoje o exemplo mais extremo.

Nesse sentido, um ponto de destaque era o privilégio concedido à ideia de “cidade como obra de arte”, pautada pela extrema relevância dada a seus valores estéticos e da homogeneidade da sua paisagem urbana (especialmente a homogeneidade de linguagens, tipologias e gabaritos), cujas condições para preservação pareciam opor-se deliberadamente às transformações da vida moderna. A noção de uma beleza da paisagem urbana, a ser preservada e valorizada, é bastante evidente, por exemplo, na história da preservação dos bairros urbanos históricos de Paris⁹, exemplo mundialmente reconhecido e, muitas vezes, perseguido no campo da preservação urbana.

Ao mesmo tempo, se enfatizava a importância da aproximação entre preservação e planejamento urbano, dado os riscos de descaracterização e de destruição do patrimônio pelo vertiginoso crescimento urbano, então pautado por um modelo que pregava a renovação das cidades e não sua conciliação com a cidade antiga. A ideia, contudo, não era de congregar as necessidades contemporâneas à preservação do patrimônio, mas separá-las, inclusive fisicamente, com a criação de contornos viários e novos bairros afastados destinados à expansão urbana e à continuidade das funções cotidianas das cidades, enquanto o centro histórico era destinado a atividades de turismo e lazer. Essa foi a base, por exemplo, das proposições do arquiteto português Viana de Lima para Ouro Preto em 1968, ainda no âmbito das missões da Unesco iniciadas em 1964.

Atualmente, discute-se as consequências do modelo da política de proteção e valorização colocada em marcha, especialmente diante do quadro inquietante de despovoamento e desconexão urbana dos centros históricos, fenômeno que atinge a maioria dos conjuntos urbanos tombados no Brasil¹⁰, mas também parcela expressiva de áreas urbanas históricas em países como a França¹¹ e a Itália¹², com larga tradição no campo da conservação e do planejamento urbano.

Na maioria das vezes, os instrumentos de gestão do patrimônio ur-

8 LEAL, 2008.

9 FIORI, 2012.

10 WEISSHEIMER, 2021.

11 RAZEMON, 2016.

12 MICELLI e PELLEGRINI, 2018.

bano pautam-se por ações centradas na proteção (no Brasil, ação traduzida pelo tombamento), regulação e controle, cujas bases conceituais fundamentam-se na limitação de alturas, conservação de volumetrias e manutenção de elementos arquitetônicos, além da ideia de manutenção dos habitantes “tradicionais”. Tais noções são alicerçadas em documentos internacionais produzidos, especialmente, a partir da década de 1960, notadamente a Carta de Veneza¹³, seguida pela Resolução de Budapeste¹⁴, a Declaração de Amsterdã¹⁵, a Recomendação de Nairóbi¹⁶, a Carta de Washington¹⁷ e, mais recentemente, a Declaração de Quebec¹⁸ sobre o “espírito dos lugares”.

Ocorre que essa visão mais conservadora tem, muitas vezes, negligenciado as transformações recentes da sociedade, o que inclui mudanças comportamentais relacionadas a estilos de vida, composição familiar, migrações e fluxos demográficos. Sem falar na crise derivada da pandemia do COVID-19, que tem colocado definitivamente em xeque as abordagens fragmentárias que já vinham sendo questionadas, como a especialização de usos e o forte apelo à atividade turística.

Nas práticas de proteção e gestão de núcleos urbanos, ainda prevalece uma visão fragmentada do todo urbano, muitas vezes voltada à escala arquitetônica, sem uma compreensão urbanística ampliada e desconsiderando o cenário geral de vacância e despovoamento observado nos núcleos urbanos protegidos.

Em 2005, o arquiteto Cyro Correa Lyra, que atuou por mais de 40 anos junto ao corpo técnico do Iphan, defendeu a tese intitulada “Casa vazia, ruína anuncia”¹⁹. O estudo problematizava os diversos projetos de restauração desenvolvidos no âmbito do Programa Monumenta (efetivado pelo Governo Federal entre os anos 2000 e 2010) que não previam a quais usos seriam destinadas as edificações históricas depois de restauradas, o que implica, no final das contas, em verdadeiro desperdício de recurso público, pois apenas com a utilização cotidiana e um uso adequado é que as ações rotineiras de manutenção e conservação acontecem. Contudo, o que a pesquisa denunciava ia além do eventual desperdício de recursos públicos, mas também uma prática de preservação pautada na materialidade do objeto, mais que em seus usos e significados – como se a materialidade pudesse ser protegida apesar da função prática (que muitas vezes é também

13 ICOMOS, 1964.

14 ICOMOS, 1972.

15 ICOMOS, 1975.

16 ICOMOS, 1976.

17 ICOMOS, 1987.

18 ICOMOS, 2008.

19 LYRA, 2005.

simbólica) que lhe é (ou não) dada pela sociedade.

Documentos internacionais como o Memorando de Viena²⁰ e a Recomendação da Paisagem Histórica Urbana²¹, adotada pela UNESCO em 2011, têm buscado rediscutir as bases conceituais e metodológicas tradicionais, em prol de uma abordagem mais holística, integrada com o planejamento urbano e territorial, onde o caráter mutável, intrínseco das cidades e das sociedades no decorrer da história, deve ser levado em consideração.

É nesse contexto que se propõe o exercício de reflexão sobre o caso do centro histórico de Florianópolis.

1 A proteção do patrimônio urbano em Florianópolis

O caso Florianópolis se inscreve dentre os exemplos de áreas centrais urbanas protegidas de algumas capitais brasileiras, como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife (bairros de Santo Antônio e São José), onde prepondera uma paisagem urbana heterogênea (marcada pela coexistência de um patrimônio arquitetônico construído até o século 19 com edifícios em altura construídos a partir do século 20). Em todos esses exemplos, a análise dos dados estatísticos de 2000 e 2010 demonstra uma tendência à perda populacional, com consequente esvaziamento da função residencial, aliada à altos índices de vacância²².

Florianópolis possui uma das mais antigas legislações de tombamento de nível municipal do Brasil. Fruto do chamado que o governo federal fez a Estados e municípios em prol da criação de instrumentos e órgãos específicos de preservação do patrimônio cultural em 1970 – cujos resultados estão expressos no Compromisso de Brasília (1970) e no Compromisso de Salvador (1971) – em 1974 foi promulgada, à luz do Decreto Lei n. 25/1937, a Lei Municipal n. 1.202/74, que instituiu o tombamento e criou o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município – SPHAM (atual Serviço de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural – SEPHAN, vinculado ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF)²³.

Foi justamente na década de 1970 que a paisagem urbana da cidade sofreu as maiores alterações. A tendência de verticalização da área central, já verificada a partir da década anterior, se acentuou e a construção do aterro da Baía Sul marcou definitivamente a ruptura com a antiga paisagem portuária.

20 ICOMOS, 2005.

21 UNESCO, 2011.

22 WEISSHEIMER, 2020.

23 ADAMS, 2002.



Imagem 1: foto aérea do centro da capital catarinense na década de 1940.
Fonte: fotografias históricas acervo UFSC, disponíveis em <https://www1.udesc.br/?id=2199>

Lançado em 1974, a aplicação do tombamento municipal a conjuntos urbanos históricos foi somente efetivada uma década mais tarde, em 1986, quando todas as principais alterações morfológicas do centro histórico já haviam se consolidado. O Decreto Municipal n. 270/86 tombou 10 conjuntos urbanos na área central de Florianópolis, que foram mais tarde incorporados às atuais Áreas de Preservação Cultural (APC's).

Diferente do tombamento federal e da maioria das legislações estaduais e municipais de tombamento, o Decreto n. 270/86 previu o enquadramento das edificações contidas dentro dos perímetros de proteção em uma de três categorias de preservação, sendo P1 a mais restritiva e P3 a menos rigorosa, classificação posteriormente incorporada à Lei Municipal 2.193/85 (conhecida como Plano Diretor dos Balneários):

Art. 2º [...] I - P-1 - Imóvel a ser totalmente conservado, ou restaurado, tanto interna como externamente [...] II - P-2 - Imóvel partícipe de conjunto arquitetônico, cujo interesse histórico está em ser desse conjunto, devendo seu exterior ser totalmente conservado ou restaurado, mas podendo haver remanejamento interno, desde que sua volumetria e acabamento externos não sejam afetados [...] III - P-3 - Imóvel adjacente a edificação ou a conjunto arquitetônico de interesse histórico, podendo ser demolido mas ficando a reedificação sujeita a restrições capazes de impedir que a nova construção ou utilização descaracterize as articulações entre as relações espaciais e visuais ali envolvidos, devendo ou não manter a volumetria, a critério do órgão Municipal de Planejamento [...].

Assim, em 1989 foi promulgado o Decreto n. 521/89, que *classifica, por critérios diferenciados de valor histórico, artístico e arquitetônico, os prédios integrantes dos conjuntos históricos tombados pelo Decreto n. 270/86*, classificação essa posteriormente retificada pelos decretos n. 190/90 e n. 2.198/04, que excluíram uma série de edificações do tombamento.

Os conjuntos tombados encontram-se atualmente agrupados em uma Área de Preservação Cultural (APC-1) pela Lei Complementar n. 482/2014, que instituiu o Plano Diretor do Município de Florianópolis em vigor, sendo que a mesma metodologia de proteção e classificação de imóveis – agora com cinco categorias ao invés de três – foi mais uma vez incorporada à legislação urbanística.

Do ponto de vista prático, o tombamento de conjuntos históricos em Florianópolis acaba incidindo sobre uma somatória de edificações individuais, listadas e classificadas conforme as categorias de preservação, não especificamente sobre o conjunto urbano delimitado. Nesse sentido, é notável que o Decreto n. 190/90 (o mesmo que excluiu algumas centenas de edificações dos conjuntos tombados pelo Decreto n. 270/86) tenha explicitamente tombado a malha viária urbana central, como se esse atributo não estivesse automaticamente incluso na proteção dos conjuntos urbanos. Essa abordagem, que buscou privilegiar um viés operacional nas análises e concessões (permissões para reformar, construir, demolir, isenções de IPTU ou transferência do direito de construir, essa incluída pelo Plano Diretor de 1985 e reafirmada pelo Plano Diretor em vigor), tende a configurar uma visão fragmentada dos conjuntos históricos, privilegiando aspectos arquitetônicos isolados em detrimento de uma compreensão urbanística (e, portanto, dinâmica) do próprio conjunto tombado e da relação que os setores protegidos têm (ou deveriam manter) com o todo urbano.

Várias questões podem ser lançadas à discussão a partir desse critério fragmentado de seleção e proteção. Do ponto de vista conceitual, uma das mais importantes é que a própria atribuição de valor é dinâmica, ou seja, uma série de bens que na década de 1980 não era considerada plausível para a proteção do conjunto urbano, hoje pode possuir outro caráter e, portanto, outros valores, tornando esses bens passíveis de proteção. Em Florianópolis, parcela considerável da arquitetura modernista da década de 1960, justamente no momento de maior transformação da paisagem do centro histórico, pode ser enquadrada nesse perfil.

A reflexão reversa também é possível, ou seja, sobre a discussão da proteção individual de imóveis fora dos conjuntos tombados que, a princípio, possuem algum valor cultural, mas cujo tombamento isolado encontra-se atualmente problematizado pela transformação severa das áreas

envoltórias, pela precariedade do estado de conservação e pela ausência de incentivos eficazes à sua preservação e fruição.

As próprias categorias de preservação deveriam ser periodicamente discutidas a partir desses entendimentos. Uma edificação classificada como P3 na década de 1980 pode vir a ter uma importância diferenciada na atualidade e não é possível (ou melhor, é pouco eficaz) proceder ao reequadramento, por decreto, a cada momento em que se torna necessária a reanálise dos valores patrimoniais expressos nos imóveis que configuram um conjunto.

Se analisada com atenção a listagem que integra o Anexo I do Decreto n. 190/90, serão identificadas edificações que, excluídas do tombamento naquela época, hoje já se revestem de valores que justificariam sua manutenção no conjunto. E, de fato, elas estão no conjunto! Mesmo as edificações enquadradas na categoria P3 pelo Decreto n. 270/86 e que não foram excluídas do tombamento, hoje poderiam ser enquadradas de maneira diversa.

Ainda em 1989, muitos dos edifícios em altura – como o antigo Hotel Royal, na Rua João Pinto; a sede da Secretaria Estadual de Educação, na Rua Antônio Luz; ou o Edifício São Jorge/ Lux Hotel, na Rua Felipe Schimidt²⁴ – foram enquadrados na categoria P3, ou seja, poderiam ser até mesmo demolidos, ação inconcebível na atualidade!

Essa é uma das maiores contradições da prática da preservação de conjuntos históricos urbanos – não só em Florianópolis, ou no Brasil, mas em todo o mundo. Pois, tradicionalmente, tem-se utilizado mecanismos de avaliação e proteção de bens arquitetônicos a conjuntos urbanos que são de natureza mais complexa do que um monumento individual. E é a natureza dinâmica, das transformações econômicas e sociais que marcam a história das cidades, que tem sido a mais negligenciada nas políticas de preservação.

2 Dados estatísticos do centro histórico de Florianópolis

Buscando trazer à tona informações sobre a dinâmica demográfica e socioeconômica do centro histórico de Florianópolis, foi reunida uma série de dados estatísticos dos dois últimos censos do Instituto Brasileiro de

24 Os dois últimos figuram entre as obras selecionadas pela publicação “Itinerários da arquitetura moderna – Florianópolis” (TEIXEIRA e YUNES, 2016), que apresenta uma compilação dos bens da arquitetura moderna florianopolitana mapeados por inventário realizado pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Geografia e Estatística – IBGE (2000 e 2010) de setores censitários da área central.

Para isso, foram considerados 11 setores censitários que fazem parte ou encontram-se nas imediações do centro histórico de Florianópolis. A análise dos dados desses setores permite uma radiografia bastante apurada da dinâmica urbana da área central. Os dados restringem-se, contudo, aos anos de 2000 e 2010, sendo interessante que futuras pesquisas possam alargar o recorte temporal (tanto incorporando dados de 1991 ou décadas anteriores, se disponíveis, quanto de futuros censos), permitindo a construção de uma análise da tendência histórica da região, o que contribuiria ainda mais para subsidiar as reflexões sobre a preservação do patrimônio urbano.

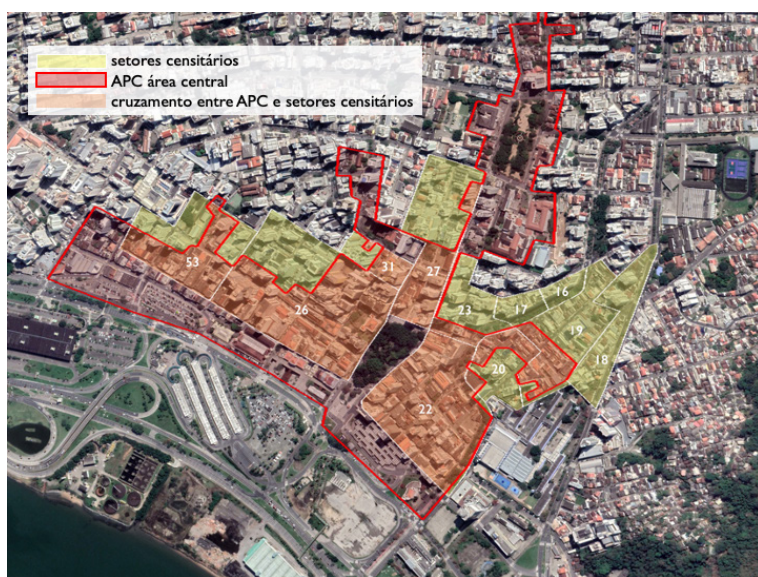


Imagem 2: Identificação dos 11 setores censitários considerados na análise, seguindo a numeração dada pelo IBGE em 2010 (últimos dois dígitos do número de identificação do setor).



Imagem 3: O setor 22 corresponde à área conhecida como Setor Leste.



Imagem 4: O setor 26 corresponde à área comercial à oeste da Praça XV de Novembro.



Imagem 5: O setor 53 corresponde à área de comércio mais popular, incluindo parcela importante da Rua Conselheiro Mafra.



Imagem 6: Os setores 16 e 17 abarcam o grupo de edifícios conhecido como “paredão da Hercílio Luz” que, embora fora do perímetro da APC, configura uma área residencial com reflexos importantes no cotidiano do centro histórico.

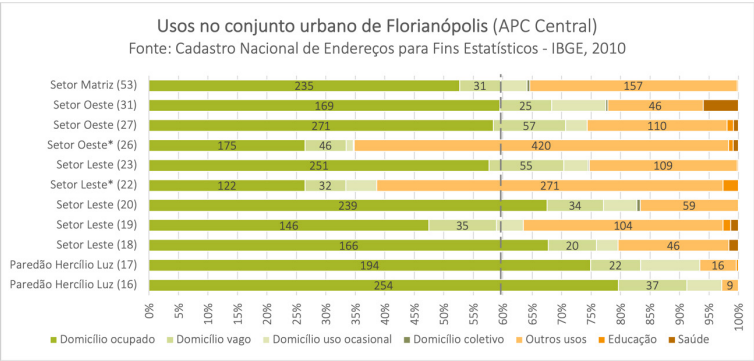


Gráfico 3: Usos no centro histórico de Florianópolis.

Ao todo, os 11 setores censitários analisados englobavam, em 2010, 4.106 endereços, dos quais 66,8% eram residenciais. A maioria dos habitantes dos setores censitários da área central moram em domicílios do tipo apartamento (92,3% do total).

Em 2010, os setores 16 e 17 (o “paredão da Hercílio Luz”) possuíam maior porcentagem de domicílios que os demais: mais de 95% do total de endereços nesses setores eram residenciais. Já os setores 22 e 26 (à leste e à oeste da Praça XV de Novembro, respectivamente) possuíam o menor percentual de domicílios (38,4% e 34,9% do total do setor, respectivamente) dentre os setores analisados.

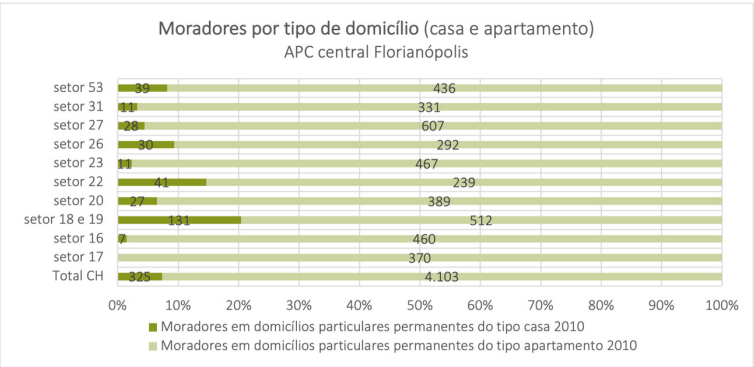


Gráfico 4: Total de moradores em casa e em apartamento por setor censitário na área central de Florianópolis em 2010.

No geral, a população dos setores censitários da área central analisados decresceu 22,2% entre os anos de 2000 e 2010 (enquanto a população florianopolitana total aumentou em 23%). Foram 220 moradores a menos em domicílios do tipo casa (o que corresponde a uma perda de 40,4% do total de moradores em casas) e 995 a menos em apartamentos (decrécimo

proporcional de 19,5% nesse tipo de domicílio).

O setor 22 (Setor Leste) foi o que contabilizou a maior perda relativa de moradores na década. Esse mesmo setor foi o que mais perdeu domicílios, especialmente os domicílios tipo casa.

Em geral, a perda populacional dos setores foi acompanhada da perda de domicílios, e vice-versa – os setores que ganharam moradores são aqueles que ganharam domicílios.

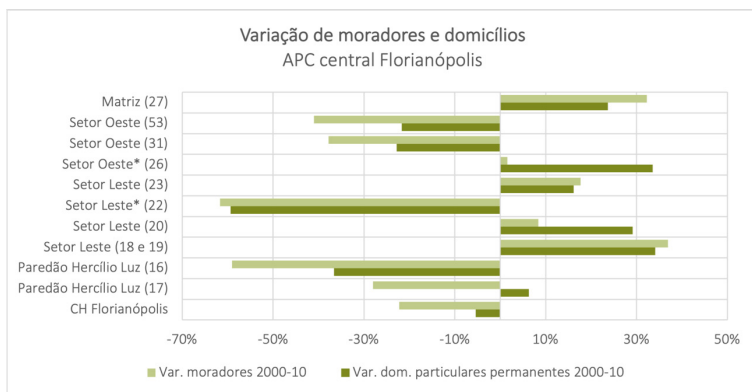


Gráfico 5: Variação de moradores e domicílios por setor censitário na área central de Florianópolis entre 2000 e 2010.

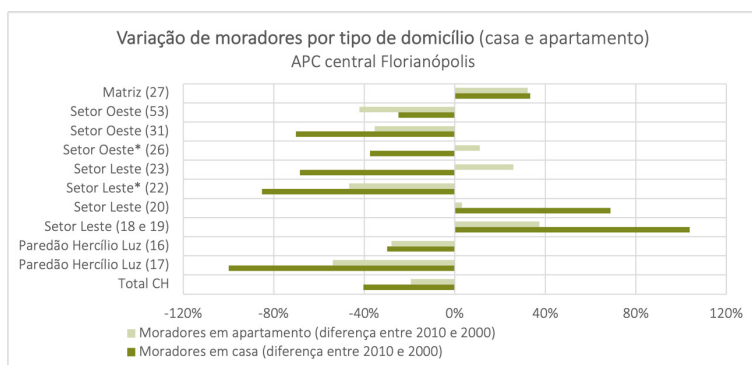


Gráfico 6: Variação de moradores na área central de Florianópolis entre 2000 e 2010, conforme tipo de domicílio (casa ou apartamento).

Parcela expressiva dos bens classificados como P1 da área central é de casas ou sobrados, já que são também os imóveis mais antigos, testemunhos arquitetônicos da cidade pré-verticalização. No entanto, a função residencial há muito tempo deixou de ser preponderante nesses imóveis, aos poucos transformados em lojas, bares, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais.

Em 2000, havia 191 domicílios tipo casa na área analisada, 67% dos quais concentravam-se nos setores 22, 26 e 53. O setor 22 reunia, sozinho, 46,1% do total (ou 88 dos 191 domicílios tipo casa). Já em 2010 foram contabilizados 112 domicílios do tipo casa nos setores censitários analisados (perda relativa total de 41,4%), sendo que apenas o setor 22 perdeu 72 (ou 81,8%) dos seus domicílios tipo casa na década.

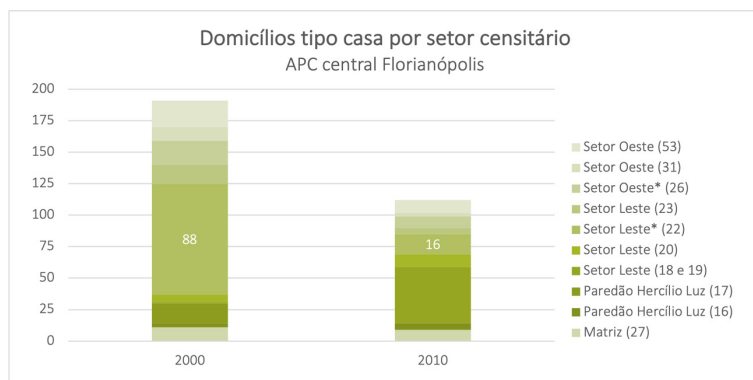


Gráfico 7: Variação de domicílios tipo casa no centro histórico de Florianópolis entre 2000 e 2010.

Em 2000, a área analisada possuía 5.711 moradores. Em 2010, houve uma perda total de 21,3% de moradores em relação à década anterior. Só os setores 16 e 17 juntos perderam 44,1% da sua população (uma redução de 837 moradores). O setor 22 foi o que mais perdeu moradores (passando de 731 para 280 habitantes, um decréscimo de 61,6%), seguido do setor 53, com 329 moradores a menos (perda percentual de 44,1%).

A perda de moradores foi acompanhada de alterações na composição da população residente no centro histórico. Entre 2000 e 2010, na média geral, o centro histórico perdeu moradores jovens (de até 24 anos) e incrementou sua população idosa (acima de 55 anos).

Dentre os setores que perderam população no período, a única exceção é o setor 22 (Setor Leste), onde cresceu o percentual de habitantes abaixo de 24 e acima de 55 anos (ou seja, os moradores que deixaram o setor possuem entre 25 e 54 anos). Dentre os setores com perda populacional, o decréscimo de jovens até 24 anos foi sempre maior do que das outras faixas etárias.

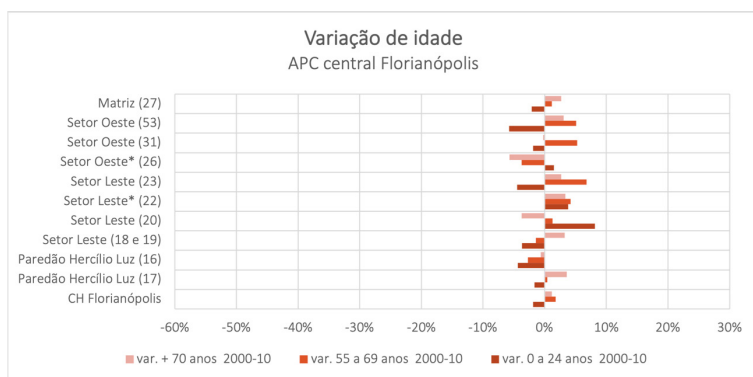


Gráfico 8: Variação de idade dos moradores no centro histórico de Florianópolis entre 2000 e 2010.

Entre 2000 e 2010, o centro histórico também perdeu moradores com maior renda (acima de 10 salários-mínimos) e ganhou, proporcionalmente, moradores de renda baixa (até 2 salários-mínimos, incluindo moradores sem renda), o que demonstra uma tendência geral de empobrecimento da população residente (ou de manutenção da população de renda mais baixa, enquanto os residentes de maior renda mudaram para outras regiões da cidade).

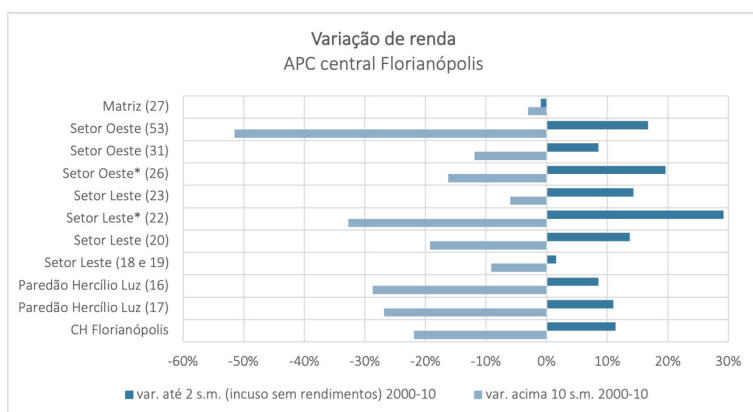


Gráfico 9: Variação de renda de responsáveis por domicílios centro histórico de Florianópolis entre 2000 e 2010.

Além das variações de moradores e domicílios, o índice de vacância (relação entre domicílios vagos e total de domicílios) é outro indicador importante para caracterizar a dinâmica urbana de uma região. Em geral, altos índices de vacância estão associados a uma perda de vitalidade (econômica e social) e significam, no caso dos conjuntos históricos urbanos, uma tendência de agravamento do estado geral de conservação dos imóveis.

Já o percentual de imóveis de uso ocasional em uma região associa-se, em geral, a atividades turísticas ou de lazer. Cidades ou bairros turísticos são caracterizados pela alta porcentagem de domicílios de uso ocasional (chamadas segundas residências).

Em 2010, a relação entre domicílios vagos e o total de domicílios do município era de 11,1% e os domicílios de uso ocasional correspondiam a 12,9% do total de domicílios de Florianópolis.

Na área central, a vacância média dos setores censitários analisados era, em 2010, de 14% (acima da média do município), enquanto a porcentagem média de domicílios de uso ocasional era de 7,1% (praticamente a metade de média do município). Os setores 26, 22 e 27 possuíam a maior vacância, com 20,1%, 18% e 16,5% de domicílios vagos, respectivamente.

Contudo, não há uma relação evidente entre perda populacional e maiores índices de vacância (os setores com maior perda populacional não possuem índices acima da média da região, sendo que todos possuem vacância maior que a média do município e é possível que a vacância tenha aumentado no período, embora esse não tenha sido um dado aferido).

O que os dados permitem aferir é que, que pese a vocação turística de Florianópolis, principalmente por sua característica balneária, essa atividade é pouco desenvolvida no centro histórico. Em geral, o percentual de uso ocasional é bastante reduzido na área central: quase 6% menor que no restante do município. Já a vacância total (domicílios vagos) é aproximadamente 3% maior no centro histórico – com setores onde essa diferença ultrapassa 5%.

Em síntese, a área central tem um percentual de domicílios vagos acima da média do município e, apesar do apelo turístico que os centros históricos possam possuir, no caso de Florianópolis a fração de domicílios de uso ocasional no centro histórico está bastante abaixo da média do município.

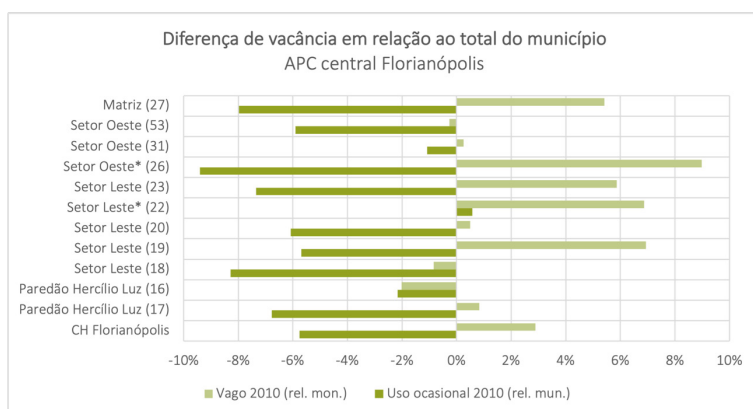


Gráfico 10: Diferença entre as taxas de domicílios vagos e de uso ocasional entre o centro histórico e as médias do município de Florianópolis em 2010.

3 A perda de população e de vitalidade econômica nos núcleos urbanos históricos e seu impacto na construção de novos mecanismos de ação

A perda de vitalidade econômica dos centros históricos tem sido motivo para uma nova rediscussão dos instrumentos e modelos de gestão de conjuntos urbanos protegidos na França. Em 2016, a Inspeção Geral de Finanças, juntamente com o Conselho Geral de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável franceses lançaram um relatório pormenorizado sobre a preocupante situação geral das atividades comerciais nos centros históricos, especialmente percebido nas cidades pequenas e médias, fenômeno acompanhado de perdas populacionais e de tendência à precariedade no estado de conservação das edificações²⁵. Como resposta imediata, um novo plano nacional, com mecanismos de incentivo e gestão compartilhada, foi lançado no mesmo ano²⁶.

As cidades devem organizar sua candidatura a partir de uma série de indicadores que caracterizam a situação geral, dentre os quais: situação demográfica, econômica, perda e envelhecimento da população, perda de jovens, domicílios vagos, comércios fechados, estado de conservação do patrimônio edificado e dos espaços públicos e meio ambiente paisagístico. O plano ainda afirma que:

²⁵ Inspection générale des finances et Conseil général de l'environnement et du développement durable, 2016.

²⁶ DAUGE, 2016.

[...] é preciso uma verdadeira inversão das políticas. Na verdade, apesar da Lei Malraux, em 50 anos nós não instituímos mais que uma centena de setores salvaguardados. As ZPPAUP tiveram mais sucesso em números, mas elas não tiveram a força necessária, na situação atual, para tratar dos bairros e dos centros históricos em situações muito difíceis²⁷.

Promulgada em 1962, a Lei Malraux instituiu os “*secteurs sauvegardés*” como principal dispositivo de proteção dos conjuntos históricos urbanos na França, em resposta às rápidas transformações urbanas da época. Sua repercussão foi mundial e influenciou diretamente a política de preservação do patrimônio urbano em muitos países. Além da proteção, a legislação criou importantes mecanismos de incentivo fiscal aos proprietários e usuários de imóveis situados em áreas protegidas (que, dependendo das circunstâncias, podem ter até 40% do custo das obras de conservação abatidos do imposto de renda).

Mas o processo de proteção, que previa a elaboração de planos de preservação detalhados, era muito vagaroso e, em 1983, no âmbito do processo de descentralização administrativa do Estado, foram criadas as ZPPAUP (Zonas de Proteção do Patrimônio Arquitetônico, Urbano e Paisagístico), em substituição aos *secteurs sauvegardés*.

Em 2010, as ZPPAUP foram transformadas em “Áreas de Valorização da Arquitetura e do Patrimônio” (AVAP) e, em 2016, uma nova reformulação na política de preservação das áreas urbanas históricas agrupou todas as categorias, criando os “Sítios Patrimoniais Remarcáveis”. Em todos os casos, há o reconhecimento de que as ações de preservação devem ser acompanhadas de uma série de medidas de incentivo ao uso e à dinâmica urbana das áreas e, além disso, devem passar por permanentes reavaliações.

De acordo com o documento, também os planos de preservação desenvolvidos para os *Secteurs sauvegardés* ou para as ZPPAUP deverão ser revistos, viabilizando um olhar diferenciado e realista que permita a conservação de forma adaptada às condições da vida moderna e desejos atuais da população. O texto frisa ainda que a retomada de moradias e de usos dos conjuntos urbanos protegidos não será possível a partir de intervenções pontuais, na escala dos imóveis, mas sim dos bairros.

O caso francês não é, obviamente, transplantável para a realidade brasileira, mas ao menos a reflexão subjacente sobre a necessidade de

27 DAUGE, 2016, p. 28. Tradução própria.

avaliações periódicas dos conceitos e instrumentos disponíveis a partir de dados empíricos é válida em qualquer contexto. Nesse caso, qual seria a avaliação (e revisão) possível da atuação no campo da preservação urbana no Brasil?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O centro histórico de Florianópolis é caracterizado, pelo menos desde a década de 1970, por uma paisagem urbana heterogênea, marcada pelo processo de verticalização iniciado nos anos 1950, acompanhado mais tarde da construção do aterro da Baía Sul.

Ainda que a lei municipal de tombamento tenha sido uma das primeiras legislações locais de proteção no Brasil, a proteção dos conjuntos históricos na área central se deu apenas na segunda metade da década de 1980, quando o processo de verticalização já havia se consolidado.

Apesar das importantes perdas populacionais contabilizadas entre as décadas de 2000 e 2010 (considerando que no mesmo período a cidade de Florianópolis ganhou 23% de habitantes, enquanto a área central perdeu mais de 22% dos seus moradores), o centro histórico mantém-se marcadamente residencial, característica importante para a manutenção da sua vitalidade urbana no cotidiano.

Essa característica residencial é mantida quase que exclusivamente pela existência dos edifícios de apartamento edificadas seja dentro da APC, seja no seu entorno imediato. Mesmo assim, a construção de edifícios altos junto ou nas vizinhanças da APC é sempre motivo de grande discussão quanto à sua permissibilidade em virtude das possíveis interferências visuais às edificações históricas de menor altura.

Nesse sentido, ainda vigora um entendimento formalista e restritivo, apoiado em uma interpretação particular (às vezes até equivocada) de textos internacionais, como a Recomendação de Nairóbi de 1976, que trata da salvaguarda de conjuntos históricos, e diz:

Um cuidado particular deve ser destinado à regulamentação e ao controle das novas construções para assegurar que sua arquitetura se insira harmoniosamente nas estruturas espaciais e na ambiência dos conjuntos históricos. [...] uma análise do contexto urbano deverá preceder toda construção nova não apenas para definir o caráter geral do conjunto, mas também para analisar suas dominantes: harmonia de alturas, cores, materiais e formas, constantes da composição de fachadas e telhados, relações dos volumes cons-

truídos e dos espaços, bem como suas proporções médias e a implantação dos edifícios. [...] qualquer alteração sem critério pode ter um efeito de massa prejudicial à homogeneidade do conjunto.

Muitas vezes, confunde-se harmonia com homogeneidade e são estabelecidos parâmetros extremamente restritivos sem que sejam consideradas as especificidades de uma paisagem urbana heterogênea já consolidada.

Assim, a Lei Municipal 2193/85, já previa que novas construções nas APC's deveriam ser formalmente condicionadas à volumetria e altura das edificações vizinhas de classificações mais restritiva, ou seja, em geral, edificações de baixa altura, apesar da característica já heterogênea do conjunto tombado:

Art. 107 - Os projetos de categorias P-3 deverão se harmonizar com a arquitetura do conjunto formado pelas edificações vizinhas, respeitando as características do volume e altura, da cobertura e prolongamento dos telhados, da forma, divisão e proporção das coberturas exteriores, da composição, cores e revestimentos das fachadas. § 1º - A altura das edificações no caso de construções novas, ou de ampliação das existentes, não deverão exceder a altura máxima das edificações das categorias P-1 e P-2 mais próximas;

As porções do centro histórico de Florianópolis que ainda aglutinam o maior número de domicílios tipo casas são justamente aquelas que detêm o maior percentual de imóveis considerados de valor histórico, especialmente os setores 22 (setor leste) e o 53 (setor oeste, junto à Rua Conselheiro Mafra), sendo também os que mais perderam moradores e domicílios entre 2000 e 2010. Ou seja, a função residencial do coração do centro histórico está sendo rapidamente eliminada, geralmente substituída por usos comerciais e de serviços, sobre os quais será imprescindível também produzir dados, pois a dinâmica comercial do centro da cidade mudou radicalmente desde a construção dos grandes centros comerciais em outros bairros e mais ainda no decorrer do ano de 2020, sob forte impacto da pandemia do COVID-19.

É possível que, em muitos casos, estejamos a meio caminho, entre Veneza e Varanasi²⁸, onde os principais aspectos físicos dos conjuntos his-

28 Para acompanhar a reflexão apresentada por Francesco Bandarin (BANDARIN e VAN OERS, 2012), mencionada anteriormente.

tóricos permanecem preservados (ou pouco alterados), enquanto seu corpo social, ainda que em permanente transformação, mantém vivas tradições, memórias e manifestações das culturas locais e, principalmente, vivo o próprio tecido urbano. Contudo, a essência mutante das cidades – que permite que elas continuem sendo vivenciadas como tal – tem sido sistematicamente ignorada pelas ações de preservação e conservação dos conjuntos urbanos históricos.

Importante frisar que os dados se referem aos censos de 2000 e 2010, sendo visível que as tendências detectadas persistiram e mesmo se acirraram na última década. Nesse sentido, já fazem falta os dados do censo cancelado de 2020. Por outro lado, ainda não existem dados sobre os efeitos da pandemia de COVID-19 nos combalidos centros de cidades brasileiras, mas as inúmeras restrições impostas certamente incidiram de forma acentuada sob as condições preexistentes.

Infelizmente, as alterações demográficas e funcionais sofridas pelos conjuntos urbanos históricos nas últimas décadas não têm sido consideradas nem para a revisão dos instrumentos de regulação e controle, nem para a construção de estratégias de preservação ou de gestão das áreas urbanas históricas (nem em Florianópolis, nem no resto do Brasil²⁹). Entretanto, é cada vez mais urgente que essas sejam questões conhecidas, consideradas e discutidas, juntamente com a necessária criação de mecanismos eficazes de fomentos e incentivos a usuários e proprietários de imóveis tombados ou situados dentro de zonas de proteção.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Betina. *Preservação Urbana: Gestão e Resgate de uma História*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.
- BANDARIN, Francesco e VAN OERS, Ron. *The Historic Urban Landscape. Managing heritage in an urban century*. Oxford: John Wiley & Sons, 2012.
- CHOAY, Françoise. *La notion de patrimoine em urbanisme*. In; BAZIN, Marcel e GRANGE, Anne-Marie. *Les urbanistes et le patrimoine*. Reims: Presses universitaires de Reims, 2002.
- DAUGE, Yves. *Rapport au Premier Ministre – Plan national em faveur des nouveaux espaces protégés*. Paris, 2016. Disponível em: <http://www.asso-france-patrimoineinternational.org/wp-content/uploads/2017/04/plan_na

29 Exceção talvez para o Projeto de Lei 11/21 do município do Rio de Janeiro, que discute a formação do projeto “Reviver o Centro”, em discussão junto à câmara de vereadores.

- tional_dauge.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- FIORI, Ruth. *L'invention du vieux Paris*. Wavre: Mardaga, 2012.
- GIOVANNONI, Gustavo. *L'urbanisme face aux villes anciennes*. Paris: Éditions du Seuil, 1998 [1931].
- ICOMOS. *Québec Declaration on the Preservation of the Spirit of Place*. Québec: ICOMOS, 2008.
- ICOMOS. *Recommendation concerning the Safeguarding and Contemporary Role of Historic Areas*. Nairóbi: ICOMOS, 1976.
- ICOMOS. *Resolutions of the International Symposium on the Conservation of Smaller Historic Towns*. 4th ICOMOS General Assembly. Rothenburg ob der Tauber: ICOMOS, 1975
- ICOMOS. *Resolutions of the Symposium on the Introduction of Contemporary Architecture into Ancient Groups of Buildings*. Budapeste: ICOMOS, 1972.
- ICOMOS. *The Declaration of Amsterdam*. Amsterdam: ICOMOS, 1975
- ICOMOS. *The Valletta Principles for the Safeguarding and Management of Historic Cities, Towns and Urban Areas*. La Valletta: ICOMOS, 2011.
- ICOMOS. *The Venice Charter*. Veneza: ICOMOS, 1964.
- Inspection générale des finances et Conseil général de l'environnement et du développement durable. *La revitalisation commerciale des centres-villes*. Paris, 2016. Disponível em: <https://www.economie.gouv.fr/files/files/PDF/Rapport_RevitalisationcentresvillesVdef_octobre2016.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- LEAL, Claudia F. Baeta (org.). *As Missões da Unesco no Brasil*: Michel Parent. Rio de Janeiro: Iphan, 2008.
- LYRA, Cyro Corrêa. *Casa vazia, ruína anuncia*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- MICELLI, Ezio e PELLEGRINI, Paola. *Wasting heritage*. The slow abandonment of the Italian Historic Centres. J. Cult. Herit, n. 31, p. 180-188, 2018.
- RAZEMON, Olivier. *Comment la France a tué ses villes*. Paris: Rue de l'échiquier, 2016.
- RIBEIRO, Cecilia. *Viana de Lima em missão da Unesco no Brasil*. Urbana, v. 5, n. 6, p. 53-72, 2013. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/204817066.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2021.
- RIEGL, Aloïs. *El culto moderno a los monumentos*. Tercera edición. Madrid: La Balsa de la Medusa, 2008. [1903]

- SITTE, Camilo. *L'art de bâtir les villes. L'urbanisme selon ses fondements artistiques*. Paris: Éditions du Seuil, 1996 [1889].
- TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura e YUNES, Gilberto Sarkis (orgs.). *Itinerários da arquitetura moderna* – Florianópolis. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.
- UNESCO. *Recommendation on the Historic Urban Landscape*. Paris: UNESCO, 2011.
- WEISSHEIMER, Maria Regina. *Preservação do Patrimônio Urbano No Brasil - Uma análise de tendências para uma mudança de abordagem*. Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, v. 1, p. 1-20, 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2117/336489>>. Acesso em 17 nov. 2021.
- WEISSHEIMER, Maria Regina. *A cidade histórica no Brasil urbano: entre transformações e preservação*, RITA, n. 13, 2020. Disponível em: <<http://revue-rita.com/dossier-13/a-cidade-historica-no-brasil-urbano-entre-transformacoes-e-preservacao-maria-regina-weissheimer.html>> Acesso em 17 nov. 2021.

Recebido em 30/08/2021

Aprovado em 24/11/2021

“DA VÁRZEA AO ALTOS DA GLÓRIA”: A TRAJETÓRIA DO GRÊMIO ESPORTIVO GLÓRIA DE VACARIA/RS

“FROM THE VÁRZEA TO THE ALTOS DA GLÓRIA”: THE PATH OF GRÊMIO ESPORTIVO GLÓRIA FROM VACARIA/RS

Paulo Gilberto dos Santos Silva Filho¹

Cristine Fortes Lia²

Katani Monteiro³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar aspectos da trajetória do Grêmio Esportivo Glória, clube de futebol da cidade de Vacaria, no Rio Grande do Sul, fundado em 1956. Neste percurso, enfatizamos o processo de construção do estádio Altos da Glória. Apesar do início modesto, como um time formado por trabalhadores do setor madeireiro, o Glória atualmente figura entre as equipes que disputam as principais competições futebolísticas do estado e, seu estádio, dos campinhos varzeanos ao Altos da Glória, representa um importante elemento na configuração da identidade e da memória coletiva local. Quanto aos procedimentos para esse estudo, utilizamos fontes de naturezas diversas, tais como atas do clube, fotografias, fontes impressas, entrevistas de história oral e fontes bibliográficas. O artigo apresenta diversas situações históricas pouco difundidas do clube, ou ignoradas pela comunidade que aqui estão sistematizadas na forma de um estudo pioneiro e original sobre a temática.

Palavras-chave: Futebol. Altos da Glória. Grêmio Esportivo Glória. Identidade. Vacaria

ABSTRACT

This paper aims to analyze aspects of Gremio Esportivo Glória's path, soccer club from Vacaria, Rio Grande do Sul, founded in 1956. In this path, we emphasize the process of construction of Altos da Glória stadium. Despite its modest beginning, with a team consisting of workers from the logging sector, Gloria is currently among the teams that dispute the main

1 Mestre em História pela Universidade de Caxias do Sul. Professor da Rede Municipal de Ensino de Vacaria – RS. E-mail: pgssilvajr@gmail.com

2 Doutora em História pela PUCRS. Professora e pesquisadora do Programa de Pós Graduação em História, do Programa de Pós Graduação em Letras e do Curso de História da Universidade de Caxias do Sul – UCS. Editora da Revista MétiS – UCS. Pesquisadora do Instituto Religare – UCS. E-mail: cfli@ucs.br

3 Doutora em História. Professora e pesquisadora do Programa de Pós Graduação em História e do Curso de História da Universidade de Caxias do Sul – UCS. Coordenadora do Laboratório de Ensino de História. E-mail: kmmonte@ucs.br

soccer competitions of the state, and, its stadium, from the “varzean” little fields to the Altos da Glória, represents an important element in the configuration of the local collective identity and memory. Regarding the procedures for this study, we used sources of several natures, such as the club’s minutes, photographs, printed sources, oral history interviews, and bibliographic sources. The paper presents several historical situations of the club that are little known, or ignored by the community, and here they are systematized in the form of a pioneer and original study about the theme.

Keywords: Soccer. Altos da Glória. Grêmio Esportivo Glória. Identity. Vacaria

INTRODUÇÃO

O futebol é o esporte mais popular e democrático praticado no Brasil (BOSCHILIA; MARCHI JÚNIOR, 2008, p. 4). Essa popularidade está ligada à simplicidade para praticá-lo. Com poucos equipamentos, uma bola (ou algo para chutar), uma meta (muitas vezes improvisada) e alguns atletas dispostos, o esporte pode ser praticado em qualquer lugar. Muitos clubes no Brasil, que hoje movimentam somas astronômicas, começaram assim, de forma improvisada, contando apenas com o entusiasmo de seus atletas-fundadores. Essa naturalidade permite que a prática esportiva se espalhe pelo país, de norte a sul, e que chegue tanto aos grandes centros urbanos quanto às pequenas vilas do interior brasileiro.

Vacaria é uma dessas cidades do interior do Brasil em que o futebol é a paixão de muitos de seus moradores e onde, em 1956, surgiu o Grêmio Esportivo Glória, time fundado por trabalhadores do setor madeireiro que, apesar do seu tímido início, no decorrer do tempo passou a figurar entre as principais equipes de futebol do Rio Grande do Sul. Em 1973, foi construído o Altos da Glória, estádio erguido aos poucos e que, hoje, ocupa uma grande área do bairro Jardim América. Porém, como qualquer clube pequeno brasileiro, o Grêmio Esportivo Glória vive uma luta constante para manter as finanças em dia e seu departamento de futebol em atividade.

Mesmo com poucos anos de existência, a agremiação vacariana possui conquistas futebolísticas em competições municipais e estaduais, que fazem parte da história local. Além disso, o seu estádio cresceu junto com o bairro e, consequentemente, está inserido no contexto histórico da comunidade. Segundo Nogueira (2001, p. 11), “a valorização da história local é o ponto de partida para o processo de formação do cidadão”. Por isso, acreditamos que o passado do clube pode ser utilizado como forma de educação histórica para um público diverso, pela possibilidade do enfoque local trabalhar com uma realidade vivenciada por vários indivíduos que habitam um determinado lugar.

Para a reconstituição da história do Glória, foram selecionados diversos documentos: livros, revistas e jornais, além do acervo privado do ex-

-presidente do Glória, Eugênio Marques, que possui álbuns fotográficos, cadernos com anotações e recortes de jornais, entre outras fontes muito bem preservadas. Apesar de não possuir arquivo para preservar os registros históricos, a direção do clube nos cedeu às atas das reuniões da Diretoria e do Conselho Deliberativo.

Além da pesquisa documental, realizamos entrevistas com pessoas que, de alguma forma, fizeram parte do passado da agremiação. De acordo com Alberti (2004, p. 29), "qualquer tema, desde que seja contemporâneo – isto é, desde que ainda vivam aqueles que têm algo a dizer sobre ele –, é passível de ser investigado através da história oral". Entretanto, a autora alerta: "não é apenas necessário que estejam vivos aqueles que podem falar sobre o tema, mas que estejam disponíveis e em condições (físicas e mentais) de empreender a tarefa que lhes será solicitada" (ALBERTI, 2004, p. 30-31). O tipo de entrevista realizada foi a temática, por ser essa a modalidade de história oral que trata "prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido", ou seja, "escolhem-se pessoas que dele participaram ou que dele tiveram conhecimento para entrevistá-las a respeito" (ALBERTI, 2004, p. 37-38).

A partir dessa lógica, buscamos dialogar com pessoas que, de alguma forma, fizeram parte do passado do clube e que, a partir de suas narrativas, forneceram evidências das múltiplas experiências sociais que marcam a trajetória do Glória e da prática futebolística em Vacaria.

Muitas vezes, quando ouvimos ou lemos alguém fazendo referência ao Glória, o nome do clube quase sempre vem acompanhado do nome da cidade: "Glória de Vacaria". Observamos, durante a pesquisa, que a maioria dos meios de comunicações de fora do município utiliza essa alcunha para se referir ao clube, dando a impressão de que são indissociáveis. Desta forma, iniciaremos este artigo percorrendo sobre algumas especificidades da formação histórica da cidade de Vacaria e sua relação com o surgimento do Grêmio Esportivo Glória para, em seguida, tratarmos do processo de construção do estádio Altos da Glória e sua vinculação com a configuração urbana do município.

1 Os primeiros tempos do Grêmio Esportivo Glória

Vacaria é uma cidade situada no interior do Rio Grande do Sul. Segundo o último Censo, realizado em 2010, o município possui uma população de 61.342 habitantes⁴. Além disso, é conhecido como a *Porteira do Rio Grande*, pois está localizado próximo à divisa do Rio Grande do Sul com

4 Conforme dados extraídos do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018).
RIHGRGS, Porto Alegre, n. 161, p. 215-240, dezembro de 2021.

Santa Catarina. A origem do nome do município está ligada ao fato de que, por volta de 1702, missionários jesuítas das Reduções e dos Sete Povos das Missões trouxeram seus rebanhos de gado do sul do estado, mais precisamente de uma região chamada de Vacaria do Mar, com o objetivo de fugir dos ataques de espanhóis e portugueses que já haviam pilhado essa área, situada entre a Lagoa dos Patos e os rios Jacuí e Negro. A região dos Campos de Cima da Serra⁵ oferecia uma proteção natural e os animais passaram a se multiplicar soltos nos campos, formando reservas para as estâncias dos padres inacianos. A região então passou a ser conhecida como *Baqueria de los Pinhales* (Vacaria dos Pinhais)⁶.

A economia do município é, atualmente, impulsionada pela produção da maçã⁷, sendo que a cada dois anos, o Rodeio Crioulo, festa dedicada à cultura e ao folclore gaúcho, atrai inúmeros visitantes de outros estados do Brasil e também de países estrangeiros⁸. O primeiro evento ocorreu em 1958 e foi realizado em comemoração ao terceiro aniversário do CTG *Porteira do Rio Grande* (BARBOSA, 1978, p. 145). Muitos tradicionalistas consideram o torneio de laço, que ocorre dentro da programação do rodeio, como a “Copa do Mundo” da modalidade⁹.

No ano do surgimento do Glória, em 1956, a cidade de Vacaria era administrada pelo prefeito Nicanor Kramer da Luz (1956-1960) e, naquela época, possuía 46.130 habitantes. Desse total, 6.840 habitantes viviam na zona urbana, enquanto que o restante, 41.290, viviam na zona rural, ou seja, 90% da população vacariana morava no campo (BARBOSA, 1978, p. 117).

As principais atividades de lazer, em especial para os jovens, eram as matinês nos cinemas existentes na área central da cidade, os “bailinhos”, os carteados e o futebol.

O cultivo da maçã, hoje tão importante para o município, ainda não

5 Essa região está situada no extremo nordeste do estado do Rio Grande do Sul, fazendo divisa com o planalto serrano catarinense. Os principais municípios são: Vacaria, Bom Jesus, São Francisco de Paula, Cambará do Sul, Lagoa Vermelha, Esmeralda e outros. Essa descrição é fornecida pelo Inventário Florestal Continuo da Universidade de Santa Maria (UFSM). (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, S.d.).

6 Segundo Barbosa (1978, p.7), essa região era privilegiada pelo fato de ser fortemente cercada por fronteiras naturais. No leste, os Aparados da Serra; ao norte, o caudaloso rio Pelotas; ao sul, o profundo rio das Antas; e, ao oeste, uma floresta quase que predominantemente dominada por pinheiros-arauárias, mais tarde denominada Mato Português e Mato Castelhana.

7 Prefeitura Municipal de Vacaria (2018).

8 O primeiro Rodeio Crioulo Internacional de Vacaria ocorreu somente na quinta edição da festa, em 1964, com a participação de comitivas vindas do Uruguai, Argentina e Estados Unidos (BORGES; SIOTA, 2010, p. 54).

9 Essa expressão pode ser encontrada na reportagem intitulada “Copa do Mundo do Laço”, sem autor definido, disponível no blog Falando de Laço. (FALANDO DE LAÇO, 2014).

existia e a economia vacariana naquela época girava em torno da agricultura, da pecuária e da indústria madeireira que, tal como veremos mais adiante, terá um papel importante na história do Glória. Em 1955, Vacaria havia produzido cerca de 15.000 quilos de trigo, 13.200 quilos de milho, 5.640 quilos de batata inglesa e 1.310 quilos de uva, enquanto que, na pecuária, o município possuía 213.800 cabeças de gado. Na indústria madeireira, durante os anos 1940, grandes empresas ligadas a esse setor se instalaram na região, para aproveitar a grande quantidade de pinheiro-araucária existente nas margens dos rios dos Campos de Cima da Serra (BARBOSA, 1978, p. 128).

A economia também foi movimentada pelo 3º Batalhão Rodoviário do Exército Brasileiro, sediado em Vacaria desde 1950. De acordo com Abreu, Giron e Giroto (2013), a chegada da unidade militar à cidade praticamente dobrou a população urbana e exigiu a modernização do comércio. A sua transferência para a cidade de Carazinho, Rio Grande do Sul, nos anos de 1967-1968, criou uma crise de desemprego na região, uma das maiores vividas pelos moradores da cidade. Tal situação só seria amenizada nos anos 1970, com a implantação do cultivo da maçã no município.

Conforme Borges (2001), o bairro Glória, local de nascimento do clube, era conhecido como Capela dos Cachorros, pois os moradores da região tinham muitos cães, que utilizavam para caçar. Por ser a comunidade mais antiga da cidade, recebeu outros nomes, como Arrabalde da Glorinha. Inicialmente, o local contava com pouco mais de dez casas, e a maioria de seus habitantes eram de descendência italiana (vindos de cidades vizinhas), luso-brasileiros (vindos do interior de Vacaria) e muitas famílias negras, geralmente humildes, com ligações com outro bairro vacariano, o Carazinho. Ainda segundo a autora, devido à grande presença de afrodescendentes, vários foram os acontecimentos ligados à história dessa população no bairro, sendo o principal deles, a criação do "Clube dos Morenos", hoje, União da Glória. Fundado em 26 de setembro de 1961, por Darci e João Maria Barbosa, o clube tinha como finalidade a criação de um espaço para os negros poderem se divertir, pois eram barrados nos outros clubes sociais da cidade.

Borges (2001) afirma que, inicialmente, o Bairro Glória concentrava seu crescimento em torno da Rua Velha (hoje Marechal Deodoro), que era uma das principais ruas da cidade e dava acesso à Lagoa Vermelha, município vizinho a Vacaria. A partir dos anos 1960, graças à presença de algumas madeiras, o bairro começou a se desenvolver plenamente. Foi em uma dessas madeiras que o Grêmio Esportivo Glória nasceu, conforme iremos narrar a seguir.

Consta no hino do clube, na primeira estrofe, a seguinte frase:

“Como nos conta a história / nos gramados vacarianos / nasceu o time de Glória”. O hino também apresenta as seguintes palavras: “Glória do presente / é o espelho do passado / projetando seu futuro [...]”. Essas referências ao passado denotam que, na história da agremiação, há motivos para se gabar de fatos vivenciados outrora, mas sabemos que esse tipo de exaltação soa como clichê em alguns hinos de clubes de futebol brasileiros¹⁰. Ainda assim, a letra do hino¹¹ nos remete a seguinte indagação: que passado é esse mencionado no hino?

O Grêmio Esportivo Glória foi fundado em uma quinta-feira, 15 de novembro de 1956, no bairro Glória, na cidade de Vacaria, fato já referido anteriormente. Em depoimento enviado ao *Jornal Correio Vacariense*¹², o primeiro presidente da agremiação, João Scherer Dáttria, afirma que o clube nasceu no seio da madeireira de sua propriedade e de seu sócio, Eurides de Quadros (*Madeira Quadros e Cia. Ltda.*)¹³. Segundo Dáttria, os funcionários gostavam de jogar futebol nas dependências da empresa, e ele, por gostar de futebol, participava dos jogos¹⁴. Entre esses funcionários, estava Adão Vargas, considerado por Borges (2001) como um incentivador da criação do time. O ex-presidente Eugênio Marques¹⁵ também considera Vargas como o grande encorajador da formação do time:

Ele foi quem liderou o negócio. Se ele não se interessasse, se não fizesse aquele esforço, não teria sido fundado o Glória. Ele foi o principal incentivador na fundação [...]. Ele gos-

10 A temática da menção ao passado está presente nos hinos de alguns clubes, por exemplo, Botafogo/RJ, São Paulo, Corinthians, Juventude e Atlético Mineiro. No caso do Atlético, é necessário conhecer um pouco a história do clube para saber que há uma referência ao passado no hino. Na frase “Nós somos campeões do gelo”, há uma alusão à excursão que o clube fez à Europa em 1950, quando disputou partidas com campos cobertos de neve.

11 O hino do Glória é executado sempre antes e depois das partidas do clube em Vacaria. Composto por Arabi Batista e musicado por Heitor Maciel, o hino fala do leão (mascote do clube), do estádio, da cidade de Vacaria e exalta a “raça” dos atletas que defendem a equipe. Nas entrevistas concedidas aos autores, Marques afirma que o hino do clube foi feito sob encomenda, após ter sido realizado um concurso, por meio do qual nenhuma das composições inscritas foi a escolhida.

12 O *Jornal Correio Vacariense* foi fundado em Vacaria/RS, em 1974, por Aderbal Duarte e Telmo Emerin. Em 1984, foi adquirido por João Telmo de Oliveira, permanecendo desde então sob o comando de sua família. O jornal é semanal e cobre diversos assuntos relacionados à cidade de Vacaria e à região.

13 De acordo com o *Jornal Correio Vacariense*, o depoimento de Dáttria foi enviado por e-mail pelo seu filho Joni Luiz Dáttria.

14 Fundador do Glória narra os primeiros momentos do clube. *Jornal Correio Vacariense*, Vacaria, nº 2351, 18 jul. 2015, p. 26.

15 Todas as entrevistas com o ex-presidente Eugênio Marques foram realizadas por Paulo Gilberto dos Santos Silva Filho, na residência de Marques, em Vacaria/RS, no ano de 2017.

tava de jogar, ele jogava, veio para Vacaria de Carazinho, para gerenciar e atender principalmente a parte do grosso da serraria, lidar com funcionário, a parte mais operacional, digamos assim. Não parte de escritório! A serraria ali era do seu João Dáttria, que foi quem fez o primeiro gol [...]. Mas afinal, seu João Dáttria e o seu Eurides Quadros, cunhado dele, casado com uma irmã do seu João, eram sócios em uma serraria, [...]. Eles foram buscar seu Adão Vargas, para ficar de peão geral deles ali “na coisa” [serraria], então seu Adão foi quem liderou o movimento e reuniu uma turma para fazer uns joguinhos nos finais de semana, nos campinhos ali e resolveram fundar o Glória. Por isso, ele é considerado o pai da coisa.

Em 16 de março de 1964, o Glória se filia à Federação Rio-Grandense de Futebol (atual Federação Gaúcha de Futebol, que daqui para frente será mencionada pela sigla FGF), mas ainda como um clube amador, disputando, no mesmo ano, o campeonato gaúcho da categoria¹⁶.

Em 1976, após muitos anos de amadorismo, o Glória profissionaliza o seu departamento de futebol e, nesse mesmo ano, disputa a Copa Governador do Estado. Todavia, nos anos seguintes (1977/1978), o clube se licencia da FGF, retornando às competições organizadas pela entidade somente em 1979¹⁷. Dois anos depois, retorna ao amadorismo, quando desiste de disputar o torneio de descenso da Segunda Divisão e, conseqüentemente, é rebaixado para a Terceira Divisão do Campeonato Gaúcho. As justificativas apresentadas pela diretoria para a desistência do campeonato de 1981 e o posterior licenciamento do futebol profissional estão nas atas do Conselho Deliberativo. De acordo com o documento, os fatores que levaram ao licenciamento foram a crise econômica que assolava o país, os poucos recursos disponíveis, pois esses haviam acabado na primeira fase do campeonato, quando a agremiação disputou duas competições simultâneas, nas categorias profissional e júnior. Além disso, a tabela organizada pela FGF obrigou o clube a fazer grandes viagens, dívidas trabalhistas foram contraídas, a equipe formada para o campeonato daquele ano era pouco competitiva, havia falta de interesse em ajudar a direção e, finalmente, o temor de com-

16 Revista 50 anos do Glória (2006, p. 33).

17 Informação extraída do caderno de registro dos jogos (1976-1985), pertencente ao acervo particular de Eugênio Marques. O ex-presidente do Glória, Eugênio Marques, possui um acervo particular muito detalhado e bem preservado em sua casa. Álbuns com fotos e informações sobre a construção do estádio Altos da Glória, cadernos com todos os jogos do clube desde 1961, recortes de jornais, camisetas antigas, fotografias, entre outros itens fazem parte desse acervo.

prometer o patrimônio do clube¹⁸.

Em 1985, o clube vacariano retorna ao profissionalismo para disputar a Terceira Divisão do Campeonato Gaúcho. No ano seguinte, a FGF extingue a Terceira Divisão e os clubes que a disputaram no ano anterior automaticamente foram promovidos para a Segunda.

Nos anos de 1983 e 1984, o clube voltou a ser campeão municipal na categoria amador. Em 1983, na final do segundo turno, vence o Brasil por 4 x 1 e conquista o título da competição de forma antecipada. No ano seguinte, a história se repete no dia que se comemora o aniversário do município (22 de outubro), quando conquista novamente de forma antecipada o título de campeão municipal, vencendo outra vez o Brasil pelo placar de 2 x 0.¹⁹

Apesar de todos os obstáculos e contratempos enfrentados, após dois anos em que a equipe esteve perto de chegar à Primeira Divisão, em 1988, ela finalmente alcança esse objetivo. Durante a campanha do título, mais uma vez, o Glória enfrentou inúmeros problemas, como incidentes causados pela falta de organização da competição e a falta de estrutura nos estádios onde os jogos eram disputados. Aliás, esses são problemas que perduram até os dias de hoje.

2 Da várzea ao Altos da Glória

Os estádios são locais que continuam a receber atividades esportivas, porém sem a conotação religiosa que tinham na Grécia Antiga. Franco Júnior (2007) definiu o estádio como um santuário do mundo industrial. Moraes e Rogério (2016, p. 1) afirmam que “para muitos torcedores, o estádio de futebol significa uma ‘segunda casa’”. Para os autores, tal “espaço se torna elemento de constituição de identidades, no qual os indivíduos atuam em relação uns aos outros, experimentando o jogo – fenômeno cultural – de diversas maneiras”. Gastal (2009) ressalta que apesar dos estádios terem se tornado espaços culturais, pode-se considerar que não perderam sua origem mística.

O Glória possui seu santuário, considerado a segunda casa da sua torcida. O estádio Altos da Glória passou por várias modificações e foi construído aos poucos pelas diretorias que passaram pelo clube ao longo dos anos.

A história do Altos da Glória começa na época da fundação do clube. O primeiro campo de jogo surgiu quase de forma improvisada, em uma área que foi emprestada aos jogadores para implantação de um local onde pudessem praticar futebol. Inicialmente, os fundadores enfrentaram difi-

18 Ata nº 23 do Conselho Deliberativo (19 jun. 1981).

19 Informações extraídas do caderno de registro dos jogos (1973-1985), pertencente ao acervo particular de Eugênio Marques.

culdades para encontrar um lugar para jogar, utilizando antigos terrenos usados pelo E. C. Brasil, que eram emprestados por Antônio Broglio. Contudo, Borges (2001, p. 105) revela que “cada vez que o Glória ganhava do Brasil, perdia o local de treino”.

Adão Vargas, um dos fundadores da agremiação, conseguiu emprestada uma área na Rua Borges de Medeiros. A limpeza do terreno foi realizada pelos próprios atletas, que também confeccionaram as goleiras²⁰.

Em 1959, o clube mudou de endereço, passando a jogar em um terreno na Rua Campos Sales, onde, hoje, existe o Ginásio Municipal de Esportes (DMD). O terreno era nivelado, porém não possuía grama, o jogo era praticado no chão batido (popular “terrão”, na linguagem do futebol)²¹. Marques relembra sobre a forma como foi adquirido o terreno:

[...] fomos à prefeitura [...], ai os caras falaram:
- Tem um lugar assim tal... tal... É só dar uma terraplanada! Ali onde hoje é o DMD [Ginásio Municipal de Esportes] e eles tinham começado a fazer ali pra sair um tipo de Patronato, onde hoje é as oficinas da prefeitura, tinha só os esqueletos que depois foi feita as paredes. Então do lado daquele esqueleto tinha um “meio barranco”, eles já tinham começado uma terraplanagem ali, terminaram de fazer a terraplanagem, nós fizemos um campo de terra. Ai o que acontecia? Eu jogava, Manuel meu irmão e mais uma turma [...], turma que jogava na época, nós junto com uma outra turma, nós se encarregado de fazer aquela parte de pá e picão e ferramenta afinal! Colocar as goleiras tal... tal... para fazer um campo e nos dias de jogo tinha de marcar o campo. Com cal não dava! Ai a gente tinha visto em diversos campinhos já marcados com serragem, ai nós íamos nas serrarias de bicicleta, ninguém tinha carro, nós era tudo uns “pela-do”, nós íamos nessas serrarias que tinha naquela época, [...] conseguia serragem. Ai no domingo de manhã nos marcava o campo pra jogar de tarde. Os mesmos marcavam o campo de manhã eram os que jogavam de tarde. Não tinha outra coisa em Vacaria! Era só o cinema.

O clube não permaneceu muito tempo nesse local, logo adquirindo uma área definitiva para a construção de sua praça de esportes.

Em 1962, uma comissão²², sugerida pelo sócio Pedro Dávila Avanci-

20 Revista 50 anos do Glória (2006, p. 4).

21 Idem.

22 A comissão era composta por Pedro Dávila Avancini, Eugênio A. Marques, Palmiro Pires,

ni²³, é organizada para solicitar à prefeitura municipal a concessão de uma área para a construção definitiva de um campo de futebol para o clube. No dia 4 de abril²⁴ daquele ano, o projeto de lei nº 962, que doava ao Grêmio Esportivo Glória um terreno, é aprovado por unanimidade pela Câmara de Vereadores. A área ficava às margens da Avenida Militar (BR 285), no Bairro Jardim América, e tinha 136 metros x 105,14 metros, sendo um terreno bastante irregular, composto por metade pedreira, metade banhado. Abaixo é possível visualizar a Lei nº 513, de 16 de maio de 1962, que autoriza a doação do terreno ao clube:

Art. 1º. É o Prefeito Municipal autorizado a permutar uma área de terra pertencente ao Sr. Glorocinto Fernandes de Moraes, com área superficial de 14.300 m², localizado em terrenos de propriedade do mesmo, a margem da Estrada BR 43, (Vacaria - Passo Fundo) [atualmente BR 285] por um outro terreno de propriedade da Prefeitura, com área superficial de 28.600 m², localizado nos terrenos da antiga Invernada da Prefeitura, parte do terreno atualmente cedido ao Matadouro Municipal.

Art. 2º. É igualmente o Prefeito Municipal autorizado a fazer doação do terreno ora permutado de área de 14.300 m² que pertencia ao Sr. Glorocinto Fernandes de Moraes ao “Grêmio Esportivo Glória”, o qual será exclusivamente destinado à construção de uma [sic] campo de esportes do referido grêmio.

Art. 3º. Reverterá, no entanto, ao Patrimônio do Município, sem qualquer formalidade e imediatamente o terreno doado por força desta lei ao Grêmio Esportivo Glória, caso venha a ser extinto o referido grêmio ou que venha a ser dado ao campo qualquer outro destino ou finalidade q. não seja exclusivamente Campo de Esportes do Grêmio Esportivo Glória qualquer que seja o tempo.

Art. 4º. A presente Lei terá a sua vigência a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário²⁵. (VACARIA, 1962).

Aníbal Kramer, Heitor Borges Kramer e Homero Ribeiro da Rosa. Informação extraída do álbum que contém o histórico da construção do estádio Altos da Glória (1962-1990), pertencente ao acervo particular de Eugênio Marques.

23 Ata nº 17 da Diretoria (31 jan. 1962).

24 Na reunião da diretoria, no dia 04 de abril de 1962 (Ata nº 19), houve o agradecimento oficial, por parte da diretoria, ao Deputado Getúlio Marcantonio, que conseguiu o terreno para a construção do estádio Altos da Glória. Por esse motivo, a diretoria decidiu enviar um telegrama em agradecimento, além de ofícios de agradecimento ao prefeito municipal (que na época era João Possap) e à Câmara de Vereadores.

25 Lei Municipal nº 513, de 16 de maio de 1962.

Apesar do terreno acidentado, a diretoria realizou uma campanha entre os sócios para cercá-lo. Em seguida, uma pedra fundamental com uma urna foi colocada no local (Figura 1). Alguns documentos foram colocados nessa urna, que deveria ser aberta futuramente²⁶, porém não foi isso que ocorreu. Sobre esse episódio, Marques revela:

Nessa urna foram colocados diversos documentos na época e fotografias e nós gastamos uma barbaridade e passamos quase um mês “cavocando” lá uns anos depois pra achar essa tal de urna com esses documentos, até que um morador da vizinhança estranhou: - O que será que eles tão “cavocando” tanto? Procurando o que? Ai ele foi falar com o pessoal que estava lá, e o cara que estava procurando com a máquina, depois nos falou: - Olha o vizinho ali, o fulano, veio falar com nós e disse que dois ou três dias depois que foi feito isso ai, foi cimentado, concretado e tudo mais, esteve uns guri ai, arrombaram tudo, arrebentaram e tiraram tudo que tinha dentro! Se perdeu aquela documentação e a gente gastou uma barbaridade procurando uma coisa que não estava mais ali! “Mas nós não sabia”! Mais adiante quando fosse feita alguma coisa maior no estádio, digamos dali 10, 20, 30 anos, aquilo servisse de testemunha, de documento da época.

Figura 1 – Lançamento da pedra fundamental do estádio Altos da Glória



Fonte: Acervo particular de Eugênio Marques.

26 Informação extraída do álbum com o histórico da construção do estádio Altos da Glória (1962-1990), pertencente ao acervo particular de Eugênio Marques.

Também começaram as campanhas para a arrecadação de fundos, a fim de que a obra fosse iniciada. A seguir, podemos visualizar a imagem da maquete confeccionada pela direção do Glória, a fim de que os torcedores tivessem uma ideia do que se planejava para a futura praça de esportes (Figura 2).

Figura 2 – Maquete do futuro estádio do Glória (vista frontal)



Fonte: Acervo particular de Eugênio Marques.

No final dos anos 1960 e início dos 1970, foi dado início aos serviços de terraplanagem e nivelamento do terreno, sendo que para essa empreitada, o clube contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Vacaria, do Exército e do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Os trabalhos duraram oito anos, pois o clube enfrentou muitas dificuldades para dar continuidade à obra nesse período. Apesar de buscar alternativas para arrecadar fundos, os trabalhos foram interrompidos durante algum tempo, por falta de recursos. Ao lermos os registros feitos por Marques, tivemos a impressão que a comunidade vacariana ignorou a ideia do clube construir o estádio. Em seu depoimento, ele confirma essa impressão e nos conta o que precisaram fazer para que a obra continuasse:

Não! No início o futebol não tinha esse, digamos paixão, que é hoje pelo Glória. Porque além do Glória tinha o Brasil, tinha os outros clubes [...] então muita gente puxava contra. Mas a turma do Glória, que eram “doentes” mesmo, aqueles puxavam o negócio parelho e ajudavam e influenciavam as autoridades, no caso a EMEC [Empreiteira responsável pela construção da BR 285 na época], o Batalhão para construção do estádio. [...]. Nós íamos fazer caçadas de perdiz e depois

fazia janta para os chefes do batalhão, chefe do EMEC, chefe do DNER, chefe da prefeitura, pessoal do departamento de obra, prefeito, para agradar. [...] Bom, nós levamos oito anos para fazer aquela terraplanagem.

Entretanto, ele acredita que a rivalidade que existia entre os clubes da cidade era sadia, isto é, não era maldosa, e serviu como um estímulo para que os trabalhos prosseguissem. Em 1971, as obras são reiniciadas graças à iniciativa do presidente da época, Luiz Jacques Manozzo e sua diretoria, com o apoio do prefeito municipal Octacílio Rech, que se prontificou a concluir os trabalhos o mais rápido possível. No final daquele ano, o alambrado começa a ser erguido e, em janeiro de 1972, são plantadas as primeiras leivas de grama (Figura 3). Cinco meses depois, começa a construção da sede social²⁷.

Figura 3 – Plantio do gramado, em janeiro de 1972



Fonte: Acervo particular de Eugênio Marques.

No dia 15 de novembro de 1973, no aniversário de quatorze anos do clube, foi inaugurado oficialmente o estádio Altos da Glória. Coube a João Dáttria, o primeiro presidente e o autor do primeiro gol da história do clube, cortar a fita inaugural do campo de jogo, às 11h30min da manhã, na presença da diretoria, associados e convidados. Logo depois, foi oferecido um churrasco, no qual compareceram aproximadamente 180 pessoas. As festividades de inauguração tiveram continuidade na parte da tarde, com a realização de um torneio entre os associados. O torneio contou com a par-

27 Informação extraída do álbum com o histórico da construção do estádio Altos da Glória (1962-1990) pertencente ao acervo particular de Eugênio Marques.

tipificação de 50 sócios.²⁸

Não há registro dos jogos realizados e do autor do primeiro gol do novo estádio. A primeira partida disputada pelo Glória no estádio aconteceu em 3 de fevereiro de 1974, na vitória sobre o E. C. Cruzeiro, de Antônio Prado, por 4 x 0. Nos registros particulares de Marques também não constam os autores dos tentos da partida. Na realidade, o “estádio”, na época da inauguração, resumia-se ao campo de jogo, à sede social e à casa do zelador. Não existiam, ainda, as arquibancadas, de modo que as pessoas precisavam assistir às partidas em pé ou sentadas dentro de seus carros, que ficavam estacionados livremente em torno do gramado.

Em 1975, o Conselho Deliberativo cogita a possibilidade de prosseguir com as obras de construção do estádio. Também havia a ambição de profissionalizar o departamento de futebol. No ano seguinte, essas ideias são postas em prática, o departamento de futebol é profissionalizado e as obras para ampliar o estádio são retomadas, com o início da construção da arquibancada (pavilhão social).²⁹

Para angariar fundos, a direção realizou promoções, locou cadeiras e contou com o apoio financeiro de políticos vacarianos, como o deputado estadual Jarbas Lima, e do governador do Estado, Sinval Guazelli, que era natural de Vacaria³⁰. Enquanto as obras seguiam, os jogos da Copa Governador do Estado eram realizados no Estádio Municipal Francisco Guerra, visto que, por motivos óbvios, o Altos da Glória não oferecia as condições exigidas pela Federação Gaúcha de Futebol. Na Figura 4, podemos observar uma foto aérea datada de setembro de 1975. Se a foto peca pela falta de qualidade, pelo menos nos fornece uma ideia de como os bairros Jardim América e Altos da Glória tinham poucas casas, além de praticamente não serem urbanizados. Apesar de, ainda hoje, essa não ser uma área densamente povoada, o estádio tornou-se uma referência para o crescimento dessa região da cidade de Vacaria. A partir da história de construção do Altos da Glória, portanto, podemos antever características do processo de formação urbana do município de Vacaria.

28 Jornal Correio Vacariense, 18 nov. 1995, p. 10.

29 Ata nº 15 do Conselho Deliberativo (11 dez. 1975).

30 Informação extraída do álbum com o histórico da construção do estádio Altos da Glória (1962-1990), pertencente ao acervo particular de Eugênio Marques.

Figura 4 – Foto aérea do estádio, registrada em 1975



Fonte: Acervo particular de Eugênio Marques.

3 Futebol e política: o Glória na integração nacional

Durante o processo de pesquisa, nos deparamos com a informação de que a construção do estádio recebeu auxílio do deputado Jarbas Lima e do então governador do Rio Grande do Sul, Sinval Guazelli. A partir disso, nos questionamos sobre uma possível aproximação de membros da diretoria e da equipe vacariana ao “projeto da ARENA de integração nacional”. Para isso, precisamos retornar àquele período da história brasileira, para entendermos o que nos motivou a essa indagação.

No ano de 1976, o Brasil era governado pelo regime militar. O presidente do Brasil era o militar gaúcho Ernesto Geisel, o período conhecido como milagre econômico brasileiro³¹ já tinha chegado ao fim, graças à crise do petróleo, em 1974, e o governo militar continuava utilizando o futebol como forma de propaganda política. O esporte vinha sendo usado para esse fim desde a conquista da Copa do Mundo de 1970, pela Seleção Brasileira de Futebol. Após a vitória nos campos mexicanos, o governo de Emílio Gar-

31 O Milagre Econômico Brasileiro foi um período dentro do Regime Militar. Nesse período, mais precisamente entre os anos de 1969 a 1973, o país experimentou um elevado crescimento econômico, com o Produto Interno Bruto (PIB) do país crescendo 10% ao ano ou mais. Quando essa fase chegou ao fim, a economia brasileira estava no vermelho, pois a inflação no final dos anos 1970 beirava aos 100% ao ano, a dívida externa quadruplicou, passando de US\$3,7 bilhões, em 1968, para US\$12,5 bilhões, em 1973, e houve um significativo aumento na desigualdade social (ALBOLEA, 2016).

rastazu Médici viu no esporte a chance de vender a ideia de um país unido e vitorioso. É dentro desse contexto que, em 1971, acontece a primeira edição do Campeonato Brasileiro de Futebol que, apesar de inicialmente contar com 20 clubes, de apenas 8 estados, nascia com o objetivo de integrar o país. No ano seguinte, são incluídos mais seis times, que acrescentam mais cinco estados representados no campeonato nacional. A partir deste momento, o número de participantes só aumentou, até chegar ao campeonato de 1979, que contou com 94 times, que representavam 21 estados.³²

Stein (2014) defende que a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), vendo seu fracasso nas eleições de 1974, e o consequente sucesso do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), “que conquistou 37,8% das cadeiras na Câmara de Deputados e 16 das 22 do Senado, foi determinante para o inchaço da liga”. A premissa “aonde a ARENA vai mal, mais um time no Nacional” passa a reger a organização do campeonato. Santos (apud STEIN, 2014, s/p) afirma que:

Em 1974, Geisel tentava buscar a legitimação do processo de abertura nas urnas, mas o resultado desestabilizava isso, com uma necessidade de fortalecer a ARENA. É quando Heleno Nunes [três vezes deputado pela ARENA] chega ao poder [na CBD – Confederação Brasileira de Desporto] e dava-se um jeito para incluir times de diferentes locais no Brasileiro. O presidente da CBD tentava justificar que aquilo era “para mais times pequenos participarem da festa”, mas havia uma clara politização, uma intenção de conseguir votos. Era um trampolim para a ARENA no interior.

Incluir clubes pequenos no campeonato nacional não era a única artimanha do governo para atrair simpatizantes pelo país. Construir estádios também fazia parte do projeto de unidade nacional. Só durante os anos 1970, quando Médici e Geisel conduziam uma política bem mais visível de investimento no futebol nacional, foram 32 estádios erguidos. A construção dessas praças de esporte era símbolo de grandeza e modernidade. Nesse período, foram inaugurados três estádios no interior do Rio Grande do Sul: o Colosso da Lagoa, em Erechim (1970), o Alfredo Jaconi (1975) e o Centenário (1976), em Caxias do Sul³³. Vale ressaltar que essa relação não inclui estádios menores, como o Altos da Glória.

32 Da criação do Brasileirão aos elefantes brancos, como o futebol entrou no Plano de Integração. (STEIN, 2014).

33 Da criação do Brasileirão aos elefantes brancos, como o futebol entrou no Plano de Integração. (STEIN, 2014).

Como foi informado anteriormente, o estádio do Glória não possuía arquibancada quando foi inaugurado, sendo que para poder construir a primeira, foi necessário pedir auxílio ao deputado estadual, Jarbas Lima, e ao governador, Sinval Guazelli, ambos arenistas. Marques, em seu depoimento, relatou que:

[...] o Dr. Jarbas intermediou e destino da verba dele, porque deputado tem uma verba pessoal. Destino da verba dele para a construção do estádio, digamos hoje o equivalente a 100 mil cruzeiros, 100 mil reais, no caso. Então ele tinha destinado para o Glória, destinado para outros clubes, para construção de estádio, porque para futebol mesmo não pode, nem para futebol amador pode e é justo! Acho que é mais do que justo. Agora construir patrimônio pode! Então, tanto Dr. Sinval como Dr. Jarbas são pessoas benquistas dentro do Glória, foram na época porque o Glória ficou devendo, assim, muitos favores [...] eles ajudaram o clube. O Dr. Sinval doou uma verba através do ministério dos esportes, deu pra construir quase todo o esqueleto do pavilhão.

Em 1976, o prefeito de Vacaria era Marcos Palombini, um dos fundadores do MDB (depois PMDB) na cidade³⁴. No ano seguinte, elegeu seu vice, Enore Ângelo Mezari, também do MDB, como seu sucessor na prefeitura. Na Câmara Municipal, dos quinze vereadores eleitos naquele ano, oito eram da ARENA e sete do MDB (BARBOSA, 1978). Fazendo uma analogia com a máxima, citada anteriormente, de que “aonde a ARENA vai mal mais um time no Nacional”, torna-se evidente que o partido não estava bem em Vacaria. Não temos como confirmar se o dinheiro que o Glória recebeu do governo do Estado tinha o desejo de “conquistar a simpatia” da comunidade vacariana para com a ARENA, porém é possível especular que, se havia alguma outra intenção por trás desse auxílio, o plano foi um fracasso. Para que pudéssemos desenvolver de forma mais categórica algumas considerações sobre essas relações, seria necessário dispor de fontes documentais mais consistentes e, talvez, entrevistar pessoas que estiveram diretamente envolvidas com a situação, o que não foi possível, devido aos limites deste estudo.

Em uma das entrevistas, Marques (2017) alega que além dos estádios, o governo distribuía recursos para a realização das competições. O ex-presidente se manifestou assim sobre o assunto:

[...] a gente vivia na Federação, lá lidando com as coisas

34 Ex-prefeito de Vacaria, Marcos Palombini, é encontrado morto. (GAÚCHA ZH, 2009).

do Glória. Até que eu me dava demais com o pessoal lá, já era da casa. Perguntei para o Edir que era um dos chefes: - Mas vem cá! Como é que esses clubes se mantêm? Ele disse: - Ó vou te contar! Mas não espalha! O que acontece é o seguinte. Todos os anos, depois do campeonato gaúcho, tinha a Copa Governador do Estado, [...]. Um ano era Copa “Leonel Brizola”, outro ano era Copa “Euclides Triches”. Ai o governo subsidiava! Era subsidiado pelo governo! E aí o que acontecia! Nós íamos jogar em Cotiporã, por exemplo, recebia no outro dia na conta Cr\$ 5.000 [5 mil cruzeiros]. Nós gastávamos pra ir lá 2 [mil cruzeiros]. Sobrava pra ti fazer o outro jogo em casa, que embora não desse renda, tu conseguia pagar a arbitragem e tudo mais. Então tinha um incentivo pra jogar.

4 A consolidação do estádio Altos da Glória e o incremento da área social

Em 1977, a diretoria decide por licenciar-se da FGF para priorizar a conclusão da construção das arquibancadas em seu estádio. Em nota oficial, a direção do clube expõe os motivos do licenciamento e também demonstra certo ressentimento com parte da comunidade vacariana. Dentro do futebol, conhecemos vários casos em que a torcida abraçou a ideia dos clubes de construir o próprio estádio. Podemos citar como exemplo a torcida do Internacional, de Porto Alegre, que apoiou amplamente a “campanha do tijolo”, criada pela direção colorada para arrecadar materiais de construção para concluir o Estádio Beira Rio. Ao lermos o ofício emitido pela direção do Glória, temos a impressão de que isso não ocorreu em Vacaria:

Considerando que muito embora um bom número de amigos, associados e desportistas, tenham atendido aos apelos da direção que, modesta e exaustivamente batalhou por mais de noventa dias, esgotando todos os argumentos possíveis e imagináveis, visando manter o departamento de futebol do Clube em funcionamento, tendo em vista que os recursos financeiros conseguidos até o momento são insuficientes para atingirmos os objetivos traçados, ficando visivelmente demonstrado que a maior parte da população de Vacaria não está ainda conscientizada da importância que representa o futebol profissional para uma comunidade (NOTA OFICIAL N° 1/77-12, abr. 1977).

Parece ser inequívoco que a comunidade vacariana, salvo algumas exceções, não abraçou a ideia de um estádio próprio, pelo menos, não de

modo imediato. O fato do Glória já ter se profissionalizado nessa época é irrelevante, pois fazia pouco tempo que isso tinha ocorrido. No mesmo ofício, a direção demonstra que pretendia ficar licenciada apenas em 1977, no entanto só restabeleceu seu vínculo com a federação em 1979, quando já podia contar com o Altos do Glória para jogos oficiais.

Em 1981, o clube volta a se licenciar da FGF para concentrar recurso na continuação da construção do estádio. No ano seguinte, duas cabines de imprensa são construídas no topo do pavilhão social e cinco vestiários são concluídos na parte interna³⁵. Já nessa época, a possibilidade de instalação de refletores para jogos noturnos era cogitada. Segundo consta na Ata nº 25 do Conselho Deliberativo do dia 22 de janeiro de 1982, o conselheiro Vaníus Nervo demonstra a necessidade de que "futuramente o clube colocasse iluminação no estádio, mesmo que de forma precária, a fim de que os atletas pudessem treinar, visto que todos trabalham ou estudam". Nessa época, o plantel do Glória era composto por jogadores amadores, ou seja, não eram remunerados para jogar pelo clube, exercendo outras atividades durante o dia.

No ano seguinte, uma rifa é organizada, com o objetivo de obter fundos para a construção de uma nova casa para o zelador, erguer a portaria e as bilheterias no setor próximo à Avenida Militar. Em 1984, além da conclusão da portaria e das bilheterias, uma nova rifa é realizada, tendo como prêmio um Chevrolet Chevette.³⁶ Se em 1977, a direção do clube queixava-se da falta de apoio de parte da comunidade vacariana, nesse ano, dos 100 números postos à venda, todos foram vendidos, demonstrando que a comunidade vacariana passou a ver a construção com simpatia, o que, mais tarde, refletiria na valorização do estádio como um elemento importante da construção identitária local. O dinheiro da promoção seria revertido para a construção do muro em torno de parte do estádio. No final daquele ano, as torres de iluminação começam a ser montadas e instaladas.

Em 1985, a instalação da iluminação prossegue, enquanto que a diretoria e os conselheiros decidem que o pavilhão social deverá ser coberto. Para a construção da estrutura, como citamos anteriormente, o vice-presidente na época, Francisco Schio, realiza os trabalhos em sua empresa, repetindo a mesma iniciativa que havia sido tomada para confecção das torres de iluminação. A estrutura de cobertura da social também contou com o apoio financeiro dos conselheiros Bruno Soldatelli e Luiz Eugênio Borto-

35 Informação extraída do álbum com o histórico da construção do estádio Altos da Glória (1962-1990), pertencente ao acervo particular de Eugênio Marques.

36 Informação extraída do álbum com o histórico da construção do estádio Altos da Glória (1962-1990), pertencente ao acervo particular de Eugênio Marques.

lon³⁷. Essas ações demonstram uma mudança de rumos na história do Grêmio Esportivo Glória. Se antes as direções penavam para obter recursos e, muitas vezes, não recebiam apoio por parte da população em seus projetos, agora, um grupo de empresários, ligados principalmente à fruticultura, começa a injetar dinheiro, iniciando a melhor fase da história do clube. Com esse aporte financeiro, não só o departamento de futebol foi transformado, como também o próprio patrimônio da instituição.

A noite de 12 de junho de 1985 marca a inauguração do novo sistema de iluminação do Altos da Glória, no qual o Internacional de Porto Alegre foi convidado para um amistoso. A partida terminou com a vitória da equipe da capital gaúcha por 6 x 1³⁸, mas as obras não paravam. Em julho, teve início a construção das arquibancadas no setor do estádio voltado para a Avenida Militar. A nova arquibancada (setor da geral), com capacidade de acomodar 1.500 pessoas, aumentaria o número de espectadores no Altos da Glória. Em um boletim informativo do clube, datado de setembro de 1985, Eugênio Marques, então presidente, reconhece o apoio de todos os envolvidos no trabalho de estruturação do clube:

Fruto de muito trabalho da direção e conselheiros, contando com a valiosa colaboração de empresários, simpatizantes, imprensa, prefeitura, e de boa parte da comunidade, o crescimento do GLÓRIA, notadamente na parte de obras no Estádio, tem sido algo de extraordinário, e será sem dúvidas um marco histórico para o esporte de Vacaria, o fato do clube, ao mesmo tempo em que retorna ao futebol profissional, executar obras de vulto como as que estão sendo feitas³⁹.

Entre dezembro de 1985 e setembro de 1987, a concentração foi construída. Foram realizadas, ainda, reformas nos vestiários e no campo de jogo, com aumento das suas dimensões (de 105metros x 68metros, o gramado passou a ter 110metros x 75metros). Em outubro de 1987, são iniciadas as obras de mais um pavilhão de arquibancadas, ao lado do pavilhão social. Logo em seguida, em dezembro de 1988, começa a ser erguido outro pavilhão. Por volta de maio de 1989, as cadeiras são instaladas no novo pavilhão social, que também recebe cobertura⁴⁰.

37 Idem.

38 Goleada do Inter em Vacaria: 6 x 1. Jornal Zero Hora. Porto Alegre (13 jun. 1985)

39 MARQUES, Eugênio. Boletim Informativo do Clube, set. 1985.

40 Informação extraída do álbum com o histórico da construção do estádio Altos da Glória (1962-1990), pertencente ao acervo particular de Eugênio Marques.

Iniciados os anos 1990, a direção do clube resolve investir na área social, erguendo, ao lado do estádio, uma área de lazer, com piscinas (uma delas coberta e aquecida), sauna, campos de futebol, canchas de vôlei e espaço com churrasqueiras.

Para a disputa da Divisão de Acesso, em 2002, a direção instala cobertura nas arquibancadas no setor das gerais (localizado nas proximidades da Avenida Militar). Após o clube voltar para a Primeira Divisão, em 2016, foram realizadas novas reformas no estádio, onde o pavilhão social foi parcialmente demolido para a instalação de uma nova e completa cobertura desse setor, além da construção de camarotes. O gramado foi trocado, os vestiários foram reformados e houve uma reconfiguração do sistema de iluminação do estádio⁴¹. Na Figura 5, podemos observar o estádio após a reforma no jogo contra o Internacional, em 03 de abril de 2016, pelo Campeonato Gaúcho daquele ano. Na mesma imagem, além das piscinas do clube ao fundo, podemos observar o grande número de casas que surgiram no entorno do Altos da Glória após a sua inauguração.

Figura 5 – Altos da Glória em abril de 2016



Fonte: Panoramio.com (2018).

Ao verificarmos a divisão dos bairros da cidade no site *Google Maps* (Figura 6), observamos que o estádio está localizado quase que inteiramente no Bairro Jardim América, e não no Bairro Altos da Glória, como afirma o ex-deputado.

⁴¹ Altos da Glória vai receber boas reformas para o Gauchão 2016. Site oficial do Grêmio Esportivo Glória. (GRÊMIO ESPORTIVO GLÓRIA, 2015).

Figura 6 – Divisão dos bairros da cidade

Fonte: Google Maps.

O site oficial do clube também indica o endereço localizado no bairro Glória. Borges (2001, p. 110) elucida essa questão ao afirmar que “Gloro-cinto de Moraes era proprietário de uma extensa área de terras em Vacaria, sendo a principal a do Bairro da Glória, onde tinha residência. Ao lotear essa área, deu origem ao que a população chama de Jardim América”. A autora ainda revela que, inicialmente, o loteamento possuía apenas duas ou três ruas, sem luz e saneamento, sendo que eram os próprios residentes que se encarregaram de instalar esses recursos. Com o tempo, “forma-se o que os moradores defendem como bairro, no verdadeiro sentido da palavra”. Como referimos anteriormente, o clube recebeu o terreno em 1962, ou seja, muito antes de surgir o loteamento, em 1970. Esse fato nos leva a crer que o Estádio Altos da Glória foi o responsável pelo crescimento do loteamento (depois bairro) Jardim América. Marques, em seu depoimento, assegura que o estádio “incrementou o lançamento do loteamento”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Privilegiar o tema do futebol significa tratar de uma importante e destacada manifestação da cultura brasileira. Nesse sentido, privilegiar a trajetória do Grêmio Esportivo Glória, único time profissional da cidade de Vacaria, no interior do Rio Grande do Sul, representa um acréscimo à história do futebol no País. Aliado a isso, destacamos o fato desse estudo ser inédito.

Na narrativa da trajetória do clube vacariano, destacamos a importância da sua fundação dentro de uma madeireira - atividade econômica relevante na formação histórica da cidade -, o que caracteriza o clube como fundado por operários, fato pouco conhecido pela comunidade local.

A partir deste histórico do Glória, podemos concluir que houve uma significativa evolução no quesito “patrimônio”, ou seja, procuramos evidenciar o porquê da frase “da várzea ao Altos da Glória”. De campinhos varzeanos emprestados e improvisados, hoje o clube possui seu próprio estádio que, como vimos, foi construído com muito esforço pelas direções que passaram por ele nos últimos anos. Além disso, em alguns momentos cruciais, o clube também recebeu apoio de figuras políticas proeminentes do cenário local e estadual.

Destacamos, neste processo, uma série de estratégias políticas e econômicas que a direção do clube e outros sujeitos empreenderam ao longo do tempo, para que o Glória se tornasse, aos poucos, um símbolo da identidade local. Provavelmente, esse sentimento de pertença tenha se intensificado com a consolidação do Altos da Glória como um estádio capaz de acolher jogos importantes nos campeonatos regionais, sobretudo a partir da década de 1990, quando foram executadas obras estruturais fundamentais. Outro investimento importante foi realizado na área social, quando foi construído, ao lado do estádio, uma área de lazer com piscinas, sauna, campos de futebol, canchas de vôlei e espaço com churrasqueiras.

Dentro do estádio, a identidade se manifesta na torcida pelo time em rivalidade com o “outro”. Segundo Biscoli e Lima (2017, p. 2), vários “elementos são usados para que se crie essa identidade, tais como o modo de falar, de se vestir, o modo como cantam, gritam, xingam, etc.”. Fora do estádio, o clube possui a área de lazer acima referida, um lugar próprio para a sociabilidade, aparentemente, entre iguais, já que não se pode afirmar que todos os cerca de mil e quatrocentos associados sejam torcedores do time. Neste último caso, a diversão dos sócios se sobrepõe à emoção nervosa de uma partida de futebol. De qualquer forma, dentro ou fora do campo, se constroem laços de pertencimento, de amizade, de solidariedade, mas também de rivalidades. Portanto, como expressão da cultura brasileira, o futebol demonstra ser um tema potente para a análise de diversas experiências temporais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Arlene Medeiros de; GIRON, Loraine Slomp; GIROTTO, Magali Giuseppina Paim. *Lembranças de Vacaria*. Vacaria. RS: Secretaria Municipal de Educação, 2013.
- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBOLEA, Arthur. *O Milagre Econômico foi tão ruim assim?* Super Interessante, 31 out. 2016. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/comporta->

- mento/o-milagre-economico-foi-tao-ruim-assim>. Acesso em: 27 mai. 2017.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Vacaria dos Pinhais*. Porto Alegre: EST, 1978.
- BISCOLI, Roberto; LIMA, Simone Cinti. A construção de identidade entre torcedores membros da Torcida Porcos Selvagens – TPS. *Revista Alamedas*, vol. 5, n. 1, 2017.
- BORGES, Maria Neli Ferreira; SIOTA, Cristiane Lames. *História de Vacaria: evolução urbana e formação de bairros*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- BORGES, Maria Neli Ferreira; SIOTA, Cristiane Lames. *Uma viagem pela história de Vacaria e seus rodeios*. Caxias do Sul: Lorigraf, 2010.
- BOSCHILIA, Bruno; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Futebol, democracia e arbitragem: algumas leituras figuracionistas. *Esporte e Sociedade – Revista Digital*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 8, mar./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es805.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.
- FALANDO DE LAÇO. *Copa do Mundo do Laço*. 16 jan. 2014. Disponível em: <http://www.falandodelaco.com.br/2014/01/vacaria-2014_16.html>. Acesso em: 25 jan. 2017.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: futebol, sociedade e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GASTAL, Delene de Souza. *Clubes, estádios e torcidas: a elite e o “povão” na história do Sport Club Internacional*. Lume – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21333/000736986.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 nov. 2013.
- GRÊMIO ESPORTIVO GLÓRIA. *Altos da Glória vai receber boas reformas para o Gaúcho 2016*. Vacaria, RS, 01 maio 2015. Disponível em: <<http://www.gloriadevacaria.com.br/noticia/altos-da-gloria-vai-receber-boas-reformas-para-o-gauchao-2016>>. Acesso em: 28 jun. 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Vacaria*. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rs/vacaria/panorama>>. Acesso em: 13 jan. 2018.
- MORAIS, Diego Batista de; ROGÉRIO, Radamés de Mesquita. O estádio como “segunda casa”: usos, apropriações e territorializações a partir da experiência do torcer no setor alvinegro do Ceará. *Esporte e Sociedade – Revista Digital*, Niterói, ano 11, n. 27, mar. 2016. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es2705.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2017.

- NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva. *O ensino da história local: um grande desafio para os educadores*. IV Seminário Perspectivas do Ensino de História, Ouro Preto, 2001.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA. *Site institucional*. 2018. Disponível em: <<http://www.vacaria.rs.gov.br/vacaria/dados-gerais>>. Acesso em: 01 abr. 2018.
- REVISTA 50 ANOS DO GLÓRIA. Passo Fundo: Gráfica e Editora Berthier Ltda, n. 1, ano 1, nov. 2006.
- SILVA FILHO, Paulo Gilberto dos Santos. *Futebol e tecnologias digitais/virtuais: a trajetória do Grêmio Esportivo Glória de Vacaria*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul/RS. 2018.
- SKOWRONSKI, Marcelo; MORAES, Ronaldo Dreissig de; MAZO, Janice Zarpellon. Grêmio Esportivo Força e Luz: futebol, trabalho e história. *Licere – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer UFMG*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prpq/images/revistalicere/licerev17no1_a8.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.
- STEIN, Leandro. [Ditadura] *Da criação do Brasileirão aos elefantes brancos, como o futebol entrou no Plano de Integração Nacional*. Trivela, São Paulo, 02 abr. 2014. Disponível em: <<http://trivela.uol.com.br/da-criacao-brasileira-o-aos-elefantes-brancos-como-o-futebol-entrou-plano-de-integracao-nacional/>>. Acesso em: 20 maio 2017.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. *Inventário Florestal Contínuo da Universidade de Santa Maria (UFSM)*. [S.d.]. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/ifcrs/fisiografia.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2017.
- VACARIA (Município). Câmara Municipal da Vacaria. *Lei nº 513, de 16 de maio de 1962*. Dispõe sobre a permuta e doação de um terreno dando outras providências. 1962. Disponível em: <<https://camara-municipal-da-vacaria.jusbrasil.com.br/legislacao/566421/lei-513-62#art-1>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

Arquivo do Grêmio Esportivo Glória – Vacaria/RS

- Livro de Atas da Diretoria nº 2 (atas nº 35 a 123, no período entre 08 de abril de 1968 a 30 de dezembro de 2016).
- Livro de Atas do Conselho Deliberativo nº 1 (atas nº 1 a 51, no período entre 16 de dezembro de 1968 a 30 de agosto de 2016).

Arquivo do Jornal Correio Vacariense – Vacaria/RS

Jornal Correio Vacariense nº 693, do dia 30 de novembro de 1988.

Jornal Correio Vacariense nº 2350, do dia 11 de julho de 2015.

Jornal Correio Vacariense nº 2351, do dia 18 de julho de 2015.

Fontes Orais

Entrevista

Eugênio Andrade Marques, residente em Vacaria/RS, entrevistas realizadas nos dias 09 de janeiro de 2017, 15 de fevereiro de 2017 e 08 de agosto de 2017.

Recebido em 16/04/2021

Aprovado em 27/08/2021

DOCUMENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Alexandre Veiga¹

Nossa seção de documentação desta edição nº 161 dedica-se a reproduzir textos importantes que manifestam a dimensão memorial de eventos e personalidades de nossa história.

Temos um registro do associado Carlos Reverbel, saudando o relançamento da própria Revista do IHGRGS, que depois de um intervalo de vinte e cinco anos estava sendo retomada, sendo que neste ano de 2021 a revista está completando um século de existência.

Reproduzimos, também, em razão do transcurso dos 130 anos da promulgação da Constituição republicana do Rio Grande do Sul, levada a público em 1891, a manifestação do historiador Alfredo Varela, divulgado em 1895, a respeito da importância desse texto legal.

Apresentamos, por conta da proximidade das comemorações dos 250 anos de Porto Alegre, a crônica de um de seus mais importantes escritores, Achyiles Porto Alegre, sobre uma das manifestações de nosso povo, que fizeram parte da história cultural da cidade em tempos passados – o “bumba-meu-boi”. Desta última, inclusive, temos a reprodução digitalizada de um quadro do pintor José de Francesco, que retrata uma cena desse evento, antes integrante dos festejos porto-alegrenses.

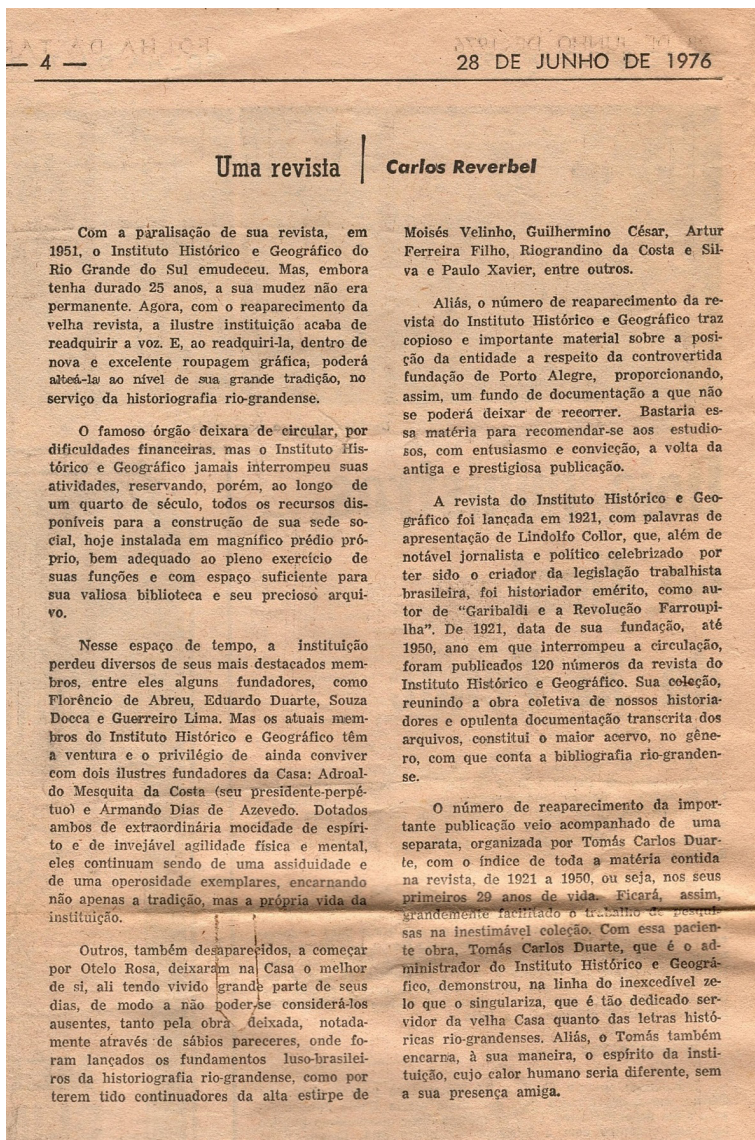
Por último, republicamos o texto do historiador Walter Spalding, como referência ao seu aniversário natalício, já que em 2021 estaria completando 120 anos. Esse foi o discurso proferido ao ingressar no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 1932.

Boa leitura!

¹ Historiador, arquivista, Mestre em Comunicação e Informação e Doutor em História pela UFRGS, é servidor público do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

O RETORNO DE UMA REVISTA

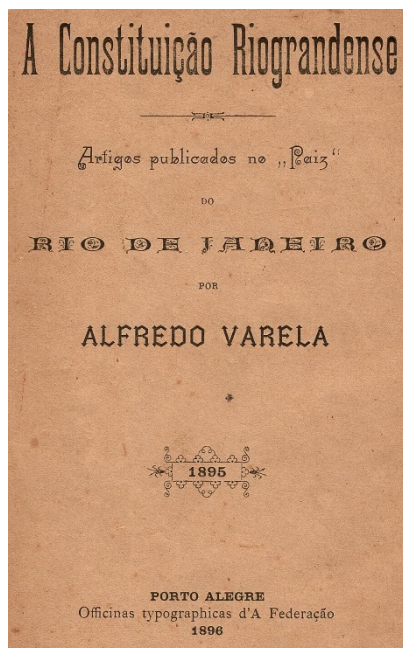
Carlos Macedo Reverbel (Quaraí/RS, 27/07/1912 – Porto Alegre, 27/06/1997), membro do IHGRGS (que detém a custódia de seu acervo), foi jornalista, tendo atuado por muitos anos no jornal *Correio do Povo*, dedicando-se posteriormente à escrita de crônicas, biografias e história da literatura do Rio Grande do Sul. Em 1976, no jornal *Folha da Tarde*, Reverbel saudava o relançamento da Revista do Instituto, com a seguinte nota:



A CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA DO RIO GRANDE DO SUL

Em 1895, o historiador Alfredo Augusto Varela de Vilares, nascido em Jaguarão, em 16 de setembro de 1864 e falecido no Rio de Janeiro em 1943, divulgou o texto “A Constituição Riograndense”, compilação de seus artigos publicados no jornal “O Paiz”, em que manifesta a defesa do texto produzido para organizar a estrutura da sociedade gaúcha no alvorecer da República.

Esta constituição, em sua versão regional, elaborada sob a coordenação de Julio de Castilhos, contou com a participação de Varela, então diretor do jornal A Federação. No texto, o autor polemiza a respeito de questões que ainda hoje estão presentes em nosso cenário, como a proposta de opção pelo regime parlamentarista, a adoção de práticas exógenas em nosso sistema político e a relação entre os atores envolvidos nesses debates. É um robusto exemplo de que alguns temas ainda precisam ser amadurecidos em nossa sociedade, e para isto nada melhor do que conhecer essas questões do passado até nossos dias.



A CONSTITUIÇÃO RIOGRANDENSE

I

Viramos sem espanto a Constituição do Rio Grande, vigente desde 14 de julho de 1891 atacada por agitadores e anarquistas, que n'ella encontram grande embaraço aos planos demolidores, mas nunca nos passou pela mente que um espirito que presume ser conservador, intentasse com mão sacrílega ferir o corpo de instituições mais garantidoras da sociedade, abalada pelo revolucionarismo chronico da época.

Admira ver um professor saturado de direito romano, em que o imperium gosa do maxime prestigio e força magestosa, alvorotado contra a lei que procura reerguer do

abatimento em que ficára o poder público, pela intrusão das ideias inglesas, que vieram contrariar as noções e tendências marcadas na História, as tradições do grupo civilizado a que pertencemos, incompatíveis com todo e qualquer parlamentarismo.

O dr. Coelho Rodrigues levantou no senado a questão da inconstitucionalidade do estatuto riograndense, e quem não conhecesse os princípios e a educação deste homem político, poderia impressionar-se ao vê-lo em guerra aberta às instituições do Estado meridional, declarando carecerem ellas de fundamentos legítimos; porém nós, que sabemos da índole auctoritaria do seu temperamento e idéias, as máximas que sempre invariavelmente pregou na cathedra academica, longe estamos de admittir que o discurso que pronunciou no senado, seja a summa das meditações do estudioso jurisconsulto sobre a Constituição de 14 de julho, que de certo já percebeu ser uma admirável norma, definindo com forte relevo o papel da auctoridade e amparando – como nenhuma outra – a autonomia individual, a liberdade humana. Em nosso pensar, o ataque do distincto professor foi provocado, não pelas disposições irregulares da lei orgânica a que nos referimos, mas pelo pendor do seu cérebro, inclinado ao velho régimen – o que s. ex. quer golpear é o presidencialismo, a República, que, bem o conhece, teve no Riogrande uma exacta e nitida applicação, com todas as consequências do systema.

Versado em História, sabe o dr. Coelho Rodrigues que, reagindo contra a subalternisação do poder público preconizada pela funesta doutrina parlamentar, em voga já na Europa inteira, devido à falsa apreciação de Montesquieu; o bom senso dos organisadores da República Norte-Americana procurou reatar o fio da tradição, fortalecendo o chamado poder executivo e libertando-o da supremacia tyrannica das assembleas. Como primeiro passo para a reforma, acabaram elles com a responsabilidade dos ministros, perante as maiorias parlamentares, e com esse preceito de n'ellas ir escolher o chefe do Estado os seus secretários.

Isto deu alguma independência à auctoridade, mas era tímido ensaio ainda e convinha avançar n'essa via restauradora das boas noções governamentais. O pasmoso desenvolvimento industrial em que logo entrou o paiz, absorvendo as atenções geraes tem impedido, no entretanto, que os norte-americanos continuem no caminho encetado e completem

os principios que adoptaram, em fins do último século.

No Brazil, a tendencia contraria ao parlamentarismo ganhara a generalidade dos espiritos activos, de modo que a Constituinte Republicana era quasi toda inclinada à formas mais garantidoras da auctoridade. Todavia, a assembléa, desde as primeiras sessões, dominada por extrema prudencia, receiosa de romper de prompto com o passado imperialista, sublevando os preconceitos de numerosos e ainda fortes grupos monarchicos; pendeu para uma reforma menos radical que possível fosse, limitando-se a consagrar em nossa actual Carta o insufficiente presidencialismo do estatuto norte-americano, germen apenas de doutrina que era preciso desenvolver logicamente.

De nada valeu a iniciativa, embora acanhada, da illustre commissão nomeada pelo Governo Provisorio para elaborar o projecto constitucional, e composta de sumidades do elemento Republicano, sob a presidencia do venerando Saldanha Marinho. A commissão, comprehendendo que era preciso dar um passo para diante, estatua que o chefe do Estado podia encetar o trabalho legislativo perante o povo; no caso de ser por este approved bastaria uma só discussão e votação no Congresso para decidir sobre seu destino.

Os representantes do Riogrande (e poucos mais) bem perceberam desde logo que à tendencia parlamentarista se deixavam largas ensanchas no regímen que a maioria se inclinava a adaptar-porém, como lhes não era possível vencer a tibieza do grande número, resignaram-se a trabalhar pelo triumpho das ideias mais liberaes, que pudessem vingar no momento, determinados a levantar a bandeira revisionista, em tempo opportuno, para conseguir-se a fiel applicação do conjuncto do systema preferido e no fundo já adoptado na Carta de fevereiro.

Si a reacção contra a onnipotencia das assembléas, n'um paiz monarchico, pode parar e contentar-se com o passo que deram os Estado Unidos; n'um regime Republicano, incompatível com o monopolio e o privilégio, não é lícito que os espiritos se satisfaçam com tão pouco; a reforma há de ser mais completa, para que os principios fiquem perfeitamente a salvo de uma mystificação. Para isto, a boa doutrina manda distribuir as funcções políticas da maneira mais pratica e bem definida, restringindo o papel do governo propriamente dito ao mantenimiento da ordem material e à superintendên-

cia das obras públicas, restringindo o papel das assembleas a votarem os recursos para pôr-se em jogo a administração e a fiscalisarem o emprego d'esses mesmos recursos.

E a função legislativa? Essa não pertence nem a uma, nem a outro; é exercida pela opinião pública. Entregal-a a uma assembléa é o mais revoltante e prejudicial dos monopólios; deixai-a exclusivamente nas mãos do governo é abrir porta immensa ao despotismo. A opinião pública, todavia, não tem orgams definidos no presente: qual o meio por que há de pronunciar-se? É o que indica satisfactoriamente o genuino systema presidencial: qualquer pessoa, qualquer tem a faculdade de apresentar-se como intérprete do pensamento geral; iniciando um projecto de lei. Isto feito, o governo manda-o publicar por toda a extensão do territorio e deixa correr prazo sufficiente para o estudo do mesmo projecto. Abre-se livre e ampla discussão sobre o assumpto: manifestam-se todas as opiniões, concorrentes as Luzes de todo o mundo, offerecendo cada qual emenda ou retoques, ou planos mais perfectos, elaborados calma e serenamente, no silencio dos gabinetes de trabalho.

No fim d'este prazo, o governo faz cuidadoso exame de todo o material legislativo que lhe fôr enviado, e dá preferência ao que julgar mais aceitável, ou mantem o projecto primitivo, seja apresentado por outrem ou da sua particular iniciativa, pois goza d'es se direito, como qualquer cidadão ; -feito o que, decreta a lei, dando-lhe redacção definitiva.

N'este caso. dir-se-á, o presidente ou governador dispõe de uma verdadeira omnipotencia, porque, ainda que a opinião lhe indique normas liberaes, convenientes e progressistas, elle tem a faculdade de as rejeitar, fazendo que triumphe sempre o seu modo de ver. – Ah, mas ahi a previsão política impõe um correctivo ao arbítrio governamental, estabelecendo que toda lei decretada pelo chefe do Estado fica revogada, nulla, sem vigor, desde que a maioria dos conselhos ou câmaras municipaes se declare contra ella: eis a suprema garantia inilludível!

Mas o governo não poderá fraudar o systema, fazendo pressão sobre essas corporações? – Nunca, desde que ellas sejam inteiramente autonomicas, como no Rio Grande do Sul.

Porque motivo, vejo retorquirem os parlamentaristas e os que o julgam não ser, mas de facto viciados ainda de espí-

rito para comprehenderem o proprio methodo que preconizam – porque motivo este papel de simples intermediário-da opinião, attribuído ao presidente, não poderá ser com igual ou maior vantagem representado por uma assembléa, despojada de todo e qualquer privilegio parlamentarista? E’ que a experiencia mostra a incapacidade d’essas aggremações, para uma operação de tamanho fôlego: não há monumento legislativo digno de nota, elaborado no seio de parlamentos ; quando produzem alguma cousa melhor é imposta pela influencia de uma figura culminante, que submete a si o rebanho das mediocridades que a cercam.

Depois, pôde preferir-se a interpretação das aspirações populares, feita em meio do tumultuar de infrenes discussões, em que a vaidade se empenha e compromette, em que o amor próprio, tendo adiantado um juízo, julga indigno para si reformal-o, ainda que intimamente reconheça que é errôneo, perigoso e contrário ao bem social? Quando o trabalho legislativo assim feito não tivesse outra imperfeição, bastaria a falta de unidade patente em tudo que produzem os corpos deliberantes, para tornar o systema imprestável; e isto não se poderá nunca evitar, sendo confiada a muitos a funcção de definir o pensamento geral.

Imagine o sr. Coelho Rodrigues a que seria reduzido o codigo civil que organisou, si, applaudido pela opinião, fosse entregue a uma assembléa para decidir a respeito!

Em primeiro lugar, annos se passariam sem deliberar-se, faltando tempo, para cuidar criteriosamente de assumpto de tamanha magnitude. absorvidos os pilares da Pátria no labor orçamentário e... com especialidade, no deslindamento das altas questões de política local; n’isto já notando-se quanto o systema presidencial é mais expedito e prático, pois enquanto que o seu projecto ver-se-ia assim empacado no limbo, talvez para sempre – se fosse submettido directamente ao público, de conformidade com o systema que defendemos, em poucos mezes seria aceito ou repellido, ganhando, com a presteza, o auctor do projecto e a sociedade. A prova d’este aserto-deu-a agora o dr. Julio de Castilhos, o qual, em meio dos embates da guerra, preside, n’este momento, a trabalho legislativo sobre materia de alta relevância, sobrando-lhe para isto o tempo, que falta ao “parlamentarismo atenuado” vigente na capital da República.

Em segundo lugar, o codigo com que o dr. Rodrigues

consumiu muitos mezes de afanosa labutação, seria julgado, nas poucas horas concedidas a seu exame, com a leviandade corrente nos gremios parlamentares, cada um dos representantes decidindo irrevogavelmente contra este ou aquelle ponto, e propondo substitutivos, sem ter em vista o methodo e systema adoptados na obra, esforçando-se todos em ligar o nome ao instituto legislativo, com alguma emenda – preocupação essencial d'esses pseudopoliticos, que antes de julgarem da harmonia do conjunto, se comprazem em descobrir os defeitos parciaes e secundarias, faceis de eliminar, mas, que elles aggravam ainda mais com as modificações que se apressam em propor, destoantes do plano geral e que o desfiguram irremediavelmente.

No fim de tudo, quando o sr. Coelho Rodrigues procurasse entre a alluvião annual das resoluções parlamentares. o seu querido projecto, não lhe seria facil reconhecê-lo no monstro informe, saído das mãos dos doutores da lei!

Agora, si o codigo passasse pelos tramites legislativos do systema presidencial, ora observado no Riogrande, o resultado seria outro. Em poucos mezes ficava conhecido, estudado, feitos os reparos convenientes com mais cautella, mais bem inspiradas as emendas, de modo que o presidente ou reprovava totalmente a proposta do nosso jurisconsulto, adoptando outra, ou aceitava, reformando-a de accordo com aquellas emendas mais bem cabidas e que a aperfeiçoassem – não perdendo a obra a sua unidade primitiva, pois que a coordenação final caberia a um, não a muitos. Em vez de mutilado, desconnexo, o operoso professor teria o gosto de ver o fructo de tantas meditações, qual fôra concebido, não passando á Historia a sua pessoa como responsavel por uma instituição incoherente e disparatada, sem ter a menor culpa das incongruencias de que o inçasse a sabedoria parlamentar.

Julgamos que basta este confronto para dissipar as prevenções do velho monarchista, e talvez consiga elle infundir no seu ânimo, a irresistivel sympathia que o systema novo tem inspirado a todos aquelles que o estudam, sem ideias preconcebidas e extranha malquerença.

II

Muitas são as razões que allega o dr. Coelho Rodrigues para reputar illegitima a Constituição riograndense. Antes de nos decidirmos a pulverisar os frageis argumentos de um espirita que se desvia da boa logica, seja-nos licito fazer algumas considerações, que mostrem os erros de que está imbuído aquelle que julga com tanto rancor e tamanhas prevenções.

Anima-se a dizer esse jurisconsulto que o brilhante plano institucional é obra de seita e uma criação do Positivismo; porém, tal asserto, que não ficou provado, não é mais do que uma exploração de errados preconceitos publicas contra essa nobre doutrina innovadora, exploração com que intentam prejudicar o governo do Riogrande, levantando contra o estatuto fundamental ao Estado a ira dos inimigos d'aquella philosophia, para ver si assim é possível abrir brecha no baluarte Republicano, ja que na questão da amnistia foram derrotados os nossos inimigos, de uma maneira completa.

O espírito de rebeldia, que açulou os animos, precipitando-os na guerra civil, agita todos os odios, emparceira-se com todos os maus sentimentos, afim de obter victoria d'esse governo do Riogrande, que o sabem todos ser o mais forte embaraço ás machinações da anarchia e ao secreto designio da restauração monarchica. Nós lhe daremos combate incessante, mau grado todos os disfarces sob que se esconda o proteiforme reaccionarismo, perturbador da paz e causa da ruína economica.

Surprehende que um homem lido, como é o dr. Coelho Rodrigues, taxe de positivista uma construcção cujos lineamentos geraes de ha muito lhe devem ser conhecidos e cujo primeiro esboço vamos encontrar na antiguidade, no seio de um povo que tem a mesma história que essa doutrina por s. s. professada tantos annos.

Sabe que entre os romanos, cançados das turbulencias de uma olygarchia tyrannica começou de operar-se uma reacção contra a primazia das assembléas, ás quaes foram a pouco e pouco retiradas as antigas funções governativas, entre as quaes a de legislar, de certo tempo em diante confiada ao principe, que chamava para assistil-o, n'este labor, os homens mais notáveis do tempo. Pode dizer-se que ahi ficou já instituído o regimen da boa opinião, porque o imperador se

sujeitava ao parecer dos principaes e estes eram os únicos no caso de interpretal-a, de accordo com o bem geral:-melhor do que elles não o poderia fazer, nem essa massa de cidadãos engolphados o prazer, nem o senado, subalternisando-se dia a dia nas mais infames baixeiras.

Quanto foi logico, progressista e efficaz este regimen legislativo, mostra-o, melhor do que longos argumentos, esse soberbo corpo de leis que foi imitado por todas as nações modernas e constitue a base do direito civil vigente até hoje!

Destruído o imperio, fundadas as sociedades novas, que vemos entre as diferentes nações? - O governo presidindo à ordem social e definindo os princípios com que ella se mantém, isto é, legislando, mas apresentam todas um aperfeiçoamento sobre o anterior estado de coisas.

Em Roma, envilecidas as familias senatoriaes e a população, cuja commum e exclusiva preocupação era o circo e toda casta de prazeres; ninguem fiscalisava as rendas, nem como eram percebidas, nem como eram applicadas. Modernamente não foi assim: começou a comprehender-se que não ha tyrannia estavel sem o apoio do dinheiro e foi estabelecendo-se consuetudinariamente nova reforma da mais alta garantia na organização do poder publico: este continuou a administrar por si, legislando com as luzes da gente mais sabedora, porém, o arbítrio sobre o lançamento das taxas foi-lhe arrebatado e confiado á Cortes, em que se reuniam, de tempos a tempos, as três ordens da nação: a nobreza, o clero, o povo. Era este o systema em vigor ainda no fim do seculo XVIII e principio d'este, na Europa inteira, inclusive Portugal.

A corrente reformadora, que agitou o velho mundo com a explosão da crise franceza, não tendo criterio seguro para uma sã apreciação do espectaculo historico, que guiasse os innovadores, fazendo-lhes comprehender que o problema reformista consistia em melhorar, conservando respeitosa-mente as instituições fundamentaes; - a corrente reformadora, dizíamos, praticou os mais estranhos ensaios, resultando verificar-se, em pouco tempo, a impraticabilidade de todos elles.

Esta impotencia doutrinaria voltou os espíritos em favor da adopção, no Continente, de um régimen inadequado aos usos geraes e peculiar à evolução britânica. Por toda parte

espalharam-se, como a melhor garantia da liberdade, os princípios e maximas do parlamentarismo inglez.

Portugal não conseguiu escapar à funesta invasão, rompendo em 1820 uma revolta, no Porto, que levantou como bandeira o retrocesso à *olygarchia* das assembléas, que foram declaradas soberanas, omniscientes, onnipotentes, attribuindo-se-lhe, em summa, os attributos divinos da realeza e subalternando-se completamente o poder público, que veio a ficar mutilado, reduzido a nullissimo e mero executor da vontade indiscutível de uma corporação a quem eram concedidas faculdades taes, que a metade d'ellas bastaria para constituir um formidável despotismo.

Separado o Brazil da mãe-pátria, estas ideias dissolventes continuaram aqui em voga, a ponto de implantar-se de todo, no segundo reinado, assenhoreando-se o parlamentarismo da direcção do paiz, que foi afundado em torpe corrupção, e ficou quasi em total desgoverno: tudo viu-se aluido e solapado pelos conluios e tranquiubernias da baixa politica-gem parlamentar; a esterilidade legislativa deixou-nos reger, annos e annos, pelas obsoletas Ordenações do Reino, manco e miserrimo tudo que se animavam a fazer os representantes, a desordem immensa, afrouxandose os laços da disciplina, -completo o desprezo do povo pelas auctoridades, desde o último fiscal ao chefe do Estado, o imperador!

Em menos de meio seculo, as preconisadas normas inglezas nos reduzira m a uma situação que fazia vergonha aos proprios monarchistas aferrados: - “Quando a intelligencia, a virtude, os serviços são postos de parte; quando os perversos são galardoados com empregos eminentes, pôde-se affoutamente exclaimar como Seneca: Morreram os costumes, a honra, a piedade, a fé, e aquillo que nunca volta quando se perde o pudor!”, apostrophava o nobre fidalgo d. Manoel de Assis Mascarenhas, “Creio que nada mais temos a esperar d'este rejnado, que nos leva fatalmente à anarchia! Hoje somos miseravel rebanho de ovelhas”, bradava o dr. Gaspar Martins. “O systema de governo existente ainda não produziu o mínimo bem. No governo do Brazil já nem se salvam as apparencias!” clamava Affonso Celso, Visconde de Ouro Preto. “Há lá em cima alguma cousa pôdre!” manifestava melancolicamente o senador Paula Souza. “O governo é mau, o systema é mau, e os governos, que se têm mostrado cobardes, fracos, incapazes, sujeitam-se a tudo e sujeitar-se-ão sempre a este absolutismo

disfarçado, sob cuja pressão vivemos, e é preciso acabar, por felicidade do imperio, onde só soffrem os fracos e campeiam os poderosos”, dizia ainda Silveira Martins. “Quarenta annos de reinado, quarenta annos de mentiras, de perfídias, de prepotência, de usurpação!”, exclamava o ex-ministro Ferreira Vianna. “O systema parlamentar é antes systema para lamen-tar”, apregoava o conselheiro da coroa Andrade Figueira!

Manter uma ordem da cousas ja experimentada e condemnada pelo paiz inteiro, seria imperdoavel! Os Repúblicanos da escola histórica voltaram-se então para a sciencia que coordena os acontecimentos humanos; hauriram luzes na experiencia universal, o estudo infundindo-lhes a convicção de quão errada fôra a ideia de ir copiar, na Inglaterra, instituições que não se adaptam a nossos costumes; comprehendendo todos que era preciso voltar ao passado, reatar as tradições pátrias: continuar, aperfeiçoando-o, esse regimen existente em Portugal, antes do fatal ensaio parlamentarista.

Como acima dissemos, a constituição consuetudinária esboçava um aparelho governativo, composto de tres orgams ainda não inteiramente definidos, e cuja missão convinha precisar:-o rei administrando, mantendo a ordem e portanto, prescrevendo em que consistia ella, isto é, legislando; uma magistratura impondo castigo ás infracções da lei ; as Côrtes votando as taxas de que o governo podia lançar mão, para attender às despesas públicas.

Ora, para garantir a liberdade indispensavel à vida moderna e impedir que o poder se desvie da opinião pública, (agora mais ou menos formada e factor que era preciso considerar, ao resolver-se o problema governamental), bastava coordenar melhor o que já existia, isto é, precisar bem o papel de cada orgam, dar sede perfeitamente definida a cada uma dessas funções, um tanto confundidas ainda, garantindo plenitude de acção à actividade individual e segura influencia ao pensar de todos de modo que o governo represente as tendências populares de cada época.

Foi o que fizeram, em parte, os constituintes da República. em 1891; foi o que fizeram mais radicalmente os reorganizadores do Rio Grande do Sul. N’aquelle Estado, o inesmo aparelho outrora existente em Portugal foi restaurado, aperfeiçoando-se-o, à luz do critério moderno.

Subsistiram as Côrtes, com a sua faculdade de votar

as taxas, ampliada consideravelmente: a nova assembléa não regula só os impostos, prescreve quanto baste gastar-se a-elles e como, fiscalizando-lhes o emprego, o que é a verdadeira, real e suprema garantia da liberdade e o mais forte embaraço ao despotismo! A magistratura continuou, porém mais séria agora, mais amparada contra qualquer prepotência, independente, vitalícia, inamovível, com acesso marcado em lei, de geito que não há pressão possível sobre ella, não há ensanchas para corrompê-la! O chefe do Estado mantido no seu antigo officio, mas retirando-se-lhe toda e qualquer immiscuição nos negócios espirituais, limitado a impedir que se quebre a disciplina social, continuando a presidir ao trabalho legislativo, mas em o fazer exclusivamente como outra: – hoje existe uma opinião pública e ella ainda que não saiba determinar o que mais convém, sabe desejar, manifesta as aspirações geraes, e antes de qualquer lei ser decretada, deve consultar-se o povo, para que elle diga si está conforme com ella ou não, caso em que tem de ser, inevitavelmente, retirada.

Fica muito claro, depois d'estas rápidas explanações, que o atacado estatuto do sul, longe de constituir uma inovação, um ensaio, é um simples remodelamento das instituições que dirigiram a evolução portugueza, de que procede a nossa.

Onde, pois, a obra de seita? Onde o Positivismo? O grande mérito d'esta doutrina, no ponto controvertido, está na demonstração victoriosa que fez da insubsistência e radical imprestabilidade do systema parlamentar e quanto este é incompatível com o moderno movimento das sociedades, cuja marcha espontânea perturbou profundamente. Mas, não é só Augusto Comte quem se levanta contra a errada imitação das práticas inglesas, e sim também muitos pensadores do começo do século, não fallando nas recentes escolas que hoje combatem o absurdo renome que espiritos superficiaes pretendem dar a essas instituições, o que não impede de irem ellas caindo no maior desprestigio, no proprio paiz em que tiveram origem e razão de ser.

Vê-se assim o nenhum valor da arguição de que é positivista a Carta riograndense, com o fito de desencadeiar sobre ella as odientas prevenções dos que julgam sem maior estudo.

Examinada à luz da História, descobrem-se os primei-

ros lineamentos d'esta construcção política, em plena antiguidade: o character definido que vai tendo a sua estrutura atravez dos séculos: os melhoramentos de que necessita para presidir à ordem , sem prejuízo do progresso.

Não houve innovações positivistas no Riogrande, repetimos, houve reforma do regimen antigo, no que era incompativel com as ideias de hoje, Dahi a feição conservadora e progressista da sábia lei orgânica, verdadeiro padrão de gloria para aquelles que a conceberam – os Republicanos da escola histórica, os quaes, se fossem positivistas, como inculca o nosso crítico senatorial, não militavam na política activa do paiz, abstenção muito recommendada pelo grande e incomparável philosopho a todos os seus discípulos.

III

Mostrámos. no primeiro artigo, qual a orientação e estímulos que tinham dirigido e impulsionado os reorganizadores políticos da terra heroica dos Farrapos. deixando definidas, no segundo, as origens históricas das instituições ali adaptadas. Demonstraremos agora que ellas estão em perfeita conformidade com os princípios constitucionaes da União, ficando mais uma vez patente que essa campanha contra o estatuto de 14 de julho não é mais que uma outra nova investida contra a República, – porque irrefutavelmente faremos resaltar a má-fé dos que atacam a referida lei , considerando-a antagonica da que rege a federação; provaremos que, de ânimo sincero, não é feita a peregrina arguição de haver offensa aos postulados fundamentaes do regimen nacional, no contexto da Carta riograndense.

Admittir-se aqui a seriedade de taes accusações fôra capitular de ignorância rematada o juízo emitido pelos adversarios do systema que está em controvérsia, e não queremos fazer esta injustiça a tão reputados doutores. Preferimos acreditar que estas manobras nada mais sejam que o início das operações traçadas à última hora, depois da victoria da boa causa na questão da amnistia, para trazer-se novo combate ás linhas Republicanas. Não se diga que prova não ser este um expediente agora ensaiado pelo reaccionarismo, o facto de ter um representante Republicano levantado broquel contra a Constituição política do Riogrande, pois que, n'estas épocas de desordem intelectual, não ha peores inimigos do que uma certa ordem-de adeptos...

Sustentar que as constituições dos Estados devam ser uma fiel photographia da que regula a vida política do governo central seria absurdo inaceitável e uma contradição flagrante com o princípio federativo. Estados assim despojados de autonomia no regulamento da sua existência política, não se podem chamar Estados, porém sim meras províncias descentralizadas de um paiz unitario. O character d'aquellas circumscripções, na contextura federal, é a liberdade de agir como si fossem soberanas; limitadas, apenas, a marchar de concerto para a defeza própria, no caso de aggressão externa, e debellando de commum accordo as cominoções intestinas. Precisar os termos da organização interna que devam ter é cercear-lhes, por um lado, as faculdades decorrentes da independência que, por outro lado, lhes é concedida, como succede na República Argentina, onde o que existe é um simulacro de confederação: – mas isto seria profundamente contradictório!

Assim reduzido, tal regimen é um embuste, é uma apparatusa mentira, em nada superior ao modo unitário e antes igual em tudo a elle!

De facto, consentir que as províncias se organizem, mas calcando suas instituições sobre um mesmo modelo, não equivale a decretar de uma vez o governo que hão de ter as circumscripções territoriaes do paiz, como fazia a constituição do império, e outras de nações unitariás? – O governo central intervem, tanto em um caso, como em outro, na economia interior da província ou pseudo-Estado!

Ora, não ha sophisma possível entre nós: aqui a Constituinte não resolveu sobre a maior ou menor latitude que era chamada a conceder às franquias provinciaes, não! Ella veio regular a vida commum dos Estados Unidos do Brazil, já existentes desde o dia 15 de novembro, em que se proclamou a República! Não lhe era licito desfigurar a obra que vinha, não crear mas completar: nem podia fazel-o, nem o fez. – Como bem dizia, depois da independência, o grande José Bonifácio, a Constituinte não podia decidir sobre os destinos do império, porque este era aceito e consagrado já, como instituição nacional: cumpria-lhe unicamente concluir, segundo o plano adaptado, esta architectura política.

N'este presuppuesto, o critério com que há de interpretar-se a Constituição da República, no que concerne aos Estados, tem de ser invariavelmente e sempre, no sentido de

garantir a maior autonomia aos mesmos Estados: a interpretação aqui será, como dizem os hermeneutas, extensiva, e nunca restrictiva.

Todo princípio, inscripto mesmo na lei fundamental pelos constituintes, que viesse ferir ao compromisso solemne tomado perante o paiz a 15de novembro, seria abusivo, sem effeito, uma usurpação, porque as faculdades legislativas dos eleitos do povo não eram illimitadas, tudo não ficára a seu alvedrio, pois em uma cousa lhes era defeso tocar: – n'esse acto confirmado pelo quasi unanime consenso dos brasileiros, em que as antigas províncias se constituíam em ESTADOS, independentes, sem peias de classe alguma, sem a mínima restricção, como se vê do decreto respectivo, vigorando muito antes de ser convocada a primeira assembléa Republicana. Já no uso de uma preciosa autonomia, o menor ataque a ella seria o signal de uma revolta das novas unidades políticas, partisse muito embora a aggressão da própria Assembléa constituinte!

Mas assim não se deu: esta corporação repelliu os en-traves que o projecto constitucional do governo, inspiração do retrogrado e funesto Ruy Barbosa, pretendeu oppor ao livre viver dos Estados, assim como rejeitou tudo o que lhe foi proposto com um fim centralista. N'este ponto o espirito liberal e orgânico da assembléa não se desviou, comprehendendo os legisladores que a condição mais garantidora do progresso e grandeza do Brazil, o processo único de mantel-lo unido, era e é um largo federalismo. Da amplitude que se dêsse a esta fórmula dependia o futuro do paiz e, apesar das tentativas centralisadoras do ministro Ruy e de outros, vingou na Constituinte a ideia salvadora. A Carta que nos rege é clara e manifesta a respeito; não póde haver dúvida, nem contestações diante d'ella: consagra o puro molde federal em todos os dispositivos, em phrase clara, nítida: não deixa margem a qualquer interpretação restrictiva, que no futuro a tyrannia de uma assembléa ou governo pretendesse fazer, para resguardar as suas usurpações.

Vemos que o espirito do estatuto federal repelle a mínima intervenção na economia interna dos Estados, só o tolerando no caso de acephalia, na hypothese de se não constituírem elles opportunamente (hypothese que se não verificou entre nós), e no de commoção intestina, si o governo do Estado em revolta reclamar o apoio das forças da União. Esse

artigo da lei fundamental muito preciso, é luminoso e terminante: impede e vai de encontro a quaesquer velleidades absorptoras, não deixa caminho a insidiosas regulamentações em que o faccionismo procura saída para o que secretamente ambiciona. – O intento de regulamentar um dispositivo tão claro já indica e descobre o desígnio de adulteral-o, porque não carece de ser de fôrma alguma regulado: estabeleceu expressamente as hypotheses possíveis, especialisa os casos, dispensando interpretações e pérfidias regras para que possa ser entendido! E é ahi que está a suprema garantia do regimen de franquias locais, que adaptamos!

Provaremos no artigo seguinte, que não só o espírito da Constituição não podia impôr moldes communs aos Estados, como não impõe, porque seria contradictorio com os princípios da bandeira política victoriosa em 1889.

IV

Deixámos provado que, vindo regular um facto preeistente, a vida autonómica dos Estados – a assembléa constituinte da República não podia cercear de maneira nenhuma as franquias de que elles já gozavam, faltando à sua missão legislativa, que era a de completar a obra de 15 de novembro; e ainda demonstrámos que o espirito do estatuto federal não poderia harmonisar-se com qualquer imposição de moldes communs ao regimen interno das divisões políticas do paiz. Fácil será evidenciar que não só argumentando a *ratione*, reconhece-se a insubsistencia de tal pretensão, como debatendo com os textos constitucionaes e discussões da assembléa que os approvou, servindo estas de norma para bem interpretar aquelles.

A Constituinte, como dissemos antes: teve sempre em vista o máximo respeito que lhe convinha e devia manter para com o acto que decretára, em meio de applausos geraes. – A federação – reclamada pelos nossos maiores, desejo ardente de todos os patriotas, havia mais de meio século!! Seus annaes ahi estão para proval-o. Por muito que se esforçassem os retrógrados e inimigos da liberdade, não conseguiram demover os legisladores desse salutar propósito, e os factos vieram confirmar a sabedoria da resistência opposta por estes ás tramas centralistas. – Não fosse a federação que a República teria succumbido ao tremendo golpe que lhe desfecharam

os reactores, com a revolta última! Outro mérito não tivesse, bastava esse para que nós, os Republicanos, a acautelássemos de toda e qualquer investida, cuidadosamente a zelássemos como antemural do regimen vigente, como a sua maior obra de defesa, jamais consentindo que a perfidia, sob a capa de fiel observância da letra da lei, tentasse diminuir-lhe as proporções, ousando restringil-a ou desfigural-a, inutilizando o que tem de mais precioso.

É preciso estar sempre em guarda contra o machiavelismo dos resturadores encapotados: esta gente, useira e viseira em todas as velhacarias, pretende agora embair com um falso extremo pelos princípios dominantes e com um fermentido humanitarismo, entendendo ser-lhe fácil alcançar a victoria fugidia, por meio de interpretações forçadas do pensamento constitucional.

Este, felizmente, não deixou ensanchas a taes manobras, como vai ficar bem provado.

Os sophismas reaccionarios e anarchistas giram em torno da redacção que foi dada ao art. 63: “Cada Estado reger-se-á pela Constituição e pelas leis que adoptar, respeitadas os princípios constitucionaes da União.”

Declaram os que pretendem falsear o texto e torcel-o em favor dos seus planos, que respeitar os princípios constitucionaes da União significa repetir a estructura governamental que esta apresenta; ora, isto é contradictório com o systema federativo, como já foi demonstrado, além de ser um erro manifesto e antinomia com a lei.

A intenção do legislador, ao referir-se a princípios constitucionaes, é manifestar que as unidades políticas que compõem a República não podem estabelecer governos em desaccôrdo com as instituições Republicanas, isto é, não podem fundar nem monarchias nem theocracias nem ordens privilegiadas, nem monopólios de classe alguma, que seriam creações incompatíveis com o systema livre, em vigor entre nós. O princípio constitucional adoptado na União é o Republicano, cujo característico é a ausência de privilégios de toda a sorte, e a forma por que se procurou traduzir esse princípio foi a presidencial; com a antiga divisão chamada dos três poderes.

Isto posto, vemos facilmente em que a Carta riograndense difere da do centro: ainda que fiel ao preceito de respei-

tar a essência do systema geral, os princípios constitucionaes da confederação, divergiu na *forma*, no modo de entender como mais convinha pôr em prática a idéia culminante, a República. Erro crasso é ver, pois, ofensa aos princípios, no arranjo que se preferiu, na modalidade aceita no Riogrande.

Julgou-se mais consentânea com os princípios constitucionaes a organização do aparelho governativo, tal qual o descreve o estatuto do Estado, e a decisão dos competentes, que eram os constituintes de lá, foi em favor d'essa fôrma. E esta liberdade ninguém lhes poderia negar, porque então onde ficava o federalismo, onde a autonomia conferida às antigas províncias?

Tanto esta interpretação é a verdadeira, que no primitivo projecto do Governo Provisório, que serviu de base às discussões da constituinte, determinando-se (art. 62) que “cada Estado reger-se-á pela Constituição e pelas leis que adoptar, contanto que se organizem sob a fôrma Republicana, não contrariem os princípios constitucionaes da União, respeitem os direitos que esta Constituição assegura, etc.”; o legislador, entendendo que as palavras *sob a fôrma Republicana ... e respeitem os direitos que esta Constituição assegura* eram pleonásticas, redundantes, dispensáveis, desde que no período se fallava em princípios constitucionaes da União, palavras equivalentes em tudo, na substância, ao que aquellas procuram definir, – o legislador, dizíamos, supprimiu-as, no texto correspondente da Carta de 24 de fevereiro que nos rege.

Vê-se, pois, que não só os organisadores do projecto do governo, decretado provisoriamente como lei da República a 23 de outubro de 1890, como também os constituintes, consideraram a phrase: *princípios constitucionaes da União*, como equivalente de princípios Republicanos. Portanto, nenhum direito tem o governo central de intervir no Estados, sinão para manter os referidos “princípios Republicanos”, e nunca para impor esta ou aquella fôrma, na estrutura do regimen. N'este ponto, ficoulhes plena liberdade, como se prova nas explanações feitas e no que se vai dizer.

O alludido artigo do projecto do Governo Provisorio estatua, in fine, que se observassem na constituição do Estado as seguintes regras: “1ª os poderes executivo, legislativo e judiciario serão discriminados e independentes; 2ª os governadores e os membros da legislatura local serão electivos; 3ª

não será electiva a magistratura; 4^a os magistrados não serão demissíveis senão por sentença; 5^a o ensino será leigo e livre em todos os grãos e gratuito no primario.” Pois bem, ainda que taes regras pareçam muito boas aos nossos uniformisadores e centralistas, a Assembléa constituinte repelliou-as, negando-se a lavrar a si própria um triste attestado de indesculpável incoherencia, proclamando por um lado o regímen federativo e por outro annullando-o completamente.

Fica provado, por consequência, que respeitar os princípios constitucionaes da União não quer dizer reproduzir a fórma constitucional que ella adoptou, demonstrando-se assim, ao mesmo tempo, que o estatuto riograndense não é illegitimo, como pretendem os reaccionarios e demolidores, – impossivel sendo, portanto, justificar qualquer immiscuição do poder central nos negócios constitucionaes do Estado. Si o tentasse, ultrapassaria as faculdades de que se acha investido pela lei orgânica do paiz: rompia com ella, entrando na perigosa e incerta via das usurpações, que hão de ter sempre imperterritito contra si o indomável patriotismo do Riogrande do Sul!

V

Provado como ficou nos anteriores artigos, que os princípios constitucionaes da União foram respeitados ao elaborar-se o estatuto riograndense, nada mais temos a dizer, porque a sua defesa cabal está feita: como se viu, elle não pôde ser derrocado, porque se funda nos alicerces que a própria Constituição federal firmou.

Devíamos deixar que a prática demonstrasse aos adversários do systema as vantagens que offerece, mas, antes de dar por terminada a nossa missão, seja-nos lícito patentear o erro de certas apreciações que por ahi correm, repetidas pelos doutores parlamentares.

É assim que intitulam dictador ao chefe do Estado d’essa organização vigente no sul, porque elle, além das funcções administrativas de que está investido, preside ao trabalho legislativo. “Si o facto de quem governa cooperar na elaboração de uma lei, dá-lhe o character de dictador uma assembléa legislativa é, n’este caso, um bando de dictadores; cousa peor ainda”, foi a resposta que um intelligente representante deu aos que na Constituinte riograndense formularam aquella peregrina proposição. *Cousa peor ainda*, disse elle, e é a pura

verdade, porque, além dos dictadores serem muitos, as suas resoluções são inappelláveis, decidem como soberanos, decretam definitivamente, e sem audiência dos interessados, – com a majestade olympica dos deuses pagãos no supremo papel de regularem as cousas do mundo, pouco lhes importando si a sabor ou a desgosto dos pobres mortaes!... Ao passo que o *dictador* da Carta riograndense não tem arbítrio de classe alguma; si a sua vontade consegue vingar, às vezes, é porque ella corresponde à de seus concidadãos: nada lhe é dado fazer em desaccôrdo com estes.

É para nós muito singular esta grande extranheza que a participação do presidente na obra legislativa gera no espírito dos commendadores do código político do Riogrande, quando todas as constituições modernas a consagram, havendo apenas differença de gráo na interferência, que é marcada ao chefe do Estado.

De facto, que é o veto, si não uma modalidade da função legislativa?

Esta, entre nós, por exemplo, acha-se distribuída entre os membros das duas câmaras que organizam a lei, e o presidente da República, que, julgando a deliberação do congresso contraria ao bem público, rejeita-a, o caso riograndense, o labor legislativo obedece à mesma divisão, mudando apenas os factores da lei.

A faculdade de ideal-a e concebê-la foi retirada ás assembléas, pelas razões expendidas no primeiro artigo, e passou para as mãos d'aquelle que se julgue competente, o qual apresenta o projecto ao presidente, ou este o elabora, publicando-o, em um como em outro caso, acompanhado de clara exposição de motivos, que explique o critério inspirador do trabalho, mostrando suas vantagens e conveniência. – O veto passou para o povo, que por meio das câmaras ou conselhos municipaes (por ser mais expedito assim do que convocar assembléas populares, reuniões diffíceis de obter de uma população disseminada em grande território), declara, silenciando, que a nova lei se conforma com as suas aspirações, ou rejeita-a expressamente, hypothese em que ella deixa de ter vigor e fica revogada ipso facto.

Nada mais liberal! D'esta fôrma, a acção legislativa, que era monopolisada por um grupo de indivíduos reunidos em Congresso de número restricto e para o qual entraram,

alguns pelo prestígio político, mas quasi todos pela protecção dos mandões, pelas manobras de partido, pela força do dinheiro, pela arteirice eleitoral, que mui raro se combina com o verdadeiro mérito, com o talento de valor positivo, com a competência indiscutível; – acção legislativa cabe a todo o mundo, não é o privilégio de ninguém, abrindo-se franco debate público, em que a concorrência não é injustamente limitada, deixando-se livre campo a todos, para que triunphe o mais capaz!

Póde haver espectáculo mais bello do que esse, em que se interessa um povo inteiro na determinação das regras da convivencia social?! O maior potentado, como o mais humilde riograndense, o grande capitalista, como o simples proletário, o sábio de nomeada como o obscuro e ignorado homem de estudo, todos collaboram n'esta alta labutação!

Assim, a capacidade legislativa não é mais decretada: pertence a quem mostra possuil-a: – pintor costuma chamar-se quem já fez algum quadro, architecto quem já planejou e dirigiu a construcção de algum edificio, escultor quem já talhou alguma estátua, piloto quem já se mostrou perito em marear um navio; só na arte política é que se quer erigir em legislador quem ainda não deu attestados de o ser! O novo systema rompe com este absurdo e pede a quem se considere tal, a prova da sua competência, para que, então, possa pretender a honra de legislar em bem da comunidade.

A concorrência vital, de que foi, e em parte ainda é theatro o mundo, tendo como succedanea e intermediaria a concorrência industrial, chegará assim a seu último termo, transformando-se em uma progressiva e serena luta intellectual: a livre concorrência de todas as opiniões, para que d'esse choque resulte, em benefício da sociedade, a victoria da que se ache mais bem aparelhada, e será sempre aquella que se fundar na observação dos phenomenos respectivos, guiada pelas luzes da sciencia. Onde um regimen que offereça mais garantias à opinião pública e mais seguro penhor de que triumphará o modo de ver dos mais abalisados.

Os nossos políticos, que se extasiam diante das instituições helvéticas, como é que não comprehendem a grandiosa belleza das que temos em casa? E a mania de admirar as producções do estrangeiro, com eterno desdém por tudo que fazemos!... Pois o *referendum* suiso, considerado a última palavra da democracia, pelos devotos d'esta, acha-se estabele-

cido no Riogrande, sobre um plano mais largo e mais positivo do que esse observado nos cantões-confederados, em o processo de formar as leis!

Para verificar-se o *referendum*, para ser ouvido o povo, ao ser decretada uma lei, é preciso que 30.000 suíços, gozando de todos os direitos políticos, o requeiram, ou então oito cantões. – No Riogrande, não é necessário que tamanho número de cidadãos reclame esta medida: lei nenhuma deixa de ser apresentada ao povo para que livremente a discuta, ficando em todos os casos à massa dos interessados o poder de a-repellir e rejeitar.

Mais ainda: aceita pela maioria, em caso de *referendum* a lei vigorará até que os Conselhos Nacional e dos Estados, julguem conveniente reformal-a, não dispondo de remédio legal o povo para fazel-a revogar, caso depois do seu voto reconheça defeitos n'ella ou que é prejudicial. – No Riogrande, em qualquer tempo, os conselhos municipaes podem annullar a lei, que a opinião, antes acceitando, julgue mais tarde contrária às aspirações geraes.

Por qualquer face que seja encarada, verifica-se a vantagem que leva a Constituição de 14 de julho sobre todas as que actualmente existem. Dahi o apêgo que lhe temos os Republicanos do sul, não porque seja fructo de uma philosophia qualquer ou de uma seita, como apregoam gratuitos detractores, mas, sim, obra de larga experiência política e uma grande lição da História.

VI

A poeira que se levanta em tórno da bella Constituição do Riogrande provém em parte da “audácia admirável”, com que os legisladores do sul se animaram a tocar no tabernáculo sagrado, no precioso talisman que tudo salva, no elixir mágico, no philtro curativo, na verdadeira pedra philosophal, – a cujo leve contacto a tyrannia morre e resurge a liberdade: a divisão dos poderes!

Dispensar-se n'aquelle Estado o mysterioso amuleto irresistível?! Que vai ser da República ali, sem este amparo sublime? O estatuto riograndense, além “de não cogitar da organização dos poderes”, leva o escândalo a ponto de “excluir cuidadosamente a palavra *poder*”, nos artigos em que define a fôrma governativa, que foi adoptada!!!

Pois concebe-se “afronta” maior: não lêr pela mesma cartilha dos velhos declamadores? não se conformar com aquelles chavões consagrados da rhetorica revolucionária? não seguir cegamente o catecismo professado, há tantas décadas, por mestres, em cujas mãos a sciencia parou, herezia sendo a tentativa de ir adiante?! Póde haver cousa mais extranha?!...

No entretanto, em vez de espantar, a iniciativa dos riograndenses é toda natural e muito louvável, marcando na História um esforço digno de nota, em favor de boa doutrina, um esforço tendo por fim dar feição mais prática aos negócios políticos, que de indústria se quer envolver em obscuras especulações transcendentales, para que possa constituir uma espécie de sciencia sagrada, inatingível, inacessível ao povo; – e é ainda um tentamen para regularizar-se a nomenclatura política, tão baralhada e confusa, dando ensejo por isso a erros palmares e grosseiras illusões.

Um d’esses erros consiste em affirmar-se a existência de três poderes políticos, de cuja harmonia resulta a ordem social; lamentável engano, como vai ser demonstrado.

Da observação da marcha evolutiva da espécie resalta um facto constante, que é hoje incontestável axioma científico: não há sociedade sem governo. Muito ao contrário do que supõem illusos legisladores, elle não é creado por nossa vontade e surge pela força dos acontecimentos. Quando julgamos erigil-o por nosso livre alvedrio, nada mais fazemos que regularizar o poder preexistente: eis em que consiste a illusão.

Si assim e, si o governo apparece com a sociedade, estudemos, desde o germen, o modo por que elle se define através da evolução d’esta.

Na mais culta, como na mais rudimentar associação, o papel do governo é manter a harmonia entre os associados, a ordem necessaria, a indispensavel solidariedade, sem as quaes não é possível a convivência social. Para isto, carece elle da iniciativa de prescrever as regras d’essa harmonia, as condições por que ella se obtém (pois que, em todas as artes não se póde fazer uma obra qualquer sem antes traçar-lhe o plano), assim como lhe são indispensáveis os meios de punir os violadores de taes regras, sob pena de annullar-se, de se não tornar effectiva a sua missão.

Estabelecer as normas da conducta, os princípios em que se funda a coexistencia social, garantindo por meio da força a sua observancia: castigar os infractores; providenciar sobre os meios materiaes indispensaveis para que sejam cumpridos esses deveres, – são três aspectos de uma só função fundamental: – governar, a história humana, até um certo período de desenvolvimento, enquanto a trama social é muito simples: vemos uma única entidade preencher os diferentes encargos da função governativa; mas com o gradual progresso de tudo, o organismo público, como todos os outros: torna-se mais complexo as funções, em vista da sua crescente complicação: não mais podem ser attendidas por um só agente, facto este que determina o apparecimento de orgams especiaes, encarregado cada qual de agir num departamento particular, concorrendo todos para o mesmo fim, de conformidade com a função primitiva.

Assim é que o concurso social, a princípio mantido por um orgam: passa a sel-o por um aparelho, isto é, uma combinação de orgams. Antes, um só administrava, legislava e punia: provendo ao mesmo tempo à própria subsistência; mas, esses pesados misteres estando hoje acima das forças de um só agente, como acima dizemos, resultou a especialização apontada: – o governo político continuou a ser um, indivizível: porém por é por meio de orgams diversos que elle funciona agora: um orgam (presidente, directorio, triumvirato: o nome pouco importa) regula a ordem pública; outro, castiga aquelles que a perturbem (magistratura, corporação de juizes: outro, fornece os recursos para que o aparelho seja posto em movimento (assembléa, conselho, senado, congresso.)

Vê-se, pois, que o artigo do estatuto riograndense em que é definido o poder público, conforma-se perfeitamente com a realidade das cousas. Não podia fallar em “organização de poderes”, como reclamam doutores metaphysicos, porque na ordem política só existe um, e a esse excluirivamente que aos legisladores constituintes cabe regular.

Três poderes de facto coordenam as sociedades humanas: o material, o espirital e o moral. O primeiro corresponde ás associações políticas e opera por meio da força: manda, governa; o segundo domina as relações universaes, e trata de consolidar-as pelo conselho, baseado em um corpo de doutrinas; o terceiro se dirige aos indivíduos, a cada um de per si, e se esforça por bem encaminhal-os com esses doces processos

sentimentaes, tão efficazes ás vezes! Aquelle é representado pelos governos, o outro pelos sacerdócios, o último pela mulher, que tanto nos captiva, e pelo ancião, que modera os ímpetos da nossa personalidade e pela criança, que nos infunde a brandura de sua alma: emfim por tudo que mitiga em nós a pujança do nativo egoísmo.

D'este facto innegavel partiu o erro de muitos constitucionalistas: viram a bella harmonia que a coexistencia d'estes tres poderes produzira no régimen medieval e entenderam transportal-o ao mundo político, fazer ahi uma divisão analogica, sem perceberem que la o campo de acção era diverso, pelo que se evitavam os choques e conflitos, ao passo que o plano ideado por taes innovado distribue, aos *tres poderes*, funcções da mesma natureza, do que resulta uma permanente guerra entre elles, cada qual julgando ter sida dada aos outros uma competencia maior, em detrimento da que lhe devia caber: guerra interminável e cada vez mais accessa!

Tanto isto é real, que dentro de pouco tempo os theoristas do absurdo systema, esbarrando com a difficuldade, procuravam solvel-a, creando um outro poder, o *moderador*, mas sem efficacia sobre os outros, sem auctoridade e prestigio, pelo facto de ter a mesma origem que os primeiros, e portanto sendo igual a eles.

Os Republicanos da escola histórica arredam-se d'estas intrincadas especulações: não alimentam a louca pretensão de descobrir uma panacéa, que ponha termo ás discordias sociaes, recomece a idade de ouro, guie os espíritos e corações: não! Observam os acontecimentos, e comprehendem que só uma doutrina commum universalmente aceita pôde harmonisar o mundo, fazendo surgir um poder espirital, que regenere as almas e permitta a benéfica influencia do outro poder, o moral, hoje sem ascendente algum, a bem dizer. E como não se havia de esperar, de braços cruzados, esse magno acontecimento por que suspiram catholicos e acatholicos, prometeram fazer aquillo que está nos limites de acção dos homens políticos: organisaram um governo adequado aos nossos costumes e tradições, em desaccordo talvez com incoherentes e abstrusas concepções de certa metaphysica constitucional, mas muito capaz de manter a ordem, – o escopo e fim de todo governo regular.

VII

Vimos que, theoreticamente, se não justifica a apregoada *divisão dos poderes*, que constituiu erro palmar e tem servido para introduzir a confusão na nomenclatura política. Estudando os factos, nunca a *priori*, e, sim, pelo observar o modo como se produzem e apparecem no decurso dos tempos (que foi o que fizemos), tudo se esclarece, descobre-se a realidade, antes nublada e obscurecida por doutrinas tenebrosas, especulações desconformes com a sciencia, defeituosas e imprestáveis pelos methodos antiracionaes de que ainda usam, no campo social, hoje desvendado à luz do critério positivo.

O desacerto resume-se em pretenderem os constitucionalistas crear uma fôrma politica, tentando à fina força ajustal-a a um paiz qualquer. O methodo deve ser muito outro: cumpre investigar primeiro a marcha evolutiva, os antecedentes históricos, os costumes e tradições do meio para que se quer legislar, descortinando a directriz, a orientação geral das cousas políticas, cuja regulamentação se tem em vista. Procedendo-se assim, é que se chega ao resultado que obtivemos; e como se tem em ideia despojar o governo das múltiplas funções que o despotismo confundiu para melhor impôr-se – em vez de imaginar uma fôrma governativa, alheia à ordem natural – procede-se com maior lógica e de maneira mais simples, fácil e prática: trata-se de reconhecer o que há de fundamental em todo poder político, e, isto feito, se o reduz ao seu verdadeiro papel, limitando-lhe as attribuições funestas e desarrazoadas de que anda armado. – Por este meio é que a liberdade indispensável à existência moderna fica bem garantida.

Eis quanto se fez no Riogrande: a administração ali move-se em campo mui restricto: cuidadosamente marcado, sendolhe o exorbitar quasi impossível. – No centro da República e outros Estados, a esphera em que age o governo é illimitada; além do chamado poder executivo dispor de attribuições que lhe não pertencem, o ramo legislativo é omnimodo. Os organisadores das diversas constituições entre nós existentes, em lugar de resguardarem a liberdade, como se fez no Riogrande, isto é, arrancando do poder o que usurpara, deixaram-o assim aparelhado para o abuso e deram tratos à fantasia com o fito de descobrir um remédio de contel-o e acautellar o povo: julgaram que o remédio era dividir o que é indivisível, fragmentando o governo, como se via praticado

na Grã Bretanha, sem indagar si n'este paiz existem as mesmas condições que no meio inglez fizeram surgir o systema ali vigente.

Por toda parte, idearam-se planos, cada qual se esmerando mais em definir e caracterisar bem essa divisão do poder, que é a chave do modelo imitado. Porém, o que mais importava saber, desprezou-se, e era si tal divisão baseava-se na ordem de cousas que rege o mundo ou era criação transitória, peculiar a uma zona do planeta: esqueceu-se de indagar si esse expediente satisfazia, preenchendo o fim que se mirava.

Dentro em pouco patenteou-se a inefficacia do remedio preconizado, verificando-se que mais baralhara o problema governamental, adiando uma solução positiva.

Esse ramoso regimen, em que os poderes se compen-sam, impedindo que um usurpe o que cabe a outro; esse mal sonhado equilibrio, em caso de conflicto, tinha que dar irremediavelmente o absurdo ou (cousa extranha)! o disequilibrio! Si as forças de que cada poder se acha dotado, para maior segurança do systema, forem iguaes; contrapostas umas ás outras, em caso de lucta, resultaria a inércia de todos os poderes, ficando sem solução a crise, e si a contenda persistisse, teríamos a admirável fôrma de governo conduzindo a desgoverno, isto é, a ausência de acção política directiva, porque os poderes despenderiam sua energia própria na resistência opposta uns aos outros: -forças iguaes e contrárias destroem-se. Si houvesse um poder mais forte, este, sobrepujando tudo, impor-se-ia aos demais, quebrando-se, portanto, o cerebrino equilibrio e empolgando a supremacia o mais bem aquinhoado dos contendores.

Isto que concluimos abstractamente, verifica-se no terreno concreto, confirmando-se de todo em todo. Onde taes normas políticas foram adoptadas, ou vemos assembléas imperando, subalternisado o poder executivo (poder só in-nomine) que é o caso da Belgica, França, Inglaterra, Chile, etc., ou o executivo funccionando livremente, reduzidas as assembléas a meras chancellarias, como na Allemanha, Itália e quasi todos os paizes sul-americanos – irrealizada sempre a utopia do equilibrio dos poderes! E era preciso que assim fosse, porque de outra fôrma não haveria governo, gastas as força políticas em se contrapõem e contrabalançarem.

É necessário romper com taes devaneios e comprehen-

dermos de uma vez por todas, que, si as condições de um paiz favorecem o advento de uma olygarchia, por maior cautela que se tenha em equilibrar os poderes, a assembléa, a corporação legislativa, será o governo de facto; si os antecedentes prepararam o terreno para uma monocracia, o executivo será o mais forte e dará leis aos outros poderes; eis o innegável, comprovado o asserto por toda a história da idade moderna.

Isto posto, persistir no erro seria imperdoável; manter a nomenclatura adoptada vulgarmente, fonte perenne de grandes disparates políticos, não era obra de bom conselho.

Si o poder é um, como se demonstrou, demos este nome áquelle que verdadeiramente o é, definindo, de accôrdo com a realidade, o que é o governo, – sem envolver a questão em nuvens metaphysicas e especulações da fantasia sem norte de gente mal preparada para o estudo de assumpto tão árduo.

Foi este o critério salutar que guiou os constituintes do Riogrande, os primeiros que no mundo moderno encararam este ponto de um modo práctico, desdenhando theorias inconsistentes e limitando-se a consagrar a fórmula que melhor garantia um sincero consorcio da auctoridade com a liberdade – que era urgente conseguir, – para livrar a civilização d'esta parte da terra, tanto do retrogradismo combatente, como do anarchismo selvagem, que bate às nossas portas, cada dia mais trágico e ameaçador.

O bom senso dos riograndenses evitou na sua terra o triste espectáculo dos gregos da decadência, debatendo theses engenhosas quanto inúteis, no momento em que, junto aos muros de Constantinopla, se ia liquidar um problema que a todos interessava e que devera prender a attenção geral, problema mais práctico, mais urgente, que os de uma theologia exausta, – como o está hoje a methaphysica, que inspira ainda aos nossos doutores políticos, no fim d'este século da sciencia e da sã philosophia!

VIII

A preconisada divisão de poderes, dissemos, além de absurda, é mais que desastrosa, na prática, produzindo o desgoverno. A actualidade brasileira deixa bem claro que não fantasiemos, desgraçadamente.

O *poder executivo* empenhou-se em debellar uma revolta contrária às instituições, gastando com isso o melhor de sua força, e como teve a habilidade de subordinar os outros *poderes*, fazendo-os marchar de companhia comsigo e sob sua inspiração, o trabalho de reprimir o revolucionarismo foi cousa fácil. Chega o 15 de novembro de 1894, o *poder executivo* continua resistindo à rebeldia, mas pensa que os outros poderes, segundo a letra da lei fundamental, devem agir como nem lhes pareça, de acordo com a independência de que se acham investidos: a scena muda e a continuidade da acção repressora começa a diminuir, ameaçando annullar-se de todo. Porque? – Porque o Congresso principiou a agitar-se em opposição ao pensamento governamental, querendo absolver de culpa e pena aos rebellados, que o governo ainda perseguia, por se conservarem em armas, como antes!

Os patriotas, em vez de empregarem sua actividade, tão necessária, em favor de medidas urgentes, occupam-se todos em lutar contra o que projectava o poder legislativo, e são precisos esforços extraordinários para que seja posta de lado a fatal ideia da amnistia.

Felizmente, ahi evitou-se o desastre, mas as difficuldades ainda não estavam superadas: o *poder judiciário*, como é *independente*, entendeu divergir a seu turno e eis o desgoverno outra vez: o executivo despendendo energias para suffocar o levante e a alta magistratura oppondo-lhe energias em sentido contrário: animando a revolta, pela garantia de impunidade em caso de insuccesso, e fazendo sair das prisões aquelles que o governo encarcerára, como inimigos da ordem pública!

Em qualquer dos casos, como se provou no artigo anterior, o systema dá resultado contraproducente: na primeira hypótese, o equilíbrio desaparece, porque um dos poderes, mais forte do que os outros, reage sobre elles e os dirige; na segunda, os poderes se equilibram perfeitamente (eis o ideal alfim attingido), mas verifica-se então quanto este regímen é nocivo, pois em vez de uma acção política directiva, papel de todo governo, consegue-se unicamente dispor um systema de forças, de maneira tão engenhosa, que se annullam, sem proveito algum para a sociedade, que da sua efficiencia tudo esperava!

Pode haver illusão, quando a imprestabilidade do regimen se manifesta tão positivamente? no caso apontado isto para fallar no que está mais sob os olhos, pois que a vida in-

teira dos países constitucionaes serviria de confirmação ao que avançamos !...

No Chile, a lei organica antes vigente garantia ao chefe de Estado a livre nomeação dos ministros, mas a fraqueza de alguns governantes tinha deixado o congresso intervir n'essa escolha, a modo do parlamentarismo inglez. O notável patriota Balmaceda, elevado à presidência da república, restabelece os princípios constitucionaes, porém o poder legislativo, como independente que é, julga poder pensar de modo contrário, ainda mesmo ferindo a constituição do paíz, e oppõe formal resistência ao restaurador da lei, abrindo-se uma guerra tremenda entre os dois poderes; eis uma das nossas hypotheses: dois poderes annullando-se na resistência que ambos se contrapõem, com enorme perda para a sociedade, em cujo serviço deveriam empregar a somma de forças que é assim malbaratada. Triumphando o congresso, por acaso voltou ao equilibrio o systema constitucional? Não ; rompeu-se o equilibrio definitivamente. assumindo o congresso funções que competiam ao chamado poder executivo, que fica subalternizado, reduzido a simples agente d'aquelle: eis a outra hypothese. – Como sempre, sem resultado a peregrina ideia da ponderação dos poderes!

Por toda a parte, o preceito constitucional, consagrando a independência dos poderes políticos e a harmonia da sua acção, gera a desordem e conflictos intermináveis, a não ser com o sacrificio do referido preceito: – é um dos casos em que a violação da lei é o único meio de obter aquillo que a lei tem em vista estabelecer!!!

O governo precisa constituir um todo completo, de modo que suas diferentes partes movam-se accordes, com eurhythmia; a acção d'ellas deve ser simultânea e commum, sob pena da constituição do systema destruir-se e desaparecer. Si as rodas trazeiras de uma carruagem, em vez de girarem no sentido em que o cocheiro guie, andam para lado opposto, o vehiculo quebra-se, deixando de existir o systema que constitue o que chamamos carruagem.

Ora, no mechanismo governamental que combatemos, as três principaes peças, dispondo, segundo as definições correntes, de Independência e, portanto, de livre vontade, ...'.. podem negarse a concorrer no mesmo sentido, agirem de commum accordo, cada qual puxando para seu lado: resultará d'isto o desmantelamento da machina iJeada, provan-

do-se assim a nossa affirmativa de ser ella mal concebida e disparatada. O erro, pois, em que laboram os constitucionistas d'esta superficial escola, fica patente por qualquer tace que se considere o caso.

Imaginando- mesmo que os poderes se harmonisem, marchando com igual derrota, ainda assim um irremediável defeito mostra a imperfeição fundamental do systema: o executivo é constrangido a manter a ordem, não pelos meios que julga convenientes, mas de conformidade com o pensar de outrem. Basta ver como um artista qualquer, por muito mérito que tenha, vê-se embaraçado ao fazer um trabalho cujo plano lhe é imposto, ao passo que facilmente o realisa si lhe o deixam idear livremente; para reconhecer-se quanto esta separação da faculdade de conceber e de executar, vigente no regimen inglez, é manca e contrária à ordem natural das cousas.

Além d'isto, a acção é mais tardia e sempre mais incompleta porque muitas vezes, emquanto os legisladores discutem , considerando um certo número de condições, estas, n'esse meio tempo, vêm a mudar, de forma que quando uma resolução é tomada , já não tem o alcance que se tivera em vista, e a oportunidade necessária. Ao passo que, si o poder não estivesse dividido, a deliberação seria mais rápida quadrandose sempre ao caso que se pretende regular.

Um exemplo torna muito clara a proposição. Depois das derrotas de Inhanduhy e Restinga, os bandos federalistas, esmagados, corridos e sem esperança, asyloam-se na República do Uruguay; pensou-se em amnistiar aquelles fugitivos, com o intento de lhes provar que eram perseguidos por sua attitude rebelde, mas sem haver ódio da parte dos repressores, tanto que se lhes abria uma porta, para reentrem no grêmio nacional. A occasião pareceu azada para esse acto de misericórdia; encetaram-se discussões a respeito, no congresso.

Mas, quando se adoptou a medida, quando a amnistia foi aceita, já não era propício o momento para decretal-a: os revolucionários tinham de novo invadido o Riogrande, levantavam armas contra a lei, e o que fôra uma concessão de clemencia à gente foragida no estrangeiro os invasores consideraram um acto de fraqueza, de transacção, originado pela sua ulterior attitude ameaçadora. Si o governo tivesse a faculdade de providenciar livremente sobre amnistia, tel-a-

-ia concedido no instante em que os insurrectos, tomados do maior pânico, fugiam ao castigo inevitável, e, talvez então, tivesse dado algum fructo o acto de indulgência; ou, à vista da arrogância nova e reincidência dos sublevados, deixaria de a conceder, poupando um desaire à auctoridade.

Attender em tempo a essas múltiplas condições de que depende a efficácia da acção governativa, não o conseguirá jamais um poder fragmentado, dividido entre um agente despojado de iniciativa, quasi nullo, e uma assembléa numerosa, cujas deliberações jamais podem ser opportunas e convenientes.

O episódio rememorado comprova sufficientemente o que asseveramos e quanto o decantado regimen está em contradicção com o destino que lhe querem dar. Com razão dizia, pois, um auctor germanico que o systema alludido “é contrário à História, à lógica e à sã política.

IX

Baldos de argumentos sérios com que golpeiem a Constituição do Riogrande, os restauradores disfarçados e os devotos do baixo-império soccorrem-se de chavões do maior effeito na tribuna, mas vãos de sentido e servindo apenas para provar a má fé dos adversarios da República.

O dr. Coelho Rodrigues, que em tempo da omnipotencia regia nunca deu mostras do menor amor pela liberdade, nunca protestou, de leve que fosse, contra o arbítrio systematisado da Carta imperial, nunca se commoveu com os desmandos da mediocracia que nos abeirou do abysmo, e, antes pelo contrário, na cathedra académica, foi sempre um pregador de doutrinas conservadoras d’esse nefasto regimen de tyrannia mascarada; o dr. Coelho Rodrigues affecta hoje extremos pela ordem política há poucos annos inaugurada, mostra uns ares de republico, apparenta ser um espirita liberal, em desaccôrdo aliás com o seu conhecido retrogradismo de todos os tempos, – e proclama, alto e bom som, no senado, que o estatuto riograndense consagra a “organisação pratica do despotismo comtista!”

O bom senso do povo sempre condemnou o fementido ardor de certa gente que, no velho regimen, ostentava ser mais realista do que o rei: chegamos agora à época de vermos monarchistas mais Republicanos do que os próprios Republi-

canos, escravocratas mais amigos da liberdade que os defensores naturaes d'esta! Tenhamos paciência com estes falsos apóstolos; não há lei penal para a hypocrisia: é preciso fingir que se acredita na sinceridade da beata attitude em que os vemos, na singeleza dos argumentos da sua dialéctica, mas cautelosamente pulverizando-os um a um, para que fique manifesto quão pouco valem e quanta perfídia escondem.

Em primeiro lugar, não sabemos que significa “despotismo comtista”; fomos rler páginas d'este genial philosopho e encontrámos soluções políticas que resguardam as sociedades, como nenhum outro systema, das demasias do poder público; e em nenhuma de suas obras descobrimos um só conselho que se não inspire no mais largo liberalismo, compatível com a ordem fundamental.

Em segundo lugar, de que forma o senador Coelho Rodrigues vê “organizado o despotismo” no código político do Estado meridional?

Despotismo quer dizer arbitrio, é o nome dado ao régimen em que a auctoridade é sem medida e não gyra dentro de limite algum definido em lei. Ora, no Riogrande, o poder move-se em campo restricto, obedece a normas precisas e claras, que-lhe não é licito mudar; suas attribuições são simplesmente administrativas e reduzidas ao número indispensável, no presente: livre a iniciativa individual em tudo e não encontrando em cousa alguma embaraços, nem peias governativas!

Em geral, nos Estados brasileiros, ficou margem à tyrannia e ao abuso, deixando-se amplas funções à administração superior (executivo, legislativo e judiciário): mas no extremo sul da República, simplificou-se-lhe o papel, ficando circumscripta a manter somente a ordem material, superintender as obras públicas, e a servir de intermediária, de agente da opinião geral, no acto de consagrar-se o pensamento d'esta em leis do Estado.

Pois um poder girando em órbita determinada, um poder assim limitado, pode ser “a organização prática do despotismo?!”

Não lhe é licito tyrannisar na função de reprimir, porque a pena só pôde ser applicada por uma magistratura, por um corpo de juizes, e estes, ali, estão livres de qualquer imposição, garantidos vitaliciamente nos seus lugares, inamoví-

veis e com acesso marcado na Carta fundamental; não lhe é lícito abusar e corromper com os dinheiros do povo, por meio das obras públicas, porque estas nunca se fazem senão mediante concorrência franca, aceita a proposta mais vantajosa; não lhe é lícito impor seu modo de ver no trabalho legislativo, porque sempre fica o recurso de rejeitar a lei ou revogá-la em qualquer tempo, – precioso recurso de que usam livremente os conselhos municipais.

– Nem sempre, dizem os detractores do liberal estatuto pois que o artigo 34 restringe essa faculdade, estabelecendo que “não podem ser objecto de leis as medidas de character essencialmente administrativo, que serão decretadas pelo presidente, sem observância do processo estatuído” para a formação das mesmas.

Não há restrição nenhuma ahi; consagra-se, apenas, uma praxe de há muito observada em todos os paizes constitucionaes, que consiste em deixar ao governo a plena liberdade de expedir actos para a boa execução de todos os deveres de que foi incumbido, como se vê do artigo 48 § 1º in fine, da Constituição da República e na dos vários Estados: nem é isto uma modernice, pois a sábia Carta do baixo-imperio, objecto da especial veneração, por tantos annos, do dr. Coelho Rodrigues e mais sabastianistas, contempla esta attribuição ao chefe do governo, no artigo 102 § 12.

Porém o presidente do Riogrande annullará o deliberado pelos conselhos municipais, replicam os doutores da lei antiga, “isto que, segundo o artigo 29 § 18, elle póde “declarar sem effeito as resoluções ou actos das auctoridades municipais, quando infringirem leis federaes ou do Estado.”

Parece impossível que um magestoso lente da academia superior, familiarisado com as regras da hermenêutica, formulasse um argumento d'este calibre, interpretando com tanta infelicidade os textos claros e luminosos da lei orgânica em questão!

O extranho commentador parece inculcar que, armado com esta faculdade, o presidente pretenda uma cousa absurda e inadmissível, que é declarar sem effeito a deliberação dos conselhos, quando esta fór em contrario a uma lei que elle proponha. A hypothese é extravagante; si o chefe de Estado abre pública discussão sobre um projecto, *ipso facto* reconhece que elle está no caso dos que, segundo o artigo 32 § 4º, podem

ser rejeitados ou revogados pelos conselhos municipaes: portanto, si estes se manifestarem contra elle, não ha sophisma possível, tem que retiral-o e apresentar outro, ou esperar que alguém o faça, de fôrma nenhuma podendo soccorrer-se do referido artigo 20 § 18, para invalidar o voto dos mesmos conselhos.

O governador do Riogrande declara, apenas, sem effeito, toda e qualquer decisão d'essas corporações, que não fôr attinente a negócios municipaes ou que offenda a leis federaes e do Estado,— e como a esphera da acção municipal é perfeitamente delimitada, segue-se que não há perigo de usurpações por parte do poder central do Estado; si houvesse, este tem como ser facilmente responsabilizado, segundo se vê do artigo 25 § 1º.

Esta prerrogativa de vigiar pela observância das leis não é nenhuma novidade “comtista” e acha-se consagrada em todas as constituições pois que não há uma dellas que não determine competir ao chefe do Estado a decretação das medidas necessárias ao fiel cumprimento dos estatutos leaes, no que implicitamente se contém o poder de annular tudo que lhes fôr em contrário.

Allegam ainda os illogicos adversarias das liberrimas instituições do sul, que o presidente afinal é quem faz a lei, porque as corporações municipaes hão de ser compostas a seu talante, influindo elle na escolha do pessoal respectivo, subordinando-o por esse facto a si. N'este ponto, demonstraremos também que o systema adoptado no Riogrande está a salvo de qualquer mystificação, pela providente fôrma que se deu ao governo municipal, o mais livre que existe e que dá às localidades maior prestigio e força, as attribuições mais latas, de maneira que pesam na balança política, como em nenhum outro paiz, e do modo mais efficaz e conforme ao bem público.

X

O presidente, em definitiva, é quem faz a lei, porque facil lhe será annular qualquer resistência que encontre, da parte dos conselhos municipaes; dizem os homens do velho regímen, habituados àquella subserviencia das câmaras locais do imperio, escravizadas ao poder central, e cuja vida intima era triste reflexo do vergonhoso desgoverno parlamentar, assente na Côrte da monarchia. E esta gente que se sujeitou

às mais degradantes imposições da auctoridade imperial e accommodou-se com todas as baixezas de que o governo lançava mão para triumphar; é justo que se mostre incapaz de conceber um estado de cousas que não se funde na prepotencia e na corrupção... Como se vai ver, no Riogrande, nem de uma, nem de outra se pôde soccorrer o chefe do Estado para domar a resistencia que lhe opponham, no trabalho legislativo, os conselhos locais.

A eleição d'estes é feita directamente pelo povo, segundo lei organizada no próprio município, a qual não garantindo o voto dos cidadãos, estes podem fazel-a revogar (artigo 63, paragrapho único).

Por outro lado não dispõe o governo de numeroso functionalismo na quasi totalidade dos municípios, de modo que lhe falta este elemento para pesar de maneira effectiva nas urnas: o único funcionario immediatamente dependente do director da administração geral, que existe nas diversas circumscrições políticas do Estado, é o collecter das rendas, e ninguém sustentará que possa servir de qualquer fôrma para viciar as eleições ou que disponha de influencia para dirigilas de conformidade com os desejos do presidente.²

O chefe do governo local, o intendente, ainda que fosse nomeado pelo chefe do Estado, não poderia fazer pressão, pois que suas attribuições são limitadas, dispõe de pessoal reduzido e lhe é defeso despendar qualquer somma, fóra do que marcam os orçamentos. Mas, além de tudo isso, são eleitos juntamente com os conselhos pelo voto directo da população.

Dir-se-á que à semelhança do que fazia o grande riograndense Silveira Martins, o governo pôde dobrar as resistencias locais, por meio de concessões de obras públicas, que satisfaçam os interesses dos differentes burgos ou lhes dê margem para largos negocios do maior proveito. Porém, no Riogrande, nenhuma obra pública ou fornecimento pôde fazer-se sem prévia concorrência, artigo 71 § 21: outro recurso da corrupção imperialista que os Republicanos acabaram.

O presidente não elabora a lei eleitoral dos municípios; não dispõe de uma rede de empregados com que envolva o Estado nas suas tramas liberticidas; não despende um centil

2 Uma recente lei crêa nos municípios os lugares de polícia, mas em que poderão estes influir em favor dos abusos, diante de um poder municipal forte e quase soberano?

fóra das estrictas verbas do orçamento; não tem o arbítrio de conceder favores nos serviços do Estado; não domina a magistratura, porque esta ficou por essa Constituição salvaguardada de qualquer bote da tyrannia: como, pois, se vae tornar effectiva a ideia de opprimir aos conselhos municipaes, e impedir-lhes que se manifestem livremente, na formação das leis? Qual o meio práctico de illudir a vontade expressa da maioria dos conselhos, que se mostrar contraria a um projecto governamental?

É preciso que não declamemos: mostre-se por que expediente o chefe do Estado fará triumphar seus planos legislativos?

Isto de affirmar as cousas, sem fazel-as seguir das necessárias provas, é muito fácil, especialmente aos nossos antigos politicantes da monarchia, que tinham o habito de sustentar na tribuna todas as opiniões: – quando no governo, tudo lhes parecia um mar de rosas, no melhor dos mundos possíveis, sob o feliz reinado do sábio príncipe, Marco Aurelio americano; quando privados dos lucrativos empregos, subiam à trípole e assustavam os ingênuos com as negras prophcias, annunciando o fim do mundo, o próximo ruir do império ignominioso, e bramando contra a corrupção medonha do paiz, a fallencia próxima da fazenda publica, o *poder pessoal* que conspurcava os brios nacionaes, contra o déspota coroado a tripudiar sobre os destroços da liberdade!

Nós, os políticos de hoje, não nos contentamos com estas phrases oratórias, que só produzem impressão em gente ignara: queremos ver provado todo e qualquer asserto, e duvidamos que o consiga no caso vertente o dr. Coelho Rodrigues, sem torcer os textos do estatuto que s. s. atacou, por secreto ódio a tudo que é Republicano, a tudo que resguarda das conspirações reaccionarias esse governo do Riogrande, alvo de novas manobras, por saberem os inimigos do regimen livre que ali está seu mais forte esteio! Si este não fosse o occulto desígnio, um homem lido, como o senador acima nomeado, não andaria assim a violentar as regras da boa lógica, não comprometteria seus créditos intellectuaes, não desceria até o emprego de tão ruins sophismas, não teria o arrojo de adiantar proposições que não encontram apoio nos textos da lei: e em vez de denegrir uma sábia constituição, seria o primeiro apontar as admiraveis disposições que ella contém, sobre o regimen municipal.

De facto, o estatuto que defendemos não tem igual, n'este ponto das liberdades communaes: não há peia de classe alguma à franca expansão das forças correspondentes, não há restricção por mínima que seja; o município é independente, autônomo, livre como até agora não o foi mais, em parte nenhuma. Dos Estados brasileiros, o único que se lhe approxima nas franquias de que fruem as localidades, é o de S. Paulo, mas nem ali o município gosa da importância culminante que obteve na organização do sul. Geralmente, nos paizes em que foi mais bem constituído, o governo communal cura somente dos negócios particulares da zona; mas, no systema da Carta de 14 de julho, os municípios são o centro de activo labor político: officinas espontaneas da opinião pública, ali se discutem os interesses geraes do Estado, ali se elaboram os votos pró ou contra os trabalhos legislativos, ali se preparam as reclamações contra os abusos, contra os preceitos legaes injustos, contra os dictames da Constituição que se reconheça serem desconformes com o bem da communiidade: lei nenhuma é decretada sem seu assentimento e delles póde partir a iniciativa das reformas ou a resistencia a ellas, quando estejam em desaccordo com as aspirações públicas.

Nunca em tempo algum o governo municipal teve tamanho prestigio, independência e força! Si o retrogrado senador não fosse alheio a questões politico-sociaes, ainda que ninguém lhe negue saber jurídico, em vez de affirmar que ao presidente será facil impôr leis ás corporações municipaes, s. s. manifestar-se-ia apprehensivo com tamanhas liberdades, vaticinando ser muito difficil visto a divisão actual dos espiritos, que o chefe do Estado não encontre, de continuo, maiorias dispostas a contrariar-o. Si o nosso jurisconsulto dedicasse alguns momentos à contemplação do estado presente das massas sociaes, seus receios seriam sempre pela sorte da auctoridade, contra a qual a disposição à revolta se generalisa dia a dia.

Por isto é que o instincto conservador de um talentoso companheiro politico de Gaspar Martins, hoje retirado das luctas partidarias, apreciando as instituições do Riogrande, disse que “muito longe de constituirem a organização pratica do despotismo”, há n'ellas um verdadeiro excesso de larguezas e franquias que muito difficultam, a seu ver, a acção do governo central do Estado! A carta de 14 de julho “é democrática de mais”, disse elle, “e é esse o seu capital defeito”.

Não é nenhum positivista que assim se manifesta: é um liberal do império, adversário decidido das theorias de Augusto Comte, o dr. Manoel de Campos Cartier, reputado homem de letras.

E não se póde desconfiar da opinião d'este antigo político: nunca fez como tantos outros abyssinios, pressurosos em saudar o sol nascente: rejeitou tudo que se lhe offereceu no Riogrande, conservando-se n'uma saudável abstenção.

Julgamos que este parecer vale sempre mais que o de certa gente, interessada em passar agora por mais amiga do regimen livre que seus velhos e ardentes servidores...

XI

Julgamos haver deixado patente quão bello é o codiço político riograndense. Demonstramos estar elle em tudo conforme com os princípios constitucionaes da federação, o que liquida qualquer dúvida sobre sua legitimidade. Prová-mos que em vez de “organisar praticamente o despotismo”, como se assoalha, acaba para sempre com elle, pois emquanto a República e todos os outros Estados são regidos por systemas que deixam caminho ao arbítrio – pela illimitada acção irresponsável de que gosa um dos poderes – no sul, a auctoridade publica tem funcções perfeitamente discriminadas, certas, determinadissimas, sendo além disso completamente responsável por todos os actos administrativos, sem exceptuar-se um só que seja. É n'isto que está a garantia séria, o character nitidamente republicano do régimen riograndense. O menor confronto faz logo ressaltar as vantagens que apresenta, sendo n'este ponto muito superior às instituições federaes.

Veja-se o que se deu n'este recente episódio da regulamentação da cabotagem nacional: o poder competente, o legislativo, entendendo que podia interpretar a seu sabor a lei orgânica do paiz, suspendeu por prazo longo os effeitos de um dispositivo da Constituição! Este crime, este attentado à lei ahi está impune: não ha com responsabilisar o poder que assim exorbitou!...

No Riogrande jamais teríamos abuso semelhante, porque não só o governo é incompetente para fazer leis interpretativas do estatuto político, sem audiencia dos conselhos municipaes, como si o fizesse ilegalmente, haveria meio de

responsabilisal-o, impondo-lhe castigo immediato e annullando tudo que ousasse n'esse sentido.

N'isto consiste a differença capital entre os dois systemas e ninguém de boa fé dirá que o adoptado no extremo sul do Brazil seja o que menos salvguarde a Liberdade e menos difficulte o advento da tyrannia...

Onde o arbítrio governativo foi de todo excluído, onde o poder representa um papel rigorosamente marcado, agindo sempre, sempre! de accôrdo com a lei,— o despotismo é impraticável.

Nem se diga que as próprias leis podem vir a crear uma auctoridade discricionária, porque essa nunca o legislador teria elemento para instituir, visto como não há lei nenhuma que possa em tempo algum ferir as garantias completas de que gozam os cidadãos, conforme se vê do artigo 71 em diante d'estas jamais a prepotência vingará, a auctoridade só conseguindo viver si respeitar em tudo a liberdade, consorciando-se francamente com ella.

Mas para que discutir?

É sufficiente transcrever o texto constitucional, na parte relativa ao discutido, para vermos em definitiva ao que se reduz essa dictadura perigosa, de que fallam os detractores de uma carta liberalissima.

Conforme estipula, as attribuições do chefe do governo do Estado são as estrictamente enumeradas no artigo 20, as quaes reproduzimos em seguida:

1ª dirigir, fiscalisar e defender todos os interesses do Estado;

2ª expedir decretos, regulamentos e instrucções para a fiel e conveniente execução das leis;

3ª convocar extraordinariamente a assembléa dos representantes;

4ª expôr annualmente a situação dos negócios do Estado à assembléa dos representantes, indicando as providencias d'ella dependentes, em mensagem minuciosa, que remetterá à respectiva secretaria;

5ª preparar o projecto do orçamento da receita e despesa do Estado, para ser offerecido à assembléa;

6ª contrair empréstimos e realisar outras onerações de crédito, de accôrdo com as expressas auctorisações de

orçamento;

7ª organizar a força pública do Estado, dentro da verba orçamentária destinada a este serviço distribuí-la e mobilizá-la, conforme as exigências da manutenção da ordem, segurança e integridade do território;

8ª prover os cargos civis e militares dentro do orçamento, nomeando, suspendendo e demittindo os serventurarios, na forma da lei;

9ª prestar por escripto todas as informações, dados e esclarecimentos que requisitar a assembléa;

10ª declarar sem effeito as resoluções ou actos das autoridades municipaes, quando infringirem leis federaes ou do Estado;

11ª decidir os conflictos de jurisdição que se suscitarem entre os chefes dos serviços administrativos;

12ª desenvolver o systema de viação e a navegação interna do Estado;

13ª conceder aposentadorias, jubilações e reformas, somente nos casos de invalidez em serviços do Estado;

14ª conceder prêmios honoríficos ou pecuniários por notáveis serviços ao Estado, segundo lei especial sobre o assumpto;

15ª organizar e dirigir o serviço relativo ás terras do Estado;

16ª nomear livremente os secretários de Estado.

Estas attribuições correspondem a outras tantas que a Constituição federal estabelece em favor do chamado poder executivo. Agora, quaes as outras faculdades que tem em mãos o presidente do Riogrande, com que possa fundar o mando arbitrário de que tanto se teme?

Vejamos o próprio texto do artigo 20 e julgemos imparcialmente o que é este grande poderio de que dispõe essa auctoridade.

Em primeiro lugar, cita-e como perigosa sua intervenção no trabalho legislativo, mas já discutimos este ponto cabalmente, mostrando que seu arbítrio ahi é nullo; depois vêm as allegações que vamos considerar, mostrando, uma por uma, que em nada prejudicam ou attentam contra o regimen livre.

O presidente, no Riogrande, tem competência para crear cargos civis e militares; organizar, reformar ou suprimir os serviços, diz-se, quando a Carta de 24 de fevereiro considera isto uma das attribuições do congresso. É verdade, mas sustentamos que o faz em positiva contradicção com a fôrma adoptada da divisão dos poderes, pois a doutrina respectiva estabelece que o papel do executivo é administrar: logo a este deve caber a faculdade de crear os cargos, facto puramente de ordem administrativa, assim como a organização dos serviços correspondentes. Este erro de nossa Constituição falseia de todo o systema adaptado, porque, si no parlamentarismo é natural que as câmaras soberanas se immiscuam em tudo, no presidencialismo a discriminação de funções é essencial, ficando cada orgam do apparelho governativo com attribuições privativas.

E qual a conveniencia d'isso? perguntar-se-á. Além das razões já antes apontadas, por ser o único meio de praticar-se uma cousa que é capital no systema Republicano: a responsabilidade; e esta desde que se divide, não é mais possível tornar-a effectiva. Mas, o ponto controvertido, a mais da vantagem que assignalamos, dá-nos ensejo de realçar a superioridade do puro systema presidencial da Carta de 14 de julho. Ao passo que o legislativo federal, sem ter em conta cousa nenhuma, arbitrariamente, pouco lhe importando que as forças da fazenda publica possam comportar o augmento de despesas – crea cargos, organisa, reforma e suprime serviços a seu talante, o governador do Riogrande somente pôde fazel-o dentro das forças do orçamento: eis uma garantia de alta relevância, eis o arbitrio excluído e limitado o poder a agir de uma certa fôrma determinada, muito de accôrdo com os recursos públicos! Ainda mais: o Congresso federal pôde supprimir discricionariamente cargos e empregos, para despedir os serventuários que lhe desagradem, arma terrível nas mãos dos partidos, porém, o presidente do Riogrande (art. 29, n. 11, in fine) nem os nomeia, nem os demitte, nem os suspende, sinão “na fôrma da lei” – Compare se uma e outra disposição constitucional, à luz de uma justa imparcialidade, e veremos que as normas riograndenses são mais lógicas, vantajosas e garantidoras, que as do regimen da federação.

As outras attribuições do chefe do Estado, no Riogrande, cifram-se em “resolver sobre os limites dos municípios, não podendo, porém, alteral-os sem o accôrdo com os respec-

tivos conselhos”; “manter relações com os Estados da União, podendo com elles celebrar ajustes, convenções e tratados sem character político; “requisitar do governo da União o auxílio directo da força federal, quando fôr necessario, e reclamar contra os funcionarios, civis ou militares, que embarçarem ou perturbarem a acção legal das auctoridades do Estado, “atribuições estas conferidas pelo estatuto federal; e ainda “mobilisar e utilizar a guarda policial dos municípios, em casos excepcionaes” mas esta faculdade, que aliás não tem analogia nas que foram marcadas ao presidente da República, não é nenhum caso extraordinario e a vemos consagrada, da mesma maneira. pelas constituições de Minas Geraes, Piauhy e Espirito-santo. Além do que ficou dito, o presidente é quem “auctorisa as desapropriações por necessidade e utilidade pública” e “providencia sobre a administração dos bens do Estado e decreta sua alienação” mas “na fórmula da lei” como se vê dos números 9 e 20 do artigo que apreciamos.

– Ah, mas o presidente immiscue-se nos negócios da assembléa, com a sua faculdade de prorrogar as sessões, dizem. Sim, mas esta salutar cautela tem em vista impedir que, no tempo oportuno, faltem, com grave prejuízo para o serviço público, os orçamentos, dos quaes, no congresso federal, se vai cuidar no fim de tudo, sendo já de habito prolongar os trabalhos com uma infallivel prorrogação annual. As constituições do Rio de Janeiro, Maranhão, Ceará, Espirito-santo, Mattogrosso, Pará, República Argentina, Chile e outras, são iguaes n’este ponto á do Riogrande.

Falta-nos considerar, agora, a derradeira attribuição conferida ao presidente do Estado meridional, que é a de “restabelecer a divisão civil e judiciaria. »

A única divisão civil que ficou ao presidente é a que diz respeito ao serviço policial e, limitado como é em tudo pela lei orçamentária, não vemos que isto lhe offereça margem à tyrannia; a constituição de Santa Catharina concede a mesma auctoridade ao governador do Estado.

A divisão judiciaria é em comarcas e districtos e ahi é verdade que a lei orgânica deu amplos poderes ao presidente, mas o déspota cioso de mando, o autocrata Julio de Castilhos, regulando a matéria no seu último projecto, actualmente em via de ser decretado definitivamente, despojou-se magnanimamente de tal faculdade passando a competência de crear os districtos para os governos municipaes, e estabelecendo

que a criação ou supressão de comarcas só podia ser feita por lei:– quantos d’esses liberalões da tribuna parlamentar seriam capazes, por iniciativa própria, de restringir o arbítrio de que se achassem investidos, mostrando a nobre e saudável moderação d’aquelle Republicano?

Nenhum! nenhum, por certo!

Concluindo, seja-nos lícito perguntar onde se acham os preceitos legaes que “organizam o despotismo,” onde a somma de poder que constitue essa tremenda dictadura contra a qual levantam armas injustas os falsos amigos do bem público?! O estatuto do Riogrande o de outros Estados e o da República, conferem, a bem dizer, attribuições equivalentes ao chefe do governo, apenas existindo differenças secundarias e que não augmentam seu poderio: si na terra dos Farrapos implantou-se legalmente a tyrannia, o mesmo succedeu em todas as circumscripções políticas da República: é preciso reformar tudo!

E, no fundo, não é de outra cousa que se trata:– remodelar o que foi feito depois de 15 de novembro de 1889, é o secreto plano d’esses republicos de theatro, e, aparentemente atacando o código político, orgulho dos riograndenses, o que pretendem ferir de morte é a República.

Não se illuda ninguém: esta é a verdade!

XII

Muitos ataques se fazem á Constituição riograndense com lastimavel leviandade e absoluta e triste carência de conhecimento d’esse trabalho, do critério que o inspirou, das suas raízes históricas, condições estas essenciaes, para um seguro julgamento imparcial.

Ao vermos o dr. Coelho Rodrigues disposto a discuti-la, entendemos que ia ser alfim apreciada com methodo, clareza e capacidade, mas lendo o discurso do velho lente tivemos completo desengano; ainda reproduzia uns paupérrimos argumentos de certa gente ignara, repetindo que o bello plano institucional fôra obra de seita, sem provar o ennnuciado, e afirmando que no Riogrande se radicaram na lei fundamental uns tantos princípios e normas comtistas, sem que o precipitado juízo sirva sinão para mostrar os superficiaes estudos de História, dos nossos rabbins constitucionaes.

Depois, então, que elles conheceram haver em nosso meio político prevenções, pouco numerosas, é verdade, contra o Positivismo, apenas enxergam alguma cousa que não comprehendem e que não está em harmonia com seus preconceitos ou que lhes cheira mal ainda que não saibam dizer porque é que não presta; apenas apparece uma reforma qualquer de conformidade com as tendencias do progresso humano,— ficam de sobr'olhos carregados, promptos a fazer auto-de-fé inquisitorial, condemnando sem exame,— por lhes parecer que o Positivismo se esconde dentro da novidade!

O que não há dúvida é que esta constante preocupação idiota, esta vesania de ver a doutrina alludida em tudo, ajuda bem à sua propaganda, pois que, naturalmente, a attenção de todos se volta para uma philosophia que apparentam desdenhar, mas que é no íntimo a idéa fixa amedrontadora de todos os homens militantes das velhas escolas em voga outrora entre nós.

Symptoma d'esta mania reinante entre os nossos doutores é o discurso do senador a quem nos temos referido: s. s., fazendo algumas explanações sobre o estatuto riograndense, por todo elle andou vendo o fantasma positivista, e quando discorreu na tribuna do congresso, parece, estava ainda dominado pelo medo que lhe inspira a synthese comtista, pois sua argumentação, em geral lógica e perfeitamente coordenada, mostrou-se agora insegura, incerta, sem solidez, infeliz, em uma palavra.

Patente deixou, apenas, que s. s. tem tanto horror do Positivismo e da República; do primeiro, porque o julga cousa tão ruim, que lhe basta imaginar ter essa philosophia inspirado aos constituintes do sul, para condemnar tudo o que fizeram: da República, porque é manifesto o empenho com que procura desacreditá-la, taxando de inquinada de seitismo a propria Constituição em que os princípios republicanos foram postos em pratica com maior fidelidade e pureza.

Tudo é criação comtista n'esse código político! Até a escolha, pelo chefe do Estado, do vice-presidente que o há de substituir, é para o nosso jurisconsulto um preceito da “religião da Humanidade!”

Já em anteriores artigos indicámos qual o methodo por que no Riogrande, se tinha chegado à adopção das ideias contidas no programma governativo; dissemos que os republicanos de lá não eram filiados à crença nova nem cuidavam

de aplicar mais do que aquillo que o estudo da Historia lhes revelava ser em tudo conforme à marcha evolutiva da espécie: conservadores, no bom sentido da palavra, tradicionalistas, que entendem que é preciso romper para sempre com as novidades de imitação inglesa, voltando-se às boas práticas do passado – limitaram-se a estabelecer o que a experiencia mostrara ser vantajoso e em concordância com a organização natural das sociedades humanas.

Uma d'essas boas práticas é sem dúvida nenhuma essa da indicação do substituto, pelo próprio funcionario em exercício do cargo. Nasceu esse uso salutar no mundo romano, e teve o melhor emprego possível naquelles tempos.

Substituído pela hereditariedade dynastica, em que o primogênito ficava com o direito de succeder, a reacção democrática, ao demolir a ordem antiga, deposta a monarchia, consagrou para investidura de todos os cargos principaes a electividade pelo povo, reunido em comícios.

A experiencia política demonstrou, porém, em pouco tempo, que o systema era defeituoso, originando perturbações sérias e sendo causa às vezes das mais profundas desordens.

É assim que o substituto do presidente é de continuo pessoa alheia a seus planos governamentais de sorte que, si occupa o governo temporariamente ou nada faz por justo escrúpulo de ir contrariar o que o funcionario effectivo está pondo em prática ou, si intervem, baralha todo o trabalho anterior, produzindo um verdadeiro cahos na administração; isto mesmo se daria no caso do substituto governar effectivamente até o termo do praso presidencial, porque teríamos n'um curto espaço de tempo dois critérios diversos na orientação das cousas públicas:– defeito capital do regimen democrático. Depois, nos tempos de hoje, é preciso contar com o que fazem os partidos, no jogo para obter o mando: si um presidente conta com o poio de um grêmio, o outro procura apoiar-se no governador provável, no vice-presidente para combater os antagonistas, o que opera logo uma inevitável scisão entre o chefe do Estado e seu successor, abrindo-se muitas vezes guerra surda entre elles, que leva o grupo que manda a reagir, e o que se lhe oppõe, a conspirar, certo de que, si der em terra com o primeiro magistrado do paiz, terá como prenúncio a victoria de suas ambições, o cubiçado domínio, garantido pela estreita alliança com o substituto natu-

ral d'aquelle.

Nossa história é curta, mas ja póde offerecer exemplos a respeito; na America hespanhola o caso é commum e ainda as chronicas dynásticas fornecem ampla comprovação ao aserto.

Os constituintes do Riogrande procuraram remover este obstáculo à paz, causa fecunda em conflictos e malquerenças, restaurando o princípio da “indicação” e empregamos esta palavra de preferêcia a escolha, porque, de facto, no sul o que há é simples indicação:— o povo, por meio das câmaras municipaes, é quem escolhe, não de um modo positivo, como antes, mas negativamente.

Dessa hábil combinação resulta que o preferido é do agrado de todos, e ao mesmo tempo é pessoa no caso de continuar a applicação do pensamento governamental, sem o perigo de divergências fundamentaes, e jamais dando azo a perturbações na economia da administração, porque, si o substituto nomeado se transformar em agente de desordem, o chefe do governo o destitue, indicando outro e submettendo o acto ao julgamento da opinião universal.

Como se vê, esta pratica é vantajosa, por qualquer face que a consideremos, e sem inconveniente algum. Dizer-se que por essa fórma o presidente vai talvez fundar uma dynastia e perpetuar-se no poder, é dar mostras de não ter lido o estatuto riograndense, pois todas as cautellas necessarias foram consignadas na lei: o presidente não póde indicar “sob nenhum pretexto, pessoa alguma da sua família, quaesquer que sejam a natureza e o grau de parentesco (art. 10 § 1º). E depois, como suprema garantia, é de regra que o vice-presidente será demittido sempre que contra elle se pronuncie a maioria dos conselhos municipaes.

E este preceito patenteia outra vantagem do systema, e é que eleito um successor para a primeira magistratura, si com o tempo se conhecer que a escolha foi ma, não há como voltar atraz; ao passo que, segundo as praxes liberaes da Carta riograndense, em qualquer época se póde emendar a mão. Nisto, como em tudo, descobre-se a sábia previsão política que inspirou aos constituintes do Riogrande, muito mais práticos e menos dominados de vãs theorias que os organisadores da República.

É o seu maior título de benemerência!

XIII

Nada prejudica tanto o estudo de uma questão como a ideia preconcebida. *a parti pris* que a respeito nos domine.

A apreciação do estatuto riograndense está n'esse caso: não há como patenteal-o obra de experiencia política e ensinamento da História: para os espíritos prevenidos não é outra cousa mais que a applicação do Positivismo! Temos mostrado, no entretanto, que esta doutrina, no máximo, terá servido de critério aos riograndenses, e em alguns casos de comprovação às observações próprias de cada um d'elles sobre o movimento das instituições humanas, no espaço e no tempo, o que está ao alcance de qualquer intelligência não viciada pelos methodos de uma exausta metaphysica. O facto do presidente, no Estado meridional, indicar o seu substituto além de ser muito vantajoso, como provámos no artigo anterior, é pratica não de todo nova no mundo moderno.

Si é certo que, na maior parte das Repúblicas de hoje, os successores immediatos do chefe do Estado são em primeiro lugar os presidentes de câmaras, em falta d'estes toma conta do governo o presidente do superior tribunal de justiça, quasi sempre de nomeação do primeiro magistrado do paiz, resultando assim, portanto, uma prática igual à consagrada na Carta riograndense e que tanto assusta aos nossos mais que cegos comentadores.

Temos ahí um caso, e muito generalizado, em que o presidente nomeia seu successor, e sem as garantias que rodeiam a escolha, seguindo as instituições vigentes no sul.

A constituição do Chile, de 1833, mais lógica que outras, acabava com o absurdo de exigir-se, como penhor de solida liberdade a divisão dos poderes e ao mesmo tempo baralhar-os, separando-os por um lado e por outro confundindo-os, corar na hypothese de vacancia da magistratura suprema, em que o executivo passa a ser exercido pelo director do ramo legislativo ou pelo do judiciario, em desaccordo com essas mesmas normas que exigem a mais escrupulosa discriminação do campo de acção de cada um dos poderes: ali, o substituto do presidente era o ministro do interior, que tomava, ao assumir o superior governo, o nome de vice-presidente da República.

Como se vê é este mais um outro caso em que, muitos annos atraz, se praticava já o que produz hoje tamanho escândalo, nas intolerantes rodas parlamentaristas ou pseudo-

-presidenciaes do nosso paiz.

N'esse tempo, o Positivismo começava; só depois, muito depois, apparecendo o tratado systematico de sociologia. Tivesse Augusto Comte publicado antes a sua obra, que os Coelho Rodrigues, do Chile, bradariam que a substituição do presidente, pelo ministro do interior, nas funções supremas do Estado, era uma praxe do systema positivista...

Não! lá, como no Riogrande, os legisladores tiveram em vista apenas a natureza do poder que se pretendia instituir e o melhor modo de regulamentar-lhe o funcionamento. Melhor, muito melhor tel-o-iam estabelecido, si não fossem os prejuizos reinantes, si não estivessem ainda perturbando os espíritos os erros e abusões introduzidos pelo parlamentarismo.

Mas, o vício unitarista não se conforma com estas cousas, desde que ellas não são repetições dos dispositivos da Constituição federal. Sim, esta, apenas esboça o que no Riogrande realisamos por completo, e cremos que os nossos doutores constitucionaes hão de nos permittir essa liberdade, si é que estamos vivendo sob o regimen federativo, si é que a lei fundamental continua a ter vigor entre nós.

A intolerância do retrogrado commentactor senatorial vai tão longe que faz mote de accusação do facto d'esse glorioso Estado do sul possuir uma bandeira exclusiva, quando por toda a Europa é commum o uso de terem seus pendões e estandartes próprios as províncias e até as municipalidades!...

Na grande República Norte-Americana, cada circumscrição política é representada por brazão differente do da nacionalidade³.

Por que motivo, pois, os nossos Estados, as nossas repúblicas federadas, não hão de ter um signal que as symbolise, côres suas que despertem na alma dos patriotas o enthusiasmo cívico e amor ao solo natal? Onde o artigo da lei orgânica que nos iniba de adaptarmos bandeiras para os Estados?

– Em parte nenhuma! Só a intolerância niveladora dos parlamentaristas e monarchicos encapotados é que se podia revoltar contra uma cousa tão natural, lícita e necessária. Depois, não tomos nós os Republicanos de hoje que adoptamos

3 O mesmo se dá no Japão, sob um governo absoluto

essa bandeira sagrada das três côres: foram os antepassados! Foram as legiões gloriosas que, em dez annos consecutivos, se sacrificaram numa tremenda lucta com a poderosa monarchia, tentando perpetuar-se neste paiz, quando já era longe o tempo em que sua acção podia ser eficaz! Foram os bravos Farrapos que, por uma década de contínuos esforços, patentearam quão profundas eram as aspirações públicas em favor dum regimen melhor! Foram esses gaúchos rudes, que tanto se empenharam em crear para o Riogrande uma situação mais favorável ao humano desenvolvimento! Foram esses patriotas de 1835, que sonharam a República que procuramos hoje realizar e que elles definiam como sendo “o regimen de todas as virtudes!”

A bandeira tricolor, reconhecida como official pela Carta riograndense, já de há muito era o estandarte symbolico da terra heroica e os proprios monarchistas, da época do imperio, nunca se mostraram ali revoltados, quando a viam apparecer como pendão da provincia.

O que a lei fez, e não havia outra lei que lh'o prohibisse, foi confirmar solemnemente um facto radicado na alma de todos, porque não há no Riogrande um coração que se não commova com a vista desse estandarte, que recorda o sacrificio de uma geração inteira em favor dos fóros d'aquelle canto do Brazil, geração que em meio dos combates foi sempre humana e generosa, que se esqueceu de si totalmente, vivendo para outrem, da maneira mais completa! Não há no Riogrande quem se não sinta possuído de justo-orgulho ao olhar para aquellas côres, que lembram um passado de glória e honra!

Aquelle pavilhão recorda na alma do povo a poesia heroica das velhas pampas! Essas phalanges numerosas, reunidas em torno agora da bandeira federal para defeza da República, se multiphcariam – reunindo populações inteiras – no dia em que o Riogrande perigasse e fizéssemos o estandarte de 35 brilhar ao sol, nas verdes cochilhas do sul! A guerra que elle guiasse seria uma guerra santa, porque é o painel que retrança para os homens da fronteira as tradições contadas desde o berço, quando a mãe acalenta o filho, até a idade viril, em que o peito borbulha, o sangue aquece, os nervos fremem, ouvindo tantas façanhas, que convidam a imitar, tanto exemplo que se deve a todo o risco seguir!

Não comprehende o senador do norte porque temos pavilhão. – Ah! guarde-se aquelle sempre: quando o Brazil

precisar do civismo riograndense, tal symbolo nos estimulará a bem servir-o, para não desmerecermos da nossa bandeira! quando a República carecer de nós, aquelle nobre signo nos ensinará a pelear por ella com o santo enthusiasmo de nossos avós! quando o Riogrande fôr offendido, será elle o ponto de reunir, porque aquellas côres, vivas e alegres, vibram na alma dos fortes como um clarim chamando a posto, a que nenhum riograndense de honra faltaria jamais!

XIV

Estamos no fim de nossa tarefa, julgando haver demonstrado cabalmente as excellências da Constituição riograndense, suas affinidades com a federal, o puro Republicanismo que consagra, a perfeita coherência das differentes partes da estrutura política que desenha, a qual, pela primeira vez, realisa o typo do verdadeiro systema presidencial.

Conhecido que seja este bello trabalho, suas liberas disposições, admiravelmente casadas com a precisa dóse conservadora, de maneira que a liberdade é garantida sem desprestigio da auctoridade, não temos dúvida nenhuma que influirá poderosamente em futuras revisões constitucionaes da República, dando ao estatuto ficar sem ensejo de applicar o que vier a saber, tal como seu antecessor, e assim successivamente!..

Com um exemplo fica patente o absurdo do systema da não reeleição. Imagine-se que o período de governo do marechal Floriano terminava em janeiro do anno passado e que houvesse sido eleito um Ruy Barboza, para a presidência.

Não era, de facto, tudo perdido? O trabalho anterior da repressão da revolta, o plano de há tanto pacientemente elaborado, não era de todo inutilisado, desde que, em vez do grande marechal, passasse a dirigir o paiz o frouxo rhetorico da Bahia, admittindo, por hypothese, que o tolerassem n'este alto lugar o exército, que tem n'esse arguto senador o mais encarniçado inimigo, e os Republicanos, que d'elle desconfiavam?— Ruia logo tudo por terra, porque não é para homem de tão fraca envergadura um papel de tal ordem!

Calcule-se n'uma guerra, emprehendida com acerto e continuada de accôrdo com um determinado programma, o desarranjo fatal que não vem introduzir a substituição de quem governa por outra pessoa alheia as operações, desco-

nhecendo a marcha dos negócios e que, por muito talento que tenha, vai gastar muitos mezes em pôr-se ao facto d'aquelle mundo de novidades, que é para si a administração, nos primeiros dias!

Si vemos n'uma casa de família o mal que produz a saída de um simples criado, o tempo que se perde em adestrar outro, nos singelos misteres do lar, pense-se agora o que será no caso do governo função da mais alta complexidade!

Tudo nos indica que, si um homem revela qualidades excepcionaes no posto supremo do Estado, ali o devemos conservar emquanto se mantenha na altura do cargo. Ainda com mais forte razão, devemos repellir esta ideia de andar mudando sempre de funcionarios, si os que apparecem não são de primeiro quilate: é aproveitar pelo menos a experiencia que hajam adquirido ou de que disponham, em bem do serviço público.

Si um Washington sóbe á presidencia, o mais sabio é conserval-o emquanto possível n'esse emprego. Mas si não há uma figura culminante como essa no governo, e, sim, por exemplo, um Saraiva, de intelligencia limitada, mas honesto e com alguma prática de administrador, antes mantel-o, reelegendo-o, que lhe dar como substituto, por exemplo, um Ruy Barboza, ainda que mais talentoso, mas sem o critério d'aquelle, e que venha fazer tirocínio à custa do credito do paiz, experiencias em que a honra da administração póde ficar muito compromettida.

Olhe-se para o que se passa na gestão de uma empresa: ninguém se lembra n'ella de mudar o pessoal que dá boas contas de si! Logo nas funcções mais difficeis de bem preencher, quando se descobre que um homem é capaz de as desempenhar é que se o vai substituir, correndo o risco de lhe não dar successor condigno, – facto constante em todas as Repúblicas em que persiste o fatal systema da não reeleição!

Tivemos na França exemplo do funesto effeito d'este prejuízo, que fez Danton, o maior estadista do seu tempo, afastar-se do governo, deixando-se substituir por mediocridades pretenciosas que levaram o paiz à perda! Nunca um espírito sério proclamará a utilidade de uma instituição que daria na pratica ensejo a ser um José Bonifacio constrangido a deixar o posto, para cedel-o a um-qualquer Nicolau Vergueiro. Este atrasado preceito não é mais que a revivescencia do

ostracismo grego, o meio por que a inveja se descarta de êmulos, o triste processo por que os inúteis e incapazes-se desfazem dos competentes.

No Riogrande, aboliu-se tal systema de desconfiança odiosa, mas não se fez tudo o que era de esperar.

Em vez de admittir a reeleição por simples maioria, estabeleceu-se que só mediante votos de três quartas partes do eleitorado é que o presidente póde continuar no seu cargo. Ora, tal número de votos jamais conseguirá hoje um cidadão por muito popular que seja, si attendermos às profundas divisões da sociedade moderna, o desgosto que inevitavelmente se dará no seio do partido que o tiver eleito, no pouco tempo de seu governo: o espírito de opposição, radicado no pensamento de todo o mundo, n'estes tristes dias de hoje, em que a anarchia avassalou a alma humana, dispondo-a sempre a divergir, jamais a concorrer com quem governa.

N'este ponto, é força confessar que a Carta riograndense é atrasada e fez tímido ensaio de uma prática cujas excelências de há muito se acham demonstradas, na existência política de várias nações.

XV

A Constituição riograndense, como se viu n'esta série de artigos a que hoje pomos remate, está longe de ser o que apregoam os parlamentaristas inimigos da República. Não é obra de seita, não é obra positivista; é um reatamento das tradições, eclipsadas pela intrusão dos moldes inglezes, incompatíveis com os nossos costumes; é uma volta ao passado, a repetição do que o bom senso de outras éras creára de mais prático, reproduzido hoje com os aperfeiçoamentos indicados pela philosophia do século, – que se baseia na sciencia e que fez da política uma vasta doutrina deduzida da História e não uma fantasia de esgotada metaphysica, como fôra até há bem pouco.

Não há novidade, – absolutamente nenhuma – n'esse brilhante trabalho institucional: há simples desenvolvimento de theses sancionadas e aceitas; melhoramento de um regimen que espíritos, ainda retrógrados, julgam que crystalisou nas fórmulas Norte-Americanas, quando a verdade é que n'essas teve o primeiro esboço e nunca a estrutura definitiva; expressa consagração de princípios implícitos do systema

Republicano, de há muito applicados espontaneamente.

Cincoenta annos de parlamentarismo no paiz tinham patenteado, em estragos quasi irremediáveis, a imprestabilidade d'este molde governativo, aliás desacreditado na Europa, até na própria nação onde se originou, firmando o mais odioso systema de exploração dos fracos pelos fortes, o mais profundo desnaturamento de todas as condições essenciaes da existência livre de um povo, ahi confundidas com um progresso material, que, em summa, aproveita somente a limitado número de chatins, mergulhada a massa da população em miséria horrenda!

Repetir, depois de 15 de novembro, o que precipitára a nacionalidade a dois passos de total ruína, seria uma insânia, porque, é preciso dizel-o, o parlamentarismo nos fez maior mal que a propria monarchia, pois esta, si a não bafeja a opinião, busca apoio na força e aquelle funda-se no envenenamento dos caracteres, na compra da consciência alheia, nos processos corruptores, que baseiam a tyrannia no infamamento geral!

Applicar o escasso presidencialismo dos norte-americanos, via-se na história d'estes que era insufficiente, dando largas ensanchas ainda aos manejos desmoralizadores, sem garantir solidamente a ordem, como se vê também das chronicas de todas as Repúblicas americanas, as quaes copiaram, n'este ponto da organização do poder público, as instituições do grande Estado setentrional.

A experiência indicava outra cousa; a situação impunha o dever de investigar-se qual a doença de que enfermavam tantos paizes e qual o remédio a prescrever. O mais ligeiro estudo deixára patente que o mal generalizado consistia no imperfeito consórcio do princípio da ordem com as necessidades do progresso, da auctoridade com a liberdade, resultante isto da incompleta applicação da fôrma presidencial, vigente ainda em muita cousa o funesto parlamentarismo, – que é em resumo a mais pratica fôrma do despotismo.

Conhecido o defeito capital do que antes se fizera, é de extranhar que se procurasse evitál-o sabiamente?

De certo que não!

Ao contrário, o vulgaríssimo critério devia inclinar os espíritos a desvelarem-se na procura da fórmula satisfactoria para o problema, e esta tinha por força que obedecer à

seguinte condição fundamental: – governar sem corromper, nem oprimir, por meio de um governo forte, funcionando no seio do povo livre. Para isso era preciso estabelecer uma hábil combinação, em que nunca a auctoridade se visse em situação precária e a liberdade em via de soffrer o mínimo constrangimento; era preciso fazer com que a primeira deixasse de ser a inimiga da segunda e vice-versa, e, sim, que a auctoridade, despojada da grande somma de poder que a tornára uma espécie de providência geral, como fôra até ahi: – limitasse seu papel ao de ser unicamente a primeira guarda, a mais fiel garantia da liberdade. Em uma palavra, era preciso estatuir amplamente o systema presidencial: tiral-o da inconsistência primitiva, da sua infirmitade embryonaria; favorecer a expansão dos organs mal delineados, tudo fazendo em definitiva, para que se avantajasse francamente o que estava apenas em início, nos Estados-Unidos.

Foi a esta operação que se dedicaram os patriotas rio-grandenses, vulgarizando em hábil propaganda os meios conducentes que a experiencia indicava como sendo a formula mais perfeita do principio aceito.

Que conseguiram o almejado desideratum, voto das almas amantes do bem publico, constituindo um systema governativo que é a mais segura aplicação da república, ahi está a prova positiva na liberdade jamais excedida de que gosam os cidadãos, dentro do regimem estatuído pela Carta de 14 de julho, ao mesmo tempo em que a autoridade, lá no sul, sentese desafogada sem carecer de opressões e corruptelas, para ponderar a sociedade: a prova negativa de que ali está a república, na sua mais genuína expressão, temol-a no ódio que vota às instituições libérrimas do Riogrande toda esta massa de reactores, que entre nós ulula raivosa contra ellas – o sebastianismo proteiforme, que se agrupa n'uma larga escala, desde o matiz faux bonnet rouge, fingindo maior zelo do que os mais ardentes patriotas republicanos pela pura aplicação dos princípios, até o traiçoeiro moderado, que prega contra os jacobinos, por amor da ordem existente.

Sim! não há boa fé nos antagonistas do estatuto que defendemos, não póde havel-a, nesta quadra em que acaba de ser feito um confronto victorioso das ideias adoptadas no sul, com aquellas que consummaram o sacrificio do Brazil. A guerra chilena provou bem que o insufficiente presidencialismo da lei constitucional d'essa nação deixava o poder públi-

co à mercê das facções, tão desprovido de forças e elementos para manter a harmonia social, que Balmaceda, apesar de dotado do maior talento e servindo à causa da pátria, da liberdade e do gênero humano, – succumbiu, victima do anarchismo patente d'este terrível periodo vulcânico, fermentado ainda mais ali pelos retrógrados demolidores.

Triumpho o parlamentarismo e, além de jugular o espírito livre do Chile, em menos de dois annos resulta d'esse desastre immenso o– desgoverno, inapta de todo a machina administrativa e trabalhando aos saltos entre uma crise ministerial que finda e outra que começa! Ainda há bem pouco, o presidente Monttandou, mais de um mez, supplicando a aceitação das pastas governamentaes: todo o mundo recusava qualquer responsabilidade n'aquelle chaos político!⁴

Pouco tempo depois d'uma guerra nefanda afundar a pátria de O'Higgins na mais extrema desorganisação, o Rio-grande mostrou victoriosamente a excellencia d'esse corpo político que architectara. Sem dispor dos recursos do Chile, a auctoridade arrostando com a maior tempestade revolucionaria que tem sacudido o Brazil, com um desassombro perfeito, e já teria dominado definitivamente a rebeldia, si perturbações alheias aos limites de sua efficiencia não se encarregassem de prolongar a guerra. Não precisou para isto de sacrificar por inteiro a liberdade de ninguém, e ainda em meio dos fragores da lucta , o manto das garantias amparou sempre aquella que sinceramente se submetteu ao governo legal ou que vivia sem affrontar-o,– resultado muito diferente do que foi obtido além dos Andes, onde o parlamentarismo só vingou, pondo mordança na grande massa liberal da nação, depois dos vastos morticínios de Valparaiso e Santiago, quando Balmaceda era já abatido e seu partido derrotado!

Eis a comprovação, no terreno dos factos, a comprovação brilhante do que vale a poderosa estrutura que o gênio político levantou em terras do Riogrande: lá, o furacão d'essa guerra fratricida não abalou a auctoridade, nem para a sua defesa precisou esta de esmagar a liberdade, antes associou-se intelligentemente com ella, para garantir-se e garantir-a em toda a plenitude.

Explica-se, riograndenses, a tremenda crise cujas consequências ainda amargaes e que na capital da Republica se

4 E tem continuado, esta vergonhosa e triste situação!

julga oriunda do systema político por nós sabiamente adoptado: como dizia o inspiradíssimo Danton, é no momento de uma grande producção que os corpos políticos, como os corpos physicos, parecem sempre ameaçados de uma destruição próxima.” O Riogrande, n’este instante – tende disto inabalável certeza – entranha a organização futura do Brazil politicamente rejuvenescido: a gestação foi laboriosa e quasi aniquilou o valente Estado; dolorosos correm os dias immediatos a tamanho trabalho, mas a producção é perfeita, corresponde ás indicações do passado, mostra-se de harmonia com a sciencia política, garante o progresso, a ordem, e, podemos exclamar, parafraseando aquelle gigantesco convencional, alma da revolução franceza: – Cumpre-vos, republicanos do sul, antes de tudo, conservardes a soberba construcção política que erigistes, e assim todo custo fundareis a grandeza de nossa terra heroica; que o regimen livre ahi se consolide com essa architectura sublime, e em breve, o Riogrande, por suas luzes e energia, attraíndo os outros povos do Brazil, firmará entre nós a verdadeira e genuína República, aquella que os Farrapos definiam como sendo “o regimen de todas as virtudes”, extreme de privilégios e monopólios, incompatíveis com a verdadeira liberdade!

Obs.: o texto segue a grafia da época, sendo feitas apenas correções de erros gráficos; as notas de rodapé são do texto original.

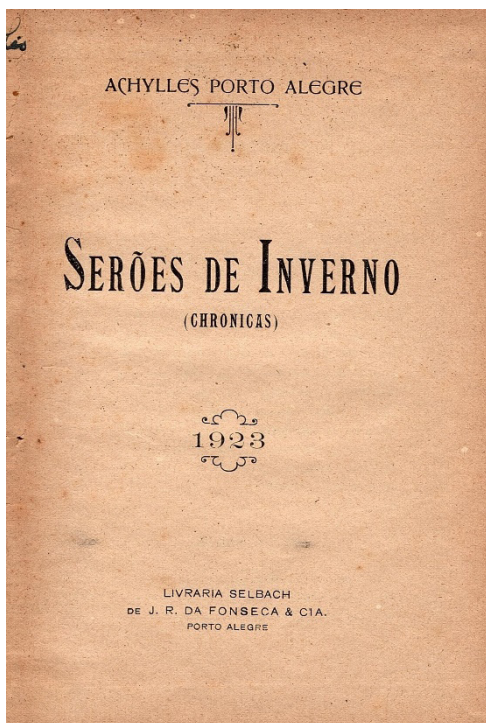
BUMBA MEU BOI EM PORTO ALEGRE

A proximidade da passagem de um quarto de século desde a data em que Porto Alegre foi elevada à condição de freguesia – o que definiu o aniversário da cidade – dará a oportunidade para apresentar diversas facetas de nossa capital. Ao longo destes seus duzentos e cinquenta anos, foram inúmeros registros feitos sobre os costumes, as práticas sociais e os programas culturais que, cada um em seu tempo, fizeram parte do cenário da cidade.

Alguns deles seguem ainda presentes, como o carnaval – derivado do entrudo português – ou os bailes e reuniões festivas. Outros, porém, mergulharam nas brumas do tempo, tornando-se tão esquecidos que soam hoje como inacreditável. É o caso do folguedo conhecido como “bumba-meu-boi”, que também foi trazido pelos imigrantes portugueses, mas que por nossas terras teve vida efêmera, tornando-se, no entanto, evento expressivo em outras regiões brasileiras.

Porém, é possível ver que em Porto Alegre tal festividade já foi relevante, como registra a crônica de Aquiles Porto Alegre, publicada em 1923, e que agora reproduzimos aqui.

Incluímos também a reprodução da belíssima obra do consagrado pintor José de Francesco (Rio Grande/RS, 1895 – Porto Alegre/RS, 1967), cuja vasta produção foi por muito tempo reverenciada nos meios artísticos nacionais.



O BUMBA MEU BOI

Eu já escrevi algures, que o progresso inata as coisas mais bellas do passado, e que a civilisação é má semeadora de más costumes e vícios.

As cidades; a que um bom fado protege, pela sua situação geographica ou outros motivos ao passo que augmentam, enriquecem, se embellezam, destróem grande parte de relíquias queridas ao nosso coração e que deviam conservar-se com toda a sua beleza e pureza primitiva.

Assim, das nossas praças desapareceram os chafarizes – alguns, verdadeiros trabalhos de arte e symbolismo, que nas suas figuras de mármore, graves e bem trabalhadas, como os do chafariz da praça da Matriz que representavam os rios que correm, com as suas torrentes, para as águas do Guahyba, mostrando assim a riquíssima hydrographia da nossa formosa “urbs”.

E como estes, outros que faziam parte da cidade, e pertenciam ao povo, porque para elle foram construídos – desapareceram... Para onde foi o seu material, que representaria hoje um valor importante?

Ninguém o sabe.

Mas não é por este prisma que eu encaro a questão.

É pelo lado tradicional – as cidades podem transformar-se, aperfeiçoar-se, modernisar-se – mas conservar as suas relíquias, o aspecto do seu passado.

Ainda agora estão derruindo a Cathedral, esmagando o coração de muita gente que está presa áquelle velho templo, ou por que alli contrahiui matrimonio, ou por que alli foi baptisado. Ou porque alli recebeu a primeira comunhão – para no seu logar levantar-se uma igreja alterosa, opulenta, que só servirá para attestar vaidade – que a nossa religião condena!

É triste-isso, e o nosso protesto não ficará nestas linhas, por que vai ser assumpto de uma próxima chronica.

É quando vemos e meditamos sobre estas coisas dolorosas que volvemos às éras de então e vemos quanto, com a marcha do tempo tudo vae desaparecendo.

A clássica figura esqueletica da morte com a sua pavorosa fouce, é um erro secular e grosseiro. O tempo é que ceifa tudo: seres e coisas.

Assim desapareceram os “fogos do Espirito Santo”, a “missa do gallo”, os ternos de reis, o “bumba meu-boi”, etc.

É verdade que esta festa popular, era, pelo menos no tempo em que eu a conheci, promovida e levada a effeito pela

“arraia miúda”.

Mas nem por isso ou quiçá por isso mesmo o “Bumba meu boi” era menos concorrido ou deixava de ser bem recebido em toda parte.

Teve às vezes o seu lado hilariante e o “Bumba” passou não raro pelos difíceis “15 minutos de Rabellais”.

A este proposito vou relatar um episódio que acho digno de registro.

Todos os anos, no dia 2 de fevereiro, data memorável da batalha de Moron, em 1852, os amigos e admiradores do Conde de Porto Alegre, que foi o heróe do dia, iam ao seu palacete levar-lhe felicitações.

Numa dessas ocasiões em que sempre corria champagne, com fartura, um alto funcionario público entrou nella com excesso, e, ao envez de “amarrar o gato”, como se diz neste caso, parece que o desamarrou, porque o “gato”, mettido na pelle dele, saiu para a rua e “pintou os canecos”.

É que elle, ao sair, encontrou o “Bumba meu boi”, cantando e dançando-à porta do egregio conde, esperando ser convidado a entrar e participar do “champagne”.

O alto funcionario achou que si toda aquella gente entrasse e cahisse no “champagne”, elle no dia seguinte não encontraria nem gotta do seu adorado e delicioso néctar para o “enterro dos ossos”, e como andava sempre armado de bengalão e era “homem para trez” investiu contra o “Bumba” e dispersou-o a pauladas.

Praticou então o que mais tarde fez o tempo, afugentando tudo isso que era o nosso encanto, e que passou como nós também vamos passando.

Entretanto, o que mais nos magôa, o que fêre a nossa sensibilidade delicada, é que toda essa simplicidade e singeleza antiga, tão sem malícia na sua alegria, foram deportadas pelo vicio desenfreado.

A dança do “bumba meu boi”, que para a igreja era um símbolo, foi substituído pelo tango – que é a alma do “cabaret”. Os doces e singelos versos do “Natal” e dos “Reis” foram trocados pelas cançonetes pornographicas, que têm entrada em toda a parte – até nos salões aristocráticos.

O meu amor pela tradição, protesta contra isto.

Si bem que doloroso, é natural que nós, que temos tan-

tos peccados, desapareçamos, mas que ao menos fiquem, se perpetuem as festas populares do passado, com a sua simplicidade e beleza.

Vem se aproximando a época em que ellas se realizavam.

Que possa esta chronica despertar no coração dos tradicionalistas o desejo de as reviver.

É um meio de remoçarmos o rever as festas que foram o encanto da nossa meninice, por que teremos a illusão de que ainda vivemos nos tempos de antanho – sem a neve que os annos espalharam sobre a nossa cabeça, nem as punhaladas que a dôr e o luto vibraram em nossos corações.



WALTER SPALDING – DISCURSO DE POSSE COMO MEMBRO DO IHGRGS¹

Nosso consócio, Walter Spalding, cuja trajetória como intelectual, historiador, escritor e cidadão ilustre do Rio Grande do Sul é sobejamente conhecida, estaria completando, em outubro de 2021, 120 anos. Em razão disso, o IHGRGS prestou-lhe homenagem publicando sua biobibliografia, que demonstra claramente o alcance de sua trajetória profissional. Para seguirmos nessa homenagem ao seu trabalho, republicamos nessa edição seu discurso de ingresso no IHGRGS, na sessão que lhe deu posse com o membro do Instituto.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. VALTER SPALDING AO SER RECEBIDO COMO SOCIO EFETIVO DO INSTITUTO

Exm.º Sr. Representante de S. Excia. o Sr. Interventor Federal;

Exm.º e DD. Sr. Presidente do I. H. e G. do R. G. do Sul;
Ilustres membros da Diretoria;

Exmas. senhoras;

Meus amigos e senhores.

* * *

Antes de entrar no assunto que me impuz para esta solenidade, para esta coroação desvanecedora e confortante de um batalhador obscuro, cujo mérito único, – si é que tal se póde denominar mérito, – é a bôa vontade com que labuta nesse trabalho ingente de reconstrução do passado glorioso deste pedaço do Brasil imenso, deste meu, deste nosso querido Rio Grande, – antes, dizia, – quero agradecer-vos, senhores do Instituto, meus bondosos, meus generosos amigos, a escolha que de mim fizestes. Não a merecia. Sei o que sou, sei o que valho. Não a mereço. Mas vós o quisestes. Aceitei. Aceitei, concordei como o pobre envergonhado ao qual almas generosas vão levar um pouco de conforto material e espiritual: conforto da esmola e conforto da religião.

Vós fostes, senhores deste Instituto, as almas generosas, os bondosos e caridosos confrades de São Vicente de Paulo dêste amigo da História, que vai entrando, neste mo-

1 Este texto foi publicado originalmente na Revista do IHGRGS nº 48, em 1932

mento, no remanso salutar e benéfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul pela porta que vós lhe abristes. Obrigado, senhores, muito obrigado. Nem outra palavra achei para demonstrar-vos a minha gratidão sinão esta: obrigado, – fico ligado a vós por gratidão eterna.

* * *

A HISTORIA NA VIDA DOS POVOS

Ha quem diga que a Historia é a mais inutil das literaturas. Ha, mesmo, quem a condene levado por um falso sentimento de fraternidade. Para estes a Historia não deveria existir porque, segundo seus conceitos, nos faz retrogradar e, além disso, fomenta, entre os povos, lutas armadas, guerras, revoluções, desassossegos. Partem, estes, do falso principio, si é que tal nome se póde dar ás afirmativas de que a Historia é a conservadora de odios entre partidos, entre nações, entre povos inteiros. Principio errado, afirmativa absolutamente falsa.

A Historia, por exemplo, registrando em suas paginas uma guerra com todos os seus pormenores, imparcialmente, está longe de incentivar paixões, fomentar discordias, alimentar odios. Registrando-a, a Historia não faz mais que conservar aquele fato para exemplo futuro. É parte da tradição de um povo, porque nela pôs toda a sua alma em defesa da Patria e nela deixou parte de si com os que tombaram no campo da luta. Será uma lembrança querida, dolorosamente querida que servirá de lição, uma lição profunda. Será um motivo a mais para a conservação de laços de amizade, para a perpetuidade de uma paz fecunda.

Os condenadores da Historia, porém, nem sempre têm a verdadeira Historia, a Historia pura e simples, mas obras que de historia só tem o nome. Obras de fabricantes de historias, mas não de historiadores. E entre estes ha uma grande diferença, uma diferença enorme. O historiador estuda, compulsa obras, confronta documentos. O fabricante de historias lê uma obra qualquer sobre o assunto, ou sobre o caso, ou então passa os olhos por um documento qualquer, e não mais se impressiona com o que ha ainda a ler e examinar sobre o acontecimento. E sem mais preocupações, sem examinar os inumeros prós e contras que ainda existem, faz a sua historia,

uma historia sui-generis em que a fantasia predomina. Uma novéla, enfim, que em nada seria prejudicial si não revelasse nomes que existiram, povos e nações que existem. A mentira é dissolvente. A falsidade geradora de repulsas e represálias. Daí o mal dessa Historia sem Historia, fantasiada e parcial. E daí a .condenação por parte de literatos, pedagogos e sociólogos lançada à Historia. Por causa dos máus pagam também os bons. É uma triste lei da humanidade

Ha ainda, entre a verdadeira Historia e a historia fantasiada, um outro genero intitulado “literatura histórica”: compreende poesias, contos, novelas e romances. Mais suaves do que a Historia pura, são, apesar de envoltos em fantasias, menos prejudiciais que a historia falsa quando os autores são imparciais, isto é: relatam o fato historicamente exato embóra entremeadado de fantasias. Exemplos: OS FARRAPOS, de Oliveira Bello, os romances historicos de Paulo Setúbal, os contos de Gustavo Barroso e outros. São cousas leves, cheias de fantasias, mas historicas. Requereram estudos, confrontos, pesquisas, indagações, critica.

A metodologia da historia se divide em três partes principais: a busca, ou pesquisa, a critica e a vida da historia. A Historia sem estes elementos, não é historia nem literatura historica: é literatura pura, é fantasia.

O novelista crêa, o historiador reconstrue.

Um sábio sociologo e historiador argentino, o P. José Maria Blanco, S. J., faz esta distinção do seguinte modo:

Para o novelista um dado é um raio de luz que desenvolve em sua fantasia creadora um conjunto de episódios harmonicos que constituem a trama de sua criação artistica. Para o historiador um dado é um elemento que talvez o ponha na pista de uma investigação, mas si os resultados da pesquisa não forem satisfatorios depois do exame e da critica, o historiador contenta-se, apenas, com anotar ou registrar o dado. E nada mais.

O escritor que não proceder dessa fórmula, poderá ser um grande romancista, um grande novelista, um grande poeta. Será um Alexandre Dumas, um Miguel Zévaco, um Bernardo Guimarães, um Machado de Assis, um Olavo Bilac. Mas não será jamais um Cantú, um Rio Branco, um Taunay, um Capistrano, um Rocha Pombo, um Souza Docca.

A Historia requer paciencia, calma, ponderação, im-

parcialidade. O romance, a novela, o conto, a poesia, prescindem de tudo isso. Basta-lhes a fantasia e um senso estético.

Feita esta distinção entre a Historia e a literatura de ficção, vejamos agora, quais os seus fins e o papel que representa na vida dos povos.

A Historia nada mais é, na acepção mais ampla do termo, que a representação, ou reprodução sistematica e fiel “dos fatos e dos acontecimentos de toda a especie realizados no passado.”

O passado é recordação. E si, como disse o poeta, “recordar é viver”, viver o passado é voltar áqueles tempos idos, é trazer o passado para o presente, e iluminá-lo com as suas lições e os seus exemplos. É ser, enfim, historiador.

O poeta cantando o seu passado é o historiador de si mesmo. Revive na saudade e procura, nela, tirar proveito para si, consolando-se. Aos outros deleita apenas. O historiador não. Contando o passado à luz de documentos autenticos e do testemunho dos coevos, de um povo, de uma nação, de um nucleo, revive aquele passado longínquo e mais instrui do que deleita, porque o papel da Historia é ensinar, e a Historia, como já foi dito e redito, é a mestra da vida.

Um povo sem historia é um povo sem alma. E só tem alma quem vive, pensa, medita, estuda, crêa.

Todos os povos tiveram e tem a sua historia quer escrita, quer oral. Desde as épocas edenicis, historiadas por Moisés. Os bárbaros da Europa, os selvícolas das Americas e da Africa. Entre todos encontramos a narração dos proprios feitos desde épocas remotas. Um costume, uma lenda, um cantico guerreiro ou religioso, e as narrações que se vem perpetuando de pai a filho, desde o início da tribu. Aparecem, então, envoltos em densas nuvens de mistério, poesia, lenda e religiosidade, os Atlas, os Hercules, os Gadir, os Manco-Capac, os Sumé, os Tamandaré e tantos outros, filhos de deuses, do sol, da lua, das estrelas, descobridores de terras, fundadores de imperios e de tribus.

Foi seguindo os seus exemplos, as suas lições de civismo e de fé, que todas as tribus se conservaram, aumentaram, progrediram, chegando algumas, como os Incas e os Aztecas, no Novo Mundo, a um grau invejavel de progresso e civilização.

Foi, encaprichados pela Historia de uns que a tradição

conservava e a lenda aureolava de feitos quasi divinos, que outros povos se formavam procurando seguir a mesma senda luminosa do progresso.

Mas foi sómente entre sedentarios, como o afirma Gonzálo de Reparaz, que se começou a crear uma verdadeira civilização.

O mais antigo e quiçá o mais precioso livro historico que conhecemos é a Biblia. Nela é que encontramos a infancia do mundo e do homem. Ha quem queira contestar a autenticidade dos fátos nela narrados, colocando-os no rôl das lendas. Mas a Biblia é um livro inspirado e, portanto, fiel, verídico no que afirma. Seus dados são exatos quando diz que o são. E somente, nesse livro preciosissimo, são falhos os dados genealogicos. Falhos a seu modo e para nós porque suas genealogias só se referem aos celebres e destacados. Os outros ficam fóra. Cita um personagem e depois um tataraneto com intervalos enormes, deixando sem menção quasi que uma geração inteira. Daí a impossibilidade de se fixar com precisão, e talvez mesmo aproximativamente, a idade do mundo e a idade do homem.

“Si atendermos à tradição católica, – diz o P. Blanco, – a idade do homem até nossos dias oscila entre 5686 e 8907 anos.”

Mas essa idade não é dogma, é simples tradição, resultado de estudos feitos somente sobre o texto bíblico que, como ainda afirma o já citado P. Blanco, “não fixa a antiguidade do homem”. E acrescenta: “os problemas que apresenta a asiriologia, a egitologia, bem como as cronologias chinezas e caldaicas, mais que problemas exegeticos reduzem-se a problemas historicos que devem ser elucidados, não confrontando as cronologias bíblicas que podemos dizer que não existem ou são inteiramente duvidosas, mas sim baseados na documentação que nos ofereçam a historia e a prehistoria examinada e estudada com todo o rigor da crítica.

Mas esse rigor não é observado, de modo que as diferenças entre um e outro autor são, simplesmente, desproporcionais, o que prova que nenhum, talvez, estuda o assunto com seriedade. Afirma por afirmar, gratuitamente. Assim, por exemplo, no quadro citado por Boule, incontestavelmente um dos maiores estudiosos no assunto, vemos que .Arcelin e Ferri dão, era quaternaria, dez mil anos, – tempos post glaciais,

quatro a cinco mil anos, enquanto Forel dá cem mil anos para os tempos post-glaciais, e Penck quinhentos mil a um milhão para a era quaternaria, quinhentos mil a um milhão para a época glacial e vinte mil para os tempos post-glaciais.

Ora essa diferença, podemos dizer absurda, prova-nos que não levam muito a sério esses sábios arqueólogos e geólogos, o estudo da idade do homem e do mundo. Citam cifras a seu bel prazer, assim como quem compra um bilhete da loteria: um numero por palpite.

É por essas e outras cousas semelhantes que se ouve, não raro, dizer que a Historia é a ciencia dos palpites, das paixões políticas, das simpatias de raça, e predileções pessoais por este ou aquele herói ou pseudo herói.

Mas não é bem assim. Não são os historiadores parciais, historiadores de simpatias, os mestres. Estes são os outros, os que seguem á risca a metodologia da Historia, pondo de lado sentimentos, paixões e simpatias. O historiador não deve ter nacionalidade, não deve ser politico. O seu fim unico deve ser A VERDADE. Só ela deve norteá-lo, só ela deve brilhar em todas as obras que escrever. Mas si tal não fôr possível, resta-lhe o recurso da interrogação. O caminho indicado mais ou menos para que outros pesquisem e elucidem o fáto. Deve-se notar ainda que a Historia não é obra exclusiva deste ou daquele historiador, mas obra de colaboração, para que seja perfeita e completa, e possa ser, realmente, “a mestra da vida”.

O século XIX foi o maior no desenvolvimento da Historia, e o que mais influiu sobre o “espírito científico e nacional, transformando profundamente as ciencias antigas, instituindo outras, despertando nacionalidades que durante muito tempo viveram desmembradas e subjugadas, e até contribuindo para a formação de nações novas.”

Exemplos flagrantes da influencia da Historia na vida dos povos são, por exemplo, as nações balcânicas de antes da grande guerra, a Alemanha e a Italia de nossos dias.

Nestes dois ultimos países a Historia palpita em quasi cada um de seus atos. A Historia lhes disse que era preciso ser forte para vencer no mundo. E êles procuram ser fortes. A Historia lhes disse que “a união faz a força”, e êles, cada um de per si, unidos como um só homem, avançam para a senda do progresso, despertando inveja e curiosidade.

Os Estados Unidos da America do Norte são outro exemplo da influencia da Historia. A Historia dos países vizinhos, sempre em revoltas, aos trancos e barrancos, ensinou-os que é preciso a paz e um verdadeiro sentimento de patriotismo, para atingir a um gráu maximo de cultura, de senso pratico, de felicidade e de riqueza. E tudo isso os Estados Unidos o conseguiram indubitavelmente.

Mas não precisamos ir mais longe, buscar exemplos da influencia da Historia. Olhemos o Rio da Prata: a Argentina e o Uruguai. Sacrificados, outróra, por ambições caudilhescas, são hoje verdadeiros exemplos a seguir. A Historia os ensinou, e as lições da Historia aproveitaram-lhes. No nosso Brasil também são muitos os exemplos da influencia da Historia, não no conjunto, mas em alguns Estados, isoladamente. Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro, por exemplo. Em particular menciono o nosso Rio Grande do Sul que é um exemplo vivo, revivendo cada dia que passa uma pagina brilhante de sua Historia heroica e patriotica.

Oprimido, soube, brilhantemente desvencilhar-se das opressões, mostrando que também sabia querer e tinha poder.

Tido por separatista, ergueu alto a bandeira da Patria e provou ao Brasil e ao mundo que ninguem era mais brasileiro do que o gaúcho. Como um só homem ergueu-se, mais de uma vez, em defesa da Patria, e como um só homem, – o episodio é de ontem, – ergueu-se em defesa da liberdade pátria.

É esta historia brilhante e gloriosa que o Instituto Historico se propõe especialmente estudar. Estudar e divulgar para exemplos a seguir e lições a tirar, exemplos e lições de que muito precisa este nosso Brasil.

Quiséra dizer ainda algo sobre este Instituto. Mas não quero repetir-me. O que tinha a dizer já disse num dos numeros de sua excelente Revista, verdadeiro arquivo de preciosidades, que tanto deve a este beneditino da nossa Historia que é o Dr. Eduardo Duarte.

Mas não me é licito terminar estas descoloridas e quicá inuteis considerações, sem frisar, neste mesmo terreno, o valor do folclore, e a necessidade que temos de estudá-lo com carinho e afincio.

É um dever não só porque os estatutos deste Instituto o prescrevem, mas também, e principalmente, porque o folclo-

re é, por assim dizer, a alma popular de um povo.

O folclore é o umbigo de uma nacionalidade, e seus cantos e contos os primeiros vagidos de uma nação. É no folclore que se encontra o início de uma nacionalidade e é o folclore o melhor subsídio para o estudo da psicologia de uma raça, ou, como o quer Oliveira Viana, de “um tipo”. O folclore é, pois, Historia também. Historia e ciencia.

É a mais nobre e a mais progressista das ciencias humanas, – escreveu Afranio Peixoto, – pois que é a mais humana na sua veracidade, aproximando os homens e lhes mostrando a humanidade deles.”

E que temos nós feito nesse terreno tão rico? Pouco, ou nada. Cousa esparsa aqui e acolá.

Simões Lopes Neto, Cezimbra Jacques e Roque Calage foram os unicos, que me consta, que o levaram mais a sério, tentando algo nesse sentido. Mas pouco fizeram. Pouco deixaram.

Simões Lopes Neto e Cezimbra Jacques, simples coletâneas nos legaram, e Roque Calage um ensaio, ainda que rico, mas ensaio apenas.

Um estudo sério, acurado, preciso, não foi feito ainda. Não temos um Afranio Peixoto, um Alberto Faria, e nosso Blaise Cendrars, – o autor da ANTHOLOGIE NEGRE e tantos outros trabalhos de valor, – não nasceu ainda, creio.

Falta de gosto? Falta de tempo? – Ambos, talvez. Mas é necessario cultivar o folclore. Urge aproveitar esse patrimonio tão rico e tão cheio de encantos na sua simplicidade não raro chã e nos seus erros de português, nas suas sincadas gramaticais.

Aí é que está, porém, a beleza da obra. Aí é que está a sua veracidade, a sua sinceridade. Diz o que pensa e o que sente sem procurar termos, sem rebuscamentos. É espontanea. Bróta do coração do povo com a alvura do lírio dos charcos. A lama não os macula. Nasce no meio dela mas não se contaminam.

Alberto Faria em seu livro ACCENDALHAS dedica doze paginas a uma simples quadrinha popular portuguesa, e também brasileira e, como tal, “de maior interesse folclórico”. Essa quadra, simples e bela, ouviu-a Coelho Neto, cantada ao som da viola sertaneja, nos sertões do Ceará.

A quadra portuguesa é esta:

“No ventre da Virgem Mãi
encarnou divina graça:
entrou e saiu por ela
como o sol pela vidraça.”

Carolina Michaelis de Vasconcelos, que a cita, presume-a obra de “um espírito culto, e incorporada mais tarde pelo populario português. O fato é que esta quadra tem grande numero de variantes.

A cearense é esta:

“O só travessô vidraça
sem tocá nem batê nela:
assim a Virgem Maria
pariu e ficô donzêla.”

A semelhança é grande e mostra a afinidade que ha entre um e outro povo.

Aqui no nosso Rio Grande, faz muitos anos, lá pela Serra, ouvi cantar, ao som de uma gáita de fôles, quadras que hoje encontro com variantes e semelhanças flagrantes no cancionero popular do Brasil. Entre estas a seguinte que, por achar original, registei:

“O sol pássa pelos vidro
sem deixá nele o sinal;
o Fi(lh)o de Santa Maria
nasceu sem le fazê mal.”

Não ha, aí, o mesmo traço psicológico e religioso da quadra portuguesa e sua irmã cearense? E não será isto uma prova da afinidade destes três grupos etnicos socialmente tão diversos, como o português, o cearense e o gaúcho?

Coincidencia, importação, tradição?... Talvez coincidência, talvez importação. Mas é mais certo ser tradição. Tradição açoriana para nós, e tradição reinol para o cearense. Em todo o caso um traço de união.

É, pois, bem verdadeiro o que a esse respeito escreveu Afranio Peixoto:

“O folclore,... ciencia e não prevenção ou estultice, veio reunindo documentos e provas, e aí está provada a identidade psicológica, ou alma comum da humanidade. O mesmo provérbio, a mesma trova, o mesmo conto, a tradição, o rito, o costume... Os mesmos, ou correlatos, na Índia, no Egito, na Grécia, na Itália, na Ibéria. Em Herodoto, em Homero, como nos papiros, nas inscrições cuneiformes. Recentes ou antigas, nos Mongóis, Chins, Nipões, Boschimanos, Aztécas, Incas, Péles vermelhas, Guaranis... O folclore tende a ser um instrumento político de igualdade. A identidade psicológica desfaz os erros milenares, de diferenciação somática dos povos. O folclore é, assim, a história internacional e eterna.”

Assim é, realmente. E essa afinidade vem corroborar a afirmação de Oliveira Viana quando diz que não existe uma raça verdadeira no órbe, pois a raça requer pureza. E como todos os povos têm misturas, não pôde, nenhum dêles, formar uma raça, mas sim etnias, “tipos antropológicos”. Todos os “povos” têm qualquer coisa um do outro. Um quê qualquer que muitas vezes não conhecemos, não distinguimos bem mas existe, e existe, na sua quasi totalidade, no folclore.

Nós aqui no Brasil temos, por exemplo, um grande número de lendas bastante semelhantes ao NEGRINHO DO PASTOREIO. Entretanto esta lenda é original riograndense. A única riograndense, como o quer Roque Calage. Ainda aí se vê, pois, a afinidade existente entre um e outro Estado.

Ha uma, porém, de que não conheço símile no resto do Brasil. É a lenda do arroio do Caverá, aquele arroio das águas negras.

Tanto esta como a do Negrinho do Pastoreio, nos falam de negros sacrificados. Palpita em ambas o mesmo sentimento de piedade do gaúcho, e aquele mesmo horror do cativo, pois é sabido que a província do Rio Grande foi a que menos escravos possuía.

Uma dessas lendas celebra o negrinho que morreu de judiaria comido por formigas. A outra o negro que morreu defendendo a sua sinhá da agressão brutal do esposo cruel e feroz.

Ha em ambas o mesmo traço psicológico do gaúcho. E é todo assim o folclore, – a poesia, a tradição e a lenda, – do nosso pago: simples, pura e bela, embora trágica às vezes, revelando a alma sentimental e boa, o caráter altivo e nobre da

nossa gente.

E porque não havemos, pois, de recolher esses tesouros? E porque não estudá-los carinhosamente?

Senhores.

Lutemos, trabalhemos pela prosperidade desta terra, pela grandeza deste povo nosso heroico e nobre.

Lutemos e trabalhemos cultivando as suas tradições, o seu folclore, a sua historia tão béla e grandiosa.

* * *

Rio Grande! Terra de meu berço, terra dos meus entes mais queridos! Tu que tens em tua Historia e em teu folclore paginas de inaudita beleza; tu que sempre foste o guardião da Patria; tu que tanto sangue derramaste em defesa de teus direitos e em defesa da Patria; tu que sempre foste o campeão da liberdade; tu que gravaste um dia na tua bandeira tricolor – *vincere aut pro Patria mori* – vencer ou morrer com a causa da Patria; tu, terra bemdita, terra santa, terra gloriosa, recebe, nestas palavras sem brilho do mais humilde e obscuro dos teus filhos, o mais ardente tributo de amor, a mais santa jura de fidelidade eterna.

Vincere aut pro Patria mori.

Disse.

PROJETOS

É com grande satisfação que informamos o início de mais um importante projeto de preservação de bens culturais do nosso estado. Nos próximos meses serão desenvolvidas as atividades que compõe o projeto Criação da Oficina de Restauro do Palácio Piratini (PRONAC 180938), proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul incentivado pelo Governo Federal - Ministério da Cidadania/Secretaria Especial da Cultura através da Lei de Incentivo a Cultura Federal com importante patrocínio do Banrisul. A Oficina de Restauro do Palácio Piratini, visa à recuperação de pequenas peças/elementos do Palácio, como balaustradas, pavimentação de pedras portuguesas, maçanetas, mobiliário, luminárias, para a manutenção deste importante patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul e da União.

Patrocínio



Realização



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



No âmbito das comemorações do Centenário do Palácio Piratini (2021) damos início a execução do projeto de Restauração do Mobiliário Histórico do Palácio Piratini (180836) proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul incentivado pelo Governo Federal - Ministério da Cidadania/Secretaria Especial da Cultura através da Lei de Incentivo a Cultura Federal e com o decisivo patrocínio do Banrisul. O projeto tem como objetivo o restauro do 1º lote do mobiliário histórico pertencente ao acervo de bens móveis e integrados do Palácio Piratini, visando deter o avanço no processo de degradação que ameaça a manutenção deste importante patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul e da União.

Patrocínio



Realização



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



Confira os releases dos projetos no site do IHGRGS:
www.ihgrgs.org.br